

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**UMA HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA:
SUJEITOS E PRÁTICAS ESCOLARES
(FARROUPILHA/RS, 1927 – 1949)**

CASSIANE CURTARELLI FERNANDES

CAXIAS DO SUL

2015

CASSIANE CURTARELLI FERNANDES

**UMA HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA:
SUJEITOS E PRÁTICAS ESCOLARES
(FARROUPILHA/RS, 1927 – 1949)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientadora: Dr.^a Terciane Ângela Luchese.

CAXIAS DO SUL

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

F363h Fernandes, Cassiane Curtarelli, 1988-
Uma história do Grupo Escolar Farroupilha : sujeitos e práticas
escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949) / Cassiane Curtarelli Fernandes. –
2015.

217 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2015.

Orientação: Profª. Dra. Terciane Ângela Luchese.

1. Escolas - Farroupilha (RS) - História. 2. Educação - História - 1927-
1949. 3. Escolas - Farroupilha (RS). 4. Grupo Escolar Farroupilha -
História. I. Título.

CDU 2. ed.: 373(816.5)(091)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|--------------------|
| 1. Escolas - Farroupilha (RS) - História | 373(816.5)(091) |
| 2. Educação - História - 1927-1949 | 37(091)"1927/1949" |
| 3. Escolas - Farroupilha (RS) | 373(816.5) |
| 4. Grupo Escolar Farroupilha - História | 373(816.5)(091) |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

“Uma história do grupo escolar Farroupilha: Sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949)”

Cassiane Curtarelli Fernandes

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

Caxias do Sul, 07 de dezembro de 2015.

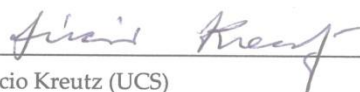
Banca Examinadora:


Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente – UCS)


Dra. Diana Gonçalves Vidal (USP)


Dra. Larissa Camacho Carvalho (UCS)


Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin (UNISINOS)


Dr. Lúcio Kreutz (UCS)

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz e Elisabet, e ao meu namorado, Gustavo, pelo apoio e pelo amor incondicional. Agradeço por fazerem parte da minha história de vida.

AGRADECIMENTOS

É maravilhoso poder chegar ao fim desta árdua, mas gratificante trajetória com tantas pessoas para agradecer.

Assim, por meio da palavra, deixo este precioso documento escrito para eternizar os meus mais sinceros agradecimentos:

a Deus, pelo dom da vida e pela constante proteção;

aos meus pais Luiz e Elisabet, pelo amor incondicional, pela motivação nos estudos e pelo constante apoio neste percurso. Meu eterno “obrigado” pelo cuidado, pela escuta atenciosa e pelos abraços, sobretudo nos momentos em que pensei não ter mais forças para continuar;

ao meu namorado Gustavo, pela paciência, pela ternura e pelas palavras de estímulo. Obrigada por caminhar ao meu lado e por me permitir fazer parte da tua história;

a toda a minha família e as minhas eternas e especiais amigas, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo impulso para seguir adiante;

à querida orientadora e sempre professora Terciane Ângela Luchese, pelo cuidado, pela dedicação, pelas palavras de carinho e de incentivo ao longo de mais esta trajetória acadêmica. Agradeço por ter acreditado na minha proposta de trabalho e, mais ainda, por ter compartilhado comigo as tuas experiências de vida, de docência e de pesquisa. Ser tua orientanda foi um privilégio e um presente para toda a vida. A ti *profe. Terci*, toda a minha admiração e gratidão;

aos professores e professoras do Mestrado em Educação da Universidade de Caxias do Sul, pelos aprendizados, discussões e reflexões proporcionadas em cada aula;

aos professores Lúcio Kreutz, Larissa Camacho Carvalho, Luciane Sgarbi Santos Grazziotin e Diana Gonçalves Vidal, pelas sugestões e contribuições na Banca de Qualificação de meu projeto de pesquisa, pois foram fundamentais para a realização deste estudo;

aos meus queridos colegas do Curso de Mestrado, em especial a Patrícia, o Emerson, a Caroline, a Cláudia, a Fabiana, a Maria Inês, a Simone, o Paulo e o André, pela convivência e pela amizade construída, como também por cada momento compartilhado. A presença de vocês tornou esta caminhada mais leve e cheia de vida;

à Júlia, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, pela disponibilidade e pela ajuda constante;

aos funcionários dos arquivos em que estive presente buscando “indícios” para tecer esta narrativa, sobretudo aos funcionários do Colégio Estadual Farroupilha que possibilitaram o meu acesso ao seu arquivo particular. Agradeço imensamente pelo entendimento e pela flexibilidade em me acolher por longas e intermináveis tardes em seu espaço escolar;

à *CAPES*, pela concessão da bolsa que tornou possível a realização deste estudo permitindo, assim, que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa;

e, por fim, a todos que, de uma forma ou outra, me acompanharam neste percurso e contribuíram para a produção desta dissertação.

Muito obrigada a todos!

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu.

(Justino P. de Magalhães, 2004, p.155).

RESUMO

Esta dissertação buscou pesquisar o processo histórico educacional do Grupo Escolar Farroupilha, instituição localizada inicialmente no distrito de Nova Vicenza (Caxias), posterior município de Farroupilha/RS. O trabalho teve como recorte temporal o ano de 1927, momento em que são reunidas duas escolas isoladas estaduais que existiam no distrito para a formação do *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, posteriormente denominado de Grupo Escolar Farroupilha, até o ano de 1949, levando-se em consideração a gama de registros escolares encontrados no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha, antigo grupo escolar, acerca deste período. Para realizar esta narrativa os pressupostos teórico-metodológicos da *História Cultural* orientaram a análise, sobretudo com as contribuições dos historiadores Le Goff (1996), Ginzburg (2001, 2007), Chartier (1994, 2002, 2009), Burke (2008) e Pesavento (2008a, 2008b). A metodologia empregada consistiu na análise documental de fotografias e documentos escritos como livros de matrículas, livros de reuniões pedagógicas, livros de comemorações cívicas, livros contendo o histórico dos professores, livro diário da escola, entre outras fontes localizadas no arquivo do Colégio Estadual Farroupilha (Farroupilha/RS). Além disso, foram consultados jornais, relatórios, regimentos e decretos em outros arquivos, assim como depoimentos orais realizados por outros pesquisadores. O estudo produzido foi dividido em cinco capítulos, iniciando com as considerações iniciais, onde se especifica o percurso construído e as escolhas realizadas durante o processo de pesquisa. O segundo capítulo teve como propósito compreender o processo histórico de criação e de implantação do Grupo Escolar Farroupilha no contexto de Nova Vicenza e depois, do município de Farroupilha/RS, sendo possível perceber as mudanças vivenciadas por esta escola em seus primeiros anos de existência, assim como a produção de uma nova cultura escolar a partir da inauguração do novo prédio com a adoção de espaços diferenciados, contando com a presença de outros sujeitos, bem como produzindo novas práticas escolares. O terceiro e o quarto capítulo tiveram como premissa atender para alguns elementos constitutivos da cultura escolar desta instituição, sendo assim, além de tecer uma narrativa acerca dos sujeitos escolares, privilegiando alunos (as), professoras e diretores (as), atenção especial foi destinada as práticas escolares produzidas neste espaço, ao longo da década de 40 do século XX, como as festividades escolares e as atividades desenvolvidas pelo *Clube Agrícola Escolar*. Deste modo, verificou-se que por meio da ação de “comemorar” esta escola primária “assumiu” a função de internalizar o patriotismo, evitar o esquecimento dos feitos da história nacional e estadual, bem como de seus heróis e símbolos, além de incentivar o amor e o respeito à *Mãe Pátria*, exaltando os cuidados e a valorização das riquezas naturais para o progresso do país, como também enfatizando uma cultura proeminentemente *brasileira*, em detrimento as culturas étnicas existentes. Os resultados também apontam para a relevância que o *Clube Agrícola* assumiu no cotidiano desta escola, uma vez que depois de um longo período o ensino rural volta novamente a fazer parte de seu processo histórico educacional, desenvolvendo ao que tudo indica um trabalho social e educativo, aproximando os saberes da instituição escolar com o contexto do município. Para concluir, são apresentadas as considerações finais, onde se destaca a contribuição desta narrativa para as pesquisas existentes no campo da história das instituições escolares em nível local, regional e nacional, especialmente no que refere ao estudo específico dos grupos escolares.

Palavras-chave: Nova Vicenza; Farroupilha; História das Instituições Escolares; Grupo Escolar; Cultura Escolar; Sujeitos Escolares; Práticas Escolares.

ABSTRACT

This thesis sought to research the educational background process of Farroupilha's School Group, institution initially located in the district of Nova Vicenza (Caxias), later the city of Farroupilha/RS. The study was in 1927, when they are brought together two isolated state schools that existed in the district to form the *Nova Vicenza's Rural School Group*, later called Farroupilha's School Group, by the year of 1949, considering the range of school records found in Farroupilha's State College Archive, old school group, about this period of time. To accomplish this narrative the theoretical and methodological assumptions of *Cultural History* guided the analysis, especially with the contributions of the historians Le Goff (1996), Ginzburg (2001, 2007), Chartier (1994, 2002, 2009), Burke (2008) and Pesavento (2008a, 2008b). The methodology consisted in the documental analysis of photographs and written documents such as enrollment books, pedagogical meetings books, civic celebrations books, books containing the history teacher, daily school book, among other sources located in the archive of Farroupilha's State College (Farroupilha/RS). Moreover, it was consulted newspapers, reports, regulations and decrees in other archives, as well as oral statements made by other researchers. The produced study was divided into five chapters, beginning with the initial considerations, where it was specified the path build and the choices made during the research process. The second chapter aimed to understand the historical process of creation and implementation of Farroupilha's School Group in Nova Vicenza's context, then, the city of Farroupilha/RS, being possible to realize the experienced changes by this school in its early years of existence, as well as the production of a new school culture from the new building opened with the adoption of differentiated spaces, counting on the presence of other subjects, just like producing new school practices. The third and fourth chapter had premised attend to some constituent elements of the school culture of this institution, so in addition to weave a narrative about the school subjects, favoring students, teachers and directors, special attention was intended to the school practices produced in this space, throughout the 40s of the twentieth century, such as school festivities and the developed activities by the *Agricultural School Club*. Thus, it was found that through the action of "celebrate" this primary school "assumed" the role of internalizing patriotism, avoid forgetting the achievements of national and state history, as well as their heroes and symbols, in addition encouraging love and respect to the *Mother Country*, extolling the care and appreciation of the natural wealth for the country's progress, as well as emphasizing a prominently Brazilian culture at the expense of existing ethnic cultures. The result also point to the relevance that the *Agricultural Club* assumed in daily life of this school, since after a long period the rural education goes back again to be part of its educational background process, developing a social and educational work, approaching the knowledge of the school institution with the municipal context. In order to complete, it was introduced the final considerations which highlight the contribution of this narrative to the existing research in the field of history of school institutions at local, regional and national level, especially as regards the specific study of school groups.

Keywords: Nova Vicenza; Farroupilha; History of School Institutions; School Group; School Culture; School Subjects; School Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nova Vicenza, década de 30 do século XX.	32
Figura 2 - Igreja de São Vicente, década de 1910.	37
Figura 3 - Farroupilha, final na década de 30 do século XX.	48
Figura 4 - Quadro econômico de Farroupilha, 1948	50
Figura 5 - Rua Júlio de Castilhos, 1934.	53
Figura 6 - Rua Júlio de Castilhos, 1949.	53
Figura 7 - Solenidade de inauguração do novo prédio da Instituição.	64
Figura 8 - Prédio do Grupo Escolar Farroupilha, 1938	66
Figura 9 - Turma do Jardim de Infância (1942).....	83
Figura 10 - Turma do 1º ano B (1942).....	85
Figura 11 - Livro de Matrículas (1939-1943).....	90
Figura 12 - Comemoração do dia do professor, 1942	100
Figura 13 - Despedida do diretor Júlio Feijó, 1948.....	120
Figura 14 - Gabinete Médico-dentário, 1942	131
Figura 15 - Parada da Mocidade, 1942.....	144
Figura 16 - Pelotão de Saúde, 1942	145
Figura 17 - Demonstração de exercícios de Educação Física, 1944	150
Figura 18 - Jardim de infância, 1946.....	152
Figura 19 - Dia da árvore, 1942.....	160
Figura 20 - Bailado da Primavera, 1943.....	164
Figura 21 - Concurso de pandorgas, 1942	171
Figura 22 - Concurso de aviões e planadores, 1942	173
Figura 23 - Aula de viticultura, 1942.....	182
Figura 24 - Aula de Jardinagem, 1945.....	184
Figura 25 - Aula de fruticultura, 1945	185
Figura 26 - Atividades do Clube Agrícola, 1945	187
Figura 27 - Aula de horticultura, 1945	188
Figura 28 - Semana da Pátria, 1945.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Documentos preservados no ACEF e utilizados nesta pesquisa	25
Quadro 2 - Casas de comércio em Nova Vicenza (1921- 1923)	40
Quadro 3 - Prefeitos de Farroupilha (1935-1951)	47
Quadro 4 - Boletim do mês de setembro de 1929	72
Quadro 5 - Boletim do mês de junho de 1930.....	73
Quadro 6 - Idades dos alunos matriculados por classes (1931-1937)	75
Quadro 7 - Formação das professoras do Grupo Escolar (1927-1949)	103
Quadro 8 - Distribuição das professoras por classes, 1940	127
Quadro 9 - Celebrações do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1949)	135
Quadro 10 - Programação da Semana da Pátria de Farroupilha, 1943.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Demonstrativo da população escolar do Município de Caxias, 1927..	43
Tabela 2 - Número de alunos matriculados (1930-1937)	74
Tabela 3 - Número de alunos matriculados (1938-1949)	79
Tabela 4 - Profissão dos pais dos alunos (1939-1949)	86
Tabela 5 - Profissão das mães dos alunos (1939-1949).....	87
Tabela 6 - Mapeamento das residências dos alunos (1942-1949)	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Município de Farroupilha/RS.....	19
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABN – Arquivo da Biblioteca Nacional

ACEF – Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul/RS

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

CPOE/RS – Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2 O MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS E A IMPLANTAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR: “UMA CATEDRAL – BELA E MAJESTOSA!”	31
2.1 DE NOVA VICENZA A FARROUPILHA: “UM MUNICÍPIO VANGUARDEIRO”	31
2.2 DE GRUPO ESCOLAR RURAL DE NOVA VICENZA A GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA: “UMA CONSTRUÇÃO IMPONENTE”	58
3 REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS SUJEITOS DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA: OS PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA	70
3.1 OS (AS) ALUNOS (AS): QUEM ESTUDAVA NO GRUPO ESCOLAR?	70
3.2 AS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR: “EU COMECEI MOÇA, MUITO MOÇA E TRABALHEI SEMPRE ASSIM COM MUITA VONTADE”	92
3.2.1 Indícios da formação em serviço: “era um momento também onde a gente fazia um estudo das dificuldades, ou das ideias novas, modernas”.	105
3.3 OS (AS) DIRETORES (AS): SUJEITOS À FRENTE DO GRUPO ESCOLAR... ..	114
4 PRÁTICAS COTIDIANAS DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA...OU DAS “MIL MANEIRAS DE FAZER COM”	122
4.1 AS FESTIVIDADES NO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA: FESTEJANDO PARA REMEMORAR	133
4.1.1 Festejos da <i>Semana da Pátria</i>.....	138
4.1.2 Festejos do <i>Dia da Árvore e da Primavera</i>	154
4.1.3 Festejos da <i>Semana da Asa</i>	165
4.2 AS PRÁTICAS RURAIS DO CLUBE AGRÍCOLA: INCENTIVANDO “O AMOR À TERRA”	176
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS	204

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história não é um fio — o fio do tempo —, é um emaranhado de nós e de cordas que se entrelaçam.

(Antonio Nóvoa, 2015).

O Grupo Escolar Farroupilha iniciou sua história no dia 27 de agosto de 1927, com a denominação de *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, a partir da reunião de duas escolas isoladas estaduais que existiam na área central de Nova Vicenza, na época distrito do município de Caxias.

Por meio do Decreto nº 3.867, de 5 de julho de 1927, o governo do Rio Grande do Sul, sob a administração de Borges de Medeiros, determinou a instalação de dois grupos escolares rurais no Estado, sendo um deles o grupo escolar em estudo. Ao que tudo indica, a referida escola surgiu com a finalidade de ministrar os ensinamentos práticos e rudimentares de agricultura para meninos e meninas da localidade. Cabe pontuar que se trata, portanto, do primeiro grupo escolar a ser implantado no distrito de Nova Vicenza, passando, posteriormente, a município, denominado Farroupilha.¹

No entanto, o *Grupo Escolar Rural*, ao longo das décadas de 1930 e 1940 do século XX, passou por diversas modificações em torno de seu processo histórico educacional, acompanhando, evidentemente, as transformações ocorridas na sociedade, assim como nos rumos da educação estadual e federal, até a sua organização em um espaço próprio e planejado, edificado em 1938, passando a identificar-se oficialmente como Grupo Escolar Farroupilha no ano de 1944, uma vez que atuou em espaços improvisados e sob outras denominações, como *Grupo Escolar de Nova Vicenza*, *Grupo Escolar Irene Guerra Flores da Cunha* e *Grupo Escolar de Farroupilha*, sobre os quais me aprofundarei no decorrer do estudo.

Ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas, situadas no campo da história da educação, têm possibilitado uma compreensão sobre a emergência e a implantação dos grupos escolares no Brasil, em diferentes períodos e contextos, permitindo uma infinidade de reflexões e representações acerca da historiografia dos grupos escolares brasileiros, na “organização da cultura escolar primária e na constituição da infância”

¹ Em 1934, Nova Vicenza deixa de ser distrito de Caxias para ser elevada à condição de município de Farroupilha.

(VIDAL, 2006, p. 19).

Por *grupo escolar* entendo o novo modelo de organização escolar do ensino público primário, implantado primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, no final do século XIX, expandindo-se, paulatinamente, para outros Estados do país, ao longo do século XX, em meio aos discursos de uma educação laica, obrigatória e gratuita, bem como “com a difusão das práticas e dos princípios europeus e norte-americanos de escolarização” (VIDAL, 2006, p. 10).

O modelo proposto pelos grupos escolares previa uma série de modificações na organização didático-pedagógica do ensino, entre elas a adoção de espaços específicos e de novos métodos de ensino-aprendizagem, assim como o emprego do tempo, da formação de classes “homogêneas”, com alunos divididos por idades e por grau de adiantamento, com um professor para cada classe, sob o controle de um diretor, entre outras modificações fundamentadas nas concepções de modernidade e de inovação educacional (SOUZA, 1998).

Vale destacar que os primeiros grupos escolares foram instalados nas capitais e nas cidades com um maior desenvolvimento econômico, uma vez que a sua organização dependia de investimentos significativos por parte do poder público. Nesse sentido, ao historiar um grupo escolar, deve-se ter ciência do contexto social da época em que foi organizado, atentando para as especificidades regionais e municipais, bem como para as particularidades de cada escola.

No caso específico do Rio Grande do Sul, o processo de criação dos grupos escolares esteve associado à instalação dos *colégios elementares*,² criados em 1909. Segundo Peres (2000, p. 76, grifos da autora), “[...] os colégios elementares significaram a adoção de um novo modelo escolar no Rio Grande do Sul e com isso a *reinvenção* de uma nova cultura escolar no contexto do ensino primário”.

A título de esclarecimento, os *colégios elementares* mantinham uma organização didático-pedagógica semelhantes a dos grupos escolares no restante do país, mas com outra nomenclatura. Inicialmente foram instalados nove *colégios* no interior do Estado, localizados nos municípios de Montenegro, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Bagé, Rio Pardo, Encruzilhada, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves.

De acordo com Luchese (2013, p.4): “[...] o critério para a escolha do local para a instalação do colégio, além da demanda, foi o oferecimento de local para instalação

² A respeito dos colégios elementares no Rio Grande do Sul, indico os estudos de Peres (2000) e Luchese (2013).

por parte das municipalidades”. Depois, gradativamente, os colégios foram sendo instalados em diversas cidades gaúchas.

Importa ressaltar que, ao lado do modelo escolar proposto pelos *colégios elementares*, mantiveram-se as escolas isoladas e foram instituídos os grupos escolares no Rio Grande do Sul, uma vez que, para estar na condição de *grupo escolar*, a escola deveria contar com uma matrícula de até 200 alunos e já “no caso dos colégios elementares, era necessário legalmente o número de 200 ou mais alunos matriculados” (PERES, 2000, p. 85).

Com a aprovação do Decreto nº 7.929, de 30 de agosto de 1939, que regulava o ensino das escolas primárias do Estado, as instituições públicas de ensino passam a ser apenas de dois tipos, ou seja, as escolas isoladas e os grupos escolares. Conforme assinala Peres (2000, p. 114), “na prática, desde meados da década de 30, a denominação grupos escolares, de forma indiferenciada para os colégios elementares e os próprios grupos escolares, já estava em uso corrente”.

É válido destacar que, durante os anos de 1930 a 1940, no século XX, os grupos escolares existentes no Estado passaram de 170 instituições, em 1937, para 518, em 1942. Isso significa que, em cinco anos, 348 novas escolas estaduais foram postas em circulação no Rio Grande do Sul.³ Esses dados são o resultado da atuação do Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, José Pereira Coelho de Souza, bem como do Interventor Federal, Oswaldo Cordeiro de Farias, sendo que desempenharam “um papel proeminente no campo educacional do Estado”, como pontua Quadros (2014, p. 119).

No decorrer desse período, em Farroupilha, são construídos três novos grupos escolares nas áreas rurais do município, assim como é edificado um novo e modelar prédio para abrigar o Grupo Escolar em análise, o que demonstra que houve estratégias no sentido de desencadear um projeto de nacionalização do ensino implantado durante o Estado Novo (1937-1945).

Considerando brevemente estes aspectos gerais em torno da implantação dos grupos escolares no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como a relevância do tema para a compreensão histórica do ensino público primário no país, reconheço a existência de

³ Os dados foram extraídos da página 11 do *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, D. D. Presidente da República, pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*. O documento foi produzido em 1943 e está localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na pasta *Documentos dos governantes, Relatório do Interventor Federal ao Presidente da República (1938/1943), Códice: A. 7. 36 (impresso)*.

diversas pesquisas que, a partir dos anos de 1990,⁴ se dedicaram a historiar os grupos escolares brasileiros, seja na sua implantação nos diferentes Estados, seja também em uma cidade específica, focalizando apenas uma escola ou “um grupo de escolas (geralmente o primeiro ou os primeiros grupos escolares instalados em determinada localidade)”, como destacam Souza e Faria Filho (2006, p. 22).

Entretanto, na construção de meu projeto de pesquisa, especialmente na elaboração do “estado da arte”, pude verificar a presença de poucos estudos acerca dos grupos escolares no Rio Grande do Sul, especialmente na Região Colonial Italiana do Estado,⁵ assim como a ausência de trabalhos científicos dedicados a investigar a história das instituições escolares no município de Farroupilha, inclusive e especialmente no que se refere ao Grupo Escolar pesquisado, o que se tornou um campo propício e desafiador para a investigação proposta.

Ressalto que o estudo de Peres (2000), referente aos grupos escolares no Rio Grande do Sul, e de Luchese (2007), acerca do processo escolar na Região Colonial Italiana do mesmo Estado, são referências importantes que muito contribuíram nos rumos deste trabalho, tanto pela produção de novos conhecimentos envolvendo a temática estudada, como pelos apontamentos indicando novas pesquisas. Peres (2000, p. 412), ao concluir sua tese, indica que “um estudo quantitativo do crescimento e da expansão dos colégios/grupos para outras regiões do estado seria bastante promissor” e Luchese (2007, p. 450), ao visualizar a riqueza de estudos possíveis na Região, indica entre esses o *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*.

Assim, a possibilidade de contribuir com as pesquisas acima, bem como com a história das instituições escolares em nível local, regional e nacional foram algumas das motivações que determinaram a escolha do meu objeto de pesquisa, além da minha identificação com o Colégio Estadual Farroupilha (antigo grupo escolar), uma vez que fiz parte de sua história como aluna e, nesse sentido, vale lembrar uma das considerações de Antonio Nóvoa (2015, p. 24-25), ao referenciar que:

⁴ A título de exemplo, cito as pesquisas de Faria Filho (1996), Souza (1998), Peres (2000), Teive e Dallabrida (2011), entre outras, bem como a obra organizada por Vidal (2006).

⁵ Ancorada em Luchese (2007, p.27), compreendo por Região Colonial Italiana do Estado: “às três primeiras colônias criadas e povoadas por imigrantes italianos que passaram a estabelecer-se, a partir de 1875, em Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias. Com o advento da República, em 1890, foram elevadas à condição de municípios Caxias do Sul (antiga Colônia Caxias) e Bento Gonçalves (reunindo Dona Isabel e Conde d’Eu). Em 1900, o município de Bento Gonçalves foi dividido em Garibaldi (correspondendo a Conde d’Eu) e Bento Gonçalves (Dona Isabel). Ao longo do século XX, novos municípios foram se desmembrando e emancipando”, entre esses o município de Farroupilha (Nova Vicenza) que, em 1934, emancipa-se de Caxias.

A prática científica é sempre, de uma ou de outra maneira, um ajuste de contas com a nossa vida. Se não encontrarmos aquilo que nos inquieta, as perguntas a que queremos responder, se não nos implicarmos por inteiro, jamais produziremos um trabalho com sentido para nós e para os outros.

Sendo assim, na presente análise, busquei responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como foi o processo histórico educacional do Grupo Escolar Farroupilha, entre os anos de 1927 a 1949, considerando sua história institucional sob a perspectiva das culturas escolares, especialmente com relação aos sujeitos e às práticas escolares produzidas no cotidiano da instituição?” A partir dessa questão central, diversos questionamentos surgiram ao longo da pesquisa, permitindo a construção de uma narrativa a respeito do Grupo Escolar Farroupilha, objetivando compreender o processo histórico de criação e de implantação da escola no contexto do município, assim como as suas culturas escolares, focalizando os sujeitos e algumas práticas escolares produzidas, sendo que, no decorrer da pesquisa, o olhar analítico sobre tais práticas colocou em evidência as festividades escolares e as atividades desenvolvidas pelo *Clube Agrícola Escolar* da instituição.

Quanto ao recorte temporal, o meu estudo parte do ano de 1927, momento em que são reunidas as escolas isoladas para a formação do *Grupo Escolar Rural* (posterior Grupo Escolar Farroupilha) até o ano de 1949. No entanto, ressalto que a escolha pela data final resulta da gama de registros escolares encontrados no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha (ACEF), uma vez que a maioria dos indícios referentes aos sujeitos e às práticas escolares correspondem à década de 1940, especialmente o acervo fotográfico.

Infiro que a decisão de estabelecer uma data para o fim do estudo não foi uma tarefa fácil, mas considerei os fatos de que, depois de 1949, as demais mudanças “oficiais” aconteceram: [1] em 1971, quando é autorizado o funcionamento do Ginásio Estadual Farroupilha, dividindo o espaço com o Grupo Escolar; e [2] em 1978, quando ambos foram unificados para compor a Escola Estadual de 1º Grau Farroupilha.⁶

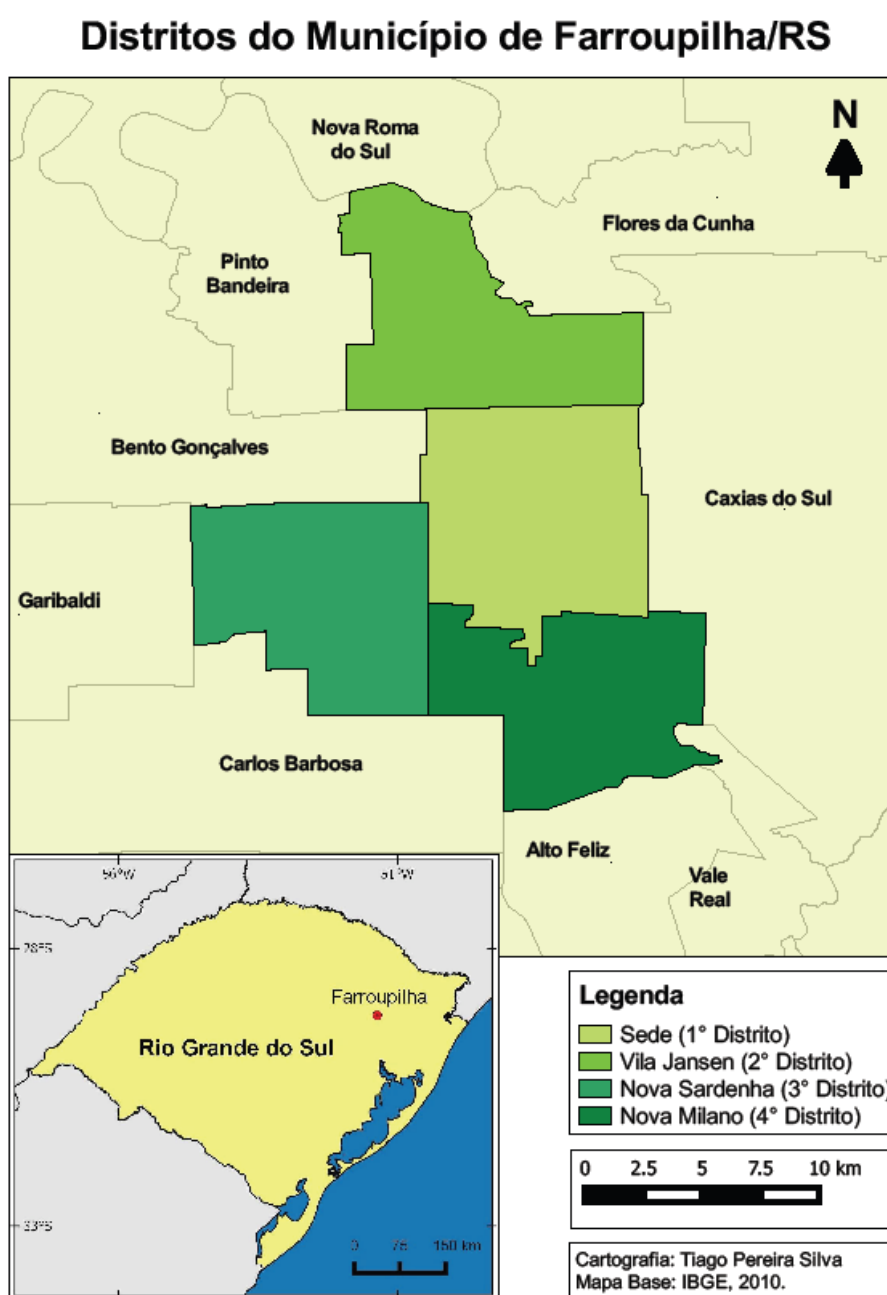
Assim, diante da impossibilidade de historiar este longo período, optei por investigar os primeiros vinte e dois anos da história da escola, embora pudesse escolher outra data e outro período. Considerando esse ponto de vista, a escolha pela data final da pesquisa foi uma opção pessoal desta pesquisadora a partir da construção do *corpus*

⁶ Hoje denominado de Colégio Estadual Farroupilha.

empírico.

Em relação à delimitação geográfica, o Grupo Escolar em estudo está localizado na área central do município de Farroupilha que, por sinal, se situa na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, aproximadamente a 110 km da capital Porto Alegre, fazendo divisa com os municípios de Nova Roma do Sul, Flores da Cunha, Pinto Bandeira, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa e Alto Feliz, como se pode verificar no mapa a seguir:

Mapa 1- Município de Farroupilha/RS



Destaco que o processo histórico de colonização dessa localidade inicia com a chegada dos primeiros imigrantes, predominantemente italianos, no final do século XIX, que, após terem os seus lotes de terras distribuídos, fundam o núcleo colonial de Nova Milano, hoje 4º distrito do município de Farroupilha.

Com o passar do tempo e distando aproximadamente 8 km de Nova Milano, é fundado, em 1881, o núcleo colonial de Nova Vicenza. Entretanto, devido ao acentuado crescimento econômico e populacional proporcionado pela sua localização próxima às estradas que conduziam às Colônias Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel,⁷ e também pela instalação da estrada de ferro e da estrada estadual Júlio de Castilhos, o Núcleo é elevado à condição de 3º e depois 2º distrito do município de Caxias.⁸ Porém, com o desenvolvimento ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, do século XX, em meados de 1934, Nova Vicenza deixa de ser distrito para tornar-se município de Farroupilha.

No Mapa 1, é possível constatar a delimitação do novo município incluindo as demarcações dos distritos que o compuseram. Assim, a constituição de Farroupilha ocorreu a partir da formação do distrito de Nova Vicenza (sede), incluindo também as localidades da Linha Jansen (2º distrito), Nova Sardenha (3º distrito) e Nova Milano (4º distrito). Essa divisão territorial permanece até os dias atuais.

Prosseguindo o roteiro deste escrito, para uma pesquisa que se propôs a investigar a história de uma instituição escolar, em um tempo e um espaço específico, é necessário esclarecer o que compreendo por história, uma vez que falo do lugar de uma professora de séries iniciais que está se constituindo como historiadora da educação.

Sendo assim, penso a história como “um emaranhado de nós e de cordas que se entrelaçam” (NÓVOA, 2015, p. 28) na tessitura cotidiana de uma determinada época. Penso a história como processo que, na sua complexidade, é atravessado por fluxos, relações, brechas, culturas, encontros, transformações, conflitos e silêncios. Além dessa concepção, também compreendo a história como uma narrativa (CHARTIER, 1994)⁹ e não como “a certeza” ou “a verdade do passado”. Isso, porém, não quer dizer, “de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro”, como destaca Chartier (2009, p. 13) ao citar Ginzburg (1999), mas é *um* conhecimento ou *uma* verdade diante

⁷ Atuais municípios de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves. No Mapa 1, é possível verificar a proximidade entre essas localidades.

⁸ Antiga Colônia Caxias, elevada a condição de município em 1900.

⁹ Para esse autor, o discurso histórico, “qualquer que seja sua forma, é sempre uma narrativa” (CHARTIER, 1994, p. 103).

da possibilidade de indícios, de olhares e de representações daquele que se propõe a narrar uma determinada história.

Cabe pontuar que, para realizar esta pesquisa, busquei apoio nos pressupostos teórico-metodológicos da *História Cultural*, uma vez que a sua corrente historiográfica foi mobilizada desde o início do estudo contemplando a escolha do objeto, o problema de pesquisa, as categorias de análise, a procura e o tratamento das fontes, bem como o diálogo entre teoria e *corpus* empírico que resultaram na narrativa que por ora apresento.

Entretanto, cabe a pergunta: Por que a *História Cultural*? Porque ela me permitiu pensar o passado de outra forma e, dessa vez, pelo *olhar* da cultura, procurando compreender as formas encontradas pelos sujeitos para dar sentido ao mundo (CHARTIER, 1991), assim manifestas “em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”, entre outras possibilidades, como reflete Pesavento (2008a, p. 17).

Além disso, acrescento ainda o fato de essa postura teórico-metodológica ter “abalado” minhas certezas estabelecidas, visto que me mostrou que “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra” (PESAVENTO, 2008a, p. 16). Assim, aprendi com a *História Cultural* e com seus historiadores Le Goff (1996), Ginzburg (2001, 2007), Chartier (1994, 2002, 2009), Burke (2008) e Pesavento (2008a, 2008b) a questionar “as verdades” contidas nos fatos históricos, nos documentos, nas memórias, sem desrespeitá-las, mas tendo a consciência de que são versões diferentes e muitas vezes, transitórias.

Desse modo, pensar a história do Grupo Escolar Farroupilha, a partir dos indícios do passado, utilizando as *lentes* da *História Cultural*, me oportunizou o entendimento de que é possível sim, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” nas palavras de Chartier (2002, p.16-17).

Assim, incluindo a realidade de uma determinada instituição escolar, sendo que o encontro entre a *História Cultural* e a *História da Educação*, deslocou a atenção dos grandes pensadores e intelectuais valorizados na história de cunho tradicional, para os *sujeitos ordinários* do cotidiano escolar e as culturas (re) produzidas neste espaço, bem como nas relações deste com o entorno, possibilitando uma infinidade de análises que permitem “pensar sobre algumas dessas questões de maneira mais lúcida” (BURKE, 2008, p.180).

Nessa perspectiva, ao historiar o Grupo Escolar pelo viés da *História Cultural*, privilegiando como categorias de análise os sujeitos e as práticas escolares, mobilizei os conceitos de *cultura escolar*, de *prática* e de *representação*.

Para uma pesquisa que procura investigar a história de uma instituição educativa, o conceito de *cultura escolar* é fundamental, pois “permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chaves que compõem o fenômeno educativo” (FARIA FILHO, 2008, p. 85), tais como os tempos, os espaços, os saberes, os sujeitos e as práticas escolares.

Assim, o conceito de *cultura escolar* é utilizado neste trabalho para compreender os modos de agir e de ser próprios dos sujeitos do Grupo Escolar Farroupilha, ou seja, o que foi produzido e reproduzido na tessitura do seu fazer cotidiano a partir de suas ações em consonância com o momento histórico vivido, com o entorno da escola e com as outras culturas que atravessaram de diferentes maneiras este espaço escolar, como as culturas políticas, religiosas, étnicas, regionais, entre outras.

A *cultura escolar* na perspectiva desenhada por Viñao Frago (1995, p.69) representa toda a vida de uma escola, pois como destaca o autor: “Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer”. Assim, dentre os estudiosos que abordam essa temática, busquei suporte em Viñao Frago para orientar minhas concepções acerca de tal conceito.

Em consonância com o autor, entendo que não existe uma única cultura escolar, sendo que cada instituição de ensino produz a sua cultura escolar específica e, por isso, seria melhor a utilização do termo “culturas escolares”, no plural. Dessa forma, é possível pensar que existem “tantas culturas escolares quanto instituições de ensino”, como salienta Vidal (2005a, p.35).

Nas concepções de Dominique Julia (2001), a *cultura escolar* é entendida como um objeto histórico e definida pelo autor como: “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10).

Portanto, Julia (2001) também auxilia o meu olhar em torno do funcionamento interior da instituição em estudo, ou seja, de suas culturas específicas, atentando especialmente para as práticas escolares que foram produzidas em seu cotidiano, uma vez que, ao investigar tais práticas me aproximo da “caixa preta” do Grupo Escolar

Farroupilha, buscando compreender, dentro do possível, o que ocorria “nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13), mas não com uma perspectiva de julgamento, mas de uma análise estabelecida a partir dos “resquícios” e das “pistas” encontradas.

Tendo em vista a análise específica acerca dos sujeitos que participaram ativamente da história do Grupo Escolar e da produção de suas culturas escolares em diferentes momentos, recorri aos estudos de Peres (2000), de Quadros (2006) e de Luchese (2007).

Além dos sujeitos, analisei as práticas escolares produzidas, sobretudo durante a década de 40 do século XX, compreendendo-as como *fazeres ordinários* ou cotidianos que se constituem na relação com o outro e na maneira como os sujeitos se apropriam dos saberes, dos tempos e dos espaços, dos diferentes discursos, assim como de outras culturas. Para tal, Chartier (2000) e Certeau (2014) ampliaram minha visão e compreensão em torno das práticas escolares *fabricadas* nos intra e extras muros da instituição pesquisada. Da mesma forma, busquei também subsídios na obra de Certeau (2014) para me apropriar dos conceitos de tática e de estratégia, relacionados às dinâmicas de vida dos sujeitos, seja no espaço escolar ou mesmo fora dele.

O conceito de representação também foi fundamental, uma vez que perpassou o tempo todo a produção desta narrativa. A partir de Ginzburg (2001), passei a entender este conceito de *(re) apresentar o mundo*¹⁰ em dupla via: como ausência e como presença. Nas palavras do autor: “a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001, p. 85).

Sustento que os vestígios investigados em minha pesquisa não foram pensados como a realidade do passado, mas como representações desse passado. Da mesma forma, a narrativa que produzo também é uma representação verossímil acerca do processo histórico educacional do Grupo Escolar, pois carrega as marcas das minhas escolhas enquanto pesquisadora e das minhas interpretações acerca dessa história.

Sendo assim, justifico a escolha do título de meu trabalho, pois esta pesquisa é “*Uma história do Grupo Escolar Farroupilha*”, sendo possível, entretanto, outros olhares, outras versões e outras representações. Assinalo que, além de Ginzburg (2001), Chartier (1991, 2002) e Pesavento (2008a, 2008b), também iluminaram minhas reflexões acerca desse conceito.

¹⁰ Pesavento (2008b, p. 13).

Com o objetivo de narrar esta história, utilizei a análise documental, pautada especialmente no método do “paradigma indiciário” proposto por Ginzburg (2007) em que o historiador se torna um pouco “Sherlock Holmes” ao investigar os “sinais”, os “indícios”, as “pistas” acerca do passado, contidos nos mais variados documentos para, então, tentar “decifrá-lo”.

Le Goff (1996) também se constituiu em uma importante referência para a análise realizada, pois, a partir desse historiador cultural, aprendi a investigar criticamente os documentos, sejam eles escritos ou não, enquanto monumentos, visto que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996, p. 545).

Com base no autor, compreendo que os documentos não são neutros, pois são produções humanas, fabricadas em um tempo e espaço por sujeitos dotados de opiniões, sentimentos e representações. Além disso, a preservação dos documentos ao longo do tempo também não deve ser considerada de maneira natural, uma vez que foram conservados por alguém e com alguma finalidade.

Sendo assim, o *corpus empírico* desta pesquisa foi composto, em sua maioria, pelas fotografias e pelos documentos escritos localizados no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha, antigo Grupo Escolar.

Vale assinalar que as fotografias estão organizadas em álbuns presentes na biblioteca deste Colégio e, ao que tudo indica, constam as legendas originais da época em que foram produzidas. As demais fontes escritas se encontram em um armário na secretaria da escola, em um espaço seguro e ventilado, próximo a uma das grandes janelas frontais do prédio escolar, sendo que estão separadas em caixas, ordenadas por datas e por nomenclaturas, o que facilitou o meu acesso a estes “indícios”.

Assim, ressalto ao leitor que, neste estudo, procurei utilizar as legendas já estabelecidas, tanto nos documentos escritos, quanto nas imagens.

Friso que os olhares cuidadosos dos atores que fizeram e fazem parte do Colégio permitiram a realização deste trabalho, pois a instituição escolar arquivava cuidadosa e organizadamente diversos vestígios da “memória” de sua história, uma vez que situações semelhantes a esta, muitas vezes são raras.

Deste modo, apresento a seguir um quadro síntese destacando alguns dos documentos preservados no Colégio, visto que foram manuseados e analisados por mim nestes dois anos de pesquisa.

Quadro 1- Documentos preservados no ACEF e utilizados nesta pesquisa

Documentos preservados no ACEF sobre o Grupo Escolar Farroupilha (1927-1949)	
Documentos escritos	Documentos fotográficos
Decreto Estadual nº. 1399, de 20 de dezembro de 1944.	Fachada do novo prédio (1938).
Histórico do Grupo Escolar de Farroupilha, datilografado pela direção da escola, em 20 de fevereiro de 1942.	Turma do Jardim de Infância (1942).
Histórico do Grupo Escolar Farroupilha, datilografado pela direção da escola, em 28 de setembro de 1973.	Turma do 1º ano B (1942).
Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Farroupilha, datilografado pela direção da escola, década de 90 do século XX.	Comemoração do dia do professor (1942).
Livro de Exames Finais (1899 a 1927).	Gabinete Médico-dentário (1942).
Livro de Matrícula da 22ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza (1916-1921).	Parada da Mocidade (1942).
Livro de Matrícula Grupo Escolar Rural (1930-1938).	Pelotão de Saúde (1942).
Livro de Matrícula Grupo Escolar de Farroupilha (1939-1943).	Demonstração de exercícios de Educação Física (1944).
Livro de Matrícula Grupo Escolar Farroupilha (1943-1949).	Jardim de infância (1946).
Livro Histórico dos professores (1940).	Dia da árvore (1942).
Livro Fichário dos professores do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1966).	Bailado da Primavera (1943).
Livro Fichário do Corpo Docente e demais Funcionários (1940).	Concurso de pandorgas (1942).
	Concurso de aviões e planadores (1942).
Livro Hora da Leitura (1944 a 1947).	Aula de viticultura (1942).
Livro Horas Pedagógicas (1948-1949).	Aula de fruticultura (1945).
Livro Círculo de Estudos (1947 a 1951).	Atividades do Clube Agrícola (1945).
Livro Atas Cívicas (1940-1951).	Aula de horticultura (1945).
Livro Atas Comemorações (1942-1949).	Semana da Pátria (1945).
Livro Diário da Escola (1940-1944).	
Programação da Semana da Pátria do município de Farroupilha, 1943.	
Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943.	
Reportagem publicada em 6 de julho de 2007, no Jornal O Farroupilha, em comemoração aos 80 anos do Colégio Estadual Farroupilha.	
Texto escrito pelo ex-diretor Antão de Jesus Batista, em 1942.	

Este quadro foi elaborado com o intuito de apresentar ao leitor a riqueza desses documentos e destacar a importância da guarda, da sistematização e da preservação dos

arquivos escolares para as pesquisas no campo da história da educação, sobretudo na vertente da história das instituições escolares, pois a escrita desta narrativa sobre o Grupo Escolar Farroupilha, com ênfase nos sujeitos e nas práticas escolares, só foi possível devido a este arquivo.

De acordo com o quadro acima, a maior parte da massa documental analisada refere-se à década de 40 do século XX, pois, com base nas contribuições de Peres (2000) e de Quadros (2006), entendo que nesse período ocorreu, no Rio Grande do Sul, uma preocupação mais efetiva em relação à documentação escolar por parte da Secretaria de Educação do Estado, possivelmente como um instrumento para “testemunhar” o trabalho realizado na instituição e também como uma forma de “controlar” o que ocorria neste espaço escolar.

Cabe destacar que, a partir da aprovação do Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado, em 1939, a escola passou a adotar novos livros como a *Ata de Comemorações*, o *Diário da Escola* e o *Fichário do Corpo Docente e Demais Funcionários*, entre outros documentos de ordem burocrática que deveriam ser arquivados na secretaria. De acordo com o *Capítulo XVI – Do Arquivo, Art.º 91*, deste Regimento Interno: “tudo o que constar no arquivo deve ser fichado e etiquetado pelo conteúdo (espécie, classe, data), de modo que possa ser facilmente utilizado, quando necessário”. Depois, com a criação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS), em 1943, entendo que outros documentos passaram a fazer parte do cotidiano dessa escola, tais como os livros destinados aos momentos de estudos do corpo docente, para citar um exemplo.

No entanto, destaco que, no decorrer da pesquisa, observei que muitos documentos da referida escola também foram descartados, tanto os de ordem administrativa, quanto os de ordem pedagógica como cadernos de alunos, diários de classe e trabalhos escolares. Todavia, pode-se dizer que muitos dos documentos que “sobreviveram” por motivos diversos ao descarte, aos desgastes causados pelo tempo, às diversas mudanças de prédio e de gestão escolar, nestes 88 anos¹¹ de existência do Colégio Estadual Farroupilha, são hoje utilizados em meu estudo para narrar alguns momentos de suas tantas histórias e alguns aspectos de suas culturas escolares, pois como destaca Vidal (2005c, p. 22):

¹¹ Tomando como ponto inicial desta história o ano de 1927, data em que é inaugurado o Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza e como ponto final o corrente ano de 2015, já se passaram 88 anos de história, uma vez que o Grupo Escolar pesquisado está em plena atividade, hoje com a nomenclatura de Colégio Estadual Farroupilha e com diversas modificações em torno de sua cultura escolar.

Integrando à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com o seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

Importa explicitar que, dentre o conjunto documental acessado e analisado ao longo da pesquisa, evidenciaram-se as fotografias, principalmente as que foram preservadas no Colégio a respeito do Grupo Escolar Farroupilha, como se pode verificar no quadro acima. Por isso, algumas breves considerações em torno dessas fontes são necessárias.

Destaco que as fotografias encontradas e apresentadas no percurso deste trabalho se constituíram em fontes riquíssimas de informação e de conhecimento, permitindo-me identificar, sobretudo, os sujeitos que escreveram esta história, algumas das práticas escolares produzidas por estes atores, bem como os cenários em que elas aconteceram.

As imagens são tomadas, nesta dissertação, como fragmentos de um determinado período da história do Grupo Escolar e como produções humanas, e, sendo assim, tenho ciência de que elas não são neutras, pois carregam as representações, as escolhas e os olhares dos fotógrafos que as registraram.

Assinalo que as reflexões de Kossoy (1989), de Pesavento (2008b) e de Vidal e Abdala (2005b) “educaram” o meu olhar para a “desmontagem” e para a “leitura” das imagens em minha pesquisa, atentando para os sentidos e para as finalidades de sua produção, bem como para as relações com a época e com o contexto histórico vivido.

Juntamente com os documentos escritos e os depoimentos orais¹², as imagens ajudaram a compor esta trama histórica, suscitando uma multiplicidade de interpretações acerca do passado dessa escola. Além do arquivo particular do Colégio, consultei outros arquivos físicos presentes, em especial, na Biblioteca Pública Olavo Bilac (Farroupilha/RS), no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS), no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS), bem como arquivos on-line no site da Biblioteca Nacional e no site da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC).

Nesses espaços, consultei as mais variadas fontes como jornais, fotografias, decretos, regimentos, relatórios e entrevistas realizadas por outros pesquisadores com o

¹² Destaco que os depoimentos orais foram encontrados em bancos de memória, localizados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS) e no acervo da Biblioteca Pública Olavo Bilac (Farroupilha/RS).

intuito de estabelecer conexões com o arquivo da escola e ampliar o meu rol de perguntas acerca do objeto pesquisado.

Para sistematizar a análise, a presente dissertação é apresentada em cinco capítulos, a saber:

As *Considerações Iniciais* que se constituem como o *primeiro capítulo*, com a intenção de explicar ao leitor o percurso construído e as escolhas realizadas como problemática de pesquisa, o objetivo geral, o recorte temporal e geográfico, as principais motivações, apoio teórico e a metodologia empregada, entre outras questões.

O *segundo capítulo*, intitulado *O município de Farroupilha/RS e a implantação do Grupo Escolar: “uma catedral – bela e majestosa!”* está organizado em duas partes. A primeira apresenta, de maneira sucinta, o processo de colonização do município de Farroupilha (RS), que se dá a partir da chegada à localidade dos primeiros imigrantes, predominantemente italianos, no final do século XIX, que formam o núcleo colonial de Nova Vicenza, mais tarde denominado de Farroupilha. Em seguida, contextualiza as décadas de 1920 a 1940 do século XX, com o intuito de situar o leitor a respeito do espaço em que a escola é organizada e constrói sua história institucional.

A segunda parte narra o processo de implantação desta instituição no contexto do distrito de Nova Vicenza, em 1927, como *Grupo Escolar Rural* e, em seguida, aponta as transformações sofridas por essa instituição ao longo dos anos, como as mudanças de prédio e de nomenclatura até a sua organização em um espaço próprio e planejado, edificado em 1938, passando a denominar-se oficialmente, em 1944, como *Grupo Escolar Farroupilha*.

Os capítulos posteriores direcionam o olhar para o interior da instituição em estudo, atentando, especialmente, para alguns elementos constitutivos de suas culturas escolares como os sujeitos e as práticas cotidianas.

O *terceiro capítulo*, intitulado *Representações acerca dos sujeitos do Grupo Escolar Farroupilha: os protagonistas desta história* tece uma narrativa acerca dos sujeitos que ajudaram a escrever a história do Grupo Escolar Farroupilha, ao longo dos anos de 1927 a 1949. Sendo assim, divide-se em três subcapítulos:

O primeiro delinea o perfil do corpo discente da instituição, dentro do recorte temporal estabelecido, principalmente a partir dos indícios localizados nos Livros de Matrícula da escola pesquisada. Crianças e jovens de nacionalidade brasileira, de diferentes idades, oriundos de vários setores sociais, em sua maioria filhos e filhas de trabalhadores urbanos e agrícolas, assim como em menor escala, de pessoas ilustres da

comunidade e com ocupações bem remuneradas, entre outras questões observadas.

O segundo apresenta as professoras que fizeram parte da história do Grupo Escolar Farroupilha nos diferentes momentos de sua trajetória institucional. Um corpo docente formado unicamente por mulheres, inicialmente professoras *leigas*, depois complementaristas e normalistas, em sua maioria, provenientes da *camada média* da população que ingressavam no magistério ainda muito jovens, assumindo desde cedo as responsabilidades do *fazer docente* e as *representações* do ser professora.

Na sequência, este subcapítulo aborda os momentos de formação em serviço vivenciados pelas professoras no interior da instituição, nos anos 40 do século XX, sobretudo a partir das memórias da professora Olga Ramos Brentano e dos registros contidos nos *Livros Hora da Leitura, Horas Pedagógicas e Círculo de Estudos*, preservados no arquivo escolar do Colégio Estadual Farroupilha. Momentos destinados à formação docente, importantes para o aprendizado e para a discussão de novas ideias com base nos princípios, finalidades, ideais, práticas e métodos fundamentados pelas concepções da Escola Nova que orientaram a reforma educacional no Rio Grande do Sul e o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS;

O ano de 1927 marca o início da história da instituição pesquisada e introduz em seu cenário um novo personagem: o diretor escolar. Portanto, o terceiro subcapítulo tece algumas considerações em torno dos (as) diretores (as) do Grupo Escolar, profissionais responsáveis por organizar e fiscalizar o ensino no interior da escola, respondendo pela ordem e pelo bom funcionamento da mesma.

O *quarto capítulo*, denominado *Práticas cotidianas do Grupo Escolar Farroupilha...ou das “mil maneiras de fazer com”*, apresenta algumas das práticas escolares produzidas na tessitura do fazer cotidiano dessa instituição, sobretudo na década de 1940 do século XX. Para uma melhor organização foi estruturado em duas partes.

Assim, partindo da perspectiva que os festejos marcaram o calendário dos grupos escolares como tempos de aprendizados, de memórias e de culto às tradições (re) inventadas, a primeira parte versa sobre as festividades, focalizando as comemorações em torno da *Semana da Pátria, do Dia da Árvore* e da *Primavera*, como também da *Semana da Asa* no Grupo Escolar Farroupilha, uma vez que as festas contribuíram para valorizar, difundir e exaltar o respeito e o amor à *Mãe Pátria*, sobretudo no período de vigência do Estado Novo (1937-1945).

A segunda e última parte dedica uma atenção especial às práticas desenvolvidas

pelo *Clube Agrícola* da escola, sendo que, por meio de sua organização, o ensino rural passa novamente a fazer parte do processo histórico educacional da instituição pesquisada e, conseqüentemente, das suas culturas escolares. Dessa forma, tomando como principal indício as fotografias, reveladoras da existência deste *Clube*, são abordadas atividades de viticultura, de jardinagem, de horticultura e de fruticultura.

Finalizo a dissertação com as *Considerações Finais* referentes à minha pesquisa, apresentando os resultados e retomando os aspectos que mais se destacaram no decorrer desta narrativa, assim como apontando algumas possibilidades para futuros estudos.

CAPÍTULO 2

O MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS E A IMPLANTAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR: “UMA CATEDRAL – BELA E MAJESTOSA!”

As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas.

(Sanfelice, 2007).

Partindo da perspectiva proposta por Sanfelice (2007), este segundo capítulo apresenta, ainda que de maneira sucinta, o processo de colonização do município de Farroupilha (RS), que se dá a partir da chegada à localidade dos primeiros imigrantes, predominantemente italianos, no final do século XIX, que formaram o núcleo colonial de Nova Vicenza, mais tarde, com a emancipação em 1934, denominado de Farroupilha.

Tendo como objetivo situar o leitor a respeito do espaço em que a instituição escolar pesquisada é organizada e constroi sua identidade, ao longo dos anos, contextualizo as décadas de 1920 a 1940 do século XX, recorte temporal deste estudo, analisando elementos que se referem ao desenvolvimento econômico, político, social, cultural e educativo da localidade.

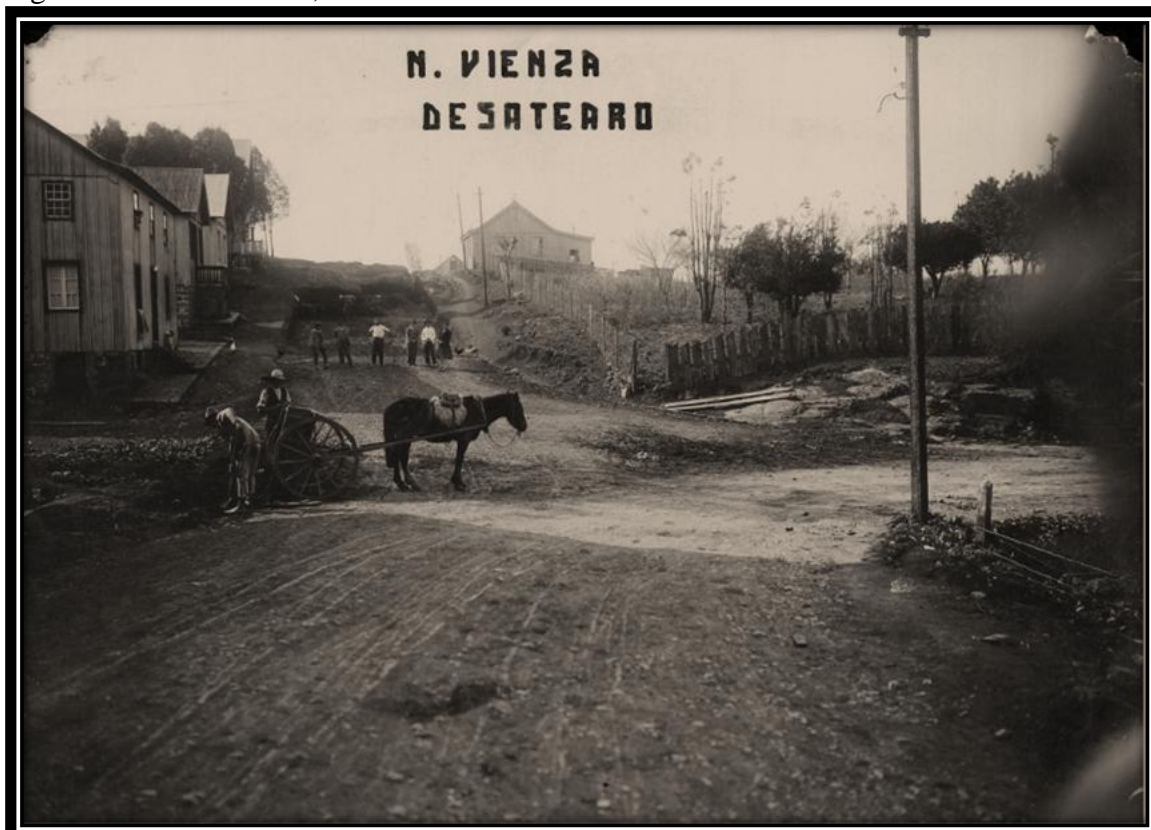
Por fim, depois desta primeira contextualização a respeito do entorno da escola, narro as representações construídas, neste cenário, acerca do processo de criação e implantação do *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, posteriormente denominado *Grupo Escolar Farroupilha*.

2.1 DE NOVA VICENZA A FARROUPILHA: “UM MUNICÍPIO VANGUARDEIRO”

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

(Italo Calvino, 1990).

Figura 1- Nova Vicenza, década de 30 do século XX.



Fonte: AHMJSA – Caxias do Sul/RS.

Utilizo a imagem acima para situar o leitor a respeito do espaço de onde parte minha investigação: o distrito de Nova Vicenza, haja vista que o Grupo Escolar Farroupilha surgiu em 1927, neste cenário, como apresentarei no decorrer do capítulo. Porém, para compreender um pouco sobre a história de Nova Vicenza, é necessário retomar, ainda que brevemente, o processo de colonização dessa localidade, que inicia com a chegada dos primeiros imigrantes, predominantemente italianos, no final do século XIX¹³.

De acordo com os estudos de Gasperin (1989), Montegutti et al. (1993) e Trentin (2002), por volta do ano 1870, o governo imperial brasileiro teria concedido trinta e duas léguas de terras na Encosta da Serra a João Sertório, presidente da Província do Rio Grande do Sul, para que fossem loteadas e ocupadas por imigrantes europeus. Segundo apontam as pesquisas citadas anteriormente, João Sertório teria solicitado a Luis Antonio Feijó Junior que organizasse uma expedição para explorar as regiões

¹³ No percurso desta pesquisa a monografia construída por Trentin (2002), focalizando aspectos em torno da emancipação de Farroupilha/RS, foi o único estudo acadêmico localizado sobre a história do município, os demais escritos são obras fundamentadas em pesquisas de cunho memorialístico e baseadas na compilação de documentos. Nesse sentido, reforço a importância de pesquisas científicas, sistematizadas e aprofundadas sobre o processo histórico deste município.

devolutas do Nordeste do Estado, fornecendo ao final do trabalho um relatório com informações a respeito do local.

Para Gasperin (1989, p.68), Feijó Junior:

[...] explorou o solo, estudou a natureza, recolheu amostras do chão e da flora, para serem analisadas no laboratório da Corte. O resultado foi que a Corte houve por bem declarar que a terra era boa para o povoamento. As terras se prestavam para o cultivo do milho, do trigo, das parreiras e demais cereais.

Depois de exploradas e demarcadas, a partir do ano de 1870, João Sertório determinou a constituição nessa região das colônias Conde d’Eu e Dona Isabel (LUCHESE, 2007). De acordo com Gasperin (1989, p. 68), em virtude do trabalho realizado, Feijó Junior “foi contemplado com uma Sesmaria de três léguas quadradas” a qual denominou de *Sertorina*, em suposta homenagem a João Sertório.¹⁴ Durante um longo período, essa Sesmaria permaneceu desabitada até começar a ser povoada a partir de 1881, como explicarei mais adiante.

O governo do Rio Grande do Sul, dando continuidade à colonização das terras devolutas da Região Nordeste, em 1873, iniciou a medição de terras próximas “à margem direita do Rio Caí” (DE BONI; COSTA, 1982, p. 65), criando, em torno do ano de 1875, a Colônia Fundos de Nova Palmira, mais tarde denominada de Caxias. Segundo Luchese (2007, p. 58), “já no mesmo ano de sua criação, Caxias passou a receber levas de imigrantes, juntamente com Dona Isabel e Conde d’Eu”.

Dessa forma, segundo apontam os estudos de Costa e Gardelin (2000), Schneider e Gauer (2009), em maio de 1875,¹⁵ chegam à Colônia Fundos de Nova Palmira, entre outros italianos, as famílias de *Luigi Sperafico*, *Tommaso Radaelli* e *Stefano Crippa* que, após terem os seus lotes de terras distribuídos, fundam o núcleo colonial de Nova Milano.

De acordo com Braga (2005, p. 14), esses italianos “foram os três primeiros chefes de família a chegar com o propósito de enraizar-se em um novo *paesi*” (grifo meu) e, segundo os vestígios sinalizam, a partir da chegada desses imigrantes é que

¹⁴ Segundo a pesquisa de Gasperin (1989, p. 67), “Luis Feijó era fazendeiro, natural de Bom Jesus [...]. Ainda moço, mudou-se para Pelotas. Nessa cidade conheceu João Sertório, do qual se tornou amigo e mais tarde compadre e companheiro de negócios”.

¹⁵ Conforme pontua Bergozza (2010, p. 27), “A vinda dos imigrantes italianos, a partir de 1875, para o Rio Grande do Sul, mais precisamente para a Região Nordeste do Estado, praticamente completou a fase de povoamento de um local de difícil acesso, até então inóspito, visto que, em outros locais da Província, a colonização já estava praticamente consolidada com açorianos e alemães”.

inicia a ocupação da Região, e, por esse motivo, Farroupilha é considerada o berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul, pois é nessa localidade que tem início o processo de formação dos municípios que compõem a Região Colonial Italiana do Estado, entre eles Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis, entre outros.

Porém, é interessante salientar que encontrei poucos indícios sobre esses italianos, pois os documentos que permanecem da época são os passaportes de *Sperafico*, *Radaelli* e *Crippa*, referidos acima, os quais se encontram em forma de monumento na praça de Nova Milano, 4º Distrito de Farroupilha, sinalizando a presença deles, a partir de maio de 1875, no processo histórico de constituição de Nova Milano e depois, de Farroupilha.

Nova Milano, por ter sido povoada inicialmente, foi considerada como sede das colônias, mas, conforme ressaltam Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), em 1876, a sede passou a localizar-se na Colônia Fundos de Nova Palmira, mais tarde denominada de Colônia Caxias¹⁶.

Enquanto o núcleo de Nova Milano e as Colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu, desenvolviam-se, a Colônia Sertorina permanecia inabitada. Segundo Gasperin (1989), essa Colônia começou a ser povoada a partir do ano de 1881, como já mencionado, quando o seu proprietário Luis Antonio Feijó Junior “mudou-se com a sua família para a sua Sesmaria, ocupando a sua parte ao leste, nas proximidades da Colônia Caxias” (GASPERIN, 1989, p. 147), passando a lotear e a vender aos imigrantes as terras de sua propriedade. Ainda conforme destaca Gasperin (1989, p.147), nesse período, “Feijó Júnior fundou um núcleo de imigrantes italianos, trevisanos e vicentinos” que denominaram a localidade de Linha Vicenza e mais tarde de Nova Vicenza.

Os indícios da época apontam que Nova Vicenza teve um acentuado crescimento econômico e populacional, devido à sua localização próxima às estradas que conduziam às Colônias Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel, o que facilitou a instalação e o desenvolvimento de pequenas casas de comércio, pois, conforme ressaltam Giron e Bergamaschi (2001, p. 59):

É o comércio que modela a colônia e organiza seu espaço econômico. Na medida em que são abertas casas comerciais surgem serviços ligados às

¹⁶ Para uma maior compreensão sobre o processo de constituição da Colônia Caxias, sugiro ver as pesquisas de Giron (1977), Gardelin e Costa (1993), Machado (2001), Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), Luchese (2007) e Bergozza (2010).

necessidades do comércio como: casas de pasto, botequins e oficinas, ferrarias, selarias, hotéis, entre outros.

Nesse sentido, é interessante destacar que a economia de Nova Vicenza em seus primeiros anos de existência girava em torno, principalmente, de pequenas casas comerciais, sem esquecer, é claro, dos artesãos, trabalhadores autônomos e da venda de produtos coloniais e agrícolas, como a produção do vinho e da banha de porco (LINS, 2013).

Um fator importante a considerar na história e no desenvolvimento de Farroupilha é a construção em 1910 da estrada de ferro que ligava Caxias a Porto Alegre, facilitando o comércio dos produtos fabricados nas Colônias com outras Regiões do Estado, pois, nas palavras de Trentin (2002, p. 20):

A comunicação com a serra gaúcha não tinha a facilidade proporcionada pelo transporte fluvial, como ocorria com as cidades implantadas às margens dos rios Jacuí, Taquari, Caí e Sinos. As estradas de terra, primeiro, e, logo em seguida, as ferrovias, permitiram que o transporte de riquezas e o deslocamento de pessoas se fizesse com mais facilidade.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a Estação Férrea foi desejada pelos moradores, em virtude do progresso que ela representava, também foi alvo de discórdias entre milaneses e vicentinos, pois cada localidade queria o trem circulando em sua comunidade. Nova Milano “reivindicava preferência sobre a estrada, pelo privilégio de ter sido o berço da colonização italiana” (GASPERIN, 1989, p. 150) e Nova Vicenza, por concentrar nesse período o centro “urbano” da localidade. Por fim, a estação férrea não passou por nenhuma dessas terras, mas sim no meio dos dois vilarejos “lugar em que até então era menos povoado” (LINS, 2013, p. 50).

Historicamente, a construção da Estação Férrea originou aos poucos um novo núcleo populacional ao seu redor, pois “conseguiu concentrar um bom número de casas comerciais, tornando-se assim um forte ponto de referência para a época” (LINS, 2013, p. 51). Segundo Gasperin (1989, p. 151) (grifos meus), o lugarejo criado próximo à Estação ainda não tinha nome e, para distingui-lo, “começaram a dizer: Nova Vicenza *Velha* e Nova Vicenza *Nova*. Por ser a estação que polarizava todo o movimento, o núcleo ao seu redor passou a ser a verdadeira Nova Vicenza”.

É interessante destacar que, nesse período, Nova Vicenza recebeu um número significativo de imigrantes alemães, atraídos, segundo Gasperin (1989, p. 151), “pela

perspectiva de progresso”, o que contribuiu para o desenvolvimento econômico e cultural da localidade.

Também deve ser considerada, em 1911, a construção da estrada estadual Júlio de Castilhos. Esta estrada saía de São Sebastião do Caí, passava por Nova Milano, depois pela Estação Nova Vicenza e seguia até Antônio Prado. Conforme indica a pesquisa de Trentin (2002, p. 11), “a estrada transformou Nova Vicenza em centro comercial da região, escoadouro de toda a produção da zona rural”. Fica evidente que essa transformação não ocorreu de forma imediata, mas foi acontecendo paulatinamente no contexto da localidade.

No meu entendimento, a construção da estrada de ferro bem como da estrada estadual Júlio de Castilhos foram iniciativas importantes para o desenvolvimento de Nova Vicenza. Penso que foi devido ao crescimento populacional, social e financeiro que, por meio do Ato nº 84, de 31 de dezembro de 1917,¹⁷ Nova Vicenza deixa de ser Colônia para ser elevada à condição de 3º Distrito de Caxias.

Além dos aspectos econômicos, destaco, no contexto de Nova Vicenza, a construção da Igreja de São Vicente, símbolo pioneiro da manutenção da fé nessa comunidade. Utilizo a expressão “símbolo pioneiro” por entender que essa Igreja foi a primeira construção religiosa da área urbana do município de Farroupilha, datada de 1886.

Luchese, em sua obra (2007, p. 91), destaca:

[...] a maioria dos imigrantes eram católicos e trouxeram da Itália uma religiosidade com práticas e valores diferenciados daqueles aqui vivenciados. Acostumados com a presença próxima do padre e de reunir-se nos dias santos para orações e festividades, a alternativa encontrada foi o associativismo local e o empreendimento comunitário na construção da capela. Houve uma reconstrução do mundo religioso que permitiu a manutenção cultural e moral dos italianos.

A fotografia a seguir apresenta à igreja construída pelos moradores da comunidade. A primeira capela foi edificada em madeira, mais tarde foi substituída pela construção em alvenaria. Além de reconhecer a Igreja de São Vicente¹⁸ como uma representação de fé e de religiosidade importantes ao universo cultural dos vicentinos, entendo que se associam a ela as primeiras mobilizações por uma escola na comunidade, já que é no entorno da igreja que vão sendo construídos “outros elementos

¹⁷ O Ato nº 84, de 31 de dezembro de 1917, encontra-se depositado no AHMJS- Caxias do Sul/RS.

¹⁸ Na Figura 2, apresento a Igreja de São Vicente, mas destaco que não foi possível identificar a que se refere o momento retratado.

socialmente necessários” ao dia a dia dos imigrantes (LUCHESE, 2007, p. 91), como, por exemplo, as escolas.

Figura 2 – Igreja de São Vicente, década de 1910.



Fonte: Lins (2013, p. 37).

Dessa maneira, no que se refere aos aspectos educacionais de Nova Vicenza, destaco o documento abaixo como um indício que me leva a crer na importância destinada à escola pelos italianos e seus descendentes nessa localidade. O documento, datado de 1897, solicita ao governo local uma aula para a comunidade, como se pode observar abaixo:

Ilmo. Cidadão Intendente Municipal de Caxias. Dizem os abaixo assinados moradores do núcleo Nova Vicenza, da colônia Sertorina, que aquele lugar precisaria de uma escola mista. Ali tem-se no perímetro de uma légua perto de cem famílias que poderiam utilizar-se da escola. A Nova Vicenza dista 6 léguas da sede de Caxias e 5 do núcleo São Marcos; e por conseguinte os moradores da dita localidade impossibilitados de aproveitar-se das aulas abertas pelo Estado em outros lugares em vista de uma tamanha distância. Na Nova Vicenza acha-se uma capela administrada pelo Pe. Giacomo Brutomesso o qual também reconhece a necessidade de abrir-se uma aula neste lugar. Por isso os humildes abaixo assinados Vos pedem que Vos

digneis obter-lhes a aula pedida por ser esta de maior utilidade daquela povoação. P.P. Deferimentos. Caxias, 8 de janeiro de 1897. Assina o padre e mais 31 chefes de famílias. (ADAMI, 1981, p. 72 e 73).

Por meio dessa solicitação, nota-se a presença do padre, figura marcante e que frequentemente era solicitada para ajudar nas necessidades da comunidade. O pedido acima sinaliza que uma das escolas de Nova Vicenza (talvez, a primeira) surgiu por iniciativa das famílias da comunidade e pelas fontes consultadas, entendo que o pedido do padre e dos pais foi atendido, pois, no ano de 1899, encontrei registros de uma escola, localizada nas imediações da comunidade, próxima à Igreja de São Vicente, funcionando em um casarão de madeira com o nome de *Aula de Nova Vicenza*, inicialmente destinada para meninos.

Entretanto, pude constatar a carência de registros a respeito das primeiras escolas organizadas em Nova Vicenza, embora, ao investigar a documentação sobre o processo de constituição do Grupo Escolar Farroupilha, tenha encontrado um *Livro de Atas* referente ao período de 1899 a 1927 que apresenta os registros dos exames finais,¹⁹ bem como as mudanças sofridas por essa *Aula* nos anos referidos acima, com transformações na nomenclatura, no quadro docente e na cultura escolar da instituição como, por exemplo, a existência do ensino misto em 1909. Os indícios presentes nesse documento escolar me levaram a entender que essa *Aula* de Nova Vicenza, mais tarde identificada com o nome de *5ª Aula Pública e Mista*, tornou-se uma das escolas isoladas reunidas para a constituição do grupo escolar em estudo, como apresentarei no próximo subcapítulo.

Torna-se relevante ressaltar também que há registros, do ano de 1916, de outra escola funcionando próxima ao espaço da Estação Férrea, denominada de *22ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza*.

Ainda quanto às estratégias de escolarização, cabe salientar que existem indícios de uma escola confessional fundada pelas Irmãs Carlistas,²⁰ próxima à Igreja de São Vicente e também a *Aula de Nova Vicenza*, funcionando no local durante os anos de 1917 a 1922, quando, então, é transferida para as proximidades da estrada de ferro, na área pertencente a Nova Vicenza “Nova” (SCHNEIDER E GAUER, 2009).

Provavelmente existiram outras escolas afastadas da área central de Nova Vicenza que não chegaram a ser contabilizadas em virtude de que muitas daquelas

¹⁹ Ver Fernandes e Luchese (2014).

²⁰ Hoje, essa escola chama-se Colégio Nossa Senhora de Lourdes e está sendo estudada pela pesquisadora Gisele Belusso, colega do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul.

Aulas funcionavam em espaços improvisados. Já se tem conhecimento, através dos escritos pelos estudiosos da área, que muito descaso ocorreu por parte do governo com a educação e, em se tratando de comunidades do interior, tal desinteresse era ainda maior.

O estudo de Ribeiro (2004) indica que, nesse período, a maioria das escolas que foram sendo organizadas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul podem ser classificadas em três categorias: a) escolas particulares italianas; b) escolas italianas apoiadas pelo governo italiano; e c) escolas paroquiais italianas.

As escolas particulares italianas, ou escolas étnico-comunitárias, eram aulas isoladas, criadas e mantidas pela comunidade, ministradas em língua dialetal e “sob regência de um colono que fosse mais instruído ou que tivesse alguma experiência escolar na Itália” (RIBEIRO, 2004, p. 149). Eram aulas organizadas para fornecer os conhecimentos básicos de leitura, de escrita e de cálculo, sem a intenção de cultivar a memória da Pátria distante, diferentemente das características das escolas italianas apoiadas pelo governo da Itália, que poderiam ser mantidas pelas associações de mútuo socorro, pelos agentes consulares ou subvencionadas pelo governo italiano. A autora ressalta que:

Não há dúvida que a intenção do governo italiano, ao incentivar a apoiar as atividades culturais e particularmente as escolas italianas, por meio de associações, foi o de manter os laços do emigrado com a Itália. Retardar o aprendizado da nova língua, retardar a integração sociocultural dos emigrantes e de seus descendentes significam assegurar recursos financeiros e manter um estado de colonialismo em relação ao Brasil. (RIBEIRO, 2004, p. 158).

Como última categoria apresentada pela pesquisadora, as escolas paroquiais eram escolas mantidas, como o nome sinaliza, pela paróquia da comunidade. Ribeiro ainda destaca em seu estudo a presença de uma escola paroquial para meninos, criada na comunidade italiana de Nossa Senhora de Caravaggio (hoje pertencente ao município de Farroupilha) em 1903. O ensino era ministrado em língua italiana e, após o término da aula, o professor ensinava o catecismo. O Pároco, D. Domenico Poggi, era o superintendente da escola e tinha liberdade para inspecionar os livros e acompanhar as aulas.

A utilização do dialeto e a conservação da fé cristã foram algumas das características dessa tipologia escolar que, segundo a autora, “contribuiu para a preservação e a construção de uma identidade de *colonos italianos católicos*” (RIBEIRO, 2004, p. 1630) (grifos da autora).

Nesse sentido, entendo que tanto as aulas étnico-comunitárias quanto as aulas mantidas pelo governo italiano, bem como as aulas paroquiais foram muitas vezes a alternativa encontrada para fornecer o mínimo de instrução possível aos filhos dos imigrantes das diferentes localidades da Região.

Em meados do ano de 1920, Nova Vicenza é elevada à condição de 2º Distrito de Caxias, permanecendo subvencionada ao município até 1934. Nesse período, o Distrito contava com linha telefônica, correio, casas de moradias e um conjunto significativo de estabelecimentos comerciais, como se verifica a partir dos dados presentes no quadro abaixo:

Quadro 2 - Casas de comércio em Nova Vicenza (1921-1923)

Estabelecimentos	Proprietários
Armazém	Waldemar Beling
Armazém	Abel Prezzi
Artigos de montaria	Ferdinando Dinardi
Bebidas	Antonio Moretto
Bebidas	Antonio Tedesco
Bebidas	Annuncio Arsego
Bebidas	Angelo Bianchi
Bebidas	Antonio Zaniol
Bebidas	Antonio Venturella
Bebidas	Annibal Zanfeliz
Bebidas	Beijamin Caberron
Bebidas	Domingos Foresti
Bebidas	Guilherme Molon
Bebidas	Luiz Armagni
Bebidas	Luiz Fossati
Bebidas	Thomaz Beneditte
Bebidas	Vicente Roa
Fazenda de secos e molhados	Pedro Fetter
Fazenda de secos e molhados	Fredolino Zimer
Fazenda de secos e molhados	Humberto Jaconi
Fazenda de secos e molhados	Victorio Tartarotti
Ferragens	Caetano Angela & Cia
Jóias	Carlos Beltrani
Secos e molhados	Pedro Zanella

Fonte: Relatório da Intendência Municipal de Caxias do Sul, 1921-1923, p. 100-101. AHMJSA – Caxias do Sul/RS.

Ao apresentar o quadro acima, tenho ciência de que os dados podem estar incompletos, pois é possível que tenham existido outros estabelecimentos comerciais que não chegaram a ser contabilizados no Relatório. Mesmo assim, essas informações são pertinentes para a compreensão do desenvolvimento da economia local. Ainda, a partir das contribuições de Luchese (2007, p. 76), é possível considerar que o desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais apresentados possa estar relacionado com o processo educacional da Região, pois segundo a autora “se não houvesse um

número significativo de imigrantes com certo grau de conhecimento, com alguma formação, em muitos casos até com práticas em alguma atividade diversas da agrícola”, ele teria demorado mais para acontecer.

As casas de armazéns e de secos e molhados, como apontam De Boni e Costa (2000, p. 21):

[...] desempenhavam as funções hoje atribuídas ao supermercado, ao banco, à transportadora e à manufatura de produtos primários. Lá o colono encontrava tudo o que necessitava, e a ela entregava os próprios produtos, já que as dificuldades de transporte impediam-no de levá-los diretamente aos centros consumidores.

Nota-se também um número significativo de estabelecimentos que se dedicavam à produção de bebidas, provavelmente eram cantinas, destinadas a fabricação e a venda do vinho. Por existir, entretanto, a presença de proprietários de ascendência alemã frente ao comércio de bebidas.

No que se refere aos aspectos culturais da localidade, destaco a existência, no final dessa mesma década, do Cinema Guarani. Segundo o estudo de Pozenato e Giron (2007),²¹ o cinema foi instalado por Alécio Cauduro em um prédio de madeira localizado na Rua Júlio de Castilhos. De acordo com as autoras, a descrição do espaço interno do Cinema Guarani era a seguinte:

A plateia acomodava cerca de 600 pessoas. Inicialmente, as cadeiras eram em estilo colonial simples, com o assento de palha trançada, depois foram colocadas poltronas mais atualizadas, mas ainda não estofadas. Eram de madeira, fixas, com assento dobrável. Aos lados, havia dois corredores. Entre a sala de entrada e a de projeção havia uma meia parede que servia de balaustra. A cabine de projeções ficava mais elevada que a sala destinada à plateia e para chegar a ela havia uma escada. A sala era provida de um palco para apresentações teatrais. [...] Na entrada havia a bilheteria, e logo após um balcão, onde eram vendidas balas. (POZENATO; GIRON, 2007, p. 45).

O Cinema funcionou até a década de 1950, quando foi vendido para a família Bolognese que fechou o espaço e instalou no local uma loja de calçados. Lins (2013) destaca, como outros espaços de sociabilidade, a existência do Veraneio Blauth e Haupt, localizado no Desvio Blauth, localidade próxima a Nova Vicenza e colonizada, predominantemente, por imigrantes e descendentes alemães. Também havia o Veraneio Matt, localizado próximo à Estação Férrea. Segundo a autora, este último:

²¹ Acerca do processo de constituição dos cinemas da Região Nordeste do Rio Grande do Sul, ver Pozenato e Giron (2007).

Foi um dos hotéis mais procurados por turistas que vinham à Serra Gaúcha. Era uma das principais opções de lazer da região. Além de pessoas de outras cidades, concentrava grande público farroupilhense nos finais de semana, principalmente aos domingos, quando as famílias se encontravam. (LINS, 2013, p. 57).

Já Trentin (2002, p. 79) sinaliza para a existência do Clube Vicentino, “fundado no dia 18 de janeiro de 1914, que mais tarde passou a chamar-se Clube do Comércio, existente até hoje”. O referido clube foi cenário para importantes solenidades e comemorações do município, como os festejos em comemoração e emancipação do município nos anos posteriores.

Pelos vestígios analisados compreendo que esses quatro lugares teriam sido os principais pontos de lazer da comunidade, porém não posso precisar se tais espaços eram destinados a todos os cidadãos de Nova Vicenza ou somente a uma pequena parcela da população. É pertinente frisar que podem ter existido outros espaços sociais destinados ao lazer que ainda não foram identificados.

Nesse sentido, questiono: Se existiram outros espaços, como eram? A que público se destinavam? Existiam lugares para a celebração das culturas étnicas? Existia algum lugar destinado especialmente à juventude da época? Se existiu, como era? Como funcionava? Como a população local se apropriava desses espaços destinados ao lazer, à descontração? Aos namoros? Para essas perguntas, assim como para tantas outras, ainda não tenho respostas, mas, de acordo com Chartier (2009, p. 12): “as brechas existentes entre o passado e a sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado” permitem reconstruir, de forma plausível, o contexto histórico de Nova Vicenza, mesmo com as diversas lacunas encontradas no decorrer da pesquisa.

Outro elemento importante a destacar na década de 20 do século XX é a organização do Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza, mais tarde denominado de Grupo Escolar Farroupilha, objeto de minha pesquisa. Nessa época, o governo estadual determinou a implantação de dois grupos escolares rurais no Rio Grande do Sul, sendo Caxias contemplada com uma dessas instituições como apresentarei a seguir.

Segundo o Relatório da Intendência Municipal, ao final dos anos de 1920, Caxias contava com as seguintes escolas:

Tabela 1- Demonstrativo da população escolar do Município de Caxias, 1927

Escolas	Número de alunos					
	Matriculados			Frequência média		
	M.	F.	Total	M.	F.	Total
Escolas Municipais	1614	1388	3002	1158	1003	2161
Escolas Paroquiais e religiosas	678	898	1576	613	821	1434
Escolas Estaduais	262	270	532	169	181	350
Colégio Elementar	145	195	340	123	162	285
Escola Noturna (Municipal)	37	30	67	30	25	55
Grupo Escolar Rural	37	48	85	30	36	66
	2.773	2.829	5.602	2.123	2.228	4.351

Fonte: Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1927, p. 111, (grifo meu). AHMJSa- Caxias do Sul/RS.

É interessante observar, a partir da tabela, que a maioria da população escolar de Caxias estudava em escolas públicas mantidas pelo poder municipal. Eram escolas isoladas, pequenas, muitas vezes improvisadas e sob a regência de um único professor, realidade essa da maioria das escolas gaúchas no início do século XX.

De acordo com o mesmo Relatório, em 1927, existiam 88 escolas municipais, divididas entre os quatro distritos de abrangência do município. Segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), foi na gestão do Intendente Municipal Celeste Gobbato (1924 a 1928),²² que houve uma preocupação na expansão da rede de ensino que se amplia em virtude das possibilidades financeiras de Caxias no período. Porém, isso não significou maiores investimentos e melhorias na qualidade e na estrutura física das escolas.

Nota-se, também, a presença significativa das escolas paroquiais e religiosas,²³ totalizando uma matrícula de 1.576 alunos, divididos entre doze escolas, sendo que sete dessas escolas funcionavam na área central de Caxias, e as demais localizavam-se nos distritos²⁴, sinalizando a influência e as iniciativas da Igreja Católica frente à educação escolar nessa Região.

Vale ainda destacar na tabela acima o Colégio Elementar, criado em 1912, e o Grupo Escolar Rural, criado em 1927, a fim de observar, mesmo que de forma breve, alguns distanciamentos e aproximações entre esses dois modelos escolares. Enquanto

²² Sugiro o estudo de Monteiro (2001) a respeito da história do Intendente Municipal Celeste Gobbato.

²³ Como meu objetivo nesta investigação não é estudar as escolas paroquiais e religiosas da Região, para maiores conhecimentos a respeito da presença e da atuação das congregações, sugiro o estudo de Luchese (2007, p. 215 a 243), bem como as pesquisas desenvolvidas por Paz (2013) sobre a história do Colégio São Carlos em Caxias do Sul; por Matiello (2013), sobre a história do Colégio Regina Coeli, em Veranópolis e por Poletto (2014), sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Bento Gonçalves.

²⁴ Em Nova Vicenza, vale inferir a presença das Irmãs de São Carlos na organização do Colégio Nossa Senhora do Lourdes, como já mencionado anteriormente. Em Nova Milano, a mesma congregação religiosa foi responsável pela criação do Colégio Juvenato São Carlos, na década de 1920 do século XX.

que em outros Estados brasileiros,²⁵ entre os anos de 1894 a 1922, os grupos escolares “constituíram-se numa nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 24), no Rio Grande do Sul, esse novo modelo escolar corresponde à criação e a implantação dos Colégios Elementares²⁶ a partir de 1909 nas principais cidades do Estado.

Conforme sinaliza Peres (2000, p.86), o Estado do Rio Grande do Sul não inventou com os Colégios Elementares:

Uma fórmula nova de organizar a escola! Quando o Estado assume de uma forma mais sistemática, organizada, extensiva e integrada à escolarização primária da população do Rio Grande do Sul, o faz sob uma “fórmula” não só já consolidada em outras partes do mundo como também já adotada em outros estados do país.

A organização de tais colégios previa a sua instalação em prédios adequados, com diversas salas de aula, alunos separados por classes, bem como um professor para cada classe, sob a supervisão de um diretor, contando com uma matrícula escolar de mais de 200 alunos, entre outras características (PERES, 2000). Já os grupos escolares, nesse período, eram escolas improvisadas, reunidas em um único prédio, mas com uma organização pedagógica similar a dos Colégios, porém com uma matrícula inferior a 200 alunos, conforme sinaliza a tabela 2. Ainda, de acordo com a pesquisadora, inicialmente os grupos escolares representaram:

Uma forma de preparação para que um estabelecimento chegasse à condição de colégio elementar. O critério para que uma escola fosse considerada escola elementar isolada, grupo escolar ou colégio elementar era o número de alunos e o número de professoras. (PERES, 2000, p. 85) (grifos da autora).

A presença do Colégio Elementar José Bonifácio, assim como do Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza, enquanto instituições estaduais no contexto de Caxias, demonstram que, além do município apresentar um índice populacional, econômico e cultural significativo nos anos pesquisados, também sinalizam para as boas e convenientes relações existentes entre governo municipal e estadual no período em questão.

²⁵ São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Goiás e Piauí. (VIDAL, 2006).

²⁶ Para maior entendimento sobre a criação e a implantação dos Colégios Elementares no Rio Grande do Sul, sugiro o estudo de Peres (2000).

Voltando ao contexto de Nova Vicenza, é importante destacar nesse cenário a presença do Hospital Beneficente Cibelli, fundado pelo farmacêutico Dionysio Cibelli, em meado de 1922.

De acordo com Gasperin (1989, p. 279):

[...] durante os primeiros anos, havia um casal de médicos húngaros, Dr. Cenzi e esposa, que atendiam o expediente no Hospital. [...] Dionysio Cibelli e sua esposa, Da. Tereza, foram, no tempo todo, auxiliares em cirurgias e enfermagem. Foi um casal incansável. A eles só Deus pode pagar o bem que fizeram por Farroupilha, em época difícil.

Pelo que indicam os vestígios, o Hospital foi o primeiro espaço destinado a saúde no município. Depois, na década de 30 do século XX, iniciam-se mobilizações pela construção de uma segunda casa de saúde na localidade, denominada inicialmente de Sanatório Nova Vicenza, mais tarde Hospital Beneficente São Carlos, em funcionamento até os dias atuais.

Além de mobilizações pelo referido espaço de saúde, também são deste período, as mobilizações pela busca da emancipação política²⁷, ocorrida em 11 de dezembro de 1934, por meio do Decreto nº 5.799, assinado pelo governador do período, o General Flores da Cunha.

De acordo com Giron e Bergamaschi (2001, p. 143), às vésperas da emancipação municipal:

Nova Vicenza já possui uma estrutura comercial que abrange todos os setores da produção; há casas de comércio que se destinam à venda de calçados; há lojas de tecidos, vários armazéns, ferragens e até bomba de gasolina. Nova Vicenza tem calçadas, rua principal e praça central. Era, enfim, uma pequena e progressista cidade.

Em 1934, a população da localidade era de aproximadamente 12.800 habitantes e contava com um número significativo de casas comerciais e pequenas indústrias,²⁸ incluindo a produção agrícola de vinhos e de cereais. É importante salientar que a constituição do município de Farroupilha ocorreu não só a partir da formação do Distrito de Nova Vicenza, mas também das localidades de Nova Milano, Linha Jansen e Nova Sardenha.²⁹ Assim, compreendo que a renda anual, o número de habitantes e

²⁷ Para maiores informações a respeito do processo de emancipação de Nova Vicenza, sugiro o estudo de Trentin (2002).

²⁸ Dados extraídos do Decreto nº 5.799, de 11 de dezembro de 1934.

²⁹ Conforme consta no Artigo 1º, do Decreto nº 5.779, que cria o município de Farroupilha: “Fica elevada à categoria de município, com denominação de “FARROUPILHA”, a sede do povoado de Nova Vicenza, o território, constituído pelos 2º e 6º distritos de Caxias (Nova Vicenza e Nova Milano), incluindo o Travessão Quatro Colônias, que ultimamente foi desanexado do referido 6º distrito, pelo 3º distrito de

demais fatores pertencentes a essas comunidades também foram levados em consideração pelo governo do Estado ao criar Farroupilha.

De acordo com a pesquisa de Trentin (2002), o município de Farroupilha, a partir do momento em que se emancipa, passa a ser dividido em quadro distritos: 1º Distrito (sede), 2º Distrito Linha Jansen, 3º Distrito Nova Sardenha e 4º Distrito Nova Milano, divisão essa que permanece até os dias atuais, como pode se verifica no Mapa 1 (p.19).

Sobre a toponímia escolhida para representar o município, a referida autora pontua que:

O nome Farroupilha teve origem política, com a finalidade de agradar ao interventor e ao mesmo tempo eliminar qualquer resquício que pudesse provocar divergência entre Nova Vicenza e Nova Milano. Mas, também, a denominação de Farroupilha, foi tomada em homenagem ao Centenário da Revolução Farroupilha, que seria comemorado no ano seguinte em todo o Estado. (TRENTIN, 2002, p.66).

Para administrar Farroupilha, foi nomeado Armando Antonello, descendente de italianos, nascido em Porto Alegre. Segundo Trentin (2002, p. 66), “Ainda jovem, formado em Economia e Ciências Jurídicas e Sociais, radicou-se em Nova Vicenza, onde juntamente com seu tio, Ângelo Antonello, participou da campanha de emancipação do município”.

Armando Antonello exerceu seu mandato até 17 de dezembro de 1937, quando, em decorrência do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas, foi deposto do cargo. Não encontrei documentos sinalizando o partido político de Armando Antonello, pode ser que tenha sido deposto em virtude de ser um representante da oposição do governo de Vargas, mas também por ser visto como um representante da cultura étnica, já que era descendente de italianos e alguém com proximidades e afinidades com tal universo cultural e local.

Depois de Armando Antonello, os prefeitos de Farroupilha, no período de abrangência desta pesquisa, foram os seguintes:

Bento Gonçalves (Linha Jansen) e pelo 9º distrito de Montenegro (Nova Sardenha). O referido Decreto encontra-se no livro de Gasperin (1989, p.169) e também no Acervo da Biblioteca Pública Olavo Bilac – Farroupilha/RS.

Quadro 3 - Prefeitos de Farroupilha (1935-1951)

Prefeito	Período
1º Armando Antonello	1935 a 1937
2º Capitão Eudoro Lucas de Oliveira	1937 a 1940
3º Tenente Januário Dutra	1940 – 1940
4º Dr. Nelson T. Schneider	1940 a 1942
5º Antonio Pedro Pinto	1940 a 1944
6º Dr. Raul Cauduro	1944 a 1946
7º Alberto Farinon	1946 – 1946
8º José Baumgartner	1947 a 1951

Fonte: GASPERIN (1989, p. 176).

Como lembra Gasperin (1899), no Governo de Getúlio Vargas os governadores dos Estados, assim como os prefeitos municipais não eram eleitos, mas sim nomeados. Nesse sentido, é interessante observar, no quadro acima, que, depois de Antonello, os prefeitos Eudoro, Januário, Nelson, Antonio e Raul foram nomeados pelo governo e não apresentavam (aparentemente) nenhuma ligação com a comunidade local, sendo que, ao final do Estado Novo, a situação se modifica com José Baumgartner, o primeiro prefeito eleito e morador do município.

Cabe salientar que não encontrei elementos suficientes sobre a trajetória referente à vida e à administração municipal dos primeiros prefeitos no sentido de produzir uma análise mais detalhada a respeito. Porém, ao consultar os impressos existentes no Arquivo da Biblioteca Nacional (ABN), localizei algumas reportagens nos jornais *A Época* e *O Momento*, ambos de Caxias, entre os anos de 1930 a 1940 do século XX, referentes à administração do Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, das quais utilizo, por ora, nesta análise. Compreendo que os impressos “são práticas de representação e assumem a perspectiva dos sujeitos que as produzem e que, por outro lado, nelas se produzem. Não são, portanto, neutros” (WERLE, 2013, p. 294). Logo, são produzidos historicamente, em um tempo e um espaço, por sujeitos dotados de opiniões, sentimentos e representações.

Dessa forma, o jornal *O Momento* refere-se ao prefeito Eudoro Lucas como “um honrado administrador daquela comuna” (1938), e o jornal *A Época* (1939) traz um texto poético ao retratar aos leitores a sua chegada à localidade no dia 01 de dezembro de 1937, na Estação de Nova Vicenza. De acordo com o jornal:

Quando, ao desembarque, o Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, envergando a farda de oficial da invicta Brigada Militar, com o porte nobre, sereno e altivo se apresentou pela vez primeira ao povo de Farroupilha, desde logo todos vislumbraram nele o mensageiro da paz tão desejada, o realizador das grandes aspirações coletivas. Neste dia todos os munícipes regressaram aos seus lares levando consigo uma grande e confortadora esperança. (A ÉPOCA, 1939, ABN).

O texto enaltecendor, tecendo elogios ao prefeito, me leva a crer nas possíveis relações de poder existentes entre a equipe dos jornais e o militar, com prestígios em torno de sua figura pública. Essa foi uma representação produzida por aqueles que publicaram os jornais, mas será que a população farroupilhense concordava com ela?

Na documentação analisada sobre os primeiros anos de emancipação do município e sobre a atuação do Capitão Eudoro, ele é sempre retratado como um prefeito ativo nos seus fazeres administrativos, pois é da sua administração a construção do prédio da prefeitura municipal, atual espaço da Biblioteca Pública Olavo Bilac; e da Praça da Bandeira construída ao lado da prefeitura, bem como da abertura de novas ruas e novos prédios escolares, entre outros, o que permite uma impressão de que o prefeito anterior, Armando Antonello, deixou a desejar nas suas atividades.

Vale frisar, porém, que, talvez, Armando Antonello não tenha recebido o mesmo apoio financeiro do Estado, como parece ter acontecido com o Eudoro Lucas de Oliveira, pois, por meio das fontes consultadas, compreendo que ele era uma pessoa com forte influência política e simpatizante de Getúlio Vargas, o que certamente lhe proporcionou diversos benefícios ao longo de seu mandato.

No cenário religioso, é interessante pontuar que, no decorrer dos anos de 1930 do século XX, na gestão do prefeito Eudoro, foram parcialmente concluídas as obras de edificação da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, principal símbolo da religião católica na zona urbana do município. É claro que existiram outras religiões neste contexto, porém o catolicismo, herança da colonização italiana, continuava a ter predominância em Farroupilha.

Ainda a respeito desse período, vale destacar que no ano de 1938, é também concluída a obra de construção de um novo prédio para abrigar o Grupo Escolar em estudo, localizado próximo à Igreja Matriz, ao Hospital Beneficente São Carlos e a Escola Nossa Senhora de Lourdes, na região central do município, como pode-se identificar na Figura 3.

Na fotografia, aparecem o Hospital São Carlos (1), a Igreja Matriz (2), o prédio do Grupo Escolar (3), a casa paroquial (4) e o prédio da Escola Nossa Senhora de Lourdes (5).³⁰

³⁰ Segundo Gasperin (1989), em 1943, foi inaugurado o prédio de alvenaria para abrigar a Escola Nossa Senhora de Lourdes, fundado pelas Irmãs de São Carlos, como já referido anteriormente.

Figura 3 - Farroupilha, final na década de 30 do século XX.



Fonte: Lins (2013, p. 69).

A presença de casas e de prédios, a formação de ruas, de calçadas, a proximidade, no meu entendimento, dos principais símbolos do desenvolvimento local - a Igreja, as escolas, o Hospital, bem como a ampliação do espaço urbano - evidenciam as transformações ocorridas no cenário farroupilhense, o que permite inferir que o município continuou crescendo e ampliando suas fronteiras em relação a aspectos econômicos, sociais e educacionais na década de 30 do século XX, bem como nas décadas subsequentes à emancipação.

No período analisado, observei que houve uma diversidade de produtos exportados em Farroupilha, tais como: vinhos, cereais, uvas, couro, calçados, produtos suínos, cal, utensílios agrícolas, café moído e frutas diversas. Segundo o *Almanaque Ilustrado de 1938*, Farroupilha era uma das cidades da Região que mais contribuía para o desenvolvimento econômico do Estado, prosseguindo dessa forma nos anos posteriores.

O *Almanaque ilustrado* produzido em 1940 retrata Farroupilha como “um município vanguardeiro” no sentido de ser um município que progredia e crescia em passo acelerado. Segundo o documento:

Farroupilha é uma comuna adolescente ainda, conta apenas de 5 anos de existência, porém pelo seu progresso e pela sua intensa vida comercial e econômica pode ser colocado, com justiça, entre os municípios mais importantes do Rio Grande. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1940, p. 55).

O *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* (1950, p.281) apresenta a seguinte situação econômica do município em 1948:

Figura 4 - Quadro econômico de Farroupilha, 1948

PRODUÇÃO AGRÍCOLA: 30.185.000 Kgs.			
Alfafa	420.000 Kg.	Cr\$ 252.000,00	
Arroz	452.000 "	Cr\$ 630.500,00	
Aveia	250.000 "	Cr\$ 350.000,00	
Batata inglesa	533.000 "	Cr\$ 1.152.000,00	
Cevada	238.000 "	Cr\$ 428.400,00	
Feijão	456.500 "	Cr\$ 1.095.600,00	
Milho	6.650.000 "	Cr\$ 5.850.000,00	
Trigo	2.253.000 "	Cr\$ 5.650.000,00	
Uva	10.725.000 "	Cr\$ 9.500.000,00	
PRINCIPAIS PRODUTOS AGR. BEN. E INDUSTRIAIS			
Calçados	100.000 pares	Cr\$ 5.810.000,00	
Couro e pr. de curtume	11.000	Cr\$ 2.300.000,00	
Farinha de milho, trigo, centeio, etc.		Cr\$ 4.590.660,00	
Produtos de serralha e ben. de madeira		Cr\$ 1.647.000,00	
Produtos de tanoaria		Cr\$ 1.676.000,00	
Vinho	9.946.162 litros	Cr\$ 24.865.000,00	
A industrialização de 100.000 Kg. de sementes de linho, 30.000 Kg. de fibra e 45.000 Kg. de estôpa representou um valor de Cr\$ 1.400.000,00.			
POPULAÇÃO PECUÁRIA			
Asininos e muares	1.550	Eqüinos	1.350
Bovinos	8.500	Ovinos	1.100
Caprinos	50	Suínos	15.000
ÁREA CULTIVADA: 13.000 Ha			
PROPRIÉDADES RURAIS: 1.800			
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS: 183			
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS: 107			

Fonte: O quadro foi extraído do *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* (1950, p.281), localizado no Acervo da Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul/RS.

Aponto na figura a diversificação dos produtos produzidos no município, bem como sinalizo para a acentuada produção e exportação de uvas e de vinhos, o que explica a presença de um número significativo de cooperativas vitivinícolas no município, entre elas a:

- Sociedade Vinícola Riograndense Ltda – Adega de vinhos.³¹
- Cooperativa Vitivinícolas Nova Vicenza Ltda – Adega de vinhos.
- Cooperativa Vitivinícolas Nova Milano – Adega de vinhos.
- Cooperativa Vitivinícolas São João – Adega de vinhos.
- Cooperativa Vitivinícolas Jacinto – Adega de vinhos.
- Cooperativa Vitivinícolas Forqueta (com centro de produção em Farroupilha).
- Sociedade Vitivinícolas Beiser Ltda – Adega de vinhos (Desvio Blauth).

Além de contribuir com uma renda considerável aos cofres públicos do Estado, as Cooperativas eram sinônimo de emprego e fonte de renda para muitas famílias da localidade. Monserrat (1950, p.286) ainda destaca os principais estabelecimentos comerciais e industriais ao final dos anos de 1940:

[...] 9 carpintarias e marcenarias, 8 cantinas, 6 oficinas mecânicas, 37 armazéns de comércios diversos, 5 fábricas de calçados, 4 depósitos de madeira, 4 hotéis, 4 depósitos de engarrafamento de bebidas, 4 de material para construções, 4 tanoarias, 4 ferragens, 3 fábricas de móveis, 3 caieiras, 3 fábricas de caixa de madeira, 3 agências de automóveis e acessórios, 3 casas bancárias, 2 fábricas de óleos e graxas, 2 curtumes, 2 fábricas de laticínios, 2 industrializadoras de linho e linhaça, 2 fábricas de bebidas, 1 destilaria de álcool, 1 refinaria de banha e fábrica de produtos suínos, 1 moagem de café, 1 correaria, 1 industrializadora de vime, 1 fábrica de vinagre, 1 de sabão, 1 beneficiadora de erva-mate, 1 tipografia e uma livraria.

A partir da contabilização feita por Monserrat, posso observar a existência de estabelecimentos que anteriormente não apareciam no cenário da cidade, tais como as casas bancárias, as fábricas de móveis, as fábricas de calçados, a livraria, entre outros espaços que sinalizam para uma diversificação de produtos e estabelecimentos necessários às transformações ocorridas no contexto do município.

Para se ter uma ideia, no que diz respeito ao progresso e desenvolvimento, o *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* (1950, p.284) apresenta as Figuras 5 e 6. Ambas referem-se ao mesmo local: a estrada estadual Júlio de Castilhos, porém, são registros de épocas diferentes. De acordo com Monserrat (1950), a Figura 5 é de 1934, período em que a rua estava sendo “empedrada”.

³¹ As informações apresentadas sobre as vinícolas foram retiradas do Almanaque Ilustrado de 1938, p. 22.

As casas em madeira, as árvores na beira da estrada de chão batido, a presença das crianças sentadas à frente das construções e do adulto que parece observar o momento do registro fotográfico são elementos que representam o cenário rural no município em questão, no início dos anos 30. Por si só, penso que o calçamento da estrada já simbolizava as mudanças que estavam por vir na década seguinte, como se verifica na Figura 6.

Figura 5 - Rua Júlio de Castilhos, 1934.



Fonte: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p.284).

Figura 6 - Rua Júlio de Castilhos, 1949.



Fonte: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p.284).

Como visto, o cenário do centro da cidade em 1949 é outro, sinalizando, a partir das construções em alvenaria, da estrada calçada e da população presente na fotografia, as mudanças sociais ocorridas na área central do município. Infelizmente, não sei dizer quem foi o fotógrafo das imagens apresentadas, nem em que condições essa documentação foi produzida, mas, em virtude da disposição dos corpos dos sujeitos nas imagens, penso como uma possível explicação que a Figura 5 tenha relação com as obras ocorridas na pavimentação da estrada, no sentido de “comprovar” o trabalho que estava sendo realizado. Já a Figura 6 parece capturar a cena de um evento importante para os moradores. Nota-se que as pessoas estão bem vestidas e indo em direção a um mesmo local que não aparece no enquadramento da fotografia.

Em 1949, a população do município era de 15. 650 habitantes, sendo 13. 230 na zona rural, e 2. 420 na zona urbana e suburbana (MONSERRAT, 1950), enfatizando que até o final dos anos de 1940 do século XX, período de abrangência desta pesquisa, a maioria da população era campesina e vivia da agricultura, sendo que o cultivo da terra e o manejo das atividades do campo constituíram por um longo tempo a principal base econômica do município, pois, conforme afirma Gasperin (1989, p. 214), a localidade “nasceu agrícola, expandiu-se em muitas formas de progresso, tanto na cidade como no campo, sem nunca abandonar o elan da sua vocação primitiva”, ou seja, a produção agrícola.

Tendo em vista as mudanças ocorridas nas últimas décadas a respeito do espaço econômico, social e cultural de Farroupilha, cabe destacar como um último aspecto as mudanças ocorridas também no processo de escolarização do município. No cenário educacional, ainda de acordo com Monserrat (1950, p.280), Farroupilha termina a década de 40 do século XX com:

[...] 47 escolas municipais, 5 estaduais e 5 particulares, atingindo as matrículas um total de 2.154; no magistério municipal há 30 professores de 1ª entrância, 12 de 2ª e 8 de 3ª. Praticamente, todas as crianças em idade escolar frequentam a escola. Mantém o município uma Biblioteca que, não obstante ser ainda incipiente, conta já com apreciável número de obras de vários gêneros.

A esses dados, saliento que, das cinco escolas estaduais, identifiquei, até o momento, quatro grupos escolares. São os seguintes: a) o Grupo Escolar de Farroupilha, localizado na área urbana do município, em funcionamento desde 1927; b) o Grupo Escolar de Cajuru, localizado em Caruara - 3º distrito, criado em 1937; c) o Grupo

Escolar de Linha Jansen, localizado em Jansen – 2º distrito, criado em 1937;³² e d) o Grupo Escolar de São Marcos, localizado na comunidade rural de São Marcos, criado aproximadamente em 1937.

Com essa contextualização, não tenho a intenção de desmerecer a história e a presença das escolas municipais e particulares no município, campo para futuras pesquisas, apenas trago a citação de Monserrat (1950) com o objetivo de apresentar o quadro geral da situação da educação em Farroupilha, como também de fazer uma pequena análise a respeito da inserção dos grupos escolares no município.

Tendo em vista as transformações ocorridas no cenário farroupilhense, durante as décadas em estudo, pode-se pensar, a partir de Souza (1998, p.91), que a imersão dos grupos escolares no contexto apresentado “fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade”, mas a inserção dos grupos escolares no contexto das cidades, ao menos do Rio Grande do Sul, especialmente no período de vigência do Estado Novo, estavam para além dos significados de modernização cultural. Representaram a ampliação da rede escolar realizada pelo governo gaúcho, a fim de criar escolas nacionais em detrimento das escolas étnico-comunitárias, principalmente nas regiões colonizadas por imigrantes e descendentes de italianos e de alemães.

Pelo levantamento realizado, foram construídos, no ano de 1937, aproximadamente três grupos escolares nas áreas rurais de Farroupilha e também um prédio modelar, em 1938, para abrigar o grupo escolar pesquisando. Logo, esse período condiz com o projeto de nacionalização implantado por Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Nesse sentido, vale lembrar que José Pereira Coelho de Souza estava à frente da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, sendo que foi um dos responsáveis por instaurar medidas preventivas e repressivas de nacionalização do ensino, entre elas o desdobramento da rede escolar estadual (KREUTZ, 2014), com ênfase nos grupos escolares que, de 1937 a 1942, passaram de 170 para 518 instituições, ou seja, “um surto de criação de “grupos escolares” como jamais se conhecera”,³³ nas palavras do Interventor Federal do Estado, General Oswaldo Cordeiro de Farias.

³² O Grupo Escolar Farroupilha, chama-se hoje Colégio Estadual Farroupilha; o Grupo Escolar de Linha Jansen, chama-se hoje Escola Estadual de Ensino Médio Júlio Mangoni e o Grupo Escolar de Cajuru, passou a se chamar por um período Escolar Estadual de 1º Grau Incompleto de Caruara, hoje desativada.

³³ A presente citação foi extraída da página 11 do *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, D.D. Presidente da República, pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*. O documento foi produzido em 1943 e está localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na pasta

De acordo com o *Relatório* apresentado a Getúlio Vargas pelo General Cordeiro de Farias, referente ao período 1938-1943 (1943, p. 11), “ao mesmo ritmo e sob o mesmo impulso do governo do Estado, iam as Prefeituras aumentando o número das escolas municipais, especialmente na zona rural, passando o número destas, de 2.830, em 1938, para 3.325, no ano findo”.

Logo, posso deduzir, pelas informações contidas no aludido *Relatório*, que realmente houve um investimento incisivo por parte do governo gaúcho em nacionalizar a educação primária no Estado e que as prefeituras municipais ajudaram estrategicamente a pôr em prática tais concepções. Foi o caso da prefeitura de Farroupilha, mais especificamente na gestão do Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, que dedicou atenção especial ao ensino primário em sua gestão (1937 a 1940), pois, pelo que as fontes indicam, incentivou a expansão das escolas públicas no município, ora pela difusão dos grupos escolares, ora pela difusão das aulas isoladas estaduais e municipais, especialmente localizadas nas zonas campesinas com maior predominância de imigrantes e descendentes.

Em virtude dos conhecimentos produzidos na pesquisa, entendo que, durante o período do Estado Novo, as escolas que foram sendo abertas em Farroupilha, estavam estrategicamente localizadas nos distritos e demais localidades do interior do município com o intuito de nacionalizar os grupos étnicos existentes e afirmar a identidade da escola nacional, “aquela oficial, cujo conteúdo de brasilidade era o determinado pelo próprio Estado” (NASCIMENTO, 2014, p. 52).

Ainda nesse período, conforme reportagem publicada no Jornal *A Época* (1939):

Para evitar que os pais dos alunos procurem-se furtar da obrigação de ministrarem a seus filhos a educação e cultura indispensáveis a todo o cidadão, s.s. enviou um Projeto de Leis, a S. Excia. o Presidente da República, instituindo a obrigatoriedade do ensino primário no município, cuja medida deverá ser posta em prática assim que seja emitido o competente parecer. (A ÉPOCA, 1939 – ABN).

Penso que essa foi mais uma iniciativa do Prefeito Eudoro para incentivar a educação no município. Se o objetivo do Estado era ampliar a rede de ensino e investir na educação nacional, logicamente a obrigatoriedade da matrícula escolar era necessária e ajudaria a pôr em prática tais aspirações. No entanto, até o momento, não foram encontrados indícios sobre a aprovação ou não do projeto.

Muito ainda teria para estudar e para dizer a respeito do contexto histórico e educacional de Farroupilha-RS referentes às quatro décadas pesquisadas e nas décadas subsequentes, já que o espaço da cidade se transforma e em concordância com Machado (2001, p.114):

[...] não existe por necessidade natural, mas por uma necessidade histórica, que tem um início e pode ter um fim. Daí a importância de se conhecer a origem da cidade e de se procurar estabelecer o fio condutor do seu desenvolvimento, buscando demarcar as mudanças que aconteceram na sua organização produtiva, que transformaram a vida cotidiana de seus habitantes e provocaram significativas alterações no seu entorno.

De forma sucinta, no decorrer deste primeiro subcapítulo, procurei apresentar o início do processo de formação do município, bem como busquei compreender o seu desenvolvimento a partir de importantes modificações, como a transição de Colônia para Distrito de Caxias, a expansão do centro urbano, o qual, em grande parte, se desloca para as proximidades da Estação Férrea e da estrada estadual Júlio de Castilhos, o aumento da economia local, a chegada à localidade de outras etnias, o surgimento de escolas, de espaços de lazer, de saúde, entre outras *agências socializadoras* (FARIA FILHO, 2008). Isso permitiu entender um pouco mais a respeito do espaço em que a escola pesquisada foi organizada e de como construiu sua história institucional, assim como as relações que estabeleceu com o seu entorno.

Nesse sentido, finalizo com as palavras de Faria Filho que, desde o início deste estudo, serviram de inspiração e estímulo para realizar essa primeira aproximação com o meu objeto de pesquisa.

Entender a história da família, da igreja, do trabalho e da cidade/rua/vizinhança enquanto *agências socializadoras* impõe-se ao pesquisador da história cultural da escolarização como uma exigência de primeira ordem, pois a escola faz-se instituição no confronto e alianças, nas rupturas e continuidades que estabelece com as mesmas. Por isso, uma vez mais, é preciso dizê-lo: a história da escola e da escolarização, da forma e culturas escolares não poderão jamais significar apenas a história da instituição escolar. (FARIA FILHO, 2008, p. 95).

Tendo em vista os conhecimentos construídos a respeito do espaço no qual se insere a escola e tendo um aparato geral da educação farroupilhense do período, a partir deste momento direciono o olhar para o Grupo Escolar Farroupilha e para as representações acerca de sua história institucional.

2.2 DE GRUPO ESCOLAR RURAL DE NOVA VICENZA A GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA: “UMA CONSTRUÇÃO IMPONENTE”.

O Governo do Estado criou dois grupos rurais, com o fim de iniciar o ensino agrícola rudimentar experimentando ao mesmo tempo o resultado do mesmo. Caxias foi favorecida com um desses grupos que foi localizado em Nova Vicenza. Duas aulas estaduais foram transferidas para o grupo, tendo sido nomeado seu diretor um técnico de agricultura.

(Celeste Gobbato, 1927)³⁴.

A epígrafe com a qual inicio esse subcapítulo diz respeito ao começo da trajetória institucional do Grupo Escolar Farroupilha. Por meio do Decreto nº 3.867, de 5 de julho de 1927, o governo do Rio Grande do Sul, sob a administração de Borges de Medeiros,³⁵ determinou a instalação de dois grupos escolares rurais³⁶ no Estado, sendo um deles o grupo escolar em estudo, localizado no Distrito de Nova Vicenza, município de Caxias.

É importante referir que os grupos escolares existentes no Rio Grande do Sul, assim como em outros Estados, significavam a reunião de várias escolas isoladas em um único prédio escolar. Prática comum ao período, entendida como um benefício às finanças do Estado, que não teria mais “que arcar com os aluguéis das diversas casas que abrigavam as escolas isoladas” (BENCOSTTA, 2011, p. 71), haja vista que “os gastos que o Governo despendia com o aluguel de casas, em sua maioria impróprias para o ensino, comprometia grande parte da verba destinada à educação” (ERMEL, 2011, p. 88).

Nesse sentido, para a constituição da Instituição pesquisada, foram reunidas a 5^a *Aula Pública e Mista de Nova Vicenza*, localizada na Vicenza “Velha”, sob regência da professora Maria Ignês Vizeu e a 22^a *Aula Pública e Mista de Nova Vicenza*, localizada na Vicenza “Nova”, próxima à Estação Férrea, sob a regência da professora Maria Mocellini. Cabe pontuar que as respectivas professoras, juntamente com o diretor Antão de Jesus Batista, foram nomeadas para compor o quadro docente da instituição pesquisa.

A despedida da professora Maria Ignês Vizeu foi digna de uma nota nas páginas

³⁴ A presente citação foi extraída do Relatório da Intendência Municipal de Caxias, correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927 (p. 104). O referido documento está depositado no AHMJSa – Caxias do Sul/RS.

³⁵ Antônio Augusto Borges de Medeiros, natural de Caçapava do Sul (RS), formou-se Advogado pela Faculdade de Direito de Recife e governou o Rio Grande do Sul por cinco mandatos.

³⁶ O outro grupo escolar foi organizado na Colônia General Osório, município de Cruz Alta.

do Jornal *Caxias*. De acordo com a notícia publicada no dia 25 de agosto de 1927:

No dia 19 do corrente, realizou-se a festa de despedida da Exma. Sra. Dna. Maria Ignês Vizeu a seus alunos, da aula de que era a referida senhora professora, em vista de ter sido removida para esta sede, como professora do Grupo Escolar Rural. Nessa singela festinha compareceu o Sr. Victorio Tartarotti subintendente local, o Sr. Antão Baptista diretor do Grupo, o Sr. Faustino Gomes, coletor federal e Erico Ferreira e outras pessoas, não se cansaram em elogiar a competente professora, bem como seus alunos, destacando-se entre eles: José Vizeu, Suely Vianna-Maria G.Vizeu, Bruno e Valdemar Dal Monte que recitaram com êxito várias poesias. Após os recitativos falou o Diretor Sr. Antão Baptista, convidando aos alunos a continuarem no bom caminho em que estavam guiados pela bondosa mão de dedicada professora. Ao terminar, o Sr. Faustino Gomes levantou o brinde de honra ao Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros presidente do Estado. (Fonte: Jornal Caxias, 1927, p. 2. AHMJSA – Caxias do Sul/RS).

Ao ler a reportagem acima e relacioná-la com a *Ata de despedida da 5ª Aula*, localizada no ACEF, constatei que no dia 19 de agosto de 1927 foi realizada uma solenidade de encerramento das atividades desenvolvidas na escola, contando com a presença de pais, alunos e autoridades locais. Segundo os registros da Ata, a festividade iniciou com o canto do hino nacional, em seguida foram declamadas poesias e após, os presentes foram convidados a apreciar os trabalhos de bordado “caprichosamente feitos à mão, trabalhos esses que são ensinados pela esforçada professora, auxiliada por sua filha, senhorita Norma Vizeu” (LIVRO DE ATAS E EXAMES - 1899-1927 - ACEF).

Depois da apreciação das produções das alunas, provavelmente realizadas na disciplina de prendas domésticas, que era “destinada ao público discente feminino, na qual ensinava-se o trabalho com agulhas, bordados, enfeites, crochê” (BENCOSTTA, 2011, p. 74), ocorreu o pronunciamento de Antão de Jesus Batista e de Faustino Gomes. Logo em seguida, foi oferecida “uma farta mesa de chá, acompanhada de saborosos e finos doces; continuando depois os alunos o resto da tarde a brincar e a dançar” (LIVRO DE ATAS E EXAMES - 1899-1927 - ACEF).

Em virtude do que pude analisar nas atas de exames finais desta aula regida pela professora Maria, bem como a partir da reportagem impressa no jornal local e das representações a respeito da festividade de encerramento, entendo que Maria I. Vizeu era respeitada e prestigiada pelas autoridades locais, bem como pelas famílias da comunidade. Por meio do já referido Livro de Atas e Exames da *5ª Aula* (1899-1927), único vestígio encontrado dessa escola, observei que durante os anos de 1909 a 1927³⁷,

³⁷ Período em que a professora lecionou nessa escola isolada.

em praticamente todos os registros feitos pela Comissão Examinadora, a professora é representada como uma educadora de destaque, demonstrando dedicação e empenho em suas funções como professora. Ainda conforme a documentação analisada, seus alunos demonstravam ordem, disciplina, um bom aproveitamento e adiantamento escolar em praticamente todos os registros contidos nas Atas.

Motivo que me leva a perguntar: Que relações de poder estariam por trás de tais elogios? Como era o fazer docente da referida professora? Qual era a relação com os seus alunos? Será que ela impunha medo? Aos olhos da comunidade e da Comissão era considerada como exemplo de boa conduta? O que significava para ela ser professora? Infelizmente, não tenho respostas para as perguntas que propus, pois, até o momento, não encontrei documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional de Maria I. Vizeu, uma das primeiras professoras do município de Farroupilha.

Infelizmente, existem poucos vestígios sinalizando maiores informações sobre a cultura escolar das escolas isoladas. Dessa época, permanecem preservados no ACEF o já mencionado Livro de Atas e Exames referente à *5ª Aula* (1899-1927) e o Livro de Matrículas referente à *22ª Aula* (1916-1921). Dessa maneira, tais indícios me permitem identificar, ainda que parcialmente: a) os nomes dos sujeitos escolares do período – professores, alunos e inspetores; b) a nacionalidade e descendência étnica dos alunos – predominantemente descendentes de italianos e de alemães; c) as idades – que variavam entre 3 a 18 anos; d) a frequência escolar; e) a organização dos alunos em classes – inicialmente 1ª, 2ª e 3ª, e a partir de 1917, tem-se a introdução da 4ª classe; f) os saberes escolares trabalhados e cobrados no momento dos exames finais; g) o ritual desses momentos de exames, normalmente realizados pela manhã, no início do mês de dezembro, dentre outras questões.

Sinalizo que, a partir do momento em que são reunidas as duas escolas isoladas, no dia 27 de agosto de 1927, é oficialmente instalado o *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*. A instalação da instituição foi noticiada, alguns dias antes, pela equipe do *Jornal Caxias* (11 de agosto de 1927), como se pode verificar na transcrição abaixo:

Grupo escolar rural - Nesta semana começará a funcionar o grupo acima, provisoriamente no edifício da Subintendência, até que sejam ultimadas as negociações para a compra do edifício próprio, o qual, segundo nos consta, ficará no centro desta localidade.³⁸

³⁸ O jornal foi localizado (*on-line*) no Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, na sessão pertencente ao AHMJS.A.

A partir do impresso acima é possível inferir que o grupo escolar iniciou suas atividades em um espaço improvisado localizado no prédio da Subintendência Municipal, nas proximidades da Estação Férrea, disponibilizando o ensino misto com um total de 85 alunos matriculados, sendo 37 meninos e 48 meninas.³⁹

Vale pensar um pouco mais a respeito dessa matrícula total, tendo em vista que foram fechadas duas escolas isoladas para organização de uma única escola. Como explicar uma matrícula de 85 alunos? Não seria pouco? Sendo que as fontes consultadas até o momento não sinalizam para a existência de outras escolas isoladas na região central de Nova Vicenza, a não ser da escola particular mantida pelas Irmãs Carlistas - uma escola destinada à elite municipal.

A última referência encontrada da *22ª Aula* data de 1921, consta que nesse ano existiam 72 alunos matriculados na aula da professora Maria Mocellini, localizada na Vicenza “Nova”. Pode ser que o número de alunos tenha diminuído, mas em virtude do crescimento populacional e econômico do Distrito, em 1927, penso que seja pouco provável essa hipótese. Já a *5ª Aula* da professora Maria I. Vizeu, localizada na Vicenza “Velha”, contava com 36 alunos matriculados em março de 1927, um número menor em virtude do espaço disponibilizado.

Se, em 1922, as Irmãs Carlistas saíram do espaço da Nova Vicenza “Velha” e se localizaram nas proximidades da Estação Férrea, e depois essa situação se repetiu com a *5ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza*, fechada e transferida para outro espaço a fim de constituir o grupo escolar localizado também próximo à Estação, como ficaram as crianças que estudavam nessas escolas? Se hoje existe uma distância considerável entre o Bairro de Nova Vicenza (antigo povoado de Nova Vicenza “velha”) e o centro da cidade de Farroupilha, naquela época a distância era ainda maior, sem contar que não existia transporte público, nem escolar.

Provavelmente, muitas crianças deixaram de frequentar a escola em virtude das dificuldades impostas pela transferência de local dessas instituições. Talvez, um estudo mais detalhado a respeito da história da rede municipal de ensino em Farroupilha possa ser um caminho para responder a tais dúvidas e inquietações de pesquisa.

Pelos vestígios encontrados, o Grupo Escolar Rural surgiu com a finalidade de ministrar o ensino primário e os ensinamentos práticos e rudimentares da agricultura.

³⁹ Os dados apresentados a respeito do número de alunos matriculados foram identificados no Relatório da Intendência Municipal de Caxias, correspondente ao período administrativo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927 (p.111), localizados no AHMJSa – Caxias do Sul/RS.

Nesse sentido, compreendo que tal iniciativa do governo gaúcho ligava-se à atuação do Ministério da Agricultura sobre a educação rural, durante o período da Primeira República no Brasil (MENDONÇA, 2006), bem como relacionava-se com o contexto predominantemente agrícola do Rio Grande do Sul.

Outro vestígio importante a considerar é a atuação de Celeste Gobbato,⁴⁰ intendente de Caxias no período em questão, devido à importância destinada em seu governo ao desenvolvimento da agricultura local com a criação da Inspetoria e do Patronato Agrícola, entre outras iniciativas que, provavelmente, contribuíram para que Caxias fosse favorecida com a instalação de um grupo escolar rural.

Ao analisar a documentação existente a respeito da instituição escolar, deparei-me com uma lacuna que corresponde aos anos iniciais do Grupo Escolar Rural, pois são poucos os indícios que sinalizam para maiores informações sobre sua história, sujeitos e demais elementos da sua cultura escolar, deixando em aberto os seguintes questionamentos:

Como foi organizado o espaço destinado para abrigar a instituição escolar? Como era distribuído esse espaço? Havia uma área destinada às atividades agrícolas, ou elas eram realizadas em outro local? Uma vez que o ensino era misto, como eram essas práticas rurais? Eram as mesmas para meninos e meninas? Esse ensino rural era ministrado pelo diretor Antão de Jesus ou era ministrado pelas professoras, que também ministravam o ensino primário? Quais eram os horários dessa escola? Como eram divididos os saberes? O tempo destinado às atividades do ensino primário era o mesmo destinado para as atividades de agricultura? Como era ministrado esse ensino rural? Ele foi implantado com o objetivo de oferecer o ensino técnico-profissionalizante? São muitas as perguntas a respeito desses primeiros anos da história da instituição pesquisada, mas que, nesse momento, não tenho condições de responder.

Outra questão a ressaltar diz respeito à nomenclatura da instituição escolar que se modifica a partir do ano de 1933. Segundo um relato escrito pelo Antão de Jesus

⁴⁰ A partir do estudo de Monteiro (2001) entendo que Celeste Gobbato depreendeu esforços no investimento da agricultura local, bem como no ensino agrícola, contingenciado pela sua história de vida e pela sua formação profissional, pois, segundo a autora: “O enólogo-viticultor Celeste Gobbato tinha 22 anos em 1912 quando deixou a Itália rumo ao Brasil. Filho de Pedro Gobbato e Anna Agnoletti Gobbato, proprietários de terras em Volpago del Montelo, ele trouxe consigo, além do conhecimento adquirido na universidade, a experiência familiar com as questões da terra. Celeste Gobbato, um intelectual, veio para o Brasil para ser professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Formado em Enologia e Viticultura pela Scuola di Conegliano, doutorou-se em Ciências Agrárias na Universidade de Pisa. No Brasil, ele ficou conhecido por sua dedicação à vitivinicultura. Recebeu, por isso, o título de “Príncipe da Enologia Rio-grandense”. (MONTEIRO, 2001, p. 2).

Batista, então diretor do Grupo Escolar, nesse período, a escola teria deixado de identificar-se como Grupo Escolar *Rural* de Nova Vicenza para ser denominada como Grupo Escolar *de* Nova Vicenza.

A autora Alice Gasperin, professora do Grupo Escolar, menciona em um de seus livros que: “O dito Grupo funcionou por algum tempo em prédio de madeira com o nome de Grupo Escolar de Nova Vicenza. Passou depois a outro prédio, também de madeira, tomando o nome de Irene Guerra Flores da Cunha” (GASPERIN, 1989, p. 231). Na documentação existente sobre a Instituição, encontrei apenas um documento, denominado de “*Histórico do Grupo*”, que acredito ter sido redigido pela direção da escola, já que menciona essa mudança de nomenclatura. Já na pesquisa realizada nos jornais do Estado, durante o período de abrangência deste trabalho, encontrei a seguinte notícia publicada no Jornal *A Federação*, no dia 21 de maio de 1937:

FARROUPILHA, 18 – Funcionários do Grupo Escolar “Irene Guerra Flores da Cunha” aplaudem, entusiasticamente, a patriótica e desassomburada atitude do egregio chefe, pelo lançamento da candidatura à Presidência da República do eminente brasileiro Armando de Salles, e felicitam efusivamente a V. Ex., tranquilizadora e expressiva resposta ao atencioso apoio que lhe dirigiu confiante família rio-grandense. Respeitosas saudações – Oscar Dorneles, Diretor (Jornal *A Federação*, 1937 – ABN).

Entendo que o telegrama acima, escrito por Oscar Rodrigues Dorneles, diretor do Grupo Escolar, entre os anos de 1935 a 1939, destinava-se ao General Flores da Cunha, Interventor do Rio Grande do Sul, manifestando uma possível aprovação dos funcionários da escola em relação ao apoio oferecido por Flores da Cunha à candidatura à Presidência da República de Armando de Salles.

Dessa forma, a partir da tessitura das fontes encontradas, entendo que, durante os anos 30 do século XX, há realmente uma mudança na toponímia da instituição escolar. No entanto, não posso afirmar em que ano ela aconteceu, provavelmente entre os de 1935 a 1937, período em que Flores da Cunha esteve a frente do governo estadual, uma vez que interpreto essa mudança como uma suposta homenagem ao representante político, sendo que Irene Guerra Flores da Cunha era o nome de sua esposa.

Em 1937, período em que Getúlio Vargas criou o Estado Novo, Flores da Cunha foi obrigado a deixar o governo estadual. Assim, a partir desse ano, a escola passou a ser denominada de Grupo Escolar de Farroupilha. Nesse mesmo ano, tomou posse, como secretário da Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza que, entre outras medidas, como já referido, continuou a ampliação da rede escolar iniciada no governo

de Flores da Cunha, porém seu intuito era oferecer à população escolas nacionais, no sentido de forjar uma identidade brasileira, com o uso e o ensino da língua portuguesa, bem como com conteúdos de brasilidade determinados pelo Estado (NASCIMENTO, 2014).

Nesse contexto, iniciam-se as obras de edificação de um novo prédio para abrigar o grupo escolar em estudo, posteriormente inaugurado em agosto de 1938. A solenidade de inauguração contou com a presença de uma parcela da comunidade local, bem como de algumas autoridades.

Na imagem abaixo aparecem, da esquerda para a direita: (1) o Padre Thiago Bombardelli,⁴¹ (2) o Interventor do Rio Grande do Sul, Oswaldo Cordeiro de Farias, (3) o Capitão Eudoro, prefeito do município e (4) o secretário da educação estadual, José Pereira Coelho de Souza. Até o momento não encontrei vestígios que possam identificar os demais sujeitos da fotografia. A mulher à direita (5) pode ser a professora Maria Mocellini.

Figura 7 - Solenidade de inauguração do novo prédio da Instituição.



⁴¹ O Padre Thiago Bombardelli exerceu o sacerdócio no município por 42 anos e pode ser considerado um dos personagens religiosos mais importantes do cenário farroupilhense no período pesquisado.

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

A decoração em torno dos pilares do prédio sinaliza para um dia festivo, daí a presença das autoridades bem como da população, o que indica a importância destinada àquele momento. Nesse sentido, questiono a respeito do que representou para a população e para o governo local ter no cenário da cidade um grupo escolar, ou ainda, o que significou a construção desse espaço planejado para ser escola.

A partir de Souza (1998, p. 92), penso que o grupo escolar pesquisado representou um “sinal de prestígio para a cidade, nesse momento em que poucas localidades os possuíam. Por isso, a sua criação era vista como uma vitória política decorrente dos esforços das autoridades locais, mediada pelo jogo político”.

Provavelmente, para uma cidade do interior do Estado, que há pouco havia conseguido sua independência política e tentava se inserir em um contexto urbano e desenvolvido, a edificação e a organização do grupo escolar modificou a cena da cidade e significou uma importante conquista para a população local, bem como para o prefeito Eudoro Lucas que, como já referido anteriormente, mantinha boas relações com o governo estadual, o que facilitou a edificação de um prédio escolar desse porte no centro de Farroupilha, já que, para a época e para o contexto local, a nova construção era grandiosa, além de localizar-se em um espaço privilegiado, ou seja, perto da Igreja Matriz, do Hospital São Carlos e da Escola Nossa Senhora de Lourdes, instituições importantes para o município.

No entanto, é importante referir que o espaço físico em que se localizava a escola foi comprado, em 1936, durante a gestão do prefeito Armando Antonello. Segundo consta na escritura de compra e venda do terreno, a prefeitura municipal comprou a área que era de propriedade da família Fetter e depois doa ao Estado para que seja iniciada a construção do prédio escolar, utilizando a planta baixa que serviu de modelo para a edificação do Colégio Elementar Bento Gonçalves,⁴² inaugurado no ano de 1936, no município de Bento Gonçalves (RS).

De acordo com uma matéria publicada no Jornal *O Momento*, o até então juiz da Região, Eurico de Souza Leão Lustoza, em passagem pelo município, foi visitar o Grupo Escolar e se referiu a ele como uma “construção imponente, que visitou há dias

⁴² Segundo o estudo de Luchese (2007), o Colégio Elementar Bento Gonçalves funcionou até 1935 no mesmo espaço da Intendência Municipal de Bento Gonçalves (RS). Só em 1936 é inaugurado um novo e planejado edifício para abrigar o Colégio.

e, ao fazê-lo, teve a impressão de entrar em uma Catedral – bela e majestosa!” (O MOMENTO, 1938).

Figura 8 - Prédio do Grupo Escolar Farroupilha, 1938.



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Possivelmente, por estar localizado na área urbana, o grupo escolar em estudo apresenta uma arquitetura diferenciada dos outros grupos escolares que foram instalados nos distritos de Farroupilha, organizados em um espaço menor e com uma arquitetura mais simples.

Como visto na Fotografia 08, o prédio foi construído em alvenaria e, de acordo com o depoimento do engenheiro Paulo Afonso Schneider, em reportagem publicada no *Jornal O Farroupilha* (2007), o prédio: “Tem o estilo neoclássico (a arquitetura de cultura clássica originária da Europa), denotada principalmente no pórtico de entrada. Ali há um triângulo – tipo uma edificação grega – de perfeita simetria, apoiado sobre duas colunas”.

A construção imponente, certamente uma das edificações mais bonitas do município no período em questão, separava a escola do exterior por um muro com grades pequenas, que levava ao jardim e, depois, à escadaria que dava acesso ao interior da instituição.

A capacidade total era de 540 alunos, divididos em dois turnos, sendo que no primeiro pavimento foram instaladas cinco salas de aula, a secretaria, a sala dos professores, a sala do Departamento Artístico, a cozinha, um banheiro para os docentes

e dois banheiros para os alunos. Já o segundo pavimento tinha: “quatro salas de aula, um salão de festas, uma sala para material didático, uma sala para biblioteca e duas instalações sanitárias para os alunos”.⁴³ A escola ainda dispunha de uma área livre contendo 4.063, 700 m², utilizada para as atividades no pátio.

Ainda por meio da mesma fotografia, é interessante pensar a respeito da presença das janelas na construção do espaço escolar, planejadas para oferecer uma maior ventilação e iluminação ao ambiente, o que denota, entre outras questões, a preocupação com a higienização escolar, uma das marcas da escola primária republicana, pois segundo Ermel (2011, p. 38):

O novo espaço escolar, idealizado nos discursos dominantes, deveria ser um ambiente limpo, arejado, iluminado, organizado, que inculcasse valores de cuidado com o corpo, com a saúde, para que os novos cidadãos primassem por uma vida mais saudável, longe dos vícios e doenças que se propagavam pelas cidades. Portanto, projetar e construir edifícios escolares se tornou uma das principais discussões dos governos dos Estados.

Nessa perspectiva, segundo a documentação encontrada no ACEF, o novo prédio preenchia “todas as exigências pedagógicas e higiênicas” do momento histórico em que foi construído (HISTÓRICO ESCOLAR, 20 de fevereiro de 1942 - ACEF).

Destaco que este prédio foi edificado com uma arquitetura mais suntuosa, se comparada com a construção de outros grupos escolares organizados no Rio Grande do Sul. Assim, compreendo que esse espaço pensado para ser escola estava dentro da proposta republicana. A escola tinha um prédio próprio, com uma arquitetura diferenciada das outras escolas públicas implantadas no município, bem como destacava-se de outros edifícios públicos, civis, religiosos, como também das casas existentes no seu entorno. Além disso, mantinha diversos espaços, como já apresentando, distribuídos no seu interior com diferentes usos e funções (FRAGO; ESCOLANO, 2001).

Mesmo que minha pesquisa não contemple a análise dos espaços do Grupo Escolar Farroupilha, isso não me impede de pensar a partir das contribuições de Frago (2001) sobre a constituição dessa escola como um espaço e um lugar. Um espaço projetado/planejado/edificado para educar e instruir, ou seja, para ser escola. Logo, como um lugar construído/vivenciado e transformado ao longo dos anos pelos diversos

⁴³ As informações foram retiradas de um documento denominado “Histórico do Grupo Escolar Farroupilha”, produzido em 28 de setembro de 1973, encontrado no ACEF – Farroupilha/RS.

sujeitos que fizeram parte da história da escola, direta ou indiretamente.

Um último elemento a observar, a partir dessa nova cultura escolar que se instaura com a edificação do novo prédio, a partir do ano de 1938, refere-se à mudança da nomenclatura da Instituição. Até o ano de 1943, a escola identificava-se como Grupo Escolar de Farroupilha, situação que se modifica em virtude do Decreto nº 1399, de 20 de dezembro de 1944. Segundo o Art. 1º do mesmo documento: “[...] fica denominado “Farroupilha” o Grupo Escolar da sede do município de Farroupilha”.

Dessa forma, segundo as fontes consultadas,⁴⁴ a instituição passa a denominar-se Grupo Escolar Farroupilha e perdura com essa nomenclatura até o ano de 1978, momento em que são unificados o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual Farroupilha, que funcionavam no mesmo prédio, para a organização da Escola Estadual de 1º Grau Farroupilha.

De acordo com o estudo de Dal Pizzol (2014, p. 103):

Com o tempo, algumas escolas permaneceram com o nome igual ao de sua localização, com o mesmo nome do bairro, do distrito ou até mesmo da cidade, enquanto outras foram sendo denominadas com nomes de vultos históricos nacionais ou estaduais.

Em consonância com Dal Pizzol, compreendo que a escolha do nome⁴⁵ foi uma homenagem ao município de Farroupilha, logo também faz uma homenagem ao Estado, já que a toponímia “Farroupilha” refere-se à Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 a 1845.

Ainda é pertinente lembrar que em 1944 vivia-se o período de nacionalização do ensino no Brasil e, conseqüentemente, a troca da nomenclatura das escolas que faziam referência às culturas étnicas foi uma prática comum deste momento histórico e, como pontua a mesma autora: “nas denominações das escolas, influenciadas por esse momento histórico, percebe-se a formação da identidade nacional por uma imposição, um culto aos valores nacionais” (DAL PIZZOL, 2014, p. 118).

Por fim, após apresentar ao longo deste capítulo o processo histórico de criação

⁴⁴ De acordo com o documento denominado “Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Farroupilha”, produzido pela direção escolar na década de 90: “em dois de maio de 1971, foi autorizado o funcionamento do GINÁSIO ESTADUAL FARROUPILHA, pela Portaria nº 11. 030, atendendo às classes terminais do 1º Grau. Em 19 de outubro de 1978, o Decreto nº 27.783 unificou o GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA e o GINÁSIO ESTADUAL FARROUPILHA, que funcionavam no mesmo e atual prédio, passando a nova escola a denominar-se ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU FARROUPILHA”. O documento está localizado no ACEF- Farroupilha/RS.

⁴⁵ Indico a pesquisa realizada por Dal Pizzol (2014) acerca dos nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves (RS).

e implantação da instituição foco da minha pesquisa, bem como identificar as características do espaço geográfico em que ela foi inserida e seu entrelaçamento com o social, direciono o olhar para os sujeitos e para as representações construídas acerca dos (as) alunos (as), das professoras e dos (as) diretores (as) do Grupo Escolar Farroupilha, ressaltando que eles foram os atores centrais na construção das culturas escolares ao longo dos anos pesquisados.

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS SUJEITOS DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA: OS PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA

Cada instituição é única, cada sala de aula se compõe de modo diferenciado, cada microgrupo é inédito e cada pessoa que ali desenha a cena, quer seja situando-se em seu centro ou em suas margens, emoldura o cotidiano escolar imprimindo-lhe um novo matiz num jogo de luzes e sombras.

(Sueli A. I. Monteiro, 2005).

Olhar para o interior do Grupo Escolar Farroupilha com as “lentes” da história cultural me permitiu compreender que é possível “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” como sinaliza Chartier (2002, p.16-17).

Essa realidade é construída pelos sujeitos do passado, já que não há como pensar o processo de constituição de uma instituição escolar sem levar em conta a presença dos diferentes sujeitos que participaram de forma ativa na construção de sua história e de suas culturas escolares, haja vista que é a partir de suas práticas, de suas representações de mundo e de suas apropriações que a vida escolar é produzida e reproduzida cotidianamente.

Ressalto que por sujeitos escolares compreendo os diferentes atores sociais que direta ou indiretamente envolveram-se com a história do Grupo Escolar Farroupilha, imprimindo-lhe marcas nos diferentes momentos de sua trajetória institucional. Entretanto, em virtude dos documentos encontrados, privilegio nesta análise os (as) alunos (as), as professoras e os (as) diretores (as), buscando tecer uma narrativa acerca dos sujeitos que ajudaram a escrever a história do Grupo Escolar Farroupilha ao longo dos anos de 1927 a 1949.

3.1 OS (AS) ALUNOS (AS): QUEM ESTUDAVA NO GRUPO ESCOLAR?

A instituição educativa afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente como o público-alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas e influências do meio local.

(Justino Pereira de Magalhães, 2004).

O Grupo Escolar Farroupilha iniciou sua história em 1927 com a denominação de *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, emergindo em um contexto tipicamente rural, com a finalidade de ministrar o ensino primário e os conhecimentos práticos e rudimentares de agricultura. Dessa forma, delinear o perfil do corpo discente da instituição, dentro do recorte temporal estabelecido, constituiu-se em um dos objetivos primordiais de meu estudo, elucidado pelos seguintes questionamentos: Quem foram os primeiros alunos e alunas do grupo rural? Quais as idades? Quais as descendências? Eram filhos de pequenos agricultores? Qual era o perfil desse corpo discente?

Buscando responder às inquietações de pesquisa expostas acima, foram consultados os *Relatórios da Intendência Municipal de Caxias*, referente aos anos de 1927 e 1929, localizados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS), os *Boletins de Colégios e Grupos*, referentes aos anos de 1929 e 1930, encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS), bem como o *Livro de Matrículas*, referentes aos anos de 1930 a 1938, preservado no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha (Farroupilha/RS), antigo grupo escolar.

De acordo com a tessitura estabelecida no capítulo 2, entre a escola e o seu entorno, é possível inferir que ela tenha atendido, inicialmente, os (as) filhos (as) dos moradores das proximidades da Estação Férrea, sendo que, em virtude dos vestígios encontrados até o presente momento acerca do processo de escolarização no município de Farroupilha/RS, compreendo que existiam apenas duas escolas localizadas na área central do distrito, ou seja, o Grupo Escolar Rural e a Escola Nossa Senhora de Lourdes. Nesse sentido, é provável que a população escolar de Nova Vicenza tenha se dividido, inicialmente, entre essas duas instituições escolares.

Os dados apresentados nos *Relatórios da Intendência Municipal de Caxias*, produzidos nos anos de 1927 e 1929,⁴⁶ norteiam a minha primeira aproximação em torno do corpo discente da escola, uma vez que são poucos os indícios a respeito dos primeiros anos do Grupo Escolar Rural. Dessa maneira, a partir dos *Relatórios*, compreendo que desde o início o ensino misto era uma realidade no cotidiano da escola, porém, pode ser que, nesse espaço, existiam práticas diferenciadas para meninos e para meninas, como as atividades realizadas na disciplina de trabalhos manuais,⁴⁷ que

⁴⁶ O Relatório da Intendência Municipal de Caxias, produzido em 1928, não apresenta maiores informações a respeito da matrícula da instituição, apenas aponta a sua existência e a sua localização geográfica. Os três Relatórios da Intendência Municipal de Caxias que foram consultados neste estudo fazem parte do acervo do AHMJSa, localizado em Caxias do Sul (RS).

⁴⁷ A disciplina de trabalhos manuais estava prevista no Art. 28º, do Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de

normalmente eram propostas de acordo com o gênero das crianças: “para as meninas, especialmente os bordados e os trabalhos com agulhas. Para os meninos, o uso da madeira, por exemplo” (LUCHESE, 2007, p. 414).

Como já apresentado, o Grupo Escolar Rural começou a funcionar oficialmente no dia 27 de agosto de 1927, contando com uma matrícula inicial de 85 alunos, sendo 37 meninos e 48 meninas.⁴⁸ Nota-se que o número de meninas foi superior ao número de meninos matriculados no primeiro ano da escola, situação que se modifica a partir de 1929. De acordo com o documento *Boletins de Colégios e Grupos*, em setembro do referido ano, a situação da escola era a seguinte:

Quadro 4 - Boletim do mês de setembro de 1929

Nome dos professores	Classe	Matrícula real	Frequência média	Faltas dos professores durante o mês
Ida Nunes Santiago	3ª	33	23	Nenhuma
Maria Mocellini	2ª	34	29	Nenhuma
Maria Ignêz Vizei	1ª	52	37	Nenhuma

Fonte: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza, 1929. Acervo: Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública, AHRGS – Porto Alegre/RS.

Observa-se a partir do quadro um acréscimo no número de matrículas do Grupo Escolar, perfazendo um total de 119 alunos distribuídos entre as três classes existentes. Esse aumento no número de estudantes suscitou na nomeação da professora Ida Nunes Santiago para reger a 3ª classe.

Vale pontuar que durante os meses subsequentes ao de setembro, o número de matrículas continuou crescendo, pois segundo o *Relatório da Intendência Municipal de Caxias*, produzido em 1929, em dezembro do mesmo ano existiam 141 alunos matriculados no Grupo, sendo 71 meninos e 70 meninas. Possivelmente, essa demanda escolar estava relacionada ao aumento da população residente em Nova Vicenza, em virtude do crescimento econômico do Distrito, ou ainda, pode ser que o ensino técnico-profissionalizante oferecido pela instituição tenha se tornando referência na região, atraindo novos alunos para os seus bancos, possibilitando, dessa forma, o acesso aos conhecimentos primários e agrícolas.

No início da década de 30 do século XX, o Grupo Escolar mantinha matriculados 122 alunos, divididos entre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes como se observa no

1927, que regulava a Instrução Pública no Estado. O documento consultado encontra-se digitalizado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>> Acesso em: 12/02/2015, às 10h58min.

⁴⁸ Os dados referentes à matrícula inicial foram extraídos do Relatório da Intendência Municipal de Caxias produzido em 1927.

quadro abaixo:

Quadro 5 - Boletim do mês de junho de 1930

Funcionários		Classe	Matrícula Real	Frequência média	Faltas de funcionário no mês
Nome	Cargo				
Antão Baptista	Diretor	-	-	-	-
Norma I. Vizeu	Auxiliar	1 ^a	56	44	-
Albertina Cibelli	Auxiliar	2 ^a	35	30	-
Maria Mocellini	Professora	3 ^a	14	12	-
Loanda de Calazans ⁴⁹	Auxiliar	4 ^a	17	12	2
Joaquina Silva	Zeladora	-	-	-	-

Fonte: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza, 1930. Acervo: Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública, AHRGS – Porto Alegre/RS.

Embora o número de alunos tenha diminuído, nota-se a introdução na 4^a classe, perfazendo um total de 17 matrículas, possibilitando a oferta da continuação do curso primário. No entanto, se no ano anterior (1929) a 3^a classe contava com 33 alunos matriculados, como explicar essa queda no número de matrículas? Em virtude do *Boletim* ter sido preenchido pela direção da escola no mês de junho, entendo que essa diminuição no número de matrículas possa estar associada ao trabalho agrícola desenvolvido pelas crianças nas propriedades familiares, já que em épocas de plantio, de limpeza da plantação e de colheita precisavam ajudar nas tarefas do campo, uma vez que, na época, a maioria da população de Nova Vicenza vivia da agricultura.

Sobre este problema relacionado à frequência escolar, ela pode estar relacionada à ideia de continuidade dos estudos na Região, pois, segundo aponta Luchese (2007, p. 268): “[...] três anos em média era o tempo de permanência na escola da maioria dos alunos. Poucos eram aqueles que a frequentavam com idade superior a 13, 14 anos”.

Observa-se a partir dos quadros apresentados que a 1^a e 2^a classes eram as mais numerosas. Tal situação pode estar assentada na perspectiva apontada pela mesma autora, de que a maioria dos pais da região: “não visualizavam a necessidade de uma longa permanência na escola, mas a compreendiam como um espaço necessário para obtenção de conhecimentos básicos, importantes na prática diária” (LUCHESE, 2007, p. 148). Entre esses conhecimentos básicos estavam a aprendizagem da leitura, da escrita, do cálculo e, no caso específico do grupo escolar rural, dos conhecimentos

⁴⁹Foram encontradas duas grafias diferentes a respeito do sobrenome da professora Loanda. No Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul, organizado por Julio Lebrun, aparece escrito *Loanda Calazans* e no Livro Boletins de Colégios e Grupos, organizado pela Instrução Pública do mesmo Estado no ano de 1930, aparece escrito como *Loanda de Calazans*. Utilizo essa última grafia em virtude de que o preenchimento dele era feito pela direção do Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza.

rudimentares de agricultura. Nesse sentido, após adquirirem os conhecimentos necessários, muitas crianças deixavam de estudar, especialmente da zona rural, para auxiliar “os pais na “lida” da roça” (LUCHESE, 2013, p. 124).

A partir dos anos de 1930, encontrei diversos registros preservados no ACEF que me permitiram avançar na análise da (s) cultura (s) escolar (es), especialmente no que se refere ao estudo dos sujeitos que fizeram parte dos diferentes momentos da história da instituição. Entre esses documentos, privilegio nessa análise o *Livro de Matrículas*, pois fornece informações a respeito dos (as) alunos (as) matriculados (as), entre os anos de 1930 a 1938, na instituição pesquisada.

Como visto anteriormente, desde o início de seu funcionamento em meados de 1927, o grupo escolar manteve um número significativo de alunos matriculados, situação que perdurou ao longo dos anos, como pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 2 - Número de alunos matriculados (1930-1937)

Ano	Número de alunos matriculados	Ano	Número de alunos matriculados
1930	142	1934	120
1931	176	1935	152
1932	147	1936	135
1933	116	1937	123

Fonte: Livro de matrículas (1930-1938). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Uma primeira observação a respeito da tabela acima sinaliza para o trânsito de alunos ocorrido no ano de 1930, sendo que, em junho, existiam 122 estudantes matriculados, denotando que, ao longo dos meses restantes, tal número passou para 142, talvez, em virtude dos trabalhos agrícolas, como explicitado anteriormente. Nota-se, a partir da tabela, que no decorrer da década de 1930 do século XX, embora com constantes variações, o número de matrículas manteve-se muito próximo.

De acordo com as informações registradas no *Livro de Matrículas (1930-1938)*, foi possível identificar os nomes dos alunos, as filiações, as idades, as raças e as nacionalidades dos sujeitos que formavam o corpo discente da escola. Dessa forma, sinalizo que, durante os anos de 1930 a 1937, praticamente todos os alunos que estudavam na instituição residiam em Nova Vicenza, posteriormente Farroupilha, exceto a aluna Regina Varisco, matriculada na 3ª classe, moradora de Nova Milano, 4º Distrito de Farroupilha. Assim, é possível inferir que a escola atendia alunos e alunas da localidade, descartando a possibilidade de ter atendido estudantes de outros municípios em virtude do ensino agrícola oferecido.

As idades dos alunos do grupo escolar variavam entre os 5 e os 16 anos, como

pode-se verificar no quadro 6.

Quadro 6 - Idades dos alunos matriculados por classes (1931-1937)

Classes	Ano						
	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
1ª Classe	5-9	6-15	6-14	6-14	5-10	6-12	6-14
2ª Classe	7-13	8-13	8-14	10-14	9-15	8-14	9-14
3ª Classe	9-12	10-15	-	12-15	10-14	10-16	9-15
4ª Classe	11-13	-	-	-	-	11-12	11-14
5ª Classe	-	-	-	-	-	12-14	13-14
6ª Classe	-	-	-	-	-	12-14	13-15
7ª Classe	-	-	-	-	-	-	12-15

Fonte: Livro de Matrícula (1930-1938). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Ao analisar esse quadro, entendo que as idades previstas para o ingresso e para a saída do grupo escolar estavam de acordo com o previsto no *Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927*, que regulava a instrução pública do Estado, pois, segundo o *Art. 41º*, só teriam “direito a matrícula nos estabelecimentos de ensino público as crianças maiores de 6 anos”. Porém, existiam exceções, como se pode notar no quadro acima.

Em virtude da análise realizada no *Livro de Matrículas (1930-1938)*, percebi que no ano de 1931,⁵⁰ dos oito alunos matriculados na primeira classe com 5 anos de idade, cinco deles tinham sido matriculados juntamente com os irmãos maiores na mesma classe, sendo que o mesmo ocorre em 1935,⁵¹ pois, no total, são três alunos matriculados com 5 anos e todos acompanhados dos irmãos de 6 e de 7 anos.

Essa realidade pode ser pensada a partir das contribuições de Mimesse (2013, p. 41),⁵² quando a autora sinaliza que: “esses alunos menores iam para a escola por não poderem executar as tarefas autonomamente em casa, e indo para a escola poderiam aprender algo até a idade de sete anos”- no caso dos grupos escolares do Rio Grande do Sul, de seis anos.

O estudo desenvolvido por Luchese (2007, p. 264, grifo da autora) também contribui para pensar essa realidade, apontando que os pais desses alunos, talvez,

⁵⁰ Em 1931, estavam matriculados na 1ª classe do grupo escolar os irmãos Aurélio e Asselio Borges, com 6 e 5 anos de idade; os irmãos Olavo e Balbina Cavalante, com 6 e 5 anos; os irmãos Danilo e Itacir Merlim, com 6 e 5 anos e as irmãs Nilsa e Inês Grendene, com 7 e 5 anos. Também os irmãos Rubem e Luiz Neis, com 8 e 5 anos, matriculados na 2ª e na 1ª classe, bem como a aluna Ely M. Gonçalves e os alunos Honório De Nardi e Dajanir Capelletti com 5 anos de idade. Fonte: Livro de Matrículas (1930-1938, p. 6, 8, 10 e 11), Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

⁵¹ Em 1935, estavam matriculados na 1ª classe do grupo escolar os irmãos: Fernanda, Milena e Antonio Fernandes, respectivamente com 7, 6 e 5 anos de idade; os irmãos Evaldo e Eli Barteti, com 6 e 5 anos, e os irmãos, Fermينو e Maria de Lourdes Pasqual, com 7 e 5 anos de idade. Fonte: Livro de Matrículas (1930-1938, p. 28). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

⁵² Eliane Mimesse pesquisou a escola na comunidade de imigrantes italianos de São Caetano/SP, entre os anos de 1877 a 1921.

vissem outra motivação para enviar os filhos mais cedo para a escola, na medida em que “antecipando a idade escolar, estariam ‘adiantando’ também o seu final e, assim, a idade para o trabalho”.

Quanto à idade de saída da escola, segundo o *Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927*, ficava a cargo do (a) diretor (a) do grupo escolar determinar a idade limite. Dessa maneira, nota-se a presença de alunos com 15 e com 16 anos de idade em diversas classes da escola, sinalizando para as diferenças entre idade e ano escolar, ou para as diferenças existentes entre os tempos de vida e os tempos de escola, que nem sempre eram os mesmos.

Possivelmente, os tempos de vida de muitos alunos e alunas do Grupo Escolar estiveram regulamentados pelos tempos de trabalho, ora em atividades domésticas, ora em atividades agrícolas, deixando para a escola um tempo reduzido, possível entre uma tarefa e outra, entre um mês e outro, ou mesmo nem chegou a ser possível para muitos em virtude das diversas dificuldades impostas.

Outra questão a considerar a respeito das diferentes idades do corpo discente da escola sinaliza para “a dificuldade de homogeneização das classes” (SOUZA, 1998, p. 116), pois, como se observa no quadro 6, uma mesma sala de aula comportava alunos com idades distintas entre si.

Ainda focalizando o mesmo quadro, é possível pensar a respeito da demanda escolar, visto que esta se intensifica a partir do ano de 1936, resultando na solicitação e, depois, na construção do novo prédio para escola, posteriormente inaugurado em 1938.

Quanto às nacionalidades dos alunos nesse período, constatei que praticamente todos eram brasileiros, exceto a aluna Alice M. Murua que era argentina. Alice foi matriculada aos 6 anos de idade na 1ª classe, em 1934. Acredito que a aluna tenha ficado apenas esse ano no grupo escolar, pois não encontrei indícios no *Livro de Matrículas (1930-1908)* de que ela tenha continuado na escola nos anos seguintes.

A partir do ano de 1932, o *Livro de Matrículas* da instituição é registrado com um número maior de informações, sendo que além dos nomes dos alunos, da filiação, da idade, da nacionalidade, do domicílio, da classe e do “item” observações, foram incluídas informações a respeito do gênero dos alunos, identificando quantos meninos e quantas meninas estavam matriculados (as) em cada classe da escola, bem como a nacionalidade dos pais e cor (grupo racial) de cada criança. Porém, ressalto que tais informações desaparecem do *Livro de Matrícula (1930-1938)* a partir de 1934.

Assim, tomando como base os dados possíveis, verifiquei a presença de

estudantes descendentes diretos (filhos) de imigrantes durante os anos de 1932 e 1933. De acordo com os registros disponíveis, os (as) alunos (as) Vilda e Dilva Zanellato (irmãs), Leonidas Jaconi,⁵³ Orlando Pinelli e Enio Beltram eram filhos de pais italianos e os (as) alunos (as) Lauro Freiburger, Rubem Meyer e Ester, Arno, Mario, Josefina, Maria e Pedro Schmitz (irmãos)⁵⁴ eram filhos de pais alemães, sendo que o restante dos alunos do grupo escolar eram filhos de pais brasileiros. No entanto, é provável que existiram outros alunos matriculados que também eram filhos de pais imigrantes e que não chegaram a ser contabilizados no *Livro*, como é o caso da aluna Alda Gomes, filha do espanhol Faustino Gomes.

Em virtude dos sobrenomes registrados no mesmo *Livro de Matrículas* identifiquei as ascendências étnicas das famílias dos alunos que estudavam no Grupo Escolar, sendo em sua maioria descendentes de italianos e de alemães. Porém, também é possível perceber um número significativo de sobrenomes de origem francesa, portuguesa e espanhola.

Durante os anos de 1932 e 1933, observei a presença de alunos negros⁵⁵ matriculados na escola, constituindo, entretanto, apenas 3,42% do total do corpo discente da instituição nos dois anos analisados. Tal situação me fez refletir a respeito da presença dos negros na Região, mais especificamente em Farroupilha. Será que as crianças negras tinham as mesmas condições de acesso à escola pública do que as crianças brancas, filhas de descendentes de italianos e de alemães? Como nesse momento não tenho condições de aprofundar tais perguntas, deixo-as como apontamentos para futuros estudos.⁵⁶

⁵³ Leonidas era irmão de Wanda e Silvia Jaconi, professoras do Grupo Escolar Farroupilha. O pai Humberto Jaconi, segundo Tartarotti (2014, p.143): “era natural da cidade de Moderna, Itália [...], veio para o Brasil e fixou-se na Vila Estação de Nova Vicenza, estabelecendo-se com comércio de secos e molhados, tecidos e armarinhos e produtos coloniais”.

⁵⁴ Os irmãos Ester, Arno, Mario, Josefina, Maria e Pedro Schmitz eram filhos de José Schmitz e Oliva Rombaldi. Segundo Tartarotti (2014, p.45), José Schmitz era “natural da Alemanha, filho de Guilherme Schmitz e Suzana Muerdes, nascido no ano de 1886. Migrou para o Brasil com a idade de 20 anos, estabeleceu-se aqui na Vila Estação de Nova Vicenza, com comércios de secos e molhados, na Rua Júlio de Castilhos”.

⁵⁵ Entre os alunos identificados como negros, estão Lidia, Pedro e João Maria, filhos de José Maria e de Rosa Pignat. Segundo Tartarotti (2014, p.168), José Maria era brasileiro “natural de São Pedro, interior de Bento Gonçalves [...] desde jovem, teve que trabalhar para ajudar os pais, pois a família era numerosa e precisava do esforço de todos para sobreviver”. Juntamente com sua esposa, fixou residência em Nova Vicenza, “num canto do cemitério. Construíram pequena choupana [...] Ele passou a fazer às vezes de coveiro e esse trabalho pagava o aluguel do terreno. E aí vieram os filhos: Lídia, Justina, Pedro, Laurindo e João. Todos estudaram no Grupo escolar e concluíram o curso primário”. (TARTAROTTI, 2014, p. 168).

⁵⁶ Indico o estudo de Gonçalves (2003) acerca da situação educacional dos negros no Brasil, assim como o de Fonseca (2007) em relação ao negro na historiografia educacional brasileira.

Um último aspecto a ser analisado, entre os anos de 1930 a 1937, refere-se às condições socioeconômicas dos (as) alunos (as) que frequentaram o Grupo Escolar nesse período. Porém, infiro que não foi uma tarefa fácil, pois neste primeiro *Livro de Matrículas* analisado não aparecem informações a respeito da profissão dos pais dos alunos, bem como não encontrei registros em outros documentos que pudessem sinalizar para a existência da “caixa escolar”, destinada ao auxílio de alunos *pobres* das escolas, embora estivesse prevista no *Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927*,⁵⁷ que, como referido anteriormente, regulamentava o ensino primário no Estado.

Nesse sentido, acredito que a escola tenha atendido um grupo social bastante diversificado ao longo dos anos, pois, por ser uma escola pública, recebeu alunos de classes menos favorecidas da localidade, mas também pelo que pude observar, a partir dos nomes e dos sobrenomes dos pais dos alunos, compreendo que a escola tenha atendido um número significativo de crianças com melhores condições financeiras.

Meu posicionamento acima justifica-se em virtude da matrícula de alunos (as) filhos (as) de famílias tradicionais da cidade, como as famílias *Fetter, Grendene, Farinon, Noro, Dal Molin, Tartarotti, Milesi*, entre outras - famílias com prestígio social até os dias atuais. Além disso, em virtude dos conhecimentos construídos no capítulo 2, identifiquei que a escola atendeu, ao longo dos anos 30 do século XX, os filhos de Dionísio Cibelli, farmacêutico da cidade e fundador do Hospital Beneficente Cibelli; de Alécio Cauduro, dono do Cinema Guarani; do joalheiro Carlos Beltrani; do comerciante Victorio Tartarotti,⁵⁸ dos empresários Paulo Broilo,⁵⁹ Abramo Dal Molin,⁶⁰ Faustino Gomes⁶¹ e Angelo Venzon,⁶² bem como do ex-diretor do grupo escolar Antão de Jesus Batista.

⁵⁷ O Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927, aprovou o Regimento Interno dos estabelecimentos de ensino público do Rio Grande do Sul. O referido documento encontra-se na Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS – Porto Alegre/RS.

⁵⁸ Victorio Tartarotti era dono de uma casa de secos e molhados em Nova Vicenza. Vale pontuar que juntamente com Faustino Gomes e com Angêlo Venzon foi Inspetor Escolar do distrito.

⁵⁹ Paulo Broilo nasceu em Nova Milano em 1896. De acordo com uma reportagem publicada no site do Jornal O Farroupilha (2008): “Com 22 anos pensou no futuro e mudou-se para Nova Vicenza, para as bandas da viação férrea em 1918 e montou sua fabriqueta. Progrediu. Convidou Carlos Egger para sócio e surgiu a empresa Broilo, Egger Cia. Ltda.”, uma empresa referência no ramo de calçados.

⁶⁰ Abramo Dal Molin, juntamente com o irmão Vicente, fundou a empresa *Irmãos Dal Molin* em Nova Vicenza.

⁶¹ Faustino Gomes era espanhol e veio para o Brasil aos 11 anos de idade. Estabeleceu-se com a família em Santa Maria/RS e depois em Nova Vicenza no ano de 1905. Segundo reportagem publicada no site do jornal *O Farroupilha* (2010), Faustino e sua família: “Estabeleceram-se em Santa Maria, na época, o mais importante centro ferroviário do Estado. Ali, entre trilhos e trens, a família optou em ser uma empreendedora no segmento de ferrovias, funda uma empresa e consegue como empreiteira, junto à firma belga concessionária, um contrato para a construção e execução do ramal da via férrea Montenegro/Caxias do Sul”. Segundo o depoimento do neto de Faustino Gomes, Luiz Carlos Ruschel

Pessoas ilustres na comunidade local e, supostamente, com boas condições financeiras para pagar, caso achassem necessário, uma escola particular para os (as) filhos (as). Ainda, pode ser que o grupo escolar oferecesse um ensino público considerado de qualidade para a época, o que pode explicar também a matrícula de crianças favorecidas economicamente no interior da escola.

Dando continuidade à análise proposta, a partir desse momento direciono o olhar para o período compreendido entre os anos de 1938 a 1949, quando o *Grupo Escolar de Farroupilha* passa a funcionar em um prédio próprio e planejado, perto da Igreja Matriz, do Hospital São Carlos e da Escola Nossa Senhora de Lourdes, objetivando elucidar os seguintes questionamentos: Houve mudanças no perfil do alunado, na transição de Grupo Escolar Rural para Grupo Escolar Farroupilha? Quem foram os alunos desse novo momento histórico da escola? A qual grupo socioeconômico pertenciam? Ou ainda, quem estava autorizado (a) a frequentar essa instituição escolar?

Nesta análise foram consultadas fotografias escolares da década de 40 do século XX, bem como os *Livros de Matrículas*, referentes aos anos de 1939 a 1943 e depois, de 1943 a 1949, preservados no ACEF.

A partir da tabela 3, nota-se que o número de matrículas continua sendo significativo neste novo momento da instituição, especialmente no ano de 1938, ano em que acontece um elevado acréscimo no número de matrículas efetivadas na escola, perfazendo um total de 343 alunos matriculados.

Tabela 3 - Número de alunos matriculados (1938-1949)

Ano	Número de alunos matriculados	Ano	Número de alunos matriculados
1938	343	1944	243
1939	237	1945	217
1940	279	1946	236
1941	286	1947	218
1942	303	1948	223
1943	298	1949	208

Fonte: Livro de matrículas (1930-1938). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

É importante destacar que, em 1938, assume o governo gaúcho o Coronel

Gomes, após a conclusão da obra férrea, o avô passou a trabalhar como funcionário público federal.

⁶² Angelo Venzon nasceu em Nova Vicenza em 15/06/1904. Trabalhou muitos anos como comerciante local, depois trabalhou como inspetor escolar, tesoureiro, escriturário da contadoria, fiscal geral, loteador e bibliotecário. Segundo o site da Escola Municipal Angelo Venzon Neto, localizada em Farroupilha/RS, foi também o 1º Coordenador de Ensino da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Angelo desempenhou diversos cargos ao longo de sua vida pública e seu nome está relacionado a diversos momentos importantes da história do município, como a emancipação política e a criação da Biblioteca Municipal Olavo Bilac, sendo o seu 1º bibliotecário. Faleceu em 1994, aos 90 anos de idade.

Cordeiro de Farias (1938-1943), o qual, conjuntamente com o secretário de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza (1937-1945), empreende esforços para colocar em prática a campanha de nacionalização do ensino, objetivando adentrar:

Nesses densos aglomerados teuto e ítalo-brasileiros não apenas com a administração pública e a autoridade policial, mas também e principalmente com a escola, e, por intermédio desta, com a língua, a história, o civismo e o culto da tradição pátrias. (CORDEIRO DE FARIAS, 1943, p. 10)⁶³.

A partir das palavras do Interventor Cordeiro de Farias, bem como pelos apontamentos realizados em outros estudos⁶⁴ que discutem a temática da nacionalização do ensino, é possível compreender que a escola foi vista como um espaço propício para a difusão dos ideais nacionalistas que pretendiam acabar com o perigo representado pelos imigrantes e descendentes, bem como forjar a construção de uma identidade nacional para o país. Dessa forma, diversas medidas preventivas e repressivas foram tomadas pelo governo gaúcho com o intuito de colocar em prática tais concepções, entre elas, a construção de novos prédios escolares, assim como o desdobramento da rede escolar nas esferas estaduais e municipais de ensino (KREUTZ, 2010).

Em vista disso, a prefeitura de Farroupilha, nesse período, estava sob o comando do prefeito Eudoro (1937-1940) que, como já mencionado no capítulo anterior, dedicou-se à expansão da educação primária no cenário farroupilhense, inaugurando, na sua gestão, em 1938, o novo prédio para abrigar o Grupo Escolar em análise.

Nota-se, a partir na tabela 3, que em nenhum outro ano a escola manteve tantos alunos matriculados como em 1938, o que me leva a pensar, a partir desse fato, como sendo uma estratégia de nacionalização, uma vez que nesse ano foi aberta, pela primeira vez, uma turma de Jardim de Infância na escola. Em virtude das fontes consultadas, parece ter havido um forte incentivo por parte das esferas estaduais e municipais de ensino referente a matrículas de crianças no 1º ano escolar, pois, constatei que, em 1937, havia 53 alunos matriculados no 1º ano, e, em 1938, 195 matrículas.

Importa lembrar que, segundo Certeau (2014, p. 87), as estratégias estão ligadas às relações de poder, são “capazes de produzir, mapear e impor” a autoridade, os desejos ou os interesses de uns sobre os outros. Sendo assim, é possível inferir que esse

⁶³ Citação retirada do já mencionado *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, D.D. Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943.*

⁶⁴ Veja-se Quadros (2014), Kreutz (2010) e Peres (2000).

aumento elevado no número de matrículas possa estar relacionado à “propaganda” realizada pelo governo estadual e também local, em relação à “importância” de se estudar em escolas nacionais, haja vista que o lema da gestão do prefeito Eudoro era: “O maior desenvolvimento da Instrução Pública pela grandeza do Brasil” (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1940, p. 55), o que, no meu entendimento, sinaliza para a representação de um discurso com propósito nacionalista.

Outra possibilidade para explicar esse aumento no número de matrículas pode estar assentada na ideia de progresso que a escola simbolizava em virtude do “conjunto de dispositivos materiais e simbólicos postos em visibilidade” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 29), a partir da edificação no novo prédio, haja vista que tal espaço foi construído para atender a um número significativo de alunos e professores e, sendo assim, incentivar a matrícula escolar, fazia todo o sentido.

No entanto, em 1939, o número de estudantes matriculados passa a ser de 237, ou seja, 106 alunos a menos do que no ano anterior. Dessa forma, qual seria a explicação para essa situação? Será que a escola não atingiu as expectativas da população local? Ou será que não teve condições físicas e pedagógicas para atender a tantos alunos? O que teria ocorrido com esses 106 alunos? Teriam desistido de estudar? Teriam ido para outras instituições de ensino?

É possível levantar algumas hipóteses em relação a esses dados, sendo uma delas o fechamento da turma do Jardim de Infância, bem como à queda no número de matrículas do 1º ano do ensino primário, passando de 195 matrículas em 1938, para 105 em 1939, ou seja, 90 matrículas a menos apenas no 1º ano escolar, sendo que dos 195 alunos matriculados em 1938, 102 estavam frequentando pela primeira vez o 1º ano, 25 tinham sido reprovados no ano anterior e 68 tinham sido evadidos durante o ano letivo. Porém, no *Livro de Matrículas (1930-1938)*, não consta o motivo das eliminações, no entanto, a partir dessa situação, pode-se pensar que a matrícula inicial dos alunos, segundo Figueiredo (2013, p.102):

[...] não confirmava sua permanência até o final do ano letivo. Em outras palavras as políticas em favor de uma educação gratuita e voltada para toda a população infantil em idade escolar não garantia que as crianças terminassem seus estudos durante o ano ou mesmo até o final do ensino elementar.

O alto índice de alunos evadidos em 1938 pode estar associado a vários fatores, entre eles a troca de instituição escolar, a mudança de domicílio das famílias, assim como doenças, dificuldades financeiras ou quem sabe por opção dos pais, como sinaliza

Figueiredo (2013), já que, embora o ensino primário fosse obrigatório, “os pais às vezes preferiam mandar seus filhos mais tarde para a escola, quando já fossem maiores e estivessem livres dos trabalhos domésticos e da ajuda que alguns realizavam no sustento do lar” (FIGUEIREDO, 2013, p.107), dentre outras possibilidades prováveis.

Ainda em conformidade com os dados acima, saliento que não encontrei indícios a respeito do fechamento da turma do Jardim de Infância,⁶⁵ em 1939, sendo que em 1940 ela é reaberta contando com uma matrícula de 19 alunos, sendo 13 meninas e 6 meninos, entre quatro e seis anos de idade, de acordo com os registros contidos no *Livro de Matrícula* (1939-1943) do ACEF.

Por meio da Figura 9, é possível notar uma turma de alunos do Jardim de Infância, datada de 1942. Os alunos parecem estar posicionados por ordem de tamanho em frente ao prédio do grupo escolar, merecendo destaque as diferentes estaturas das crianças na fotografia sinalizando que, provavelmente, a turma era composta por alunos de 4, 5 e 6 anos de idade,⁶⁶ conforme os registros no *Livro de Matrículas* (1939-1943), bem como é possível observar as diferenças raciais, pois aparecem alunos morenos, loiros, como também de cabelo castanho e pele clara.

Também é viável notar as diferentes expressões nos rostos dos pequenos, como o aluno que sorri para a câmera (1), a aluna que boceja (2), o aluno ao fundo da imagem que parece estar com um brinquedo em frente ao rosto (3), a aluna (4) que parece estar distraída olhando para outro lugar, bem como a colega que olha para o chão (5), enquanto os demais mantêm uma expressão séria aguardando o momento do registro. Outra questão a observar é a presença do brinquedo, um carrinho de boneca, representando a ideia do desenvolvimento infantil por meio do brincar ou, ainda, a adaptação das crianças à vida escolar.

⁶⁵ A respeito da história do Jardim de Infância no Brasil, sugiro os estudos de Bida (2006) e Kuhlmann Jr. (2000).

⁶⁶ Esta idade estava de acordo com o prescrito no Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado do Rio Grande do Sul - Decreto nº 7.929, de 30 de agosto de 1939. Segundo o Artº 17 - “nas escolas em que funcionarem classes de Jardim de Infância, serão admitidas, para esse grau de ensino, crianças de 4 a 6 anos” podendo ser matriculadas as crianças que completarem 4 anos até o mês de junho.

Figura 9 - Turma do Jardim de Infância (1942)



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Ainda é possível observar que todos os alunos aparecem calçados na fotografia e estão vestindo o uniforme escolar, composto por um avental branco sobre a roupa, de manga longa e preso nas costas por um laço, também, fica evidente a presença do tope branco no cabelo das meninas. De acordo com o estudo de Ribeiro e Silva (2012, p. 582): “A adoção de aventais brancos por alguns Estados brasileiros era a medida mais adequada, pois evitava que, por qualquer acidente, a criança viesse a sujar suas roupas, considerando-o assim um meio econômico e higiênico”.

Historicamente, a adoção do uniforme escolar no cotidiano da escola pública ganha forças com o advento da República e com a expansão paulatina do ensino, com o intuito de minimizar as diferenças entre pobres e ricos no contexto da democratização do ensino, ou seja, “ao se constituírem como símbolos de padronização, os uniformes foram considerados um elemento fundamental para a construção de um sistema educacional que postulava uma educação *igual para todos*” (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 583, grifo das autoras).

Com o passar do tempo, essa padronização tornou-se obrigatória no contexto da escola pública primária, como destaca Olga R. Brentano, professora do grupo escolar. Segundo ela o uso do uniforme era obrigatório na escola e quanto ao modelo, Olga assinala que: “a escola recebia uma folha assim com o modelo, que eu acho que vinha da Secretaria de Educação” (BRENTANO, 1991, p. 4), ou seja, a partir das memórias da

professora, pode ser que o mesmo modelo de avental tenha sido utilizado na maioria das escolas estaduais do Rio Grande do Sul.

No entanto, ao tornar o uso do uniforme obrigatório, provavelmente muitas crianças foram “excluídas” do processo de escolarização, pois nem todas as famílias dispunham de condições financeiras para custear os gastos com o uniforme escolar, ainda mais pelo fato de que muitas vezes, as famílias eram numerosas, compostas por vários filhos em idade escolar. Como uma forma de auxílio, foi criada a já mencionada *caixa escolar, instituição auxiliar de ensino* destinada, “entre outros benefícios, à compra de vestuário e calçados para os alunos que não tivessem condições de adquiri-los” (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 583).

Ao verificar as fotografias da década de 40 do século XX preservadas no ACEF, pude observar que o uniforme do Jardim de Infância era diferente do uniforme dos alunos das outras turmas da escola. Dessa forma, a partir do ingresso no 1º ano, o uniforme passava a ser constituído por outras peças, como pode-se verificar na Figura 10.

Nota-se que, ao invés do avental, as crianças utilizam uma camisa social branca de manga longa, abotoada na frente e bordada com as iniciais da escola, detalhes observados em outra fotografia. Os meninos utilizam calça e bermuda e as meninas, saia pregueada, provavelmente de cor azul-marinho.⁶⁷ Ainda é possível verificar que os alunos que aparecem no registro estão calçados com sapatos de cores claras, possivelmente parte do uniforme escolar exigido. Marcon (2010, p.21)⁶⁸ destaca que, ao longo dos anos, o uniforme escolar:

Serviu para identificar e padronizar os alunos das instituições que o utilizavam e até hoje utilizam. Há os que se referem ao seu uso como forma de segurança e outros que afirmam ser o uniforme um encobridor das diferenças sociais de uma mesma escola e/ou sala de aula, além dos efeitos estéticos que oportunizariam com imagens mais harmoniosas.

⁶⁷ Quanto à cor das calças, bermudas e saias penso que seja azul-marinho, embora a fotografia seja em preto e branco.

⁶⁸ Sugiro o estudo de Marcon (2010) a respeito do uso dos uniformes escolares com reflexões que perpassam o campo da educação e da moda.

Figura 10 - Turma do 1º ano B (1942)



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Nesse sentido, em virtude da obrigatoriedade do uso do uniforme e das condições socioeconômicas de muitos dos alunos do grupo escolar, infiro que algumas crianças podem ter sido beneficiadas pela presença da caixa escolar no cotidiano da instituição, ao longo dos anos pesquisados.

A respeito das condições socioeconômicas das crianças que estudavam no grupo escolar apresento as tabelas 4 e 5, construídas com base nos dados disponíveis nos *Livros de Matrículas* da escola. Realizei um mapeamento a partir das profissões dos pais e das mães dos alunos, objetivando identificar qual era o perfil social do corpo discente do Grupo Escolar Farroupilha entre os anos de 1939 a 1949.

Tabela 4 - Profissão dos pais dos alunos (1939-1949)

Profissões	Ano					
	1939	1941	1943	1945	1947	1949
Arquiteto	-	-	-	-	-	2
Advogado	-	1	-	-	-	-
Agricultor	23	64	46	31	26	27
Barbeiro	-	1	1	1	-	-
Pedreiro	-	-	16	11	8	8
Chauffeur (motorista)	-	4	1	-	1	15
Comerciante	74	54	31	23	25	15
Delegado	-	1	-	-	6	-
Dentista	-	6	5	2	-	2
Ferreiro	-	1	2	2	-	2
Ferrovário	-	-	3	5	2	1
Fotógrafo	-	3	4	2	1	1
Func. Público	13	29	37	35	23	20
Guarda Civil	-	1	2	1	-	-
Industrial ⁶⁹	15	3	4	2	-	-
Jornaleiro	4	-	-	-	-	-
Juiz	-	2	1	-	-	-
Marceneiro	-	1	-	-	4	5
Mecânico	-	-	-	-	1	-
Médico	-	1	2	1	-	-
Militar	-	1	13	14	8	5
Operário ⁷⁰	83	94	101	69	91	80
Ourives ⁷¹	-	1	-	-	-	-
Pintor	-	2	-	-	-	-
Sapateiro	-	-	-	1	1	5
Sargento	-	1	-	-	-	1
Soldado	-	-	3	-	-	2
Tropeiro	1	-	1	2	1	-
Químico	-	3	2	1	-	-
Viajante	-	3	2	-	2	3
Outros ⁷²	24	9	19	14	18	14
Total de alunos	237	286	298	217	218	208

Fonte: Livro de matrículas (1939-1943) e (1943-1949). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

A partir da construção da tabela acima, é possível verificar uma grande diversificação de profissões registradas nos *Livros de Matrículas* da instituição, visto que do conjunto de 31 profissões contabilizadas, ao longo dos anos analisados, pode-se inferir que a maioria dos alunos do grupo escolar eram filhos de pais agricultores, comerciantes, funcionários públicos e principalmente operários, o que sinaliza para as

⁶⁹ Durante os anos de 1939 a 1945, aparece o registro da profissão *industrial* nos Livros de Matrículas, no entanto, não encontrei indícios de diferenças existentes entre as profissões de *operário* e de *industrial*, talvez, o termo *industrial* faça referência ao dono da indústria.

⁷⁰ Entendo que a profissão *operário* faça referência aos profissionais que trabalhavam nas diversas fábricas existentes no contexto do município.

⁷¹ Profissional que conserta, vende ou negocia metais preciosos como ouro e prata.

⁷² Refere-se a pais falecidos, aposentados e sem indicação da profissão.

mudanças ocorridas também no espaço geográfico e sociocultural do município de Farroupilha, a partir da emancipação política, ocorrida em 1934, com o crescimento do setor comercial e industrial,⁷³ especialmente na área urbana e suburbana.

Nesse sentido, em virtude dos dados acima, entendo que o Grupo Escolar Farroupilha atendeu, ao longo de sua história, alunos de vários setores sociais. Em sua maioria, eram filhos e filhas de trabalhadores urbanos e agrícolas e, em menor escala, crianças e jovens provenientes de famílias com maiores recursos financeiros e prestígio social, como os filhos (as) do prefeito Eudoro e do juiz municipal, bem como de alguns médicos, arquitetos e dentistas da comunidade local.

Além da profissão dos pais, realizei um mapeamento das profissões exercidas pelas mães dos alunos do Grupo Escolar Farroupilha, entre os anos de 1939 a 1949 que, por ora, apresento na tabela abaixo.

Tabela 5- Profissão das mães dos alunos (1939-1949)

Profissões	Ano					
	1939	1941	1943	1945	1947	1949
Costureira	-	-	-	-	-	1
Doméstica	221	277	285	200	199	194
Enfermeira	-	-	1	-	1	-
Ferroviária	-	-	1	-	-	-
Parteira	-	3	1	-	1	-
Professora	12	6	5	3	4	6
Telefonista	1	-	-	-	-	-
Outras ⁷⁴	3	-	5	14	13	7
Total de alunos	237	286	298	217	218	208

Fonte: Livro de matrículas (1939-1943) e (1943-1949). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Nota-se que, em todos os anos analisados, as mães eram, em sua maioria, identificadas nos *Livros* como *domésticas*, expressão provavelmente utilizada para referenciar as mulheres que eram donas de casa e também, que trabalhavam nas casas de famílias. Como se pode verificar ao longo do período analisado, poucas mães trabalhavam fora de casa, sendo que a profissão remunerada dominante no período correspondia à do magistério.

Tal situação pode ser pensada a partir da perspectiva apontada por Bencostta (2011, p.73), quando o autor sinaliza que a escola primária foi um dos poucos espaços

⁷³ Segundo Monserrat (1950), existia um número significativo de marcenarias, cantinas, oficinas mecânicas, armazéns, hotéis, ferragens, fábricas de móveis e fábricas de calçados no contexto do município de Farroupilha nesse período.

⁷⁴ Refere-se a mães falecidas ou sem indicação da profissão.

de atuação das mulheres na esfera pública, “em uma sociedade regida pelo universo masculino que, a todo custo, ainda conseguia majoritariamente condicionar as mulheres na esfera de suas vidas privadas”.

Depois da análise a respeito da condição socioeconômica dos (as) alunos (as) da escola, destaco os espaços geográficos em que os mesmos residiam entre os anos de 1942 a 1949.

Tabela 6- Mapeamento das residências dos alunos (1942-1949)

Localidade	Ano							
	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Zona Urbana	179	166	143	126	139	115	84	120
Zona Suburbana ⁷⁵	64	66	68	83	92	101	102	80
Vicenza “Velha” (Santa Rita) ⁷⁶	15	10	10	5	5	1	-	-
Volta Grande ⁷⁷	11	32	17	3	-	-	1	-
Zona Rural	16	13	5	-	-	-	-	-
Não consta	18	11	-	-	-	1	36	8
Total de alunos	303	298	243	217	236	218	223	208

Fonte: Livro de matrículas (1939-1943) e (1943-1949). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Predominantemente, ao longo da década de 40 do século XX, o corpo discente era composto por alunos residentes na área central, bem como no seu entorno, em virtude do espaço em que a escola estava localizada. Todavia, durante o início dos anos de 1940, também atendeu a crianças e jovens que moravam em áreas mais afastadas do centro, como também da zona rural.

Quanto à nacionalidade dos (as) alunos (as), é possível constatar que todos (as) eram brasileiros, sendo em grande maioria filhos (as) de pais e de mães brasileiros (as). No entanto, a partir dos registros contidos nos Livros de Matrículas da escola, é possível identificar a presença de pais e mães com outras nacionalidades, especialmente italianos, alemães, portugueses e espanhóis. Como exemplo, apresento a Figura 11, extraída do *Livro de Matrículas (1939-1943)* do ACEF, referente ao ano de 1939.

Na imagem, é possível observar a presença dos pais Eximo Postali (1) e Afílio Zanela (2), identificados como italianos, bem como de Juventino Barreiro (3) identificado como espanhol e da mãe Joana Postali (4) identificada como italiana. Tal

⁷⁵ Entendo por zona suburbana a área localizada no entorno do centro (zona urbana) do município de Farroupilha.

⁷⁶ A partir do ano de 1946, a localidade de Vicenza “Velha” passa a ser registrada no Livro de Matrículas (1943-1949) como Bairro Santa Rita.

⁷⁷ Volta Grande é um Bairro do município de Farroupilha, localizado próximo à Estação de Nova Vicenza.

vestígio pode ser um indicativo de que a população farroupilhense continuava sendo formada por imigrantes e descendentes, evidentemente em menor escala do que no século XIX. Porém, em virtude das limitações do registro, não há como confirmar a veracidade dessas informações.

Figura 11- Livro de Matrículas (1939-1943)

Página 3

MATRÍCULA

Seção b) - Pagina destinada aos pais ou responsáveis

NOME DO PAI OU RESPONSÁVEL	NACIONALIDADE	GRAU DE INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	RELIGIÃO	NOME DA MÃE	NACIONALIDADE	GRAU DE INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	RELIGIÃO	OBSERVAÇÕES
João E. Tomella	Brazil	dem	negoc.	Cat	Luiza Tomella	Brazil	dem	domest.	Cat	
Alfredo Fehr			profiss.	Cat	Leticia Fehr					
Carlos Joaquim da Silva			profiss.		Guionora R. da Silva					
Arnesto F. Alves			agról.		Helena F. Alves					
Joaquim da Silva			profiss.		Marta de Santos Silva					
João Friedrich					Christa Friedrich					
Leonel Miro			Com.		Tuza Miro					
Carlos Hayes			Com.		Adelina Hayes					
Augusto Luis Guisembach			profiss.		Sime Lima					
Augusto Lima			profiss.		Marina Lima					
Cláudio Cavalcanti			profiss.		Esje Cavalcanti					
Tommas Lotak	1		profiss.		Franc Lotak	4				
Luis Faurner	Brazil		indust.		Adelina Faurner					
Albino Fenger			(fiscal)		Arvon L. Fenger					
Arnold Blomberg			indust.		Amalia Blomberg					
Leonis Gendachis			profiss.		Augustina Gendachis					
Alfredo Klein			Com.		Montilde Klein					
Marcelo Berenhardt			profiss.		Corina Berenhardt					
Maximiliano Pasqual			Com.		Augustina Pasqual					
Albino Fehr			Com.		Lili M. Fehr					
Carlos Tantanoff	2		Com.		Odila Tantanoff					
Ylbia Tegeler	Brazil		profiss.		Morilton Tegeler	Brazil	dem.			
Marcos Barreira	Brazil		profiss.		Maria Barreira	Brazil	dem.			

Fonte: Livro de matrículas (1939-1943), matrículas realizadas em 1939. Secretaria do Colégio Estadual Farrroupilha – Farrroupilha/RS.

O olhar centrado nos (as) alunos (as) do Grupo Escolar Farroupilha, permitiu, especialmente, a partir dos “sinais”, utilizando a expressão de Ginzburg (2007), contidos nos Livros de Matrículas, identificar o público-alvo atendido pela escola ao longo dos anos pesquisados.

Dessa forma, tanto no Grupo Escolar Rural, quanto no Grupo Escolar Farroupilha, o corpo discente da instituição era composto por alunos brasileiros, descendentes de pais brasileiros e estrangeiros.

Ainda, todos os alunos residiam em Nova Vicenza, depois Farroupilha. Todavia, entendo, a partir de Chapoulie e Briand (1994, p. 24), que a proximidade das residências com os estabelecimentos de ensino “é, em numerosos casos, uma característica essencial das vagas disponíveis” oferecidas pela escola em diferentes momentos. Nesse caso, o grupo escolar, especialmente durante os anos de 1942 a 1949, atendeu a crianças e jovens moradores do centro do município e dos bairros próximos, identificados como zona suburbana, porém também atendeu a uma pequena parcela de estudantes que residiam em localidades distantes da escola, ao menos até o ano de 1946.

A partir dos indícios, entendo que, desde o início, o grupo escolar estava destinado à formação primária “do povo” farroupilhense, porém, nos dois momentos de sua história também atendeu em seus bancos os (as) filhos (as) de pessoas ilustres da comunidade e com ocupações bem remuneradas.

Porém, é possível dizer que os maiores usuários dessa escola pública foram os (as) filhos (as) de agricultores, pedreiros, comerciantes, marceneiros, sapateiros, viajantes, professoras, enfermeiras, donas de casa e operários – pais e mães de religião católica e protestante, em grande maioria analfabetos ou com formação primária, e que, segundo a representação da professora Maria F. Lydia Schulke (1989)⁷⁸ “queriam que os filhos frequentassem a escola e fossem para frente”.

Além de identificar o público-alvo atendido no Grupo Escolar, foi possível também conhecer, ainda que de maneira sucinta, um pouco das famílias que faziam parte da comunidade local e mantinham os filhos e filhas matriculados (as) na escola. Embora essa comunidade local tenha se modificado ao longo dos anos em decorrência das transformações oportunizadas pela passagem de distrito para município, ou seja, de um contexto agrícola para urbano, bem como de uma economia que girava em torno da

⁷⁸ Maria F. Lydia Schulke foi professora no Grupo Escolar Farroupilha, entre os anos de 1944 e 1945. A entrevista com a professora encontra-se localizada no acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, em Farroupilha/RS.

produção agrícola, mas também industrial, principalmente a partir das fábricas de calçados, de couro e de madeira⁷⁹ instaladas no município que, possivelmente, empregavam muitos dos pais do corpo discente da escola.

Finalizo essa análise em consonância com as contribuições de Justino Pereira de Magalhães, utilizadas propositalmente na epígrafe de abertura deste subcapítulo, quando o autor afirma que: “A instituição educativa afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente como público-alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas e influências do meio local” (MAGALHÃES, 2004, p. 165).

Nesse sentido, penso que os (as) alunos (as) do grupo escolar participaram ativamente da história da escola com suas ações, vivências, experiências e culturas – religiosas, familiares e étnicas, bem como representaram um pouco do contexto do município e do momento histórico vivido em questão, juntamente com os *sujeitos do ensinar* que apresento neste momento.

3.2 AS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR: “EU COMECEI MOÇA, MUITO MOÇA E TRABALHEI SEMPRE ASSIM COM MUITA VONTADE”

O tempo passava, e a escola permanecia fechada. Foi quando a Comissão resolveu procurar a minha mãe, sugerindo que eu assumisse aquele cargo. Nem quatorze anos eu havia completado, e a mãe fez todo tipo de objeções. Tratava-se de muita responsabilidade para uma criança. Mas a insistência da Comissão foi grande, e eles venceram. Prestei exame na Prefeitura de Caxias. Fui aprovada.

(Professora Alice Gasperin, 1989).

Considerando que alunos e professores “não apenas põem em funcionamento uma instituição ou uma cultura definidas sem a sua presença, mas que, pelo contrário, participam ativamente na construção da escola e da cultura escolar e de si mesmos como sujeitos sociais” (FARIA FILHO, 2008, p. 87), objetivo no presente subcapítulo delinear o perfil do corpo docente da instituição escolar pesquisada, apresentando ao leitor as professoras que fizeram parte da história do Grupo Escolar Farroupilha, nos diferentes momentos de sua trajetória institucional.

⁷⁹ Estas informações foram retiradas do Álbum comemorativo dos 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 291).

Ao longo das décadas de 1920 a 1940 do século XX, o corpo docente da instituição escolar era composto unicamente por mulheres, sendo que essa realidade não é um fato incomum, uma vez que a feminização do magistério primário é um fenômeno ocorrido em diversos países, sobretudo no final do século XIX e início do século XX.

No Brasil, “é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes” (LOURO, 2011, p. 99). Para se ter uma ideia, entre essas transformações estão o crescimento da urbanização, o acesso das mulheres à educação escolar, os baixos salários pagos aos professores, “afastando os homens e criando oportunidades para as mulheres” (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 7), assim como os discursos que relacionavam a docência à vocação materna, como destaca Louro (2000), entre outras transformações.

Peres (2000, p. 177) enfatiza que não se pode discutir o processo de feminização do magistério apontando uma única causa como responsável por esse fenômeno, pois “ele é resultado de um conjunto de elementos sociais, culturais e econômicos, decorrente das transformações que se operaram na sociedade na virada de século”.

Ainda de acordo com a autora, no Rio Grande do Sul, “desde o final do século XIX, o magistério público primário já tinha essa característica: era formado em sua grande maioria por mulheres” (PERES, 2000, 177).

Dessa forma, tendo como base os indícios encontrados nas fotografias e nos livros *Fichário do corpo docente e demais funcionários (1940)*, *Fichários dos professores (1940-1966)* e *Histórico dos professores (1940)*, preservados ACEF, infiro que exerceram o magistério na instituição escolar em análise, entre os anos de 1927 a 1949, as seguintes professoras: Maria Ignez Vizeu, Maria Mocellini, Ida Nunes Santigo, Albertina Cibelli, Loanda de Calazans, Norma G. Vizeu, Adelaide Costa Leite, Jurema Conte, Fandila Reginato, Alice Luiza Cibelli, Célia Corrêa Pinto Amando, Gema Comin Pesca, Hilda Castelane Rodriguez, Alzira Finger, Wanda Albertina Jaconi, Elisa Cibelli, Olga Ramos Brentano, Clementina Mazzochi, Ernestina Cibelli,⁸⁰ Lucy Maria Courtois,⁸¹ Silvia Jaconi⁸², Lourdes Comandelli, Lygia Schmitz, Leondina Maschio,

⁸⁰ Segundo os indícios encontrados era filha do farmacêutico Dionísio Cibelli (TARTAROTTI, 2014).

⁸¹ Ao que tudo indica, Lucy Maria era filha de Luciano Florêncio Courtois e Thilde Pinto Guaspari. Luciano, seu pai, exerceu diversas atividades em Farroupilha, entre elas: Auxiliar na Subprefeitura da Vila de Nova Vicenza, 1º Delegado de Polícia, escrivão do Cartório de Órfãos e Ausentes, entre outras (TARTAROTTI, 2014).

Maria Rössler, Ilsa Molina Martins, Maria A. Bellaguarda Fernandes, Alice Gasperin, Maria Frida Lydia Schülhe, Alba R. de Campos, Olinda Enriconi, Beatriz M. Rodrigues e Balbina Cavalcanti Bizarro.

Como explicitado no capítulo anterior, as primeiras professoras nomeadas para compor o quadro docente do *Grupo Escolar Rural* foram Maria Ignez Vizeu e Maria Mocellini, professoras das escolas isoladas, reunidas para a composição do grupo escolar.

Em 1909, Maria Ignez assume a docência da 5ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza, perdurando no cargo até o ano de 1927, momento em que é transferida para o grupo escolar, atuando na instituição até meados de 1929, quando há indícios de que teria adoecido e em seguida falecido, deixando órfã sua filha Norma G. Vizeu, que mais tarde seria professora na mesma instituição escolar.

De acordo com o estudo de Lebrun (1935) e das informações registradas no documento *Histórico dos professores (1940)* do grupo escolar em análise, é possível inferir que Maria Mocellini foi nomeada em 16 de fevereiro de 1907 para atuar na 10ª Aula Mista do Lageado, localizada no município de São João Batista do Camaquã (RS), quando, em 20 de abril de 1910, é transferida para lecionar em uma escola localizada em Bento Gonçalves e em meados de 1914, é novamente transferida para atuar em uma escola de Caxias.

Sua história no magistério farroupilhense inicia em 24 de maio de 1916, quando assume a regência da 22ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza e depois do grupo escolar, permanecendo na instituição aproximadamente até o final da década de 30 do século XX. No ano de 1932, é jubilada ao completar vinte e cinco anos de magistério estadual, sendo, em 1938, promovida por antiguidade à categoria de 3ª entrância, continuando a exercer a profissão no grupo escolar até meados de 1939, quando há vestígios que teria se aposentado e permanecido até o seu falecimento nas dependências da Escola Nossa Senhora de Lourdes em Farroupilha.

De acordo com os registros contidos no documento *Boletins de Colégios e Grupos*, de setembro de 1929, é nomeada para reger a 3ª classe a professora Ida Nunes Santiago, permanecendo na instituição em torno de um ano. O *Boletim* de 1930 sinaliza para a presença de novos sujeitos escolares no cenário da escola, tais como a zeladora

⁸² No livro de Tartarotti (2014) o nome da professora aparece escrito como *Sylvia*, no entanto, neste trabalho utilizo a grafia *Silvia*, encontrada nos documentos localizados no ACEF.

Joaquina Silva,⁸³ e as professoras auxiliares Albertina Cibelli, Loanda de Calazans e Norma Guimarães Vizeu, filha da professora Maria I. Vizeu.

A professora Loanda de Calazans era natural de Santa Maria e foi nomeada como professora auxiliar para atuar no grupo escolar em 1930, aos 17 anos de idade. No estudo realizado por Bergozza (2010) a respeito da história da Escola Complementar de Caxias é possível identificar o nome de Loanda entre as alunas que compuseram a primeira turma de alunas-mestras formadas por esta instituição no ano de 1932.

De acordo com Bergozza (2010, p.74), muitas dessas alunas “já atuavam como professoras leigas, e a formação, supostamente, teria colaborado no aperfeiçoamento profissional das professoras que já atuavam”, o que acredito que tenha ocorrido com Loanda. Pela análise realizada, entendo que a referida professora tenha permanecido até o ano de 1935 na escola, pois, a partir desse ano, não encontrei mais indícios de sua presença nos registros escolares.

A história de Norma Guimarães Vizeu com o magistério público farroupilhense inicia desde muito cedo, talvez, por influências de sua mãe Maria. Segundo as informações registradas no *Livro de Ata e Exames (1899 a 1927)* em 1911, Norma era aluna da 2ª classe da aula regida por sua mãe e, como já mencionado, ajudava nas atividades desenvolvidas por ela na escola. Em 1930, é contratada para trabalhar como professora auxiliar no grupo escolar e pelos indícios encontrados permanece na instituição até a sua aposentadoria em 1943.

Situação semelhante pode ser observada nas histórias de vida das professoras Maria Frida Lydia Schulke e Alice Gasperin, que exerceram a docência ainda na adolescência, assumindo, desde muito cedo, a responsabilidade do *fazer docente* e as *representações* do ser professora. As histórias de Maria e de Alice se aproximam de outras histórias de professores (as) da Região, como se pode perceber no estudo de Luchese (2007). Segundo a autora, “muitos, enquanto crianças, foram alunos, mas, na adolescência, foram assumindo o cargo de professores, uma alternativa ao trabalho agrícola e, sobretudo, uma possibilidade aceita e reconhecida de profissão para as mulheres”.

Como visto na epígrafe inicial, a história de Alice é reveladora dessa realidade.

⁸³ É uma lástima não ter documentação para contar a história de vida e de trabalho de Joaquina que, assim como tantos outros sujeitos, participou no processo histórico-educacional da escola pesquisada. De acordo com o Livro Histórico dos Professores (1940) do ACEF, Joaquina Silva foi jubilada como porteira-servente em 16 de maio de 1940, o que denota que permaneceu por um longo período trabalhando no grupo escolar.

A professora, filha de imigrantes italianos, nasceu em Bento Gonçalves e, aos cinco anos de idade, transferiu-se com sua família para a Colônia Sertorina que, na época, pertencia a Caxias. Aos 13 anos, assumiu a docência na escola da comunidade, em vista da “desistência” da professora Epiphania Loss que, após o seu casamento, abandonou a escola. Alice começou a lecionar utilizando os métodos e os livros da ex-professora e conforme rememora: “Eu mesma notava que a minha capacidade de mestra, salvo ordem e disciplina, era deficiente em grau superlativo” (GASPERIN, 1989, p. 30).

Nesse sentido, como alternativa para aperfeiçoar o seu trabalho, Alice começou a frequentar, no período de férias, aulas particulares com o professor Félix Faccenda, em Bento Gonçalves, e como ressalta: “com esses três ou quatro meses de aulas nas férias, defendi-me lecionando vinte e quatro anos na Sertorina” (GASPERIN, 1984, p. 126). Ainda, além das aulas particulares, na década de 1930, do século XX, Alice procurou aperfeiçoamento didático-pedagógico na Escola Complementar de Caxias, instituição que possibilitava a preparação de candidatas (as) ao magistério público primário.

No entanto, não chegou a lecionar na Escola Complementar, mas prestou os exames de admissão que aconteciam três vezes por ano, em maio, em agosto e em dezembro. Alice aponta que buscou os exames com o objetivo de melhorar a escola em que lecionou por tanto tempo, sendo que a sua história de vida liga-se à história dessa escola, pois Alice foi aluna e professora dessa instituição e, de acordo com as suas representações, “era a professora acatada e respeitada. Sentia-me feliz” (GASPERIN, 1989, p. 31).

A história de Alice assemelha-se à história da professora Maria Frida Lydia Schulke. Lydia, como era chamada, era descendente de holandeses. Nasceu em 24 de dezembro de 1913 e, aos 11 anos de idade, começou a lecionar na comunidade de Caruara⁸⁴ para ajudar a sua mãe que era professora.

De acordo com seu depoimento, lecionava na mesma casa onde morava, possivelmente uma escola isolada, como tantas outras localizadas na Região. Aos 14 anos de idade foi a Montenegro/RS estudar no *Colégio Elementar 14 de Julho*, onde cursou até o 6º ano do ensino primário, morando na casa de algumas professoras e até mesmo da diretora do Colégio. Depois, ao retornar para Caruara, aproximadamente em meados de 1930, prestou exames para ingressar no magistério municipal, ficando em 2º

⁸⁴ Zona rural do município de Farroupilha/RS.

lugar de um total de 30 candidatas aprovadas.

Ao assumir o cargo, ela foi nomeada para lecionar em uma escola, localizada na comunidade de São João Batista do Machado,⁸⁵ próxima ao Distrito de Nova Vicenza, que, por motivos políticos, estava fechada há 10 anos. Segundo as representações de Lydia, ela era uma professora conceituada por todos e frequentemente solicitada para dar conselhos, ler escrituras e ajudar nas situações cotidianas da comunidade.

Relembra que um dos maiores problemas que enfrentou estava relacionado ao ensino da língua portuguesa, sendo que muitos dos alunos nessa época falavam os dialetos alemão, italiano e francês, no entanto, na escola o ensino era ministrado em português. Lydia lembra que no 1º dia de aula, uma aluna “começou a chorar e a murmurar em italiano. A muito custo, a professora entendeu o que a criança queria dizer: como era “canhota”, como faria para escrever com a mão que a professora indicava?” (SCHULK, 1989).

A obrigatoriedade do ensino e do uso da língua portuguesa fazia parte da política da nacionalização do ensino no Brasil, iniciada na década de 1930 do século XX, especialmente nas zonas rurais colonizadas por imigrantes e descendentes. Luchese (2014, p. 217) corrobora com o relato acima, quando assinala que:

A escola foi um espaço importante de difusão do ensino do português. As lembranças das crianças que vivenciaram esse processo estão repletas de marcas relacionadas às dificuldades para compreender a professora e apropriar-se do português padrão.

Certamente marcou também a história de muitas professoras que, assim como Lydia, vivenciaram esse período de nacionalização, que se tornou compulsória a partir de 1938.

Depois de trabalhar por aproximadamente 10 anos como professora municipal, Lydia prestou concurso para ingresso no magistério estadual. Segundo relembra, existiam aproximadamente 1500 candidatas e as da *colônia* ficaram com as primeiras colocações, uma vez que o primeiro lugar ficou com a professora Alice Gasperin e o 3º com a professora Lydia. Em virtude da boa colocação, ambas puderam escolher o lugar em que queria lecionar. Escolheram o *Grupo Escolar de Farroupilha*.

Lydia permaneceu na instituição de 1º de abril de 1944 até 15 de julho de 1945, quando pediu licença para ir lecionar em Nova Sardenha, 3º distrito de Farroupilha, já a

⁸⁵ Ao que os indícios indicam, esta localidade chama-se hoje Desvio Machado e pertence à zona rural do município de Carlos Barbosa/RS, localizado próximo a Farroupilha.

professora Alice permaneceu no *Grupo Escolar Farroupilha* por vinte e dois anos.

De um modo geral, ao pensar a respeito das histórias de vida das professoras que exerceram a docência no Grupo Escolar, é possível inferir que ingressavam no magistério muito jovens, como a professora Loanda, que assume o cargo com 17 anos de idade, bem como a professora Olga (1991, p. 1): “Eu comecei moça, muito moça e trabalhei assim com muita vontade”. Ainda, cabe destacar as professoras Lydia e Alice, que começaram a atuar como professoras, com 11 e 13 anos de idade, vivenciando a transição entre infância e adolescência, dividindo as responsabilidades da sala de aula, com os momentos de aperfeiçoamento (quando possível), bem como com outras atividades, como é o caso de Alice que, além de lecionar, trabalhava como bordadeira.

Quanto à classe social das professoras, é possível dizer que provinham da *camada média* da população, tanto rural quanto urbana, filhas de agricultores, de professores, bem como de comerciantes locais, como é o caso das professoras Wanda⁸⁶ e Silvia Jaconi.

Segundo destaca Peres (2000), diversas foram às motivações que levaram as mulheres a buscar o magistério primário, sendo que muitas,

[...] tiveram o magistério como única possibilidade de atuação fora do espaço privado. Eram as condições possíveis permitidas a elas. Outras, no entanto, fizeram a escolha impulsionadas por projetos pessoais, por idealismos, e pelo “pioneirismo”. O magistério era, para algumas, uma forma de luta pela emancipação da mulher. (PERES, 2000, p. 181) (grifos da autora).

Ainda é possível considerar a influência exercida pelas famílias dessas professoras, já que muitas eram também filhas de professores, sendo que as representações e vivências que carregaram consigo, talvez, motivaram a escolha pelo magistério.⁸⁷ A professora Olga Ramos Brentano, quando questionada a respeito do que a teria levado a escolher essa profissão, afirma: “Eu tive muita influência do meu pai, que era professor. E o gosto, eu gosto até hoje assim de ensinar. Eu me sinto bem. Eu acho que é um trabalho de valor” (BRENTANO, 1991, p. 2).

Olga, na mesma entrevista, relembra que o professor tinha consciência da

⁸⁶ Foram encontradas duas grafias diferentes a respeito dos nomes das professoras Wanda. No estudo de Bergozza (2000), aparece escrito como *Vanda*, no entanto, em meu estudo, utilizo a grafia encontrada nos registros da escola em que a professora assina o seu nome como *Wanda*.

⁸⁷ Com base em Werle e Esquisani (2010, p. 106) (grifo das autoras): “Pesquisar sobre professores e suas trajetórias é, em qualquer tempo, trabalhar com um contexto muito anterior à prática em si, ao dia a dia, à vida funcional. É levar em conta o período de formação, de “formar para ação”, e o período ainda anterior a esse, a história de vida de cada um dos sujeitos, o que os trouxe, em última instância, à preparação para e ao exercício do magistério”.

importância do seu trabalho dentro da comunidade, que correspondia a esse sentimento. Ressalta que, principalmente nas zonas rurais, o professor fazia batizados e velórios, pois não havia quem o fizesse, e essa realidade dos professores “fazia com que ele se tornasse uma pessoa de alta importância” (BRENTANO, 1991, p. 17). O depoimento de Alice também corrobora com as memórias de Olga, revelando a importância do (a) professor (a) no contexto das comunidades.

Lecionei 24 anos. Eu fui...deixei lá quando passei para Farroupilha, deixei lá 18 afilhados e fui 12 vezes madrinha de casamento. Fui madrinha de casamento de meus alunos. Agora até fizeram 50 anos, há dois anos atrás, me convidaram pra festa dos 50 anos. Foram meus alunos. Fui madrinha de casamento e agora me convidaram para Bodas de Ouro. (GASPERIN, 1996, p. 5).

A partir da fala de Alice, é possível dizer que as relações de amizade, respeito e admiração, entre ela e seus alunos da Sertorina, estendiam-se para além do espaço escolar, perdurando por longos anos, sendo que o professor era visto como uma pessoa ilustre na comunidade. De acordo com Luchese (2007, p. 362):

Perante as famílias, identificava-se pelas referências culturais, pela distinção como detentor do saber. Visto como um exemplo para as novas gerações, as famílias com frequência, no interior especialmente, o presenteavam com o melhor que possuíam. A visita do professor, assim como a do padre, era considerada um privilégio.

Mas, caso o professor não mantivesse a postura considerada “ideal” pelas famílias, “raramente mantinham-se entre elas” (LUCHESE, 2007, p. 363). Porém, como era representada essa postura “ideal”? Os estudos de Peres (2000) e Quadro (2006) apresentam alguns indicativos.

Peres (2000, p. 182) evidencia que as professoras tinham um *compromisso social*, sendo que deveriam ser “exemplos de virtude, de sabedoria, de desprendimento e de abnegação, para as crianças e para a comunidade de um modo geral”. Ser professora se revelava na maneira de andar, de sentar, de se portar (dentro e fora da escola), bem como nos modos de vestir-se “sem modas exageradas (vestidos escandalosos, pintura excessiva) sem muitas pulseiras e joias. A professora não deveria ir para a aula nem com a roupa que usa em casa, nem como se fosse para uma festa” (QUADROS, 2006, p. 204).

Por meio da Figura 12, é possível observar a presença de algumas professoras do corpo docente da escola do ano de 1942.

Figura 12 - Comemoração do dia do professor, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Nota-se que estão posicionadas na escadaria que dá acesso ao interior do Grupo Escolar. Nas mãos, seguram um buque de flores, possivelmente um presente ganho em homenagem ao dia do professor. É possível identificar, da esquerda para a direita, as professoras Olga Ramos Brentano (1), Silvia Jaconi (2) e Célia C. P. Amando (3). Até o presente momento não encontrei outros vestígios que possam identificar as demais professoras, sendo que poderiam ser Albertina Cibelli (4) e Leondina Maschio (5).

No entanto, ao utilizar essa imagem, chamo a atenção para a materialidade do uniforme utilizado pelas professoras, representando a seriedade e a simplicidade da vestimenta com cores sóbrias (possivelmente preto ou azul marinho), de corte modesto, até o joelho e de manga longa, combinado com as cores dos sapatos. Nota-se também que as professoras estão com os cabelos presos e sem adornos, tais como joias, por exemplo.

As professoras e as suas vestimentas estão de acordo com o que era considerado “ideal” para a época. Cabe pontuar que essa postura “ideal”, especialmente entre o final

dos anos 20 e anos 40 do século XX, estava em conformidade com a política de nacionalização do ensino e com a reforma educacional promovida no Rio Grande do Sul.

Como destaca Peres (2000, p. 183-184, grifos da autora):

Tudo era orientado: enfeites, pinturas, as roupas, a forma de se portar, etc. Ser professora ficava impresso no corpo, nos gestos, no porte, na vestimenta, ou seja, havia um *habitus* profissional que expressava o “ser professora” e era expresso no corpo e na maneira de ser e de agir das professoras.

Assim, ainda pode-se dizer que essa postura ideal era esperada e constantemente observada pelas pessoas da comunidade em que se situava a escola. Como exemplo, destaco as representações do farroupilhense Raul Pedro Tartarotti em relação às professoras Olga Ramos Brentano e Silvia Jaconi.

Raul aponta que a professora Olga “tinha perfeito conhecimento das atividades inerentes ao desempenho de seu trabalho e o fazia com dedicação e carinho, sendo muito elogiada por suas colegas” (TARTAROTTI, 2014, p. 109). O autor, também destaca que Olga foi casada com Jacob Alberto Brentano, dono de uma livraria e de uma tipografia na Rua Júlio de Castilhos, sendo que:

Na livraria se destacavam os livros e cadernos utilizados pelo alunato dos colégios e grupos escolares da cidade. Jacob Alberto Brentano tornou-se o principal fornecedor desse material. Para tanto, acompanhava todas as atualizações que eram efetuadas no curso primário. Além disso, produzia em sua gráfica grande quantidade de cadernos específicos para este curso. (TARTAROTTI, 2014, p. 109).

Em relação à Silvia, cabe destacar que, em 1934, aos 19 anos de idade, já professora formada pela Escola Complementar de Caxias, foi eleita Rainha da Emancipação de Farroupilha e, segundo o autor:

Antes do início do baile oficial, no Clube Vicentino, restava escolher a Rainha desses festejos. Após a reunião com muitos palpites, a escolha recaiu na Professora Sylvia Jaconi. A professora Sylvia Jaconi, possuía todos os predicados necessários: era bonita, culta, desembaraçada e gentil. (TARTAROTTI, 2014, p. 278).

A partir das memórias de Raul P. Tartarotti, é possível extrair novas informações acerca das muitas histórias do município de Farroupilha, bem como de algumas famílias que mantinham os (as) seus (as) filhos (as) no respectivo Grupo Escolar e de algumas

professoras da instituição. Ainda é possível encontrar indícios acerca da materialidade dos objetos escolares, como cadernos e livros que, talvez, possam ter sido utilizados nas escolas do município. Também é possível pensar que Olga, como professora primária, pode ter auxiliado o marido Jacob na organização e, quem sabe, na produção desses materiais.

No que diz respeito à Silvia, a partir das memórias de Tartarotti e de outros vestígios que tenho analisado, penso que ela fazia parte do conjunto de pessoas “ilustres” da comunidade farroupilhense, uma vez que estar na condição de professora e de rainha representava de uma certa forma *status social*, além do fato de que Silvia provinha de uma família tradicional e conhecida no município em questão. Outro indício encontrado refere-se ao seu falecimento, na década de 50, aos 35 anos de idade, em um acidente de avião quando voltava de férias do Rio de Janeiro.

Segundo Tartarotti (2014, p.143): “O avião em que viajava bateu no Morro do Chapéu, proximidades de Porto Alegre e ficou totalmente destruído. A causa do acidente foi atribuída à forte neblina que se fazia sentir na ocasião”. O acidente ocorreu no dia 28 de julho de 1950, vitimando aproximadamente 49 pessoas, entre elas, a professora Silvia Jaconi. Em reportagens publicadas nos Jornais *A Época* e *O Momento*, ambos de Caxias do Sul, pode se ter uma ideia da tragédia que abalou o Estado gaúcho no período em questão.

Dessa forma, segundo o Jornal *A Época*, publicado em 30 de julho de 1950:

A maioria dos passageiros do Costelation sinistrado era composta de pessoas conhecidas em todo o Estado e vastamente relacionadas, pelas suas atividades no comércio, na indústria, na política, na magistratura, no magistério e em funções liberais, como o engenheiro Maia Filho. (A ÉPOCA, Caxias do Sul, 30 de julho de 1950 - ABN).

Além de Silvia, na época Orientadora de Ensino, faleceram no acidente o Promotor Público Balduino D’Arigo e sua esposa Cecy Camargo D’Arigo e Irma Valiera, Secretária da Escola Normal Duque de Caxias, todos residentes em Caxias do Sul. O Jornal *A Época* publicou ainda uma nota fazendo menção a cada uma das vítimas, e a professora Silvia é representada pela equipe do jornal como uma “pessoa também vastamente relacionada e admirada nesta cidade” (A ÉPOCA, Caxias do Sul, 30 de julho de 1950 - ABN).

As lembranças de Raul P. Tartarotti são, portanto, interessantes, especialmente quando sinalizam para as representações construídas ao longo dos anos como morador

do município, acerca das professoras do Grupo Escolar Farroupilha, sendo que essas representações, carregadas de subjetividade, permitem uma aproximação, mesmo que parcial, em relação à presença, à importância e às representações dessas professoras na história do município. Em consonância com Louro (2011, p. 102), entendo que: “as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas”, uma vez que “professores e professoras – como qualquer grupo social – foram e são objeto de representações.

Quanto à formação, cabe pontuar que, no início da história da instituição, eram as professoras *leigas* que ministravam o ensino no grupo escolar e depois, em consonância com as transformações sociais ocorridas na Região, especialmente com a instalação da Escola Complementar de Caxias em 1930, que oportunizou o acesso à profissionalização docente, algumas professoras da instituição passaram a ser complementaristas.

A professora Loanda, como já mencionando, foi uma das docentes que buscou aperfeiçoar-se na Escola Complementar.⁸⁸ Conforme sustenta Bergozza (2010, p. 53), a Escola Complementar foi importante “no aperfeiçoamento e qualificação dos professores, não apenas dos novos que se formariam a partir de então, mas também para os que já atuavam em escolas e não tinham formação”.

Com base no *Livro Histórico dos professores (1940)*, preservado no ACEF, é possível construir o seguinte quadro:

Quadro 7 - Formação das professoras do Grupo Escolar (1927-1949)

Professora	Escola de Formação	Data da formatura	Data de ingresso no Grupo Escolar
Maria I. Vizeu	Leiga	-	1927
Maria Mocellini	Leiga	-	1927
Norma G. Vizeu	Leiga	-	1930
Loanda de Calazans	Complementar de Caxias	1933	1930
Albertina Cibelli	Complementar de Caxias	1936	1937
Fandila Reginato	Complementar de Caxias	1935	1936
Alice L. Cibelli	Escola Normal de Porto Alegre	1936	1937
Célia C. Pinto Amendo	Escola Normal de Porto Alegre	1937	1938
Gema C. Pesca	Complementar de Caxias	1938	1938
Wanda A. Jaconi	Complementar de Caxias	1934	1938
Elisa Cibelli	Escola Normal de Porto Alegre	1936	1939
Olga R. Brentano	Complementar de Caxias	1934	1939
Clementina Mazzochi	Complementar de São José (São Leopoldo)	1934	1940

⁸⁸ A respeito da história da Escola Complementar de Caxias, sugiro o estudo realizado por Bergozza (2010).

Ernestina Cibelli	Complementar de Caxias	1939	1940
Lucy M. Courtois	Complementar de Caxias	1941	1941
Silvia Jaconi	Complementar de Caxias	1933	1942
Lourdes Comandelli,	Ginásio São José, Caxias	1937	1943
Lygia Schmitz	Complementar de São José (São Leopoldo)	1935	1943
Maria Rössler	Complementar de São José (São Leopoldo)	1936	1944
Ilsa M. Martins	Escola Normal de Porto Alegre	1921	1945
Alice Gasperin	Complementar de Caxias	1943	1944
Maria F. L. Schülhe	Complementar de Caxias	1943	1944
Olinda Enriconi	Escola Normal de Porto Alegre	1931	1945

Fonte: Livro Histórico dos professores (1940). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

No quadro acima, verifica-se que a grande maioria das professoras da instituição eram *complementaristas* e *normalistas*, formadas pela Escola Complementar de Caxias, pela Escola Complementar de São José, localizada em São Leopoldo/RS, bem como pela Escola Normal de Porto Alegre, além do registro de uma professora formada pelo Ginásio São José em Caxias.

Possivelmente, esses foram os principais espaços de formação docente no Rio Grande do Sul. Destaco, também, a importância e a emergência da Escola Complementar de Caxias,⁸⁹ “criada para suprir a necessidade de formar e aperfeiçoar docentes para as escolas primárias da cidade e região a partir da década de 1930” (BERGOZZA, 2010, p. 53), em consonância com o Decreto nº. 4. 277, de 13 de março de 1929, que regulava o ensino normal e complementar no Estado. Certamente, a instalação da Escola Complementar em Caxias foi uma importante conquista para a Região, pois, como destaca Luchese (2007, p. 178), suscitou “uma nova possibilidade de qualificação regional e pública”, especialmente para muitas jovens que queriam continuar os estudos.⁹⁰

Os dados apresentados no quadro acima, envolvendo os espaços de profissionalização para o magistério, bem como as datas de ingresso das professoras no grupo escolar, especialmente a partir da década de 1930, são indícios do momento histórico que estava sendo vivenciado, sobretudo no Rio Grande do Sul, por meio dos projetos de nacionalização do ensino e de renovação educacional, em que há, entre outras questões, medidas de estruturação da carreira docente, preocupações com a

⁸⁹ A partir de maio de 1943, todas as Escolas Complementares do Estado passam a identificar-se como Escolas Normais. Dessa forma, a Escola Complementar de Caxias passa a denominar-se como Escola Normal Duque de Caxias.

⁹⁰ Em virtude dos indícios encontrados, destaco que a primeira escola para formação de professores em Farroupilha foi a *Escola Normal Angelo Antonello*, criada em 1960, como resultado da “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade”. Certamente, uma história interessante e digna de ser pesquisada.

formação dos professores que “requeria treinamento e formação continuada” (QUADROS, 2006, p. 216), assim como a expansão da rede física de escolas, que, conseqüentemente, amplia o número de vagas e de professores nomeados (BASTOS; TAMBARA, 2014).

Dessa forma, cabe pontuar que, a partir do ano de 1938, momento em que a escola passa a funcionar em espaço amplo e planejado, diante da demanda escolar existente no município, são nomeadas novas professoras, como se pode observar na tabela apresentada anteriormente.

Ainda referente ao período de nacionalização e renovação educacional, destaco os momentos de formação em serviço vivenciados pelas professoras do grupo escolar, sobretudo nos anos 40 do século XX.

3.2.1 Indícios da formação em serviço: “era um momento também onde a gente fazia um estudo das dificuldades, ou das ideias novas, modernas”.

Semanalmente havia uma hora pedagógica. Era chamada assim, uma reunião dos professores, que a gente chamava de Hora Pedagógica. Então, no transcurso dessa hora, os professores recebiam informações, através da diretora, que vinham das delegacias, ou da Secretaria de Educação.

(Professora Olga Ramos Brentano, 1991).

É a partir das memórias da professora Olga Ramos Brentano e dos registros contidos nos *Livros Hora da Leitura (1944 a 1947)*, *Horas Pedagógicas (1948-1949)* e *Círculo de Estudos (1947 a 1951)*, preservados no ACEF,⁹¹ que centralizarei a análise nesse momento. Ainda utilizo como um importante apoio teórico os estudos de Peres (2000)⁹² e de Quadros (2006),⁹³ por contribuírem diretamente com a temática aqui desenvolvida.

Como se pode notar acima, os documentos encontrados referem-se à década de 40 do século XX, pois foram produzidos a partir da reforma educacional ocorrida no

⁹¹ Os *Livros* acima foram localizados juntamente com os demais documentos na Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, sendo que os três documentos são de capa dura e contêm 100 páginas cada um, todas rubricadas pelos diretores e diretoras do período em questão (1944-1949).

⁹² Tese intitulada “Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)”.

⁹³ Tese intitulada “Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisas e orientações educacionais do Rio Grande do Sul”.

Rio Grande do Sul e da instalação e atuação do *Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais* – CPOE/RS, órgão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, criado em 1943.

A reforma educacional ocorrida foi motivada pelo “clima reformista que experimentou o país nos anos de 20 e 30”⁹⁴ (PERES, 2000, p. 130) e intensificou-se a partir do ano de 1937, momento em que toma posse da *Secretaria de Educação e Saúde Pública*,⁹⁵ J. P. Coelho de Souza.

Segundo Quadros (2006), o movimento reformista empreendido pelo Estado gaúcho,

alcançou condições de aparecimento a partir das formulações do discurso da nacionalização do ensino, que sustentou o aparelhamento do Estado para a execução de uma ampla, intensa e profunda reforma educacional. Essa reforma se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública, no âmbito do qual a população e a educação emergiram como um problema do governo. (QUADROS, 2006, p. 121).

Entre as medidas conduzidas pelo secretário Coelho de Souza, destaco a reorganização da Diretoria Geral de Instrução Pública, a criação das delegacias regionais de ensino, bem como a criação dos cargos de delegado e de orientador do ensino elementar, a profissionalização docente, a organização da carreira do magistério público primário, a construção de novos prédios escolares, a aquisição de novos mobiliários e materiais didáticos, como também a criação da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, posterior *Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais* – CPOE/RS, dentre outras.⁹⁶

É importante frisar que essa reforma no Rio Grande do Sul envolveu diversas instituições como governo, igreja, partidos políticos, imprensa, escolas e comunidade, sendo resultado de uma união de elementos como a nacionalização do ensino, o Estado Novo, o aumento populacional, os discursos pedagógicos e a participação de intelectuais e “não de uma evolução ou necessidade” (QUADROS, 2014, p. 145).

De acordo com os apontamentos do mesmo autor, o movimento da reforma educacional refletiu-se intensamente na perspectiva de modernização das instituições,

⁹⁴ Segundo Peres (2000, p. 130): “Associado a isso, havia as experiências de reformas dos sistemas de ensino público, processadas em outros estados brasileiros desde os anos 20, que iriam influenciar ações no campo da educação pública no Rio Grande do Sul (era o casa das reformas em São Paulo, com Sampaio Dória, em 1920; no Ceará, em 1922, com Lourenço Filho; na Bahia, em 1924, com Anísio Teixeira; em Minas Gerais, em 1927, com Francisco Campos; no Rio de Janeiro, em 1928, com Fernando de Azevedo)”.

⁹⁵ O nome completo era *Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Sesp/RS)*, criada em 1935.

⁹⁶ Sugiro ver Quadros (2006, 2014).

sendo mais do que um movimento administrativo, pois:

[...] modificou não só a legislação que regulamentava a educação e os espaços em que se realizava, mas os métodos de ensino, as relações de trabalho, as finalidades da instrução e os dispositivos por meio dos quais ela adquiriria sua eficácia social. (QUADROS, 2006, p.117).

Diante das diversas medidas empreendidas pela reforma educacional, direciono o olhar para o CPOE/RS que, a partir de 1943, tornou-se o centro das decisões educacionais no Estado e o órgão responsável por estabelecer “formas de controle sofisticadas, tanto em relação à profissão docente quanto à vida de alunos, da escola e da comunidade escolar de um modo geral” (PERES, 2000, p. 136). Assim, adquirindo, como afirma Quadros (2006, p. 283): “um papel proeminente no planejamento, na organização e na avaliação do processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola”.

Dentre o papel marcante do CPOE/RS na condução do ensino primário e na configuração da cultura escolar disseminada e produzida no interior do Grupo Escolar Farroupilha, atento para a formação em serviço das professoras da instituição, haja vista que “o preparo intelectual e técnico do professor”⁹⁷ era objeto de atenção por parte dos CPOE/RS e necessitava “de um contínuo aperfeiçoamento, forma de manter-se atualizado diante da produção do conhecimento que passava a ser disponibilizado. Para isso, demandava-se do professor a adoção de hábitos de estudo e de pesquisa” (QUADROS, 2006, p. 199).

Para tal, foram criados os momentos de estudo e pesquisa denominados de *Hora Pedagógica*, *Hora da Leitura*, *Leitura Pedagógica ou Círculo de Estudos*,⁹⁸ criados, segundo Peres (2000) a partir de 1937. No entanto, os indícios que ora utilizo, referem-se aos anos de 1940 do século XX, o que sinaliza para o descarte de alguns registros escolares da instituição ou para a inexistência desses momentos de estudo antes de 1944. Cabe pontuar que tais momentos destinados à formação docente foram importantes para o aprendizado e para a discussão de novas ideias com base nos princípios, finalidades, ideais, práticas e métodos fundamentados pelas concepções da Escola Nova que orientaram a reforma educacional no Estado e o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS.

⁹⁷ Quadros (2006, p. 199).

⁹⁸ A partir do estudo de Quadros (2006) e da análise a respeito dos três documentos encontrados, penso que o *Círculo de Estudos* mantinha os mesmos objetivos que os demais momentos de estudos, apenas com outra denominação, no entanto, não encontrei indícios dessa denominação em outros estudos.

Segundo apresenta Peres (2000), o objetivo da *Hora Pedagógica* era:

Criar um clima propício ao estudo e discussão dos princípios e técnicas recomendados e uma disposição espiritual e emocional favorável (...) e constituir-se centro de cultura da escola e forma de estabelecer o intercâmbio de conhecimentos e de experiências individuais. (apud PERES, 2000, p. 219).⁹⁹

Ao longo dos anos de 1944 a 1949, foram desenvolvidas 252 reuniões de estudos no Grupo Escolar Farroupilha, sendo que o *Livro Hora da Leitura* tem registradas 113 reuniões, o *Livro Círculo de Estudos* tem registradas 68 e o *Livro Hora Pedagógica* tem registradas 71. A primeira reunião a ser registrada data do dia 29/02/1944 e a última do dia 18/11/1949.

Segundo aponta Peres (2000), os *Livros* mencionados acima faziam parte de um conjunto de normatizações advindas do CPOE/RS, que orientava o registro de cada reunião pedagógica em livro próprio, destinado ao arquivo da escola. Sendo assim, a partir das atas, é possível observar um pouco da organização das reuniões (data, horário, roteiro das atividades desenvolvidas), os assuntos (temáticas) estudados e discutidos pelas professoras, bem como identificar o nome das professoras que participavam das reuniões, assim como em algumas atas é possível verificar as bibliografias que estavam sendo lidas pelo grupo.

Esse conjunto de normatizações era enviado para as escolas por meio de comunicados, sob a denominação de *Instruções para organização e funcionamento da Hora Pedagógica*. (PERES, 2000). De acordo com os registros contidos na primeira reunião pedagógica realizada no dia 11/08/1948:

Foi objeto de estudo um comunicado do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais sobre “Instruções para organização e funcionamento da Hora Pedagógica”. O estudo foi fundamentado no próprio comunicado e resultou a observância fiel das instruções nele contidas (*Fonte: Livro HORA PEDAGÓGICA -1948/1949*). Ata nº 1. Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

Na perspectiva apontada por Quadros (2006, p. 41), além de orientar o trabalho realizado nas reuniões pedagógicas,

[...] os Comunicados definiam os objetivos das atividades propostas, as normas para o desenvolvimento do trabalho, as atividades a serem

⁹⁹ De acordo com Peres (2000) este trecho foi extraído do Boletim do CPOE (1948-1949, p. 9).

desenvolvidas, a bibliografia a ser utilizada, os exercícios a serem propostos e os critérios para a avaliação.

Como se observa, havia uma efetiva preocupação “com o planejamento rigoroso do fazer docente” (QUADROS, 2006, p. 41) e um controle acerca do que estava sendo lido e discutido no cotidiano da escola primária.

Quanto à organização das reuniões, é possível dizer que elas realizavam-se semanalmente no interior da escola, porém, encontrei registros de reuniões que ocorreram duas vezes na mesma semana. Normalmente, aconteciam às 11h da manhã, duravam em torno de uma hora e contavam com a participação dos (as) diretores (as), das professoras e alguns momentos contavam também com a presença da orientadora de ensino, personagem que passa a fazer parte da cultura escolar das escolas estaduais a partir do ano de 1944 (PERES, 2000).

Nesse contexto, passa a fazer parte do cotidiano da instituição pesquisada a orientadora de ensino Wanda Jaconi, durante os anos de 1944 a 1947. Em virtude dos registros das atas, verifica-se que Wanda orientou as professoras em questões que diziam respeito ao preenchimento de fichas sobre os alunos, a elaboração do programa da Semana da Pátria e dos planos de aula, além de palestrar sobre a campanha de boas maneiras, as aulas práticas de trabalhos manuais, a disciplina escolar, a criação de hábitos pelas professoras, como o uso do avental, bem como a economia do material escolar.

Como rememora a professora Olga Ramos Brentano (1989):

Uma escola ficava longe da outra e havia dificuldade em saber-se de trabalhos realizados por outras escolas. Ao iniciarem as visitas das orientadoras, aí sim, houve um elemento de ligação entre a escola, o centro maior e os componentes desta escola com a Sec. De Educação. A orientação pedagógica era feita através desta orientadora de ensino.

Cabe pontuar que o trabalho da orientadora se dava mediante a participação nas reuniões de estudo, como também por meio de comunicados enviados à escola com prescrições que deveriam ser seguidas pelos diretores e pelo corpo docente, como se pode verificar no trecho da ata transcrita abaixo:

Comunicado da Sra. Orientadora Wanda Jaconi sobre os perfis da classe e os horários de lições [...] Quanto aos horários, determina a Orientadora que cada professora deve ter em sua sala de aula o horário das matérias, emoldurado e pendurado. Que o nosso interesse é apresentar a sala de aula o mais bem organizada possível contidas (*Fonte: Livro CÍRCULO DE ESTUDOS - 1947*)

a 1951). Ata nº 22 – 27/08/1947. Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

Quanto ao diretor (a), era ele (a) que tomava a palavra no início da reunião para realizar a leitura dos comunicados passando informações que vinham das delegacias de ensino ou da Secretaria de Educação, como relembra a professora Olga R. Brentano na epígrafe de abertura deste subcapítulo. Cabia a ele definir junto ao corpo docente situações acerca dos horários das aulas e das reuniões de pais, o tempo do recreio, a programação das festividades escolares, a organização dos planos de trabalho, o destino do valor arrecadado na *caixa escolar*, bem como orientar as professoras a respeito da utilização e dos cuidados com os materiais da escola e, muitas vezes, sugeria temas de estudos, como faz o diretor Júlio Feijó em 1947.

Ainda com a palavra o Sr. Júlio Feijó sugeriu às professoras que utilizem os livros da biblioteca da escola, aproveitando as horas em que os alunos estiverem nas aulas de música, religião e educação física. Acrescentou que, com o tempo em reuniões regulares e devidamente orientadas, talvez seja possível a organização de um estudo mais aprofundado de assuntos de grande relevância para o magistério, como sejam a psicologia, a disciplina e a higiene (*Fonte*: Livro HORA DA LEITURA -1944/1947). Ata nº 14 – 11/06/1947. Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

Nota-se por parte do diretor um controle acerca da organização do *tempo* das professoras na escola e uma preocupação em orientar uma leitura que viesse a contribuir com o fazer docente em sala de aula. Ao destacar as temáticas como a psicologia, a disciplina e a higiene privilegia temas que estavam relacionados ao movimento da Escola Nova.

Após as orientações do (a) diretor (a), uma das professoras realizava a leitura em voz alta de um tema, geralmente escolhido por todas, dentre as indicações de obras pedagógicas que, segundo Peres (2000), eram recomendadas pelo CPOE/RS, uma vez que estavam relacionadas às concepções da Escola Nova e da Pedagogia Científica. Os apontamentos de Peres (2000) podem ser verificados no depoimento da professora Olga Ramos Brentano, pois, segundo ela, a *Hora Pedagógica* “era o momento também onde a gente fazia um estudo das dificuldades, ou das ideias novas, modernas sobre métodos, didáticas” (BRENTANO, 1991, p. 5).

Ao final de cada reunião uma professora era designada para orientar os trabalhos da próxima sessão, mediante escolha prévia do assunto. Em algumas atas, é possível verificar a descrição das temáticas discutidas, bem como a opinião do grupo a respeito

do assunto. Veja-se um exemplo:

Assunto da leitura: erros mais comuns cometidos na multiplicação, divisão, frações ordinárias, números decimais, porcentagem e suas aplicações.

Livro consultado: Didática da Escola Nova.

Resumo da leitura: [...] No cálculo mental, as frações decimais são frações ordinárias, porém, no cálculo escrito as decimais devem apresentar-se como uma extensão de nosso tema de numeração e exige muitas precauções [...] A princípio as operações de porcentagem devem apresentar-se de um modo informal. O cálculo da porcentagem não é um ramo da aritmética muito diferente dos demais e sim uma aplicação das operações feitas com frações decimais. Houve discussões e divergências sobre a maneira de ensinar-se a divisão de frações decimais (Fonte: Livro HORA DA LEITURA -1944/1947. Ata nº 11, 10/05/1944. Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

Nesta Ata nº 11, ainda pode-se notar que, além do corpo docente da escola, participaram da reunião pedagógica Suely Giron e Mafalda, professoras de escolas isoladas, porém não consta o nome das escolas e nem a localização. A presença das referidas professoras induz a pensar que esses momentos de estudo também eram destinados à formação das professoras das escolas isoladas do Estado, possivelmente instaladas no interior do município de Farroupilha/RS.

Mas o que as professoras do Grupo Escolar Farroupilha leram e discutiram ao longo da década de 40 do século XX? Leram programas de ensino, obras completas, capítulos de livros e artigos publicados na Revista de Ensino. Entre os livros mais lidos, destacam-se: *Práticas Escolares*, *Práticas Escolares vol. 2*, *Desenho da Criança e Desenho Pedagógico e Didáticas escolares*, de Antônio D'Ávila¹⁰⁰; *Didática da Escola Nova e História Natural (Organização e preparações de Museus Escolares)*, de Alfredo M. Aguayo; *O método de contas para o ensino da leitura*, de José de Almeida; *Psicologia Pedagógica*, de José De La Vaissière; *Manual de Pedagogia Moderna*, de Everardo Backheuser; *Tratado de Pedagogia*, de Monsenhor Pedro Anísio; *Como se Ensina Geografia*, de Antônio Firmino de Proença.

Discutiram durante o período pesquisado assuntos envolvendo: formação de professores, trabalho ativo, reprovação, métodos de ensino, avaliação, didática, higiene,

¹⁰⁰ Antônio D'Ávila foi um dos autores mais lidos pelas professoras do Grupo Escolar Farroupilha ao longo dos anos de 1944 a 1949. Segundo o estudo de Trevisan (2009, p. 168), o educador paulista Antônio D'Ávila “escreveu manuais de ensino, livros didáticos, artigos em jornais e revistas, biografias” e ministrou inúmeras conferências e discursos. Entre os seus escritos mais difundidos no Brasil, destaca-se o Manual de ensino Práticas escolares que, de acordo com Trevisan (2009, p. 168), “teve sua 1ª edição em 1940, pela editora Saraiva, e foi utilizado até pelo menos a década de 1970, em cursos de formação de professores primários”. Ainda conforme aponta a autora, em 1944 é publicado o volume 2 deste manual e a partir de 1954 o volume 3.

disciplina, geografia local e excursões escolares, linguagem, utilização do jogo como instrumento pedagógico, trabalho com as histórias infantis, importância das dramatizações, psicologia pedagógica, fases do desenvolvimento, adolescência e juventude, primeira infância, bem como o ensino da leitura, da escrita, da aritmética, dos estudos sociais, do desenho, entre outros temas.

A riqueza dos registros contidos nas atas permitiu verificar a presença de outros objetos de leitura que circularam no interior da escola como a Revista de Ensino¹⁰¹ e o Programa adotado nas escolas primárias de Minas Gerais.

Em relação à Revista de Ensino, Peres (2000, p.218), com base no estudo de Bastos (1994), destaca que este impresso pedagógico foi criado em 1939 por um “grupo de professores ligados à Universidade de Porto Alegre, com a colaboração técnico-pedagógica da Secretaria de Educação e Saúde Pública” com vistas a “qualificar a prática docente” e “divulgar propostas didáticas e experiências pedagógicas” inovadoras no campo educacional. Porém, após o ano de 1942, encerra-se o primeiro ciclo de produção da Revista, só retornando a partir de 1951. Nesse sentido, cabe destacar que durante o período de 1944 a 1949, as professoras do grupo escolar leram e discutiram edições anteriores da Revista.

Para se ter uma ideia, no dia 06/09/1944, foi estudado o texto “*O Ditado*” publicado na primeira edição da Revista em setembro de 1939, suscitando discussões acerca dos fundamentos psicológicos e da correção do ditado.¹⁰² No dia 03/11/1946, foi realizada a leitura da edição de número 6 da Revista de Ensino, tratando das normativas do programa de música do 1º ao 5º ano, bem como das normativas do programa de estudos sociais e naturais.¹⁰³ Tais indícios apontam a importância dos temas e dos significados atribuídos à Revista que, mesmo com o passar do tempo, continuou sendo um importante suporte de orientação do fazer docente das professoras do grupo escolar.

Quanto ao Programa adotado nas escolas primárias de Minas Gerais, entendo que seja o programa de ensino, embora nas atas não seja possível fazer essa identificação. Durante o ano de 1945, as professoras da escola buscaram inspiração neste Programa para realizar o planejamento de algumas aulas para as turmas de 1º ao 5º ano, utilizando sugestões de atividades e de leituras para a *hora da história*, conforme apresento a seguir:

¹⁰¹ Veja-se Bastos (1994).

¹⁰² Livro Hora da Leitura - Ata nº 21, 06/09/1944.

¹⁰³ Livro Hora da Leitura - Ata nº 29, 03/11/1946.

[...] Julho – Agosto e Setembro. Nesse trimestre a professora deve aproveitar todas as oportunidades para dar à criança a noção da palavra principal do predicado – verbo – e da palavra principal do sujeito – o substantivo e o pronome. Atividades: associar, quando possível, as atividades as datas cívicas deste período. 1) Conversa . 2) Histórias contadas pela professora. Hora da História – neste trimestre a hora da leitura pode ser preenchida, de vez em quando, com histórias contadas pelas crianças. As histórias devem ser curtas e contadas antes à professora. As que já foram contadas pela professora, devem ser reproduzidas, se forem da escolha espontânea da criança. Sugestão para a professora: “Cabeça de cavalo”, versão de Anderson, “A gata borralheira”, versão de Grimm, “João Bobo”, “Rosa vermelha” e “Rosa branca”, versão de Grimm. (Fonte: Livro HORA DA LEITURA -1944/1947. Ata nº 9 - 02/05/1945. Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

Como se pode notar, o planejamento estava de acordo com as ideias didático-pedagógicas da Escola Nova, bem como com as orientações previstas no *Regimento Interno das Escolas Primárias* do Estado gaúcho, aprovado em 1939. Embora “o limite do registro não permite aprofundar em que medida os assuntos estudados e debatidos revertiam efetivamente em mudanças na prática de ensino” (PERES, 2000, p. 223), a partir de fotografias desse período escolar, é possível pensar que algumas das atividades propostas de fato fizeram parte do cotidiano da escola, como, por exemplo, as dramatizações a partir de histórias contadas pelas professoras.¹⁰⁴

Concordo com Peres (2000, p.217) quando a autora assinala que a *Hora Pedagógica* “foi uma das práticas de leitura mais difundidas entre as professoras” no período em questão, porém, para a autora, essa leitura estava “sob vigilância” constante do Estado, pois os livros eram indicados pelo CPOE/RS e a leitura que era realizada no ambiente escolar, entre as professoras, era uma leitura oral coletiva e pode-se dizer que direcionada para os objetivos da Secretaria da Educação e do Centro de Pesquisas.

No entanto, pode-se considerar que a leitura é uma “caça furtiva”, como aponta Chartier (2002, p.123) ao apropriar-se das contribuições de Certeau (1985), em virtude de que “a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros” ou ainda, neste caso, das intenções dos técnicos do CPOE/RS, por exemplo.

Claro que as professoras leram e discutiram as bibliografias indicadas para os momentos de formação, mas em algumas atas é possível notar que nem todas

¹⁰⁴ Voltarei a falar com maior propriedade das práticas escolares vivenciadas no interior da escola no capítulo 4.

concordavam com os métodos de ensino ou com as ideias propostas por alguns autores trabalhados. Seria ingenuidade pensar que todas se apropriaram da mesma maneira dos estudos realizados na *Hora Pedagógica*, uma vez que os sujeitos “não manipulam do mesmo modo a matéria escrita” (CHARTIER, 2002, p. 122).

Para finalizar, infiro que os momentos de formação ocorridos no interior do Grupo Escolar Farroupilha representaram os reflexos do que estava sendo vivenciado e difundido no momento histórico em questão, uma vez que as concepções escolanovistas são visíveis nos discursos dos diretores e da orientadora de ensino, assim como nos autores estudados, nos assuntos debatidos e no planejamento realizado pelo corpo docente ao longo da década de 40 do século XX, compondo um conjunto de saberes e de práticas consideradas essenciais para exercício do magistério.

3.3 OS (AS) DIRETORES (AS): SUJEITOS À FRENTE DO GRUPO ESCOLAR

O Grupo Escolar, então com o nome de Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza, naquela época 2º distrito de Caxias, foi criado em 1927, com a finalidade de além do ensino primário, ministrar os ensinamentos práticos e rudimentares de agricultura. Por essa razão, como técnico, fui nomeado diretor desse Grupo Escolar Rural.

(Antão de Jesus Batista, 1962).

O ano de 1927 marca o início da história da instituição pesquisada e introduz em seu cenário um novo personagem: o diretor escolar, profissional responsável por organizar e fiscalizar o ensino no interior da escola, respondendo pela ordem e pelo bom funcionamento da mesma. Dessa forma, para administrar o Grupo Escolar Rural foi nomeado em 1927 o técnico agrícola Antão de Jesus Batista¹⁰⁵, natural de Taquari (RS) e formado pelo Instituto de Zootecnia em Viamão (RS).

Pelo que os indícios sinalizam, aos 22 anos de idade estabeleceu-se em Nova Vicenza para administrar a instituição escolar que surgiu com o objetivo de ministrar os ensinamentos práticos e rudimentares de agricultura e que, dessa forma, ter um técnico

¹⁰⁵ Segundo Tartarotti (2014, p. 250), Antão de Jesus Batista: “tornou-se funcionário público estadual. Aqui assumiu a direção da Estação Experimental de Fruticultura, localizada nas proximidades do Balneário Santa Rita, no bairro de Nova Vicenza. Esta Estação desempenhou um papel importante no desenvolvimento do plantio de árvores frutíferas. Casou-se com Dina Jaconi com quem teve os filhos Aramis Humberto; e Lília Lucina Maria. Residia na Rua Independência, ao lado da Farmácia e Hospital Cibelli”. Ainda segundo o autor farroupilhense, Antão participou “como membro da diretoria do Clube Vicentino e, também, do Tiro de Guerra 652 [...] foi sócio fundador do Sanatório Nova Vicenza. Foi membro ativo da Liga de Defesa Nacional, orientando os desfiles da Semana da Pátria. Faleceu no dia 13 de agosto de 1974, com 68 anos”. (TARTAROTTI, 2014, p. 251).

agrícola à frente da instituição fazia sentido, embora Antão de Jesus não tivesse nenhuma ligação aparente com a educação escolar.

Cabe pontuar que os diretores eram nomeados pelo governo estadual e, segundo aponta Souza (1998, p. 77, grifos da autora), essa nomeação tornou o cargo de diretor “um fator de honra e distinção. O diretor era visto com uma *autoridade* do governo”, já que havia sido indicado por ele.

Antão de Jesus foi o profissional que por mais tempo se manteve na administração do grupo escolar, pois ficou no cargo durante os anos de 1927 a 1933, quando se afasta na direção da escola para trabalhar na Secretaria de Agricultura do município. Essa permanência por seis anos consecutivos à frente da direção do Grupo Escolar pode ser pensada em virtude da formação técnica-rural de Antão e dos significados atribuídos a ela, já que era um profissional especializado para orientar, organizar e vigiar o ensino rural na escola. Ainda, pode ser que a formação técnica fosse um requisito para o trabalho na direção da escola e, nesse sentido, a inexistência de outro profissional com esta formação na Região permitiu a permanência do diretor no cargo por tanto tempo.

Uma questão interessante a considerar é que Antão, ao deixar o papel de diretor escolar, passou a trabalhar na Secretaria de Agricultura de Farroupilha e, pelos vestígios encontrados, posso concluir que ele trabalhou nesse espaço por um período considerável, pois o Jornal *A Época*, publicado em 1939, traz impressa a seguinte nota, que diz respeito à gestão do prefeito Eudoro Lucas de Oliveira:

Ainda na administração de s. s. foi organizado um Campo de Cooperação Municipal, que progride de dia para dia. Este novo empreendimento pela sua elevada importância, mereceu o apoio de S. Excia. o Secretário da Agricultura. Os trabalhos obedecem à direção do técnico daquela Secretaria, Sr. Antão Batista de Jesus.¹⁰⁶ (A ÉPOCA, 1939 - ABN).

Considerando a perspectiva proposta por Souza (1998) entendo que estar à frente do Grupo Escolar era sinal de prestígio e distinção, logo *estar na condição de diretor* pressupunha competências para administrar a vida pedagógica e burocrática da escola, bem como dava visibilidade a quem estava nesta condição de “autoridade do ensino”.

O cargo de diretor escolar implicava uma série de atribuições que podem ser

¹⁰⁶ Acredito que tenha ocorrido um engano na hora da digitação da notícia, pois o nome correto é Antão de Jesus Batista.

observadas nos documentos que regulavam o ensino primário estadual no Rio Grande do Sul, dentro do recorte temporal desta pesquisa, tais como o *Regulamento da Instrução Pública*¹⁰⁷ e o *Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público*,¹⁰⁸ aprovados em 1927 e, depois, o *Regimento Interno das Escolas Primárias*,¹⁰⁹ aprovado em 1939, sendo que essas atribuições estabelecidas na legislação foram sendo ampliadas ao longo do tempo.

Dessa forma, cabia ao diretor escolar: fiscalizar o estabelecimento de ensino, redigir e receber correspondências, conservar e fazer toda a escrituração da escola, organizar horários, zelar pelo cumprimento do programa de ensino e da legislação escolar, assinar os atestados relativos ao adiantamento e à conduta dos alunos, enviar relatórios anuais às instâncias superiores de educação, promover reuniões e momentos de estudo com o corpo docente, nomear zeladores, proceder à matrícula, representar a escola, inspecionar os cadernos de preparo de lições dos professores, designar e presidir as comissões examinadoras e outras.¹¹⁰

Após a saída do diretor Antão, assume a administração da escola o professor João de Deus Pedroso e, a partir desse momento, a instituição deixa “de ser Grupo Escolar Rural para ser apenas Grupo Escolar” (BATISTA, 1962). O professor Pedroso, como se refere Antão de Jesus, ficou no cargo por aproximadamente dois anos, quando, em 1935, é nomeado para administrar o grupo escolar o diretor Oscar Rodrigues Dornelles, que fica no cargo durante o período de 1935 a 1939.

Na administração de Dornelles aconteceram mudanças que considero importantes na história da instituição pesquisada, uma vez que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, encontrei três indícios relacionados a essas mudanças que podem sinalizar para a indicação política de Dornelles ao cargo de diretor escolar.

O primeiro indício, a mudança da nomenclatura da escola em sua administração, uma vez que passa a identificar-se com o nome da primeira dama do Estado “Irene Guerra Flores da Cunha”, o que aponta para uma plausível afinidade entre o diretor e o governador Flores da Cunha. Ainda, esta “afinidade” também é observada a partir de outro indício, um telegrama publicado no *Jornal A Federação* (1937)¹¹¹, apresentado no

¹⁰⁷ Decreto nº 3. 898, de 4 de outubro de 1927.

¹⁰⁸ Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927.

¹⁰⁹ Decreto nº 7. 929, de 30 de agosto de 1939.

¹¹⁰ As atribuições do cargo foram retiradas nos três documentos apresentados no parágrafo anterior.

¹¹¹ FARROUPILHA, 18 – Funcionários do Grupo Escolar “Irene Guerra Flores da Cunha” aplaudem, entusiasticamente, a patriótica e desassomburada atitude do egregio chefe, pelo lançamento da candidatura à Presidência da República do eminente brasileiro Armando de Salles, e felicitam efusivamente a V. Ex.,

capítulo anterior, em que Dornelles envia a Flores da Cunha uma mensagem em nome dos funcionários da escola, manifestando aprovação em relação ao apoio prestado pelo governador à candidatura da presidência de Armando de Salles.

O terceiro indício a ser considerado aponta que foi na gestão de Dornelles que se inicia e se conclui a edificação de um novo espaço para abrigar o Grupo Escolar, pois, como abordado no capítulo 2, para uma cidade do interior do Estado que havia conseguido recentemente sua independência política e tentava inserir-se em um contexto urbano e desenvolvido, a construção do novo prédio significou uma importante conquista para a comunidade farroupilhense, bem como representou os laços entre as autoridades do Estado, do município e, conseqüentemente, da direção da escola.

A partir de uma reportagem publicada no jornal *O Momento*, em 22 de agosto de 1938,¹¹² é possível verificar a presença do diretor Dornelles em meio a médicos, políticos, comerciantes e demais figuras “importantes” do município, em uma festa organizada para homenagear o juiz Eurico de Souza Leão Lustoza. Tal vestígio permite inferir que o diretor “fazia parte da plêiade de pessoas ilustres da localidade” e que, “em nome dessa autoridade legítima, o diretor realizava não apenas os exames e as festas escolares de grande visibilidade pública, mas difundia sua ação educadora por meio de conferências públicas” (SOUZA, 1998, p.78).

Como é possível perceber, durante boa parte dos anos 20 e 30 do século XX, a escola foi administrada por homens, sendo que a primeira mulher a assumir a direção da escola foi a professora Alice Luisa Cibelli, em meados de 1939. Essa realidade denota que, embora com a crescente feminização do magistério, entre o final do século XIX e início do século XX, os “postos de controle” continuavam sendo ocupados por homens, tanto no interior das escolas, quanto em outros cargos relacionados à educação, tais como inspetores e delegados de ensino, salvo algumas exceções, como é o caso de Alice Cavalcanti Prado, inspetora escolar do município de Caxias na década de 1920 do século XX.

A esse respeito corrobora o estudo de Demartini e Antunes (1993), quando as autoras assinalam que o magistério primário era uma profissão feminina, exercida pelas mulheres, mas era uma carreira masculina, uma vez que

tranquilizadora e expressiva resposta ao atencioso apoio que lhe dirigiu confiante família rio-grandense. Respeitosas saudações – Oscar Dorneles, Diretor. Fonte: Jornal A Federação, 1937. Acervo da Biblioteca Nacional (Jornal A Federação, 1937. Fonte: site da Biblioteca Nacional).

¹¹² Jornal *O Momento*, Ano VI, nº 285. Rio Grande do Sul – Caxias, 22 de agosto de 1938. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30 de abril de 2015, às 12h50.

esses homens que assumiram o magistério como profissão iam tentando direcionar suas carreiras para outros postos, e abandonar o espaço “feminino” das salas de aulas. Deixam de ser professores para se tornarem diretores, supervisores, formadores de professores, delegados de ensino, chefes da instrução pública etc. e, dessa maneira, continuar controlando a profissão já então maciçamente feminina. (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 12).

Alice Luisa Cibelli, primeira diretora, formou-se pela Escola Normal de Porto Alegre, em 1936, e foi nomeada professora auxiliar pela Portaria nº. 5.930, de 27 de julho de 1937, para trabalhar no Grupo Escolar de Farroupilha.

Segundo consta no *Livro Termo de Compromisso dos Funcionários*,¹¹³ foi designada para o cargo de diretora por meio de um telegrama da Diretoria Geral da Instrução Pública, em 22 de março de 1939, ficando no cargo por aproximadamente um ano. De acordo com o registro realizado em outro documento, denominado *Histórico dos Professores do Grupo Escolar Farroupilha (1940)*, a diretora entrou em licença por aproximadamente três meses e, em junho de 1940, foi transferida para assumir a direção do Grupo Escolar de Candelária (RS), desligando-se das atividades na escola em análise.

Depois de Alice, o grupo escolar foi administrado pelas irmãs Wanda Albertina Jaconi e Silvia Jaconi, ambas nascidas em Farroupilha, filhas de pais italianos e formadas pela Escola Complementar de Caxias.

Wanda esteve à frente da direção da escola entre os anos de 1940 a 1942, sendo que antes fora professora da mesma instituição por aproximadamente três anos. De acordo com os indícios encontrados, em 1942, Wanda A. Jaconi desliga-se do grupo escolar para trabalhar como orientadora de educação elementar, na 4ª Região Escolar, com sede no município de Caxias/RS.

Em decorrência da saída de Wanda, é nomeada sua irmã Silvia Jaconi, que fica no cargo durante os anos de 1942 a 1946 e, depois, em 1947, quando, então, também se desliga da escola para “exercer as funções de Orientadora de Ensino Primário da 4ª Região Escolar, com sede em Caxias do Sul” (HISTÓRICO DOS PROFESSORES, 1940).

Após a saída da diretora, a escola é administrada pelo diretor Júlio Feijó que ficou na direção por um curto período, entre abril de 1947 a maio de 1948, quando é

¹¹³ O livro “Termo de compromisso dos funcionários do Grupo Escolar Farroupilha (1938-1952)”, assim como o livro “Fichário do corpo docente e demais funcionários (1940)” encontram-se na Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, antigo Grupo Escolar.

transferido para outra instituição. Infelizmente, não encontrei maiores indícios a respeito de sua história de vida e atuação profissional, no entanto, cabe pontuar que, ao analisar os *Livros Hora da Leitura (1944 a 1947)*, *Horas Pedagógicas (1948-1949)* e *Círculo de Estudos (1947 a 1951)* do grupo escolar, é possível perceber que Júlio Feijó é representado em diversos momentos pelas professoras como um profissional *muito digno e bondoso*.

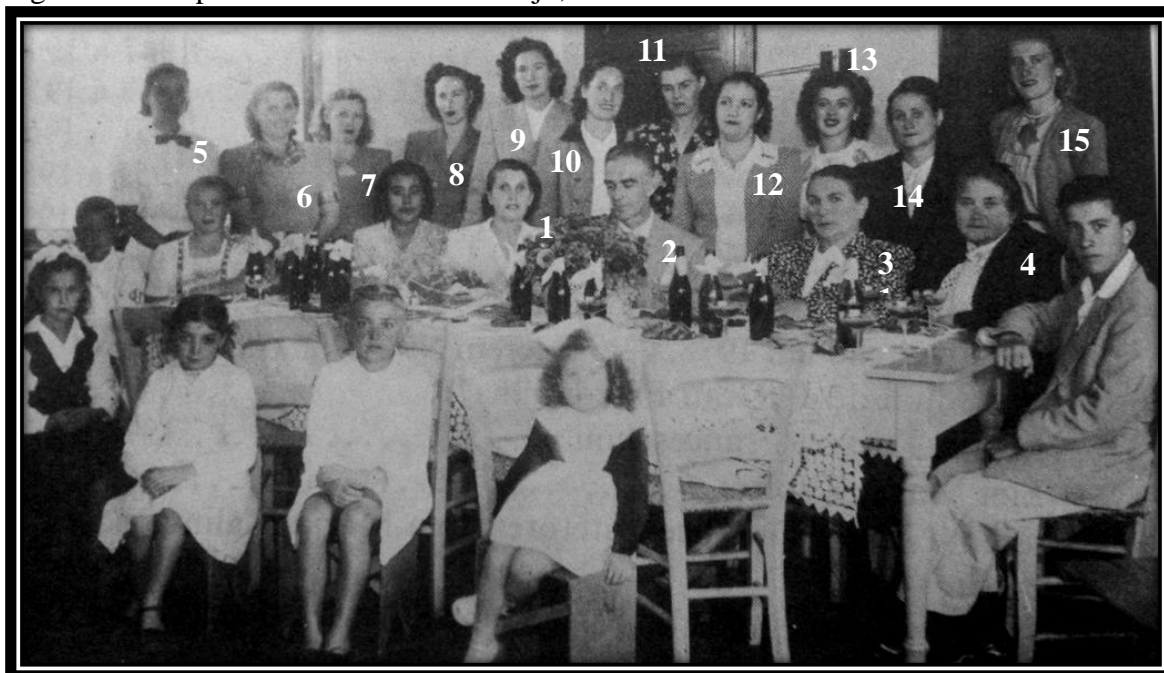
A título de exemplo, transcrevo um trecho da *Ata de nº 7, de 12 de abril de 1948*, quando, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo diretor, as professoras e os alunos do grupo escolar organizam uma pequena confraternização de despedida para homenageá-lo.

A tarde foi-lhe prestada pelos professores e alunos uma homenagem em reconhecimento ao seu elevado espírito de bondade, justiça, abnegação e devotamento ao trabalho. Esta linda conduta foi observada desde o início de sua administração até o momento de seu afastamento. Parte, deixando nos corações de professores e alunos a saudade e a gratidão de mestre bondoso e digno, completando assim a elevada missão que Deus e a Pátria lhe confiaram. Em nome do professorado falou a professora Fandila Reginato que pronunciou bela oração. Expressando a gratidão dos alunos falou a menina Arilde Giron, que em nome dos mesmos ofereceu-lhe um fino par de abotoados. Finalizando falou o Sr. Júlio Feijó, deixando em cada palavra sua um conselho amigo. Após, foi servida uma fina mesa de doces (*Fonte: Livro Círculo de Estudos (1947-1951)*). Ata nº 7 - 12/05/1948. Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha, Farroupilha/RS).

Esse momento também está registrado em uma fotografia que se encontra no livro escrito pela professora Alice Gasperin, que apresento a seguir como um indício que reforça a importância deste momento para o corpo docente da escola e que permite “visualizar o ontem e o outro em seus contornos de *verdade*”, como apontam Vidal e Abdala (2005b, p. 178).

Na imagem aparecem sentados, da esquerda para a direita, Dileta Araújo, esposa do diretor (1), Júlio Feijó (2), Hilda Rodrigues (3) e Maria Mocellini (4). Na mesma ordem em pé, Fandila Reginato (5), Alice Gasperin (6), Leondina Maschio (7), Maria Ramgrab (8), Olga R. Brentano (9), Olinda F. Enriconi (10), Maria Fernandes (11), Célia P. Armando (12), Lucy Courtóis (13), Ilza M. Martins (14), Sueli Giron (15) e demais alunos (as) do grupo escolar.

Figura 13- Despedida do diretor Júlio Feijó, 1948



Fonte: Gasperin (1989, p. 234).

Nota-se que o diretor, autoridade máxima do ensino na escola, está localizado no centro da fotografia, bem como da mesa preparada em sua homenagem, assim como está ladeado por sua esposa e por duas professoras. Vale inferir que a fotografia apresenta certa “hierarquia”, em virtude de que estão posicionadas ao lado de Feijó as professoras mais antigas de idade e de tempo escolar, sendo que a professora Maria Mocellini (4) provavelmente tenha sido convidada para participar dessa confraternização, pois já estava aposentada do magistério primário neste período.

No entanto, penso que a sua presença neste momento sinaliza para a importância em torno de sua figura pública, já que era uma das professoras mais antigas do município em questão e possivelmente respeitada e querida pelas demais. Posicionadas atrás das “autoridades”, encontram-se as professoras do Grupo Escolar Farroupilha e à frente da mesa alguns alunos devidamente dispostos.

Nessa fotografia, assim como nas demais que utilizo em minha pesquisa, especialmente aquelas preservadas no arquivo do Grupo Escolar, não há indicação do fotógrafo, porém, devido à relevância deste momento para o corpo docente da escola, entendo que tenha sido contratado para realizar o registro na ocasião.

Diante da homenagem prestada, do relato escrito pela professora Maria Fernandes, da presença dos (as) alunos (as) e de todas as professoras da escola na festividade, bem como da professora Maria Mocellini, é possível inferir, sem a intenção

de ser saudosista, que o diretor Júlio Feijó marcou de uma maneira significativa a administração do ensino no interior da escola. No entanto, isso não quer dizer que os outros diretores (as) não tenham sido importantes ou não tenham imprimido suas marcas na história da escola.

A próxima e última diretora do período estudado é Olinda Frederes Enriconi, diretora entre os anos de 1948 a 1951. Olinda formou-se pela Escola Complementar de Porto Alegre (RS), em dezembro de 1931. Durante os anos de 1932 (data de ingresso no magistério estadual) até 1945, momento em que é nomeada para trabalhar no Grupo Escolar Farroupilha, foi professora em diversas instituições, entre elas: Grupo Escolar da Barra do Ribeiro, Aulas Reunidas M. Gama, Grupo Escolar Benjamim Constant, Grupo Escolar Floriano Peixoto, Grupo Escolar João Canabarro e Grupo Escolar General Osório.¹¹⁴

No grupo escolar pesquisado, entre os anos de 1946 a 1948, foi professora do 5º ano e nomeada diretora, pela Portaria n. 6.894, de 23 de setembro de 1949, e, entre os anos de 1948 a 1950, também foi designada coordenadora do Curso Supletivo na mesma instituição. Cabe pontuar que até o momento não encontrei vestígios que indicassem o desligamento da professora de suas atividades no Grupo Escolar Farroupilha.

Para finalizar, ao longo do capítulo procurei apresentar ao leitor as minhas representações acerca dos sujeitos que participaram da história do Grupo Escolar Farroupilha e da produção de suas culturas escolares, em diferentes momentos.

Ao longo da pesquisa aprendi com Chartier (2002, p. 19) que construir uma narrativa, tendo como viés a história cultural, é uma tarefa “que supõe vários caminhos”. Entre eles, o entendimento de que é possível compreender como os diferentes sujeitos que participaram do processo histórico educacional da escola deram sentido ao mundo que era o deles (Chartier, 1991), a partir das suas práticas cotidianas, ou das suas “mil maneiras de fazer com” (CERTEAU, 2014, p. 86).

Dessa forma, após identificar quem foram os alunos (as), as professoras e os diretores (as) do Grupo Escolar Farroupilha, direciono o olhar para as *práticas ordinárias* desenvolvidas por esses sujeitos no cotidiano da instituição escolar.

¹¹⁴ O Grupo Escolar da Barra do Ribeiro, localizava-se em Guaíba, as Aulas Reunidas M. Gama, o Grupo Escolar Benjamim Constant e Grupo Escolar Floriano Peixoto, localizavam-se em Porto Alegre, o Grupo Escolar João Canabarro, localizava-se em General Câmara e Grupo Escolar General Osório, localizava-se em Osório, ambos no Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 4

PRÁTICAS COTIDIANAS DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA...OU DAS “MIL MANEIRAS DE FAZER COM”

As práticas cotidianas são, no fundo, antropofágicas. Mas trata-se de uma antropofagia não ritualizada, não visível, e que obriga a que se perceba que o essencial não é aquilo que o praticante come, atravessa ou vê, mas sim o que ele faz daquilo que come, vê ou atravessa. Ou seja, a questão essencial é aquilo que ele fabrica.

(Michel de Certeau, 1985).

Durante o percurso da pesquisa, ao exercitar o olhar “para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos”, como assinala Pesavento (2008a, p. 64), identifiquei outras possibilidades de análise envolvendo os elementos-chave da vida da escola, ou seja, das culturas escolares da instituição, como, por exemplo, os tempos, os espaços e os saberes. Entretanto, para a realização desta narrativa histórica, precisei fazer algumas escolhas.

Sendo assim, após privilegiar os (as) alunos (as), as professoras e os (as) diretores (as) do Grupo Escolar Farroupilha, compreendendo-os como “protagonistas dos acontecimentos” (PESAVENTO, 2008a, p. 19), apresento ao leitor algumas das práticas escolares produzidas na cotidianidade desta instituição escolar, sobretudo na década de 40 do século XX, não com uma perspectiva de julgamento, mas de uma análise estabelecida a partir dos “resquícios” e das “pistas” encontradas.

Nesse sentido, cabe salientar que compreendo as práticas escolares como as ações realizadas no interior da escola pelos sujeitos do processo educativo. São os *fazeres ordinários* (CHARTIER, 2000), ou cotidianos que se constituem na relação com o outro e na maneira como os sujeitos se apropriam dos saberes, dos tempos e dos espaços, dos diferentes discursos políticos, pedagógicos e religiosos, assim como de outras culturas, mantendo “uma relação direta com o mundo exterior” (PERES, 2000, p. 26).

Dessa maneira, Chartier (2000) e Certeau (2014) subsidiam minha análise em torno das práticas escolares *fabricadas* nos intra e extras muros da instituição pesquisada. Assim, a partir de Certeau (2014, p.86), as práticas escolares são entendidas neste estudo como “as mil maneiras de fazer com”, ou seja, os acontecimentos diários,

os ritos, os hábitos produzidos na teia do cotidiano pelos sujeitos escolares.

Logo, essas produções que “dão vida” ao ambiente escolar são atravessadas pelos conceitos de *táticas* e de *estratégias* propostos pelo mesmo autor. Infiro que tais conceitos se tornaram importantes em meu estudo, pois estão diretamente relacionados com as dinâmicas de vida dos sujeitos, seja no espaço escolar, seja fora dele.

As estratégias, como já mencionado, estão ligadas às relações de poder e de força de uns sobre os outros. Já as táticas, elas estão relacionadas às ações que o “fraco” pode utilizar para manipular, subverter ou alterar o que lhe é imposto. No entanto, considero que os sujeitos podem ser táticos ou estratégicos, dependendo das situações vivenciadas.¹¹⁵

Conforme a epígrafe inicial deste quarto capítulo, nas palavras de Certeau (1985, p. 6) as práticas cotidianas:

São, no fundo, antropofágicas. Mas trata-se de uma antropofagia não ritualizada, não visível, e que obriga a que se perceba que o essencial não é aquilo que o praticante come, atravessa ou vê, mas sim o que ele *faz* daquilo que come, vê ou atravessa. Ou seja, a questão essencial é aquilo que ele *fabrica*.

Seguindo essa linha de pensamento, para Anne Marie Chartier (2000, p.158, grifos da autora): “[...] o que é invocado, mas ausente, é *o que se faz na escola*, o que se faz hoje ou que é sempre feito, enfim, as práticas escolares”.

Diante da complexidade de um estudo que se propõe a investigar os *fazeres ordinários* de uma escola, Anne Marie faz um alerta: “Os fazeres ordinários são variáveis ignoradas ou não controladas na maior parte das situações de pesquisa”. (CHARTIER, 2000, p. 158). Assim, a autora aponta que, para se construir uma narrativa coerente e rigorosa sobre as práticas, é necessário “fazer emergir” os silêncios, os conflitos e as culturas presentes nos discursos que orientam “o trabalho ordinário dos docentes” (CHARTIER, 2000, p. 168).

¹¹⁵ Apenas para citar um exemplo (entre outros possíveis), penso que uma professora pode utilizar-se de táticas quando decide subverter a ordem estabelecida pelo cronograma escolar, trabalhando de uma maneira diferente em sala de aula, com outros conteúdos, utilizando-se de outros materiais ou de outras práticas que não condizem com a filosofia ou a identidade da escola. Porém, em outro momento, essa mesma professora pode ser estrategista quando decide seguir a risca as determinações estabelecidas pela direção escolar ou pelas instâncias superiores de educação. No entanto, nem sempre essas questões passam pelo nível de consciência. Muitas vezes o professor é estrategista por achar que está fazendo o certo ao seguir o instituído.

Nesse sentido, reforço que as práticas escolares privilegiadas neste capítulo se referem aos anos de 1940 do século XX e que, dessa maneira, estão pautadas nos discursos da Escola Ativa e da campanha de nacionalização do ensino. Tenho ciência de que o Grupo Escolar Farroupilha, ao longo de sua história fabricou uma infinidade de práticas escolares, assentadas em outros discursos e que, certamente, não são abordadas nesta pesquisa, assim como não são abordadas as práticas pedagógicas, vivenciadas pelos (as) alunos (as) e pelas professoras no cotidiano das salas de aula.

Quanto aos discursos da Escola Nova e da campanha de nacionalização, destaco que influenciaram os *tempos de renovação educacional* no Estado, especialmente em virtude das ações do CPOE/RS, sobretudo a partir do ano de 1943, quando esse órgão é criado. No tocante, direcionar o olhar para as práticas escolares, sob a égide do movimento renovador, tendo consciência da influência exercida por esses discursos significa dizer que compreendo que tais práticas não são de forma alguma neutras, mas sim “práticas híbridas, fruto de mestiçagens”, como destaca Vidal (2009, p. 30). Na perspectiva apontada por Chartier (2002, p. 28), elas são “complexas, múltiplas, diferenciadas que constroem o mundo como representação”.

A Escola Nova, também identificada como Escola Ativa, foi um movimento que ocorreu em diversas partes do mundo, entre o final do século XIX e o transcorrer do século XX, inclusive no Brasil, sob o suporte de diversos estudiosos europeus e norte-americanos, como Adolphe Ferrière e John Dewey, para citar alguns. Cabe ressaltar que esse movimento influenciou uma série de reformas educacionais em diversos estados do Brasil como explicitado no capítulo anterior, especialmente a partir da atuação de escolanovistas brasileiros, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros.

De acordo com Peres (2011, p. 120, grifos da autora), “a história do movimento da Escola Nova revela que havia muitas divergências e discordâncias em relação *ao quê* e *como* seria a escola renovada”. Desse modo, entendo que uma das motivações (talvez a principal) para a difusão desse movimento estava assentada na ideia de uma “oposição” à escola tradicional.

Assim, como assinala Vidal (2003, p. 497, grifos da autora), “era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores que se construía a representação do “novo” nessa formação discursiva”. Desse modo, pode-se dizer que esse “novo” incluía:

A centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas

higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2003, p.497).

Os enunciados da Escola Ativa, especialmente no século XX, no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha, revelaram-se nas leituras realizadas pelas professoras da escola nos momentos de formação em serviço, na incorporação de novas práticas escolares, como as excursões pedagógicas, que propiciavam a vivência de situações reais do cotidiano das crianças, entre outros aspectos que podem ser observados a partir dos registros escritos e imagéticos preservados acerca da memória dessa instituição escolar.

Juntamente com as concepções da Escola Nova, a campanha de nacionalização do ensino adquiriu centralidade no interior do Grupo Escolar, principalmente a partir da instalação do Estado Novo (1937-1945),¹¹⁶ quando, então, passa a ocorrer de maneira compulsória, no Rio Grande do Sul, tendo em vista o objetivo de nacionalizar as populações de imigrantes e descendentes.

Entre as estratégias pensadas e desenvolvidas para nacionalizar os grupos étnicos existentes, representados como *alienígenas*¹¹⁷ e como perigo nacional, entre outros pejorativos, a escola é vista como um espaço favorável para o “apagamento” das diferenças culturais e para a construção de uma nova identidade nacional.

Desse modo, com base nos estudos desenvolvidos por Kreutz (2010, 2014) entendo que, a partir da atuação de Oswaldo Cordeiro de Farias (1938-1943) e de Coelho de Souza (1937-1945), diversas medidas preventivas e repressivas¹¹⁸ são colocadas em prática no Estado, deixando marcas profundas na história de muitas instituições escolares e, mais ainda, nas histórias de vida dos sujeitos que vivenciaram esse período.

Na trajetória institucional do Grupo Escolar Farroupilha, os reflexos dessa campanha nacionalizadora são identificados na construção do novo prédio, em 1938, na contratação de novos professores, no aumento das matrículas escolares, no ensino de

¹¹⁶ Segundo Cunha (2014, p. 9): “Com a chegada dos anos 1930, as relações entre Estado e comunidades étnicas começam a ficar mais conflituosas, tanto como reflexo do cenário internacional, quanto do nacional. Na Alemanha e na Itália, a ascensão dos partidos Nazistas e Fascistas fez com que as potências ocidentais, lideradas pela Inglaterra e Estados Unidos, passassem a adotar medidas contra o avanço dos regimes totalitários. No Brasil, o impacto das tensões no exterior se fez sentir pela implantação do Estado Novo, no ano de 1937, que adotou medidas para nacionalizar as regiões do país onde existissem focos de imigração e colonização estrangeira”.

¹¹⁷ Gertz (2005, p. 146).

¹¹⁸ Sugiro ver Kreutz (2014, p. 170-174).

história e de geografia, nas festividades cívicas e religiosas, no culto aos heróis e aos símbolos nacionais, na difusão dos valores éticos e morais, entre outras medidas que buscavam favorecer a construção de uma memória nacional e enaltecer os sentimentos de pertencimento e amor à Pátria.

Sinalizo que o cotidiano escolar da época era orientado por um conjunto de normas e prescrições que advinham do *Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado*,¹¹⁹ aprovado em 1939. Segundo rememora a professora Olga: “As escolas estaduais eram regidas pela Secretaria de Educação. E o calendário escolar, inclusive feriados e coisas, eram estabelecidas pela Secretaria de Educação, e as escolas seguiam as determinações que vinham de lá” (BRENTANO, 1991, p.5).

Ao longo da década de 1940, do século XX, é possível constatar que o ano letivo do Grupo Escolar iniciava no início de março e transcorria até as férias de inverno, que normalmente eram os 15 primeiros dias de julho e depois, seguia até a primeira semana de dezembro, quando terminava com o “encerramento festivo do ano letivo e entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o curso” (LIVRO DIÁRIO DA ESCOLA, 14 de dezembro de 1940).

Quanto ao horário de funcionamento do Grupo Escolar, de acordo com o estabelecido no *Regimento Interno* de 1939, bem como nos registros contidos no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, entendo que as aulas no período da manhã eram das 8h às 12h e no período da tarde das 13h30min às 17h30min. No entanto, o *Regimento* apresenta um horário diferenciado para as aulas no verão e no inverno, mas destaco que não encontrei nos documentos consultados indícios do horário de inverno, que seria das 8h30min às 12h30min e das 13h às 17h.

Entre as lições prescritas e realizadas ocorria um pequeno intervalo de 20 minutos para os recreios, após a merenda escolar. De acordo com o *Livro Diário da Escola (1940-1944)* em 1940, o tempo para o recreio no turno da manhã, ficou assim distribuído:

Às 10 horas, após o sinal dado, mandar os alunos à merenda fornecida pela escola. Das 10 às 10h20 – o recreio será para as seguintes classes: 2º ano A – 1º ano B – 3º ano – 5º e 6º anos (no pátio, quando o tempo o permitir). Das 10h20 às 10h45 – recreio para o 1º A e C – 4º ano e 2º B. Para interessar os alunos, devem às professoras tomar conta de suas classes, organizando entre os alunos jogos para esses 20 minutos de descanso (*Livro Diário da Escola (1940-1944)* – ACEF).

¹¹⁹ Decreto nº 7.929, de 30 de agosto de 1939, localizado do repositório da UFSC – Florianópolis/SC.

Como se pode observa, normalmente os recreios ocorriam no pátio, porém, quando o tempo não permitia, eram realizados nas salas de aula, como consta no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)* do ACEF: “Os recreios dentro das aulas, nos dias de tempo, deverá ser feito moderadamente, não perturbando as aulas em funcionamento”. O mesmo documento sinaliza que o tempo no interior da escola era constantemente controlado pelas professoras e regulado ao som das sinetas e dos horários previstos.

Certamente, uma análise acerca dos tempos desta escola também seria uma possibilidade para conhecer outros aspectos desta cultura escolar, bem como para compreender a configuração da criança em aluno (a) neste contexto. Monteiro (2011, p. 181) infere que, ao legitimar tempos específicos para à infância,

submetendo-a a um ritmo, a uma ordem espacial e uma disciplina de calendários, horários, sinetas, séries, anos letivos, deveres, rotinas e posturas é acima de tudo atribuir um *status* a este grupo de idade, do qual a infância deixa de ser concebida meramente pela via da ‘criança’ e passa a se apropriar dos novos referencias identitários do ‘aluno’.

Conforme mencionado no capítulo anterior, a escola sempre manteve um número considerável de estudantes matriculados, sobretudo a partir da edificação no novo prédio, o que culminou com a formação de diversas turmas e com a contratação de novas professoras. Sendo assim, a partir dos indícios presentes no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, encontrado no ACEF, é possível observar a quantidade de turmas, as salas e a professora regente de cada turma. No exemplo abaixo, extraído do *Livro* mencionado, consta a distribuição das professoras das diferentes classes do Curso Primário do Grupo Escolar Farroupilha, no início do ano letivo de 1940, lembrando que, nesse período, a escola mantinha 279 alunos matriculados.

Quadro 8 - Distribuição das professoras por classes, 1940

Ano	Sala	Professora
1º ano A	sala 3	Célia C.P. Armando
1º ano B	sala 4	Hilda Rodrigues
1º ano C	sala 5	Norma Vizeu
2º ano A	sala 10	Alzira Finger
2º ano B	sala 6	Gema C. Pesca
3º ano	sala 2	Elisa Cibelli
4º ano	sala 9	Wanda Jaconi
5º ano	sala 8	Albertina Cibelli
6º ano	sala 7	Olga R. Oliveira ¹²⁰

Fonte: Livro Diário da Escola (1940-1944). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

¹²⁰ Em alguns documentos o nome da professora Olga não está registrado com o sobrenome Brentano.

Além das professoras regentes em cada classe, é possível verificar que a disciplina de *trabalhos manuais*, nesse ano, ficou a cargo das professoras Albertina Cibelli e Olga R. Brentano. Tal disciplina era ministrada de segunda a sexta-feira, das 11h às 12h para os alunos do 1º ao 4º ano, assim como aos sábados pela manhã, das 8 às 9h, para os alunos do 5º e do 6º ano. No entanto, não encontrei registros dos horários dessa disciplina para os alunos que estudavam à tarde.

Além da disciplina de trabalhos manuais, outras matérias fizeram parte do currículo da instituição pesquisada e, nesse sentido, acredito que as disciplinas de Linguagem, Matemática, História, Geografia, Ciências, Moral e Cívica, Desenho, Música, Educação Física, Higiene e Religião também foram ministradas no cotidiano da escola. No entanto, para compor esse conjunto de disciplinas, que possivelmente foram ministradas, tomei como base o *Programa de Ensino das Escolas Primárias do Estado*¹²¹ e o *Livro de Exames Finais (1939-1948)* do Grupo Escolar Farroupilha, como indicativos para me aproximar desse currículo, uma vez que não afirmo que essas foram de fato as disciplinas ministradas, mas trabalho na perspectiva de que possam ter sido essas.

Com base na pesquisa de Peres (2000) e nos indícios observados no *Programa de Ensino*, no *Livro de Exames Finais (1939-1948)* e no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, preservados no ACEF, entendo que a escola foi atravessada pelos saberes morais, cívicos, religiosos, higiênicos, naturalistas, artísticos, físicos, históricos, geográficos, matemáticos e linguísticos, uma vez que nem sempre esses saberes se traduziam em disciplinas, pois “muitas vezes encontravam-se “diluídos” na prática escolar ou estavam associados a outras matérias de ensino” como pontua Peres (2000, p.295, grifo da autora).

Assim, compartilho das contribuições da referida autora, por compreender que estes saberes,

definidos em disciplinas escolares ou não, estavam sob o mesmo pressuposto básico: um discurso regulativo que valorizava fundamentalmente uma formação patriótica, cívica, nacionalista e que estabelecia, ainda, relações com uma formação religiosa, higiênica, econômica e “naturalista”, no sentido de produzir um sujeito capaz de se auto regular. (PERES, 2000, p. 295, grifo da autora).

Dentre esse conjunto de conhecimentos difundidos e apropriados pelos sujeitos

¹²¹ Decreto nº 8.020, de 29 de novembro de 1939. Localizado do repositório da UFSC – Florianópolis/SC.

escolares, destaco os saberes religiosos. Infiro que não abordo as práticas religiosas em meu estudo, mas aponto que elas foram amplamente difundidas no cotidiano da escola e por isso merecem algumas considerações.

Assim, durante o decorrer da pesquisa encontrei vários “sinais” que me permitem fazer a afirmativa acima, entre eles as aulas de religião ministradas pelos Padres da paróquia, observadas no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, as festas e celebrações de datas religiosas como o IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, comemorado no dia 27 de setembro e registrado no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*.

Ainda é possível notar nas fotografias a presença do Monsenhor Thiago Bombardelli em algumas festividades promovidas pela escola, assim como alguns símbolos religiosos dispostos nos espaços internos da instituição, como os quadros de imagens sacras, por exemplo. O depoimento da professora Alice Gasperin também é um indicativo da forte presença da religião católica no cotidiano da escola, como se pode notar na transcrição a seguir,

No primeiro ano em que eu trabalhava no Grupo Escolar não havia nenhum ornamento no saguão. Só paredes despidas. Um dia a Diretora vem a minha sala de aula e disse-me algo, em tom amável, que queria dar-me uma “facada”. Pedi-me que desse uma imagem do S. C. de Jesus para ser colocada no saguão. Aceitei com agrado. Sempre fui devota do S. C. de Jesus. Fui a Caxias, na fábrica de imagens Zambelli e fiz a encomenda, especificando tamanho e forma: tamanho médio e de braços abertos. Até aqui tudo bem. Mas buscar a imagem de braços abertos, que empreitada! Como transportá-la até Farroupilha, de ônibus? [...] então com todo o cuidado abracei o sagrado embrulho e carreguei-o no colo até a rodoviária. Foi um sacrifício. Depois, dentro do ônibus mais problemas [...] os solavancos eram contínuos. E eu segurando a imagem de Jesus de braços abertos no colo! [...] mais aliviada me senti quando ao desembulhar a imagem pude constatar que ela estava intacta. A Diretora marcou o dia da solenidade de entronização da imagem. Fez-se presente o Monsenhor Thiago Bombardelli, a zeladora do Apostolado da Oração, e mais outras associadas. Monsenhor falou sobre a necessidade do ensino religioso no Grupo Escolar. (GASPERIN, 1989, p. 253).

A fala de Alice é emblemática e sinaliza a “escolha” da religião católica como “principal” símbolo de fé difundida na escola, talvez, por ser a religião da maioria das professoras e das famílias dos (as) alunos (as), bem como pelas próprias influências exercidas pela Igreja Católica na história da educação do Brasil, bem como da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Peres (2000, p. 301) destaca que: “as professoras levavam para o interior das escolas e das salas de aula suas vivências religiosas”. A professora Olga, ao revisitar suas memórias, também indica que nas aulas

de religião¹²² se tratava “fundamentalmente sobre a religião Católica”, no entanto:

O aluno que pertencesse a um credo diferenciado, e que não houvesse professor para atendê-lo, esse aluno era levado para uma sala de aula, para uma repartição da escola e ficava ocupado fazendo algum trabalho, alguma pesquisa, alguma coisa que envolvesse esse sentimento moral, essa ideia moral da, da vida, né, da formação do aluno. (BRENTANO, 1991, p. 3).

Compreendo a citação da professora como um vestígio de que, mesmo sendo “facultativo” o ensino religioso para os alunos que eram de outra religião, esse momento de formação moral não se perdia, mas ocorria em outro espaço e se pode dizer que com os mesmos fins, desenvolvendo “as máximas em favor da generosidade, da honra, da coragem, da lealdade, do sacrifício, do trabalho, da higiene, as máximas em defesa da raça, dos superiores, da hierarquia, da Pátria, de seus símbolos”. (PERES, 2000, p. 362).

Entendo que a presença do Monsenhor Thiago Bombardelli no cotidiano escolar, bem como as aulas de religião ministradas pelos Padres, assim como a imagem do Sagrado Coração de Jesus colocado em um lugar de destaque no cenário escolar são indicativos da força e da influência exercida pelo catolicismo no interior do Grupo Escolar Farroupilha, uma vez que, por ser uma escola pública, ela deveria ser “laica”. Certamente, a presença da Igreja Católica no cotidiano dessa escola, assim como a efetivação, ou não, da laicidade do ensino nesse contexto são fatos que suscitam reflexões interessantes para futuras pesquisas.

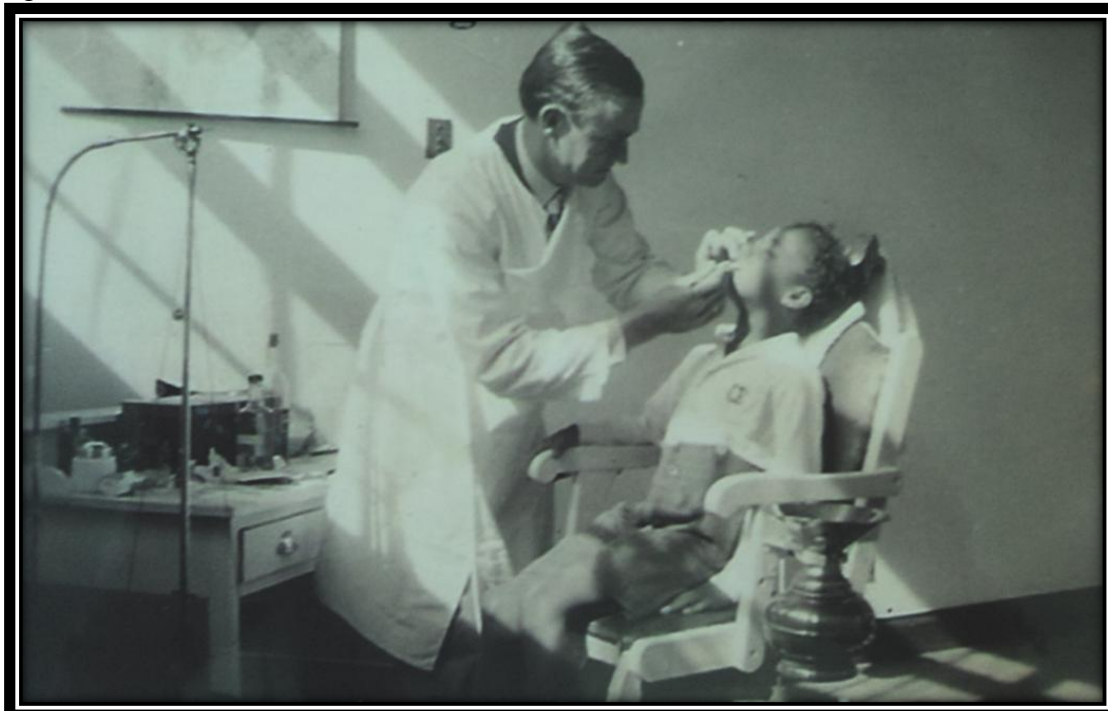
A fala acima da professora Olga instiga novos apontamentos, como a utilização de outros espaços no interior da escola para além da sala de aula. Partindo da perspectiva de Ginzburg (2007, p.150), o historiador é um pouco “Sherlock Holmes” na medida em que se torna um detetive no percurso de pesquisa, investigando os “indícios” que permitem captar “uma realidade mais profunda”. Assim, constato que, a partir da inauguração no novo prédio, novos ambientes são organizados e utilizados para práticas educativas, pedagógicas e escolares.

¹²² De acordo com o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, preservado no ACEF, durante esse período, as aulas de religião ministradas pelos Padres, geralmente, aconteciam uma vez por semana. No entanto, também se tem o registro de aulas que aconteciam de 15 em 15 dias, bem como duas vezes por semana. Ainda, alguns meses não apresentam os registros dessas aulas, pode ser que de fato elas não tenham acontecido ou apenas não foram registradas no *Livro*. Também não encontrei indicação do horário e do tempo destinados às aulas. Ministraram o ensino religioso no Grupo Escolar Farroupilha os Padres Adolfo Fedrizzi, Ernesto, Rui e Olívio Bertuol. Penso que os referido Padres pertenciam à Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em virtude de que a mesma localizava-se na região central do município e próxima à escola.

Pelo que pude constatar, algumas salas de aula foram transformadas em novos espaços, mas, com o tempo, voltavam à condição inicial, “pois não havia espaço suficiente para os alunos ingressantes que eram de número maior” (BRENTANO, 1989). A fala da professora Olga aponta para as possíveis “fragilidades” sofridas pela escola pública, uma vez que a Secretaria de Educação recomendava a organização de ambientes diferenciados para atender às novas exigências pedagógicas e higiênicas advindas do discurso de *renovação educacional*. Entretanto, como parece ter ocorrido com o Grupo Escolar Farroupilha, muitas vezes, as escolas não conseguiam dar conta de atender a tudo o que era prescrito.

A partir das memórias da professora Olga R. Brentano, das fotografias escolares e do *Livro Diário da Escola (1940-1944)* do ACEF, destaco o *Gabinete Médico-dentário*, organizado em uma das salas de aula da instituição escolar. De acordo com o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, o *Gabinete* foi inaugurado no dia 1º de setembro de 1941 e passou a ser utilizado a partir do dia 23 do mesmo mês, como consta no referido documento: “Setembro – 23. Início dos trabalhos de assistência dentária, pelo Sr. Eduardo Hilgert”.

Figura 14- Gabinete Médico-dentário, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Por meio da fotografia acima, é possível observar o dentista Eduardo Hilgert

atendendo um aluno da instituição no *Gabinete Médico-dentário* da escola. Nota-se que esse espaço foi transformado em um pequeno consultório no interior do Grupo Escolar, organizado para realizar simples procedimentos. Ainda é possível verificar a predominância de cores claras na parede e nos móveis dispostos na sala, bem como uma cadeira diferenciada, talvez, própria para esta função e uma mesa que abriga alguns objetos utilizados pelo dentista. A proximidade dos objetos a janela pode ser pensada como uma estratégia para se aproveitar à luz solar, uma vez que a claridade auxiliaria o trabalho desenvolvido. Vale ressaltar que Eduardo dividia o *Gabinete* com o médico Jaime Romeu Rossler e que ambos prestavam assistência à escola, acredito que de forma gratuita.

A professora Olga destaca que o *Gabinete Médico-dentário* “funcionava duas vezes por semana. Em dias intercalados vinha o médico e o dentista, atendendo as crianças que necessitavam de seus cuidados” (BRENTANO, 1989). A partir dessa informação, posso inferir, a partir das contribuições de Peres (2000) e dos apontamentos pesquisados até o presente momento, que as questões relacionadas à higiene e à saúde pessoal estavam diluídas no currículo da escola, assim como nas diversas práticas cotidianas da instituição pesquisada.

Depois do *Gabinete Médico-dentário*, também foi instalado em uma das salas da escola o *Museu Escolar*, recomendado pelo *Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado (1939)*. No entanto, não encontrei maiores informações acerca do seu funcionamento. A professora Olga (1989), em entrevista, relata que ele era utilizado para classificar pedras, borboletas, entre outros. Talvez esse Museu estivesse mais relacionado aos conteúdos de Estudos Naturais previstos no *Programa de Ensino (1939)*.

Além das salas de aulas que foram modificadas para abrigar o *Gabinete Médico-dentário* e o *Museu Escolar*, considero significativa a presença do Salão de Festas, da Biblioteca e do pátio escolar. Espaços destinados a diferentes usos e funções que foram instalados desde a inauguração da escola no final da década de 30 do século XX. Nas fotografias, assim como nos registros do *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, consegui identificar vestígios da utilização de tais espaços pelos sujeitos escolares nas festas e celebrações produzidas no interior da instituição, na hora do recreio, nas aulas de Educação Física, nas práticas de leitura, tanto de alunos (as), quanto de professoras, entre outras atividades cotidianas.

Partindo da perspectiva de que “o espaço é um lugar praticado” nos dizeres de

Certeau (2014, p. 184) e que tem sentido pelas ações dos sujeitos que nele convivem e interagem, certamente, em outro momento, seria interessante uma análise mais detalhada acerca da apropriação realizada pelos sujeitos do Grupo Escolar Farroupilha em relação aos diferentes espaços/lugares desta escola (FRAGO, 2001).

Por fim, infiro que o presente capítulo enfatiza duas possibilidades de análise acerca das práticas escolares que se destacaram durante a leitura dos documentos encontrados: as festas escolares e as atividades desenvolvidas pelo Clube Agrícola, uma vez que essas foram apenas algumas das práticas da escola. Sugiro, entretanto, que, em outro momento, seja possível realizar também uma investigação sobre as práticas religiosas, disciplinares e avaliativas do Grupo Escolar, dentre outras possibilidades.

Sinalizo que este estudo é desenvolvido tendo como base as fontes orais, escritas e imagéticas, como o *Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado* e o *Programa de Ensino das Escolas Primárias do Estado*, aprovados em 1939, e localizados no Repositório da UFSC, as fotografias, o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, o *Livro Atas Cívicas (1940-1951)* e o *Livro Atas Comemorações (1942-1949)* encontrados no ACEF, bem como as entrevistas com as professoras Olga Ramos Brentano e Maria Frida Lydia Schulke, realizadas por outros pesquisadores e consultadas no AHMJSA e na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, em Farroupilha/RS, entre outras fontes analisadas.

Assim, depois dessa contextualização inicial, apresento a minha análise acerca das *práticas ordinárias* do Grupo Escolar Farroupilha.

4.1 AS FESTIVIDADES NO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA: FESTEJANDO PARA REMEMORAR

A vida escolar se desenrola no tabuleiro social como um rito, como uma liturgia. Há uma maneira de ser escola, que se expressa mediante rituais, mobilizando sentimentos, experiências e símbolos.

(Carlota Boto, 2014).

O autor Roger Chartier (2004, p. 21) provoca uma reflexão acerca da seguinte pergunta: “Por que começar com a festa?”. Talvez, porque a festa seja um momento coletivo, repleto de simbologias, encontrado para celebrar tradições, culturas, datas, histórias. Segundo o autor: “a festa autoriza um novo nascimento, ao mesmo tempo, do

calendário, da natureza e do homem” (CHARTIER, 2004, p. 37).

Assim, neste último capítulo começo com as festas escolares, pois as compreendo como práticas produzidas, sobretudo no período de vigência do Estado Novo (1937-1945), com a “função simbólica” de rerepresentar “o novo”, de reforçar os ideais de uma nova Pátria, de um novo cidadão e de uma nova identidade nacional, ou seja, de um “novo nascimento” que deveria ser comemorado e (re) lembrado coletivamente, tanto no interior das escolas, quanto em outros espaços sociais.

Para Silva (2011), as comemorações relacionam-se ao ato de rememorar, pois “o ato festivo surge então como uma forma de mantermos vivos, episódios que desejamos “arquivar” em nossa memória” (SILVA, 2011, p. 17, grifo da autora). Portanto, compreendo que as festividades foram estratégias utilizadas pelo governo brasileiro, com o intuito de “manter viva” a identidade e a cultura nacional, propagando valores, sentimentos e ideais. Ainda em consonância com a autora, é possível dizer que o Estado:

Fez da escola um “lugar de memória” e especialmente de memória nacional. Nessa perspectiva, o Estado Novo buscou dominar a memória coletiva, o que compreendemos como uma forma de adestramento cultural, inventando novas tradições ou simplesmente reforçando as já existentes a partir de rituais comemorativos e, não raras vezes, de manifestações festivas. (SILVA, 2011, p. 18, grifos da autora).

A ação de “comemorar” no cotidiano da escola primária assumiu a função de internalizar o patriotismo e evitar o esquecimento dos feitos da história nacional, bem como de seus símbolos e de seus “heróis”. Os festejos marcaram o calendário escolar como tempos de aprendizados, de memórias e de cultos às tradições (re) inventadas, pois, segundo Cândido (2007, p. 64), “era necessário desencadear emoções, encontrar símbolos dos fatos que desejavam recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a eles com paixão. Era preciso fazer com que o povo amasse a pátria”.

Dessa maneira, aponto que o cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha foi marcado por diversas festividades que se constituíram como *ritos* da/na escola primária e mobilizaram “sentimentos” e “experiências” dos sujeitos que direta ou indiretamente as vivenciaram. As fotografias, o *Livro Atas Cívicas (1940-1951)* e o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, preservados no arquivo do Colégio, são documentos reveladores dessa realidade através dos quais a escola procurou ganhar “ainda maior visibilidade social” e reforçar “sentidos culturais compartilhados”, como destaca Souza (1998, p. 241).

As festas que foram produzidas na escola mantinham uma relação direta com os fatos sociais, políticos e históricos vividos em um tempo e um espaço determinado, com o intuito de “estabelecer redes, elos, cadeias sociais, voltados para civilizar comportamentos” (BOTO, 2014, p. 102). Nesse sentido, o Grupo Escolar Farroupilha instaurou ritos, produziu espetáculos e celebrou uma infinidade de datas comemorativas ao longo de sua trajetória institucional, em sua maioria de cunho cívico-patriótico como se pode observar no quadro a seguir.

Quadro 9 - Celebrações do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1949)

Mês	Celebrações do calendário do Grupo Escolar Farroupilha
Março	Abertura das aulas e Semana da Criança
Abril	Dia do Pan-americano, Aniversário de Getúlio Vargas (Dia do Índio) e Tiradentes
Maio	Dia do Trabalho, Dia das Mães e Abolição da Escravatura
Junho	Dia do Trigo e Batalha do Riachuelo
Julho	-
Agosto	Dia do Soldado
Setembro	Independência do Brasil, Dia da Árvore, Semana da Primavera, Dia do Gaúcho, IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, Dia do Estudante
Outubro	Descobrimto da América, Dia do Professor e Semana da Asa
Novembro	Liga da Defesa Nacional, Proclamação da República e Dia da Bandeira
Dezembro	Encerramento das aulas

Fonte: Livro Diário da Escola (1940-1944) e Livro Atas Cívicas (1940-1951). Secretaria do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS.

Como visto, em praticamente todos os meses a escola trabalhou com uma diversidade de datas comemorativas. Além das festas de abertura e encerramento do ano letivo, também celebrou datas em honra as mães, aos professores, as crianças, a natureza, ao trabalho e principalmente, aos símbolos, fatos históricos e heróis nacionais, dentre outras comemorações.

Sendo assim, seria possível afirmar que as festividades cívicas ocuparam uma centralidade no currículo e no cotidiano do Grupo Escolar, uma vez que “a formação da consciência nacional”, como aponta Peres (2000, p.316), era uma das tarefas “empreendidas por intelectuais, políticos, educadores e principalmente pela escola”, sobretudo durante o Estado Novo implantado por Vargas.

Um dos indícios que sinalizam para a formação desta consciência nacional, realizada pela escola pesquisada, pode ser percebido, entre outras fontes, a partir do texto denominado “*Como posso servir minha Pátria*”, da aluna Lilí Fetter, matriculada no 5º ano do Grupo Escolar, em 1943.

Poderei servir minha Pátria, procurando me tornar cada vez mais virtuosa, inculcando nos meus irmãos os deveres cívicos, o respeito ao nosso Pavilhão,

as autoridades, aos mestres e aos pais; fazendo, enfim, com que, desde pequeninos, aprendam amar a Deus e à Pátria, acima de tudo, para que saibam defendê-la quando forem maiores, como defenderam os bravos: Duque de Caxias, Tiradentes, D. Pedro I e muitos outros que por ela viveram, por ela lutaram e, por ela morreram (Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943. Livro Atas Cívicas (1940-1951) – ACEF).

O texto foi escolhido para compor o *Relatório da Comemoração da Independência do Brasil* de 1943 a ser enviado para a Secretaria de Educação do Estado. Certamente, a produção da aluna carrega as representações dos conteúdos trabalhados em sala de aula e nas demais práticas escolares vividas na instituição, pois, no documento, é possível identificar os “sentimentos” de virtude, de deveres cívicos, de respeito aos símbolos e aos heróis nacionais, bem com aos pais, aos professores e às autoridades, como também de amor a Deus e a Pátria, reforçando a força simbólica das práticas nacionalistas. Para Souza (1998, p. 259), as festividades escolares abarcam uma multiplicidade de significados, tornando-se “momentos especiais na vida das escolas e das cidades, momentos de integração e de consagração de valores – o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes”.

Vale assinalar que os festejos podem ser considerados como práticas para além do espaço escolar, sendo que muitos ultrapassavam os muros da escola e se estendiam para as ruas, para a Praça da Bandeira, para a Igreja Matriz do município de Farroupilha, entre outros espaços, integrando não só estudantes, professoras e familiares, mas uma parcela da comunidade farroupilhense, uma vez que nas palavras de Peres (2000, p.360) tais práticas “não eram atos desinteressados” e, possivelmente, contribuíram para a construção e para a difusão de uma memória nacional coletiva nesta localidade.

Pontuo, nesse contexto, que as festas produzidas pela instituição eram prescritas e controladas pela Secretaria de Educação do Estado, envolvendo dias de preparação e planejamento, contando com a participação das professoras, dos (as) alunos (as) e da direção da escola. Como já explicitado, ao final das celebrações, a instituição encaminhava à Secretaria um relatório contendo as motivações para o planejamento e os resultados dos festejos desenvolvidos. Além das prescrições estabelecidas pela Secretaria, em alguns momentos a escola também seguiu o programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal, como será possível observar no decorrer deste trabalho.

Segundo Bastos, nesse período, as festividades escolares eram amplamente incentivadas, “pois desenvolviam a disciplina e o senso de deveres para com a pátria, ao

mesmo tempo que evidenciavam a vinculação das ações escolares ao Estado Novo”. (BASTOS, 2005, p. 204). Um bom exemplo, para se ter uma ideia da relevância que as festividades assumiram no cotidiano das escolas estaduais, é o *Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado*, sendo que, no *Capítulo VII – Das Festas e Comemorações*, havia uma série de prescrições acerca das festividades escolares que procuravam, segundo o art. 44, “formar a consciência cívica nos escolares”.

Considerando esse objetivo, estabelecia-se que as datas nacionais deveriam ser comemoradas em todas as escolas de ensino primário com uma programação específica, contando com a presença da Bandeira e do Hino Nacional. O mesmo documento previa, no art. 48, que o programa seria “submetido à apreciação do Delegado Regional de Ensino, não sendo permitida a inclusão de novos números depois de aprovado”, o que denota certo controle por parte do Estado em relação ao que estava sendo trabalhado nas escolas primárias.

Com base nos pressupostos da Escola Nova, o *Regimento Interno* também propunha atividades para essas festas escolares, tais como dramatizações, audições musicais e literárias, bailados, exercícios de ginástica, jogos, cinema educativo, leituras, palestras e relatórios de trabalhos realizados em sala de aula. Ressalto que muitas dessas sugestões de atividades foram de fato realizadas no Grupo Escolar e “eternizadas” a partir dos registros escritos e das fotografias, uma vez que “confirmando, negando ou transfigurando o real, textos e imagens dizem ao historiador algo sobre a sua feitura ou leitura no tempo” (PESAVENTO, 2008b, p. 111).

A *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)* também foi um importante veículo de divulgação das datas que deveriam ser comemoradas nas escolas, pois, como apresenta Bastos (2005, p. 205):

Alguns editoriais e vários artigos da revista tinham por temática as festividades escolares, divulgando-lhes os objetivos, dados históricos, atividades apropriadas aos planos de trabalho; visavam cercar o professor de vários recursos para desenvolver a “participação ativa e consciente das crianças”.

Desse modo, como as professoras do Grupo Escolar liam e estudavam nos momentos de *Hora Pedagógica* alguns textos da Revista, pode ser que tenham buscando “inspiração” em suas páginas para planejar e executar algumas das festividades da escola.

Seguindo essa diretriz, dentre as várias festividades comemoradas no Grupo

Escolar Farroupilha durante a década de 40 do século XX, narro a seguir as representações em torno da *Semana da Pátria*, do *Dia da Árvore* e da *Primavera*, assim como da *Semana da Asa*. Com essa seleção, entretanto, não pretendo desconsiderar a relevância de outras celebrações que fizeram parte da historiografia da instituição pesquisada e que poderiam e mereceriam um estudo rigoroso e aprofundado, como as festas de abertura e de encerramento do ano letivo, as festas do *Dia da Criança*, do *Dia do Professor*, do *Dia do Soldado*, entre outras possibilidades, mas que ficarão para estudos posteriores.

4.1.1 Festejos da *Semana da Pátria*

A Semana da Pátria era um acontecimento, havia uma preparação [...] que levava assim a uma apresentação muito importante, muito animada dos alunos. E levada também..., era uma mensagem da escola à comunidade, que participava assistindo assim a todos os desfiles, a todos os acontecimentos.

(Olga Ramos Brentano, 1991, p. 9).

Considerando que o Grupo Escolar Farroupilha produziu, ao longo de seu processo histórico educacional, diversas “solenidades voltadas para a comunidade, tornando-a um eixo irradiador e difusor de costumes, de lembranças, de tradições e significados plenos no plano simbólico e pedagógico, mas também político” (LUCHESE, 2007, p. 323), neste subcapítulo teço considerações acerca dos festejos da *Semana da Pátria* elaborados pela instituição pesquisada durante a década de 1940 do século XX, um período historicamente marcado pelos discursos nacionalistas.

Assim, entre outras estratégias empregadas pelo governo com o objetivo de nacionalizar as novas gerações, destacam-se as festas escolares cívicas, como práticas que buscavam cooperar com a construção e com a propagação de uma memória nacional. Para Bencostta (2006, p.310), neste momento: “a festa escolar cívica perpetuava uma recordação, separava o que tinha importância e o que não era relevante para a história/memória dos alunos e para a fundação de sua identidade social”.

Nessa perspectiva, as festividades produzidas pelas escolas colocaram em destaque os símbolos, os fatos históricos, bem como os “heróis” nacionais e estaduais, ou seja, evidenciaram uma cultura proeminentemente *brasileira*, procurando “silenciar” as culturas diferenciadas desta representação, como as culturas étnicas existentes nas comunidades colonizadas por imigrantes e descendentes. Contudo, não é errôneo pensar

que essas festas cívicas adquiriram um significado “especial” em Farroupilha, assim como no Grupo Escolar, em virtude dos traços culturais e da forte presença da imigração no contexto do município, bem como da escola, como apresento no segundo e no terceiro capítulo.

De acordo com os registros do *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, foram muitas as festividades de cunho cívico-patriótico celebradas no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha. No entanto, pode-se dizer que as comemorações referentes à Independência do Brasil ganharam um maior destaque, envolvendo dias de preparação e um planejamento extenso, cumprido “com toda pompa, rigor e reverência” como sublinha Peres (2000, p. 360). Logo, isso não quer dizer que as outras festas não fossem organizadas com esse mesmo cuidado.

Geralmente, os festejos da *Semana da Pátria*, iniciavam no dia 31 de agosto ou 1º de setembro e seguiam até o dia 7, data da Independência do Brasil, contando uma programação especial sob a prescrição e o “controle” da Secretaria de Educação do Estado. Para iniciar a discussão em torno desta solenidade, reproduzo um trecho da programação da *Semana da Pátria* de 1940, referente aos dias 1 e 2 de setembro.

Segundo a *Ata das Comemorações da Semana da Pátria*, a programação, nesses dois dias, foi a seguinte:

Dia 1 – No dia primeiro do mês de setembro de mil novecentos e quarenta, às oito horas, no jardim em frente a este estabelecimento de ensino, presentes o Sr. Tenente Januário Dutra, Prefeito Municipal, Sr. Cesar Mantovani, sobprefeito do 1º distrito, Antão de Jesus Batista, Técnico da Secretaria da Agricultura, Tiro de Guerra 652, demais pessoas gradadas, corpo de professoras e alunos deste Grupo, foram iniciadas as comemorações da Semana da Pátria de 1940, com o hasteamento da *Bandeira* pelo Sr. Prefeito Municipal, ao som do *Hino Nacional*, cantado por todos os presentes. Após essa cerimônia, a Diretora do Estabelecimento, em longa alocução, apelou para os *sentimentos cívicos de todos*, a fim de que os festejos que ora se iniciam, tivessem um cunho de *vivo patriotismo*. A seguir, a professora Albertina Cibelli fez apreciada preleção. Em seguida foram postos em julgamento cartazes feitos pelos alunos, relativos ao verso de Bilac “Ama com fê e orgulho a terra em que nasceste”. Tirou o 1º lugar o cartaz confeccionado pelas alunas Elsa Postali, Ironi Boff e Maria Boscaino, do 3º ano. Terminado o programa relativo ao período da manhã do dia 1º, o colégio dirigiu-se à Praça da Bandeira, onde assistiu ao hasteamento do Pavilhão Nacional, do programa da Prefeitura Municipal. Às 18 horas, pelos alunos do Jardim de Infância, foi o arreamento da Bandeira, sendo por esse cantado o Hino à Bandeira. **Dia 2** - Às oito horas desse dia, o hasteamento da Bandeira foi feito por um aluno do 1º ano A, assistido pela Diretora, alunos desse ano e a professora regente da classe; foi cantado o Hino Nacional. Às treze horas, partiu para Caxias um grupo de 16 alunos sob a direção da professora Célia Corrêa Pinto Amado, a fim de tomar parte na grande parada em honra ao S. Exa. Sr. Coronel Cordeiro de Farias, Interventor Federal. Às 14 horas, concentração no Grupo e em seguida partida para área da Viação Férrea, onde foi recebido o Sr.

Coronel Interventor Federal, Dr. Coelho de Souza, D. Olga Acauan Gayer e Dr. Meireles Leite, em trânsito para Caxias. Às 18 horas, ao som do Hino à Bandeira, foi arreado o Pavilhão Nacional com a presença do 1º ano B, profs. C. Pesca e Alzira Finger e Diretora do Grupo (*Livro Atas Cívicas (1940-1951)*). Ata das Comemorações da Semana da Pátria, 1940 – ACEF, grifo meu).

Como visto, o *ritual* iniciou pela manhã e seguiu até o final da tarde com atividades que aconteceram no interior da escola e que se estenderam para outros espaços do município. No caso descrito, para a Viação Férrea e para a Praça da Bandeira, como também para além desses lugares, como o grupo de alunos que, juntamente com a professora Célia C. P. Amando, são conduzidos a Caxias para participar dos festejos naquele município.

Um fato observado, no fragmento acima, bem como em outros registros escritos e imagéticos referentes ao passado da instituição é a frequente presença dos diferentes Prefeitos do município nas solenidades produzidas pela escola, o que reforça ainda mais a “importância” desses momentos no cotidiano da instituição de ensino.

Entendo que a participação de pessoas “tão ilustres” da comunidade local era sinônimo de prestígio para a escola. Além disso, a presença dos Prefeitos também induz a pensar nas possíveis relações de poder existentes entre o município e a escola, ou mesmo na “união” de ambos em prol do *patriotismo* que deveria ser inculcado nas crianças e nos jovens farroupilhenses em consonância com as aspirações dos governos estadual e federal.

Como se pode notar, a *Bandeira* e o *Hino*, símbolos da Nação brasileira, não podiam faltar nas festividades da escola, pois eram elementos carregados de simbologia, visto que rememoravam a “Pátria amada”. Cumpre ressaltar que, além de serem afamados nas solenidades, esses símbolos eram cultuados diariamente na escola como forma de manter vivas as tradições e de fomentar os sentimentos cívicos. A professora Olga relembra que nesse período:

Havia uma preocupação em criar no aluno um sentimento de patriotismo. Eu até vou te dizer: quando os alunos cantavam o Hino Nacional, era exigido assim uma postura de respeito, que era acompanhada pelos professores, ou até exemplificada pelos professores e seguida pelos alunos. (BRENTANO, 1991, p. 9).

As lembranças da professora, do tempo em que ela atuou no Grupo Escolar, vão ao encontro das contribuições de Peres (2000, p. 315) que concluiu dizendo que: “As professoras primárias assumiam, de alguma forma, a tarefa de fazer da escola espaço de

propagação do discurso cívico-nacionalista”.

Um ponto interessante e que deve ser mencionado na transcrição anterior é a passagem pelo município do Interventor Federal, Oswaldo Cordeiro de Farias, do Secretário da Educação, José Pereira Coelho de Souza, e da Diretora Geral de Instrução Pública, Olga Acauan Gayer, na *Semana da Pátria* de 1940, mobilizando professoras e estudantes, bem como autoridades e uma parcela da comunidade local para o espaço da Estação Férrea com o intuito de saudá-los. Penso que o Prefeito municipal tenha incentivado a presença e a participação das escolas nesse dia, como forma de “dar a ver” aos representantes do Estado um município que, embora colonizado por estrangeiros e descendentes, buscava difundir e valorizar a cultura nacional. Evidente está que esta é a minha representação acerca do fato, sendo, entretanto, possível outros olhares e outras interpretações sobre ele.

De acordo com o *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, os demais dias da solenidade, seguiram uma programação similar, iniciando às 8 horas da manhã, com o canto do Hino Nacional e o hasteamento da Bandeira. Após este primeiro momento, ocorriam então, apresentação de dramatizações, de exercícios de educação física e de ginástica rítmica, de bailados, de cantos patrióticos, de poesias, bem como a realização de jogos e de exposições dos trabalhos realizados durante a semana no interior da escola. O dia de comemorações cívicas, normalmente se encerrava às 18 horas da tarde, com o “arreamento” da Bandeira.

Nessa *Ata de Comemorações*, ainda é possível verificar que, no dia 3 de setembro de 1940, foi inaugurada uma sala mobiliada para abrigar a *Biblioteca* da escola, sendo escolhido como patrono o escritor brasileiro Euclides da Cunha.¹²³ Importa esclarecer que, nesse período, há um crescimento das *Bibliotecas Escolares* no Estado, pois, conforme explica Peres (2000, p. 376), as *Bibliotecas* passaram de quatro, em 1940, para duzentos e sessenta e oito, em 1942, visto que:

O crescimento das *Bibliotecas* e dos *Clubes de Leitura* aponta para um movimento de (re) ordenação da leitura na escola primária. Ler melhor, ler mais, ler de forma mais rápida, ler para adquirir um volume maior de conhecimentos, ler de uma forma prazerosa, ler para acompanhar as mudanças do *mundo moderno*, foram algumas das preocupações em relação à

¹²³ Tenho ciência que o nome completo do escritor é *Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha*, mas vou me referir a ele em meu estudo como *Euclides da Cunha*. Segundo o site: <http://www.releituras.com/edacunha_bio.asp>, Euclides “nasceu em Cantagalo (RJ), no dia 20 de janeiro de 1866. Foi escritor, professor, sociólogo, repórter jornalístico e engenheiro, tendo se tornado famoso internacionalmente por sua obra-prima, “Os Sertões”, que retrata a Guerra dos Canudos”. Acesso em: 02/10/2015.

leitura escolar que se refletiram no aumento das *Bibliotecas* e dos *Clubes de Leituras*. (PERES, 2000, p. 376, grifos da autora).

Certamente a “escolha” do escritor Euclides da Cunha para ser o patrono da Biblioteca estava associada à valorização dos personagens da história nacional, já que ele era brasileiro e reconhecido internacionalmente pela obra *Os Sertões*.

Talvez o dia mais esperado dessa festividade escolar fosse o dia 7 de setembro, o *Dia da Pátria*. Dessa forma, a data contava com uma programação “à altura” de sua importância, como é possível notar na *Ata* reproduzida a seguir, referente ao ano de 1942, registrada com um conjunto significativo de detalhes que pretendiam “testemunhar” as particularidades dessa solenidade, com suas ações e seus sujeitos.

Dia 7 de setembro.

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e dois, às oito horas, neste Grupo Escolar, presentes as professoras Sílvia Jaconi, Diretora Célia Corrêa Pinto Amando, Luiza Gonçalves dos Santos, Albertina Cibelli, Olga Ramos de Oliveira, Gema C. Pesca, Hilda C. Rodrigues e alunos, foram solenemente iniciadas as comemorações da data da Independência do Brasil com o hasteamento da Bandeira pela aluna Gema De Bona, do 5º ano e canto do Hino Nacional. A seguir os alunos desfilaram em saudação à Bandeira. Às nove horas, com a presença das autoridades civis, militares e religiosas, diretora, professoras e alunos deste Grupo e toda a população foram desenvolvidos os programas organizados pela Secretaria da Educação e Cultura e Prefeitura Municipal, com as seguintes atividades: 1- Hasteamento do Pavilhão Nacional, na Praça da Bandeira e canto do Hino Nacional. 2- Parada da Mocidade. 3- Missa Campal, defronte à Prefeitura Municipal. Às 15, 30 horas, no Largo Damasceno Ferreira, foi feita uma demonstração de Educação Física por alunos deste estabelecimento de ensino, constando de: a) Branca de Neve e os Anões – número globalizado pelos alunos do Jardim de Infância; b) Ginástica rítmica por alunas dos 3º, 4º e 5º anos. Às 16 horas – Hora da Pátria na Praça da Bandeira. Nessa ocasião foi promulgado o código do bom brasileiro, feito o juramento de amor ao Brasil e cantado o Hino da Independência. Logo após, foi feita, pelo Dr. Nelson Schneider, D. D. Prefeito Municipal, a entrega dos prêmios que couberam aos alunos classificados no concurso da confecção da Bandeira Nacional, instituído pela Prefeitura, tendo alcançado o 1º lugar a aluna Elsa Postalí, do 5º ano deste Grupo. Às 17 horas, realizou-se no Clube local, um concurso de Oratória instituído pelo Dr. Juiz Municipal, onde participaram diversos alunos deste Grupo, cujo resultado ainda não foi apurado. Às 18 horas foi arreado o Pavilhão Nacional e cantado o Hino à Bandeira. E, para constar foi lavrada esta ata (*Livro Atas Comemorações (1942-1949)*). Ata das comemorações da Semana da Pátria de 1942 – ACEF).

Logicamente, assim como as fotografias, os documentos escritos da escola também não são neutros, pois são fabricados e preservados ao longo do tempo com alguma finalidade específica. Nesse sentido, “não podem ser considerados como um conjunto de informações dadas, que falam por si”, conforme reflete Luchese (2014, p. 151). Nessa lógica, compreendo que a *Ata* acima realmente apresenta os indícios da

programação desenvolvida no *Dia da Pátria* de 1942, mas tenho consciência de que outras práticas e outras situações foram produzidas e possivelmente não chegaram a ser registradas, uma vez que não poderiam fazer parte dos textos escritos, arquivados pelo “poder de escrita” (FOUCAULT, 2003, p. 157), já que esse documento deveria permanecer na escola, podendo, a qualquer momento, ser solicitado pela Delegacia Regional de Ensino ou mesmo pela Secretaria de Educação.

Além do mais, outro indicativo deste “poder de escrita” pode ser percebido nas linhas iniciais da *Ata*, sendo que ela começa apresentando as professoras presentes na solenidade, talvez como uma forma de “incentivar” e também de “controlar” a presença do quadro docente da instituição nesse ritual de civilidade.

Um fato aludido na transcrição realizada anteriormente e que merece destaque em meio às comemorações da *Semana da Pátria* se refere aos desfiles cívicos realizados pela instituição, contando com a participação da diretora, das professoras e dos estudantes do Grupo Escolar, bem como dos pais, de uma parcela da comunidade e das autoridades civis, militares e também religiosas.

Entendo, a partir de Bencostta (2006, p. 301), que os desfiles cívicos são construções sociais que manifestam “em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores”. Assim, o Grupo Escolar Farroupilha, por meio dessa prática, exaltou o amor à Pátria e disseminou o patriotismo para além dos muros da escola, como se pode notar na Figura 15.

A fotografia retrata a Parada da Mocidade, realizada na *Semana da Pátria* de 1942. Os desfiles cívicos no município aconteciam (como até hoje acontecem) na *Rua Coronel Pena de Moraes*, rua central da cidade, próxima ao Grupo Escolar Farroupilha, como se pode observar ao fundo da imagem (1). Assim, as escolas e as demais instituições partiam do início da *Rua Coronel* e seguiam desfilando até a Prefeitura Municipal, onde eram aguardadas pelas autoridades locais.

A partir da foto é possível dizer que uma parte da comunidade farroupilhense participava assistindo os desfiles das calçadas e das janelas de casas próximas à *Rua*. Em virtude das roupas das pessoas que prestigiavam aquele momento, entendo que o desfile de 1942 tenha ocorrido em um dia frio de inverno.

Na parte central da Figura 15, estão alunos (as) e professoras do Grupo Escolar devidamente posicionados e uniformizados. Nas mãos parecem portar bandeirolas do Brasil. Sobre as *paradas cívicas*, Peres considera que significavam “verdadeiramente

um “cartão postal” do trabalho desenvolvido pela educação escolar, especialmente no período da **nacionalização do ensino**” (PERES, 2000, p. 364, grifos da autora).

Figura 15- Parada da Mocidade, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Assim, uma maneira de demonstrar à população e às autoridades o trabalho e o empenho da escola em prol da construção da Nação brasileira, desfilou no dia 7 de setembro o *Pelotão de Saúde* da escola, uma *instituição* organizada no interior do Grupo Escolar Farroupilha sob a prescrição da Secretaria de Educação do Estado. Tendo como base a pesquisa de Peres (2000, p.376), compreendo que o *Pelotão de Saúde* “era considerado uma *instituição* de caráter assistencial e higiênica” que tinha como objetivo desenvolver nos estudantes e nas suas famílias princípios de higiene para uma vida saudável. Assim, a partir da Figura 16, reforço a presença do *Pelotão de Saúde* no cotidiano da escola, bem como no desfile da *Semana da Pátria* de 1942.

Compreendo que as alunas presentes na fotografia, assim como os alunos posicionados mais atrás, eram representantes do *Pelotão de Saúde* do Grupo Escolar,

uma vez que essa *instituição de ensino*¹²⁴ era constituída “pelos alunos da escola que se interessassem por tais questões, sob a responsabilidade de um professor-orientador, auxiliado por monitores (dois monitores por classe, um de cada sexo)” (PERES, 2000, p.376). A aluna vestida de enfermeira, carregando uma maleta com o símbolo da cruz vermelha, simboliza para a atuação do *Pelotão* e fortalece a importância dos preceitos higiênicos neste período.

Figura 16- Pelotão de Saúde, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Ainda de acordo com Peres (2000), o *Pelotão de Saúde* sugeria, no interior da escola, o *esclarecimento* e o *debate* em torno dos primeiros socorros em caso de acidentes, assim como dos temas envolvendo a alimentação, as doenças, os dentes, a higiene das mãos, os cuidados com o corpo, entre outros.¹²⁵ Desse modo, como reflete

¹²⁴ Termo utilizado no Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado, Decreto nº 7. 929, de 30 de agosto de 1939 – Capítulo XII, para fazer referência às associações escolares, entre elas o Pelotão de Saúde, instituídas no interior das escolas gaúchas a partir desse ano.

¹²⁵ Ver Peres (2000, p. 377).

Stephanou,¹²⁶ à escola:

Estava reservado o papel de formar crianças e jovens, futuros cidadãos, produzindo práticas individuais e coletivas, associadas aos propósitos de constituição de sujeitos ocupados com sua higiene e sua saúde, seja pela ruptura face aos hábitos perniciosos herdados da família, seja pela conservação de práticas salutaras, acrescidas de novas formas de ser e de pensar, esboçadas pelos médicos a partir da ciência e dos ideais de civilização e urbanidade. (STEPHANOU, 2011, p. 150).

É possível inferir, a partir da *Ata das comemorações da Semana da Pátria* de 1942,¹²⁷ que a instituição escolar seguia os programas organizados pela Secretaria da Educação e Cultura, mas também pela Prefeitura Municipal, sendo que essa última estabelecia um “roteiro” repleto de ações voltadas à comunidade do município e às escolas, pois os “brasileiros de Farroupilha” deveriam “demonstrar vossos sentimentos patrióticos, assistindo, religiosamente aos festejos da SEMANA DA PÁTRIA”, como determinava a programação dessa solenidade, em 1943.

Cumprir destacar que a citação acima foi extraída de um *folhetim*, possivelmente distribuído para as escolas e para a população farroupilhense, uma vez que se encontra anexado no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, do ACEF, juntamente com o *Relatório da Comemoração da Independência do Brasil*, do ano de 1943, enviado à Secretaria de Educação do Estado. Ressalto que o *folhetim*, é uma fonte interessantíssima para se ter uma ideia da relevância que tal festividade cívica ocupou no município e no interior do Grupo Escolar. A leitura desse documento suscitou reflexões importantes e, por isso, o documento não poderia passar despercebido em meu estudo.

O *folhetim*, publicado pela *Livraria Brentano*, em 10 de agosto de 1943, apresentava a programação completa¹²⁸ das comemorações da *Semana da Pátria* no município. Sendo assim, de acordo como o documento, os festejos em honra à Pátria do referido ano, constaram de: missa na Igreja Matriz, missa campal em honra a Nossa Senhora Aparecida, homenagem aos brasileiros mortos em defesa da Nação, ocorrida no Cinema Guarani, desfile cívico (Parada da Mocidade), Hora da Arte, sessão cinematográfica, festividades desportivas, partida de futebol, Parada Militar com o *Tiro de Guerra 652*, marcha luminosa, cerimônia da extinção do Fogo simbólico na Igreja

¹²⁶ Acerca dos discursos médicos e a educação sanitárias nas escolas brasileiras sugiro ver Stephanou (2011).

¹²⁷ Presente no *Livro Atas Comemorações (1942-1949)* do ACEF.

¹²⁸ Destaco que não localizei indícios que me permitissem dizer se esta programação da *Semana da Pátria* foi uma “invenção” da Prefeitura local ou se seguia as determinações advindas do governo estadual ou mesmo federal.

Matriz, hasteamento e arreamento da Bandeira Nacional, ações realizadas nos distritos do município, assim como no interior do Grupo Escolar Farroupilha e da Escola Nossa Senhora de Lourdes.

Além disso, o mesmo documento recomendava a adoção de algumas práticas simbólicas que deveriam ser seguidas pela comunidade na *Semana da Pátria*, assim verificadas no trecho a seguir:

RECOMENDAÇÕES À POPULAÇÃO – SOLICITA-SE:

As exmas. famílias e aos estabelecimentos em geral, o hasteamento da Bandeira Nacional, nos 7 dias da Semana da Pátria e a iluminação dos prédios nas noites de 31 de Agosto e 6 e 7 de setembro, bem como o engalanamento das frentes das casas. O uso, generalizado, durante os 7 dias, das cores nacionais, na lapela.¹²⁹ O máximo comparecimento de todos, às festividades da semana, dando assim testemunho de verdadeiro amor patriótico. Sintonização dos rádios para as emissoras nacionais. À zero hora de 1º de setembro, toque vibrante dos sinos, buzinas, etc. Lançamento de flores, confetes, etc., durante os desfiles, na zona de percurso. O uso de bandeirinhas nos veículos do município. Nos templos, orações pela felicidade do Brasil. A toda população e especialmente aos estabelecimentos de ensino, o culto aos heróis, mestres e sábios, cujos nomes estão ligados à História da Pátria (*Livro Atas Cívicas (1940-1951)*). Programação da Semana da Pátria do município de Farroupilha, referente ao ano de 1943 – ACEF).

Como se pode observar, havia uma preocupação por parte da Prefeitura Municipal em tornar essa festividade um verdadeiro ritual de adoração e respeito à Pátria brasileira, envolvendo um conjunto de ações voltadas à comunidade farroupilhense, com o intuito de favorecer a construção de uma memória coletiva nacional, permeada por valores cívicos, religiosos e políticos em uma localidade que, como já referido, mantinha seus traços culturais étnicos.

O próprio fato de estender esta “grande festa” para os distritos de Farroupilha que abrigavam neste período uma maior população de imigrantes e descendentes, sobretudo de italianos e de alemães, já é um indicativo da intenção nacionalista do festejo. No entanto, considero que nem todas as pessoas deixaram-se envolver pelas celebrações cívicas empreendidas pela Prefeitura e pelo Estado e, certamente, existiram aqueles que resistiram, contestaram e se mantiveram indiferentes a esse patriotismo propagado.

Além da programação diária privilegiando diferentes espaços e atividades no contexto do município, a Prefeitura ainda recomendava uma série de modificações na rotina da população durante os sete dias de evento como a iluminação dos prédios em

¹²⁹Segundo o site: < <http://www.dicio.com.br/lapela/>>, lapela significa: “Num casaco, a parte anterior ou superior que se encontra virada para o lado de fora”. Acesso em: 05/10/2015.

algumas noites da *Semana*, a decoração das casas e dos carros, como também o uso das cores nacionais nas roupas, o contato com as emissoras de rádio brasileiras, o lançamento de flores e confetes durante os desfiles cívicos, as orações nos *templos* religiosos, o ensino de história nas escolas, cultuando os heróis, os fatos e os símbolos ligados ao Brasil, assim como o comparecimento dos farroupilhenses às festividades da semana comprovando “o verdadeiro amor patriótico”.

Diante desses vestígios, a representação que faço é a de que o poder municipal procurava inculcar de todas as maneiras possíveis os sentimentos cívicos na população, fazendo com que Farroupilha se “vestisse” de verde e amarelo para celebrar, evocar e idolatrar a Pátria Nacional. Assim, foram utilizados diferentes espaços, instituições, símbolos e práticas para educar social e moralmente a comunidade, ou uma parcela dela.

Entre as instituições existentes, como já mencionado, evidenciaram-se o Grupo Escolar Farroupilha e a Escola Nossa Senhora de Lourdes, como se observa na transcrição abaixo, um recorte do impresso trabalhado nos últimos parágrafos.

Quadro 10 - Programação da Semana da Pátria de Farroupilha, 1943

<p><u>SEMANA DA PÁTRIA</u> Em Farroupilha – Ano 1943</p> <p><u>PROGRAMA</u></p>	
<p>Dia 1º de setembro – Quarta-feira</p> <p>Às 9 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional na Praça da Bandeira, pelo Sr. Prefeito Municipal, com o comparecimento de toda a população da cidade. Falará um orador.</p> <p>Às 9, 15 horas – Missa em sufrágio dos brasileiros mortos em defesa da Pátria.</p> <p>Às 10 horas – Cerimônia cívica no Grupo Escolar, obedecendo à solicitação da Secretaria de Educação e Cultura.</p> <p>Às 18 horas – Arreamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 20, 30 horas – Sessão solene, em HOMENAGEM AOS BRASILEIROS MORTOS PELA CAUSA DA LIBERDADE, no Cinema Guarani. Diversos oradores.</p> <p>Dia 2 de setembro – Quinta-feira</p> <p>Às 9 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional.</p> <p>Às 10 horas – Festividade cívica em Jansen. Sede do 2º distrito, com a presença de autoridades desta cidade e da turma do Tiro de Guerra 652.</p> <p>Às 14, 30 horas – Demonstração de Educação Física, no Grupo Escolar.</p> <p>Às 18 horas – Arreamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Dia 3 de setembro – Sexta-feira</p> <p>Às 9 horas – Hasteamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 10 horas – Festividade na Escola Nossa Senhora de Lourdes.</p> <p>Às 15 horas – Festividade cívica em Cajuru, sede do 3º distrito, com a presença de autoridades desta cidade e da turma do Tiro de Guerra 652.</p> <p>Às 18 horas – Arreamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 20,30 horas – Hora Cívica no Grupo Escolar.</p> <p style="text-align: center;">PARADA DA MOCIDADE</p> <p>Dia 4 de setembro – Sábado</p> <p>Às 9 horas – Hasteamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 9, 30 horas – Concentração para o desfile, defronte ao Grupo Escolar.</p> <p>Às 10 horas – PARADA DA MOCIDADE. Tiro de Guerra 652, Destacamento da Brigada Militar, Curso de Enfermagem, Estabelecimentos de Ensino, Associações em geral, Comércio</p>	<p>e Indústria. Orientação: Ten. Armando Silva, auxiliado pela professora de Educação Física do Grupo Escolar e pelo comandante do Departamento da Brigada Militar. Percurso: Ruas da República, Rui Barbosa, Pena de Moraes, Julio de Castilhos e Independência.</p> <p>Às 18 horas – Arreamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 20, 30 horas – Hora da arte e sessão cinematográfica, oferecida à população pelo Governo Municipal.</p> <p>Dia 6 de setembro – Segunda-feira</p> <p>Às 9 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional.</p> <p>Às 10 horas – Cerimônia interna no Grupo Escolar de acordo com o Programa da Secretaria de Educação e Cultura.</p> <p>Às 14, 30 horas - Festividade cívica em Emboaba. Sede do 4º distrito, com a presença de autoridades desta cidade e da turma do Tiro de Guerra 652.</p> <p>Às 18 horas – Arreamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 20, 30 horas – Homenagem às Américas e entrega dos diplomas da corrida do Fogo Simbólico de 1942, no Cinema Guarani.</p> <p style="text-align: center;">DIA DA PÁTRIA</p> <p>Dia 7 de setembro – Terça-feira</p> <p>Às 9 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional.</p> <p>Às 10 horas – Missa campal em honra a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, na Praça da Bandeira (A realização dessa solenidade, nesse local escolhido, dependerá das condições climáticas).</p> <p>Às 15 horas – Parada Militar - Tiro de Guerra 652. Destacamento da Brigada Militar e Reservistas em geral.</p> <p>Às 16 horas – “HORA DA PÁTRIA” – Com a assistência de toda a população falará um orador. A seguir será rezado na Igreja Matriz um solene TE-DEUM.</p> <p>Às 18 horas – Arreamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 20, 30 horas – Marcha Luminosa pelas principais ruas da cidade.</p> <p>Às 22 horas – Cerimônia de extinção do Fogo Simbólico, na Igreja Matriz.</p>

Fonte: (Livro Atas Cívicas (1940-1951). Programação da Semana da Pátria do município de Farroupilha, referente ao ano de 1943 – ACEF. Grifos do documento.

Dessa maneira, entendo que as escolas realizavam as suas comemorações em honra à Pátria, mas também eram “convidadas” a participar das celebrações organizadas pelo município. Assim, como se percebe no quadro 10, as demonstrações de educação física pelos alunos do Grupo Escolar Farroupilha também faziam parte dos festejos da *Semana da Pátria*, sendo que, no ano de 1943, ocorreram, no dia 2 de setembro, quinta-feira, às 14h30min, no interior da instituição.

A partir do quadro acima e das fotografias do Grupo Escolar presentes no ACEF, pude constatar que as demonstrações de educação física e de ginástica rítmica fizeram parte do cotidiano da escola, especialmente em meio às comemorações da *Semana da Pátria*. Nesse sentido, a Figura 17 é representativa dessa afirmação.

Figura 17- Demonstração de exercícios de Educação Física, 1944



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Na imagem, se tem o registro de um exercício de educação física, praticado no pátio da escola por alguns alunos e alunas da instituição, uma vez que, pela altura deles, entendo que sejam estudantes do 5º ano do Curso Primário. Nota-se que todos estão devidamente calçados e uniformizados, assim como a maioria mantém a postura ensaiada e exigida, porém, dois alunos parecem “fugir” à regra.

A menina (1) está deslocada da fila, dando a impressão de estar chegando à cena na hora da fotografia. No entanto, não há como verificar se está com as mãos na cintura como as demais colegas. O menino (2), segundo aluno da fileira ao centro da imagem, aparenta estar em movimento, como se estivesse abaixando ou levantado em um

momento impróprio, destoando da posição dos colegas, “quebrando” assim a ordem imposta, sem a intenção ou mesmo de forma proposital.

Os exercícios de educação física e de ginástica rítmica tinham como propósito desenvolver os cuidados e o disciplinamento do corpo, essenciais à formação do novo cidadão brasileiro. Segundo aponta Bastos (2005), a *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)* publicou diversos artigos envolvendo a temática da educação física no contexto escolar, destacando a importância de sua aplicação junto aos alunos, “preenchendo as seguintes finalidades: saúde, desenvolvimento neuromuscular, recreação, aperfeiçoamento de qualidades sociais e motoras” (BASTOS, 2005, p. 289).

Provavelmente, as professoras do Grupo Escolar Farroupilha buscaram inspiração e apoio nessa *Revista* para (re) criar os exercícios de educação física e de ginásticas e, depois, reproduzir junto aos alunos. Cabe ressaltar que os jogos de vôlei também fizeram parte dos festejos da *Semana da Pátria* na escola, uma vez que mantinham as mesmas finalidades expostas acima, além de incentivar o trabalho em equipe e a adoção de regras em prol de um objetivo comum. Essa prática, de certa forma, também relacionava-se com as intenções nacionalistas do governo ditatorial de Vargas.

Além dos desfiles cívicos e das demonstrações de educação física, a escola pesquisada produziu diversas atividades no seu espaço, voltadas à construção da identidade nacional, com base nas prescrições estabelecidas no *Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado*, na *Revista do Ensino* e nas circulares expedidas pela Secretaria de Educação. Entre essas atividades, destaco as apresentações teatrais, frequentemente utilizadas pelas professoras para compor os festejos da escola, sendo que as dramatizações abrangiam especialmente os conhecimentos morais, cívicos, históricos, geográficos, artísticos e linguísticos em um mesmo palco.

A próxima figura que apresento é um bom exemplo do valor educativo que assumiam as peças teatrais no interior da escola. A imagem se refere à *Semana da Pátria* do ano de 1946 em que os alunos do Jardim de Infância, possivelmente encenam o momento histórico da Independência do Brasil. Nota-se que quem produziu o momento do registro foi cuidadoso ao apresentar o cenário e ao posicionar nele as crianças. O olhar dos (as) alunos (as) direcionados para a câmera também reforça a intencionalidade da fotografia.

Pela presença do palco, ao fundo da imagem, penso que a apresentação tenha ocorrido no salão de festas do Grupo Escolar, espaço que, normalmente, sediava as

principais solenidades da escola. Nesse cenário, pode-se identificar um pequeno quadro da Bandeira Nacional anexado à parede, bem como um quadro negro decorado para a ocasião junto ao mapa do Brasil com os dizeres: “Brasil! Gigante dos gigantes!”.

Abaixo dessa frase, há mais alguns escritos, porém, em virtude da qualidade da foto, não foi possível defini-los. Ao centro da Figura 18, percebe-se um aluno trajado de Dom Pedro I, ladeado pela sua corte, composta pelas colegas devidamente caracterizadas com vestidos longos, cabelos presos e portando alguns acessórios, como a aluna que segura o leque.

Figura 18- Jardim de infância, 1946



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Assim, por meio dos diálogos, das ações e da caracterização do cenário e dos atores, as peças teatrais podem ser entendidas como práticas escolares que permitiam à escola mostrar, por meio da arte, o trabalho desenvolvido às famílias e à sociedade. Além disso, serviram também para difundir uma cultura cívica, privilegiando símbolos, personalidades e datas históricas para o país. Como se pode notar, o contato com a

história do Brasil e os sentimentos de amor à Pátria iniciavam ainda nos primeiros anos da escola, pois era preciso civilizar desde cedo as novas gerações.

Como já mencionado, ao final das comemorações cívicas, as escolas estaduais deveriam enviar à Secretaria de Educação um relatório contendo os resultados dos festejos. Sendo assim, localizei no ACEF os relatórios produzidos pela direção da escola nos anos de 1943, 1944 e 1946.¹³⁰ Optei, entretanto, por centralizar a análise em torno do *Relatório da Comemoração da Independência do Brasil*, referente ao ano de 1943, pois esse documento apresenta um conjunto maior de informações relacionadas a essa festividade escolar, uma vez que descreve a importância dos momentos de preparação que antecederam a solenidade, a programação geral, os resultados, bem como cópias de textos, poemas e juramentos realizados pelos alunos, minuciosamente selecionados para compor o *Relatório*.

Assim, segundo a escola, os momentos de planejamento e preparação eram muito importantes, tendo em vista a finalidade que se almeja com a festa da *Semana da Pátria*:

Criar no aluno a consciência de sua nacionalidade, com todos os seus deveres e direitos, especialmente os primeiros. É esse o motivo da nossa preocupação em preparar os alunos, convenientemente, para que, durante os 7 dias de intensa vibração cívica da “Semana da Pátria”, pudessem, conscientemente, alcançar o significado das comemorações (*Livro Atas Cívicas (1940-1951)*). (*Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943 – ACEF*).

O mesmo *Relatório* destaca que a escola trabalhou de uma maneira “intensa” a História do Brasil, explicando para os (as) alunos (as):

Os fatos que imortalizaram brasileiros ilustres, ressaltado a importância e utilidade dos mesmos na vida da Pátria; estudou-se com carinho as virtudes cívicas que fazem do homem um perfeito cidadão, usando-se, para isso, os 11 itens que compõe, o código de Bom Brasileiro; incentivou-se nos alunos o sentimento de orgulho de ser brasileiro, fazendo-lhe conhecer nossas tradições, nossas possibilidades, a riqueza do Brasil e o futuro que o espera; demonstrou-se, com clareza e simplicidade, as razões porque o Brasil está em guerra e a forma pela qual a criança pode cooperar para a vitória final (*Livro Atas Cívicas (1940-1951)*). (*Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943 – ACEF*).

Quanto às comemorações efetivadas em 1943, a escola ressalta no documento a “perfeita cooperação e união” entre o Grupo Escolar e a Prefeitura Municipal na organização e na execução das festas cívicas, como já constatado no decorrer da

¹³⁰ Aponto que os três relatórios estão anexados no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)* do ACEF.

pesquisa. Além de registrar as presenças do Prefeito e do Juiz Municipal, dos membros do Núcleo da Liga de Defesa Nacional, do Delegado e demais representantes do Clero em praticamente todas as cerimônias realizadas no interior da instituição.

Em relação aos resultados, a Diretora Silvia Jaconi, que na época redigiu o relatório, menciona que:

Nas comemorações deste ano, por influência da fase preparatória que me referi acima, obtivemos resultados surpreendentes. O garbo, satisfação e disciplina nos desfiles chamavam a atenção de todos, especialmente das autoridades. Notava-se em todos os alunos a compenetração de quem tem consciência do que está fazendo. A frequência foi das mais altas, até agora verificadas (*Livro Atas Cívicas (1940-1951). Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943 – ACEF*).

A escrita do documento deixa evidente as relações de poder que o atravessam, posto que o Relatório era uma forma de mostrar ao Estado as ações realizadas pela escola em favor da nacionalização do ensino. Ainda, ao relacionar este indício com as demais fontes analisadas até o presente momento, como fotografias, atas, relatos orais, entre outras, compreendo que, de fato, a escola contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência cívica nos seus alunos, sobretudo por meio da disciplina de História e das festas escolares.

Assim, finalizo este texto com o *Juramento de Amor ao Brasil*, escrito pela aluna Aramis J. Batista, do 5º ano, em meio às atividades desenvolvidas na *Semana da Pátria* de 1943.

Juro amar, com todas as forças da minha alma, a terra em que nasci, devotando todos os meus esforços para o seu engrandecimento, sua prosperidade e seu progresso (*Livro Atas Cívicas (1940-1951). Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943 – ACEF*).

Como visto, esse fragmento exprime os sentimentos amplamente difundidos na escola em relação ao amor “incondicional” à *Mãe Pátria*.

4.1.2 Festejos do *Dia da Árvore* e da *Primavera*

Os alunos do 1º ano e Jardim de Infância realizaram uma excursão à Praça da Bandeira, a fim de observarem a natureza na entrada da Primavera, acompanhados pelas professoras Silvia Jaconi, Diretora, Gema C. Pesca e Célia Corrêa Pinto Armando.

(*Livro Diário da Escola, setembro de 1942*)¹³¹.

Por meio da pesquisa realizada, é possível dizer que as comemorações em torno do *Dia da Árvore* fizeram parte do cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha, constituindo-se como verdadeiros rituais de exaltação e respeito à natureza, sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945), uma vez que essa festividade estava associada aos sentimentos de valorização e de pertencimento à Pátria, considerados essenciais na formação das novas gerações.

Assim, pode-se pensar que o governo de Vargas, mediante a realização dessa celebração, buscou enaltecer o patriotismo no interior das instituições escolares e reforçar a “importância da preservação da vegetação para o progresso ou para o empobrecimento do país” como assinala Cândido (2007, p. 131),¹³² bem como ressaltar “a grandeza do país em relação ao seu meio natural”, como aponta Peres (2000, p. 305).

Cabe destacar que as celebrações do *Dia da Árvore* já faziam parte do calendário escolar ainda no período da Primeira República no Brasil, como indicam as pesquisas de Souza (1998) e de Cândido (2007), mas elas se acentuaram durante o período estadonovista. Porém, entendo que esta festa não foi uma invenção da escola primária ou do governo republicano, mas sim, uma *apropriação cultural* que pode estar assentada em outras celebrações difundidas na França e nos Estados Unidos, no decorrer dos séculos anteriores, bem como em Portugal no início do século XX.

Na França, “uma das festas cívicas fomentadas pela Revolução Francesa foi a festa da árvore” como enfatiza Rodrigues (2010, p. 98).¹³³ Nas palavras de Cândido, essa festividade:

Foi instituída pelos revolucionários franceses como símbolo de renovação social que o novo regime político almejava instaurar. A árvore representava a perpétua regeneração do mundo social, e foi considerada pela revolução como o símbolo de liberdade. (CÂNDIDO, 2007, p. 133).

Rodrigues (2010) também destaca o *Arbor Day* comemorado pela primeira vez no Estado norte-americano de Nebraska. Segundo a autora:

Essa iniciativa, que rapidamente alastraria a outros estados americanos (tendo a partir de 1855 sido instituído como feriado estadual) e a outros países, consistia na plantação de árvores e em ações de propaganda sobre os

¹³¹ Documento localizado no ACEF – Farroupilha/RS.

¹³² Indico o estudo de Cândido (2007) acerca das festividades nas escolas públicas paulistas e de Silva (2011) em relação às festas e comemorações cívicas na Paraíba.

¹³³ Recomendo o estudo de Rodrigues (2010) sobre a festa da árvore em Portugal.

benefícios da arborização, sendo mobilizadas, para o efeito, instituições públicas, organizações agrícolas e particulares. Assim nascia uma forma festiva de fazer a reflorestação de uma nação e o meio de assegurar, ao solo do país, a cultura de melhores espécies. (RODRIGUES, 2010, p. 100).

Depois, já no século XX, Cândido (2007, p. 133) demarca que em Portugal “a festa da árvore foi criada pelos republicanos nos últimos anos da monarquia. Várias fontes confirmam o ano de 1907 como pioneiro nas comemorações da festa da árvore”, cujo objetivo principal visava a desenvolver a “doutrinação política e ideológica, na medida em que se pretendia, através dela, influenciar e impregnar os cidadãos do espírito da república” (CÂNDIDO, 2007, p. 133-134), o que denota as similaridades com as intenções do governo brasileiro ao propagar essa celebração no país.

Considero que, talvez, tais festividades possam ter servido de modelo ao governo do Brasil para a difusão do *Dia da Árvore* no cotidiano das escolas brasileiras. Assim, compreendo que esta é uma “das práticas de apropriação cultural” nos dizeres de Chartier (2002, p. 28), utilizadas para dar sentido a uma instituição escolar que, a partir da instalação da República, deveria atender “os ideais que propunham construir uma nova nação baseada em pressupostos civilizatórios” (BENCOSTTA, 2011, p. 68), acima de tudo pautados nos modelos de escolarização americana e europeia.

Cândido (2007, p. 135, grifo da autora) destaca que, no Estado de São Paulo, “a primeira Festa da Árvore foi noticiada pela *Revista de Ensino* em agosto de 1902, em um artigo intitulado *Arbor Day*” e foi comemorada no ano seguinte, em vários municípios paulistas. Desta maneira, pode ser que, a partir das ações deste Estado e da divulgação da *Revista de Ensino*, essa prática se expandiu para outros espaços do território nacional.

No Rio Grande do Sul, como é possível perceber a partir das pesquisas de Peres (2000), de Bastos (2005) e de Quadros (2006), bem como a partir dos registros contidos no *Regimento Interno das Escolas Primária do Estado (1939)*, no *Programa de Ensino das Escolas Primárias do Estado (1939)* e nos documentos produzidos no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha, tais como as fotografias e o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, há, contudo, durante o Estado Novo, uma ênfase nos conhecimentos naturais e nas celebrações em torno do *Dia da Árvore*, entretanto não verifiquei a recorrência desta festividade no período anterior (final dos anos 30 do século XX). Conforme Peres (2000, p. 301), esta ênfase “era resultado de um programa educativo que pretendia harmonizar os sujeitos com o seu meio local e natural, enfatizando as contribuições das

riquezas naturais e das atividades agrícolas para as comunidades” gaúchas.

Desta maneira, compreendo que o Grupo Escolar Farroupilha, nesse período histórico, reforçou em seu cotidiano os sentimentos de amor à Pátria e exaltou os cuidados e a valorização acerca das riquezas da natureza para o progresso do país e da região em que se localizava. Sendo assim, destaco que o culto às árvores, dentro e fora dos muros da escola, teve um significado especial, uma vez que, até a década de 1940, a maioria da população farroupilhense morava no campo e, mesmo com o crescimento da industrialização, grande parte da renda gerada pelo município aos cofres públicos do Estado advinha da área campestre, especialmente do cultivo da uva e da produção de vinhos e de cereais. Assim, os conhecimentos relacionados à natureza, não só na escola, mas no contexto da cidade eram considerados importantes e necessários nesta realidade.

Para comemorar o *Dia da Árvore*, em 1940, a escola organizou a seguinte programação:

Programa para as comemorações do “Dia da Árvore”.

1-9horas – Início da solenidade com o Hino Nacional; 2- Plantio de uma macieira no pomar do Clube Agrícola, ao som do Hino à Árvore, contado por todos; 3- Palestra pela professora Albertina Cibelli; 4- Recitativo pela aluna do 1º ano A; 5- Recitativo pela aluna Eradi Bartele do 2º ano B; 6- Amanhecer, poesia, pela aluna Irá Grendene, do 2º ano A; 7- Diálogo – pelas alunas do Jardim de Infância Miriam Fetter e Nelci Klein; 8- Copa de árvore, poesia, pelos alunos do Jardim de Infância; 9- A árvore, poesia, pela aluna Lourdes Lazare, do 2º ano A; 10- Canção Infantil, pelos alunos do 1º ano A e 1º ano B; 11- Visita aos corredores – ornamentados com cartazes feitos pelos alunos e vasos com folhagens; 12- Apresentação dos trabalhos realizados durante a semana: 3º ano – 2 álbuns e 1 quadro; 4º ano – 1 álbum e 1 cartaz; 6º e 5º ano – 5 cartazes; 2º ano B – 3 quadros; 1º ano - 3 quadros. Todos os alunos plantarão, em casa, uma árvore. (*Livro Diário da Escola (1940-1944)* – 21 de setembro de 1940 - ACEF).

Como se observa, o planejamento contou com o envolvimento e a participação de todas as turmas do Curso Primário da escola. O *ritual*, em consonância com as prescrições advindas do *Regimento Interno das Escolas Primária do Estado*, iniciou com o canto do Hino Nacional, em seguida ocorreu o plantio de uma árvore no interior da escola, em um espaço destinado às atividades do Clube Agrícola, prática comum nas comemorações do *Dia da Árvore*.

Depois, após a fala da professora Albertina Cibelli, segue-se a solenidade com diversas atividades que abarcavam poesias, teatros, canções, apreciação de cartazes, álbuns, quadros e vasos de flores, produzidos pelas diferentes turmas e suas respectivas professoras, uma vez que resultavam dos “trabalhos realizados durante a semana”, como é possível verificar no trecho da *Ata* transcrita acima.

Logo, essas atividades estavam de acordo com os ideais da Escola Nova, já que “os hinos, as poesias, os textos, os discursos buscavam incitar o espírito, isto é, a intuição, o coração, a razão e a vontade na sua essência qualitativa” assim como sugeria este movimento (CÂNDIDO, 2007, p. 139).

A programação nesse dia ainda contou com uma excursão de todas as turmas até o Campo de Cooperação¹³⁴ do município de Farroupilha, com o intuito de desenvolver as ações abaixo:

- 1- Plantio de uma árvore – canto do Hino à Árvore.
- 2- Dramatizações, pelos alunos do 3º ano: “O espinafre” e “A palestra das Árvores”.
- 3- Palestra pelo aluno Wilson Tartarotti – presidente do Clube Agrícola.
- 4- Oração à Árvore – pela aluna Hilda Botonini do 5º ano; Elsa Postali – A árvore – poesia - do 3º ano.
- 5- A árvore – palestra pela aluna Inês Grendene, Tesoureira do Clube Agrícola.
- 6- As estações – poesia – pela aluna Nela Seben, do 3º ano.
- 7- Relatório das atividades do Clube Agrícola, realizadas pelos alunos do 5º e 6º ano, pelo aluno Isae C. Rodrigues – Almojarife do Clube. Encerramento da solenidade com canto do Hino Nacional. (*Livro Diário da Escola (1940-1944)* – 21 de setembro de 1940 - ACEF).

Com a transcrição acima, sustento que essa festividade era uma prática para além do espaço escolar, como também reforço a ideia da importância que essa celebração assumiu não apenas na escola, mas na sua relação com o município e com a realidade agrícola do mesmo.

Como foi visto no trecho acima, bem como na epígrafe de abertura do presente capítulo, as excursões escolares foram frequentes no dia a dia do Grupo Escolar Farroupilha. Segundo Peres (2000, p. 305), a *excursão* é uma tipologia de prática escolar “que foi amplamente difundida como parte do processo de inovação didática nesse momento de renovação pedagógica” vivenciada no Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1930 a 1950 do século XX. Para a mesma autora, as excursões escolares envolviam um conjunto de valores pedagógicos, como:

¹³⁴ De acordo com os indícios encontrados no Relatório do Interventor Federal Rio Grande do Sul produzido em 1943, referente ao trabalho desenvolvido no Estado entre os anos de 1938 a 1943, entendo que o Campo de Cooperação do município de Farroupilha, criado em 1939, ligava-se à Diretoria de Produção Agrícola do Rio Grande do Sul e tinha como objetivo distribuir sementes e mudas para os agricultores locais, bem como desenvolver estudos, investigações e pesquisas voltados para a área da horticultura e da silvicultura. O referido documento denomina-se “*Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, D. D. Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*” e encontra-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na pasta Documentos dos governantes, Relatório do Interventor Federal ao Presidente da República (1938/1943), Códice: A. 7. 36 (impresso).

A possibilidade de contato e de harmonização com a natureza, a ampliação das experiências e da observação, o conhecimento alargado do meio físico e humano, a percepção das formas de organização social, de diferentes formas de produção e de trabalho, o valor social das profissões, a possibilidade de autoconhecimento e auto reflexão em relação aos ‘pendores naturais’ e as disposições físicas individuais. (PERES, 2000, p. 306).

Sendo assim, é possível dizer que as excursões foram utilizadas pelas professoras da instituição pesquisada para desenvolver nas crianças hábitos de preservação, observação, apreciação e pesquisa acerca da natureza, o que, por sinal, estava em consonância com os objetivos previstos no *Programa de Ensino das Escolas Primárias do Estado* (1939), especificamente na disciplina de *Estudos Naturais*, que orientava o fazer docente das professoras estaduais nesse período.

Uma das atividades que estava sempre presente nas comemorações ao *Dia da Árvore*, era logicamente o plantio do principal símbolo desta festividade: a árvore. Assim, apresento a seguir a Figura 19, que tem por objetivo representar este “momento ilustre” referente às comemorações do *Dia da Árvore* de 1942, no interior da instituição escolar.

Com base nas contribuições de Andrade (1990), Vidal e Abdala (2005b, p. 180, grifos das autoras) apontam que a fotografia:

É um *artefato* humano e uma *mensagem*. Ao mesmo tempo que resulta da incorporação de um ponto de vista social e de uma apropriação tecnológica, como trabalho humano, possui um caráter conotativo. É, portanto, uma construção de sentido radicalmente histórica.

Desse modo, em virtude do enquadramento e da qualidade da imagem, penso que tenha sido realizada por um fotógrafo profissional, uma vez que é possível observar um cuidado em relação ao cenário, aos sujeitos e ao momento que originou a fotografia, talvez, dignos de alguém com conhecimentos e experiências na área. De qualquer forma, nota-se que a pessoa que realizou o registro foi precisa na escolha do ângulo da imagem, visto que consegue capturar a ação principal que é o plantio da árvore, assim como consegue apresentar em segundo plano, o prédio da escola e os (as) demais alunos (as) e professoras presentes na solenidade.

É possível identificar na fotografia, da esquerda para a direita, uma das Irmãs da Escola Nossa Senhora de Lourdes (1), o Prefeito Municipal Nelson Schneider (2), o presidente do Clube Agrícola (3), o Técnico da Secretaria de Agricultura e Orientador do Clube Agrícola Antão de Jesus Batista (4) e demais alunos (as) e professoras do Grupo Escolar Farroupilha e da Escola Nossa Senhora de Lourdes. Na imagem, é

possível notar a atenção com que as autoridades e os demais participantes da celebração observam a ação do aluno abaixado, identificado como sendo o presidente do Clube Agrícola (3), a realizar o plantio de uma muda de árvore na frente do Grupo Escolar, próximo ao muro que dá acesso à rua.

Ainda, é interessante observar na imagem a presença da Bandeira Nacional junto ao pórtico de entrada da escola, bem como a disposição das professoras e dos (as) alunos (as) no registro, uma vez que os sujeitos estão posicionados por ordem de tamanho, “organizados de tal forma que todos pudessem ver a solenidade” como sinaliza Silva (2011, p. 101). Especifico que alguns desses sujeitos foram identificados a partir da tessitura realizada entre a fotografia e os escritos contidos do *Livro Diário da Escola (1940-1944)*. A presença das autoridades, tal como das professoras e dos estudantes da Escola Nossa Senhora de Lourdes, no interior do Grupo Escolar, fortalece ainda mais o valor educativo dessa celebração para a instituição pesquisada e demonstra “o apoio oficial à iniciativa” como reflete Cândido (2007, p. 133).

Figura 19- Dia da árvore, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

De acordo com os dados encontrados acerca da Figura 19, a árvore plantada é um Ipê. Mas por que um Ipê foi escolhido para simbolizar este momento e não outra espécie de árvore? Talvez a resposta para tal escolha possa ser associada à representação do Ipê como uma árvore tipicamente brasileira, o que denota mais uma vez a relevância daquele momento e a sua ligação com a valorização das riquezas naturais do país.

O Jornal *A Época*, da cidade de Caxias, publicado no dia 20 de setembro de 1941, retrata em uma de suas páginas a seguinte nota, em relação às comemoração do *Dia da Árvore*:

Em todo o Rio Grande do Sul será comemorado, no próximo dia 22, segunda-feira, o DIA DA ÁRVORE. Nesta cidade, pela Escola Complementar, também será comemorada essa data. No pátio daquele educandário, após o hasteamento do Pavilhão Nacional, será plantado o Ipê, a árvore brasileira. (A ÉPOCA, 1941 – ABN).

A reportagem não faz menção ao Grupo Escolar Farroupilha, mas a informação pode ser considerada como um vestígio que sinaliza a importância dessa festividade que era noticiada no jornal local e comemorada na Escola Complementar, instituição responsável pela formação de novos professores na Região. A matéria jornalística enfatiza a “escolha” do Ipê em virtude de ser uma árvore brasileira.

Penso, a partir de Bencostta e Pereira (2006), que a imprensa foi um importante veículo de divulgação das festas e celebrações escolares. Destaco, no entanto, que não localizei jornais produzidos no município durante o recorte temporal de minha pesquisa, uma vez que os primeiros vestígios encontrados acerca da produção de impressos locais se referem ao ano de 1956. Para os autores citados anteriormente, a imprensa:

Se apresenta como uma importante fonte para a história porque, à medida que a educação vai ganhando destaque no contexto brasileiro, tanto político como social, os periódicos se mostram como um meio de divulgação do que acontece com o sistema de ensino. Crítica, elogios, decretos, prestação de contas à sociedade, sugestões, todos esses elementos podem ser encontrados nas páginas dos jornais. Esses elementos fazem parte do universo escolar, tanto quanto os cadernos e livros das crianças que frequentavam os grupos escolares. (BENCOSTTA; PEREIRA, 2006, p. 3859).

Quanto ao Ipê, são diversas as representações em torno dessa árvore que há muito tempo chama a atenção de poetas, de escritores e até mesmo de políticos, por suas belezas e particularidades, sendo uma árvore encontrada em diversas regiões brasileiras e conhecida pela durabilidade de sua madeira. Vale ressaltar que, na década de 1960, do século XX, o então Presidente Jânio Quadros declara a flor do *ipê-amarelo*¹³⁵ como

¹³⁵ Segundo o site: <<http://www.arara.fr/BBIPE.html>> “As diversas variedades de ipê recebem os respectivos nomes de acordo com as cores de suas flores ou madeira. Vale ressaltar que, de uma maneira

sendo a *flor nacional*.¹³⁶ Assim, além de ser uma árvore brasileira, acredito que o Ipê foi também “escolhido” para ser plantado no pátio da escola em virtude do clima da região, favorável para o seu desenvolvimento, bem como pela exuberância de suas flores e pela representação que carrega consigo, como sendo uma árvore forte e resistente, o que de certa forma relaciona-se com a “construção” da nova identidade nacional, “forjada” pelo governo. Penso que, como o município mantinha o Campo de Cooperação, pode ser que as mudas para tal festividade fossem distribuídas pelo mesmo.

Depois de diversas leituras e pesquisas realizadas acerca das comemorações ao *Dia da Árvore* no Grupo Escolar, resalto que penso este momento na história da escola, como um ritual carregado de simbologias e de significados, uma vez que a árvore representa a vida e a transformação, como enfatiza Rodrigues (2010, p. 99):

As árvores ultrapassando os homens em dimensão, em altura e em longevidade, adquirem uma dimensão transcendental e, por isso, foram consideradas, muitas vezes, sagradas e tidas como objecto de culto, estando associadas diferentes simbologias a diferentes espécies de árvores. No entanto, todas as árvores são símbolo da verticalidade ao estabelecerem a ligação entre o mundo subterrâneo (onde residem as raízes), a superfície da terra (através do tronco) e as alturas (onde se estendem os ramos e as folhas); mas também são símbolo da vida, da transformação e da evolução (ciclos anuais, morte e regeneração), da fecundidade e fertilidade, da segurança (pela sua estabilidade) e de protecção (pela sombra que proporcionam).

A partir das contribuições da autora, compreendo que a escolha por essa árvore e não por outra como símbolo da natureza possa estar de fato associada aos novos ideais da Nação brasileira, ou seja, uma Pátria que deveria ser considerada por seus “filhos” como “sagrada”, “resistente”, “viva”, “fértil” e “segura”, entre uma infinidade de representações prováveis.

Em virtude da proximidade da data e da temática, a escola também celebrou a chegada da primavera em seu cotidiano. Infiro que encontrei poucos indícios escritos em relação à comemoração da *estação das flores*, no entanto, as fotografias presentes no ACEF são reveladoras de sua existência. Assim, tomando como base as imagens, deduz-se que a celebração às flores estava diluída nas práticas pedagógicas, ou nos *fazeres ordinários da classe*, para utilizar a expressão empregada por Chartier (2000), uma vez que nos registros analisados não há “rastros” de um planejamento escolar que envolvia

geral, as bigoniáceas são distribuídas por 120 gêneros, com cerca de 800 espécies”.

¹³⁶Informação extraída do site: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>>. Acesso em: 23/09/2015. De acordo com o site do governo, em 1961, o Presidente Jânio Quadros também declara o Pau-brasil como árvore símbolo nacional.

todas as turmas da escola em um mesmo momento, como acontecia com o *Dia da Árvore*.

Porém, tenho ciência das lacunas presentes na documentação utilizada e, como salienta Luchese (2014, p. 158), “há zonas opacas nos conjuntos documentais que analisamos. Enxergá-los, reconhecendo-os é necessário para que a narrativa histórica que produzimos contingencie a complexidade do passado, as suas descontinuidades”. Reforço as considerações acima, a partir da Figura 20, uma vez que a mesma representa uma das atividades desenvolvidas no Grupo Escolar Farroupilha para celebrar a primavera no ano letivo de 1943.

Em virtude da legenda e da união dos elementos que compõem a cena, penso que a intenção da fotografia tenha sido a de registrar essa prática escolar identificada como *bailado*, sendo que a mesma era uma das sugestões de atividades previstas no *Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado* para se trabalhar as festividades da escola, incluindo a *Festa da Primavera*, sendo que a dança é um “elemento essencial, simbólico e lúdico da festa antiga, prática possivelmente presente em cerimônias muito diversas” como reflete Chartier (2004, p. 28).

A presença da rua, das casas, da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, do muro e do portão central, assim como a disposição das alunas nesse cenário me permite dizer que a imagem foi produzida em frente ao prédio da escola e que a pessoa que a produziu estava localizada nas escadarias que davam acesso à porta de entrada da instituição. Olhando com mais atenção para a fotografia, ou melhor, para o chão que aparece na fotografia, é possível perceber também que foi produzida em um dia chuvoso, típico da troca de estação na Região.

Em virtude das expressões dos rostos, da formação das filas, do uniforme alinhado, bem como da posição das alunas na fotografia representando um dos movimentos da coreografia do *bailado*, juntamente com o arco de flores nas mãos, símbolo dessa celebração, sustento que o “autor” da imagem foi cuidadoso ao organizar a cena, atentando para os seus detalhes, visto que a imagem, como assinala Pesavento (2008b, p. 103), “é sempre uma construção, uma interpretação, uma recriação do real”.

Ainda em relação à Figura 20, cumpre ressaltar que não encontrei informações que pudessem fornecer indícios a respeito das alunas presentes no registro, não sendo possível identificar os nomes e nem a classe ou ano escolar a que pertenciam, talvez 4º ou 5º ano em virtude das estaturas. Também pode ser que fossem alunas de várias turmas ou ainda representantes do Clube Agrícola da instituição. Porém, um fato

curioso, que salta aos olhos ao se fitar a fotografia, é o fato de ser uma atividade exclusivamente destinada às meninas, possivelmente por estar ligada à representação feminina em virtude da presença das flores e da dança.

Figura 20- Bailado da Primavera, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Como se pode notar na legenda dessa imagem, ela também foi fabricada no período do Estado Novo, assim como as fotografias referentes ao *Dia da Árvore*, e logicamente esta associada à construção da memória e da identidade nacional, pois como ressaltam Bencostta e Pereira (2006, p.3861):

Com o passar dos anos, frente ao sucesso da escola primária em preservar a ideia de festejar a mais bela estação da natureza, as autoridades de ensino do regime ditatorial de Vargas não titubeiam em aproveitar este costume para incutir interesses de cunho cívico no imaginário infantil, em especial quando levavam os alunos a relacionarem a chegada da primavera com o nascimento da nação brasileira, simbolizada no Grito do Ipiranga.

Assim, ao incutir nas crianças os sentimentos de preservação e de admiração às

belezas naturais, essa celebração estava envolta dos objetivos pensados pelo governo Vargas para nacionalizar a infância, como o orgulho da Pátria representada na exaltação de suas belezas e riquezas naturais.

Além de desenvolver o patriotismo e fornecer conhecimentos acerca da natureza, Bencostta e Pereira (2006, p.3866) pontuam outra reflexão em torno dessas festividades, sendo que, para os autores, elas também proporcionaram momentos de integração e de divertimento entre as crianças, pois “os sentidos que o universo infantil assume é diferente – é o lúdico, o divertido, o prazeroso que determinam a dinâmica dessa sua participação” nos momentos do/no cotidiano da escola primária.

Talvez uma entrevista com os (as) ex-alunos (as) da escola poderia contribuir com essa noção acerca do *lúdico* e da *diversão* nas festividades escolares, mas pelo olhar ou pelas representações dos estudantes, uma vez que seria interessante compreender como eles se apropriavam desses festejos, de como aguardavam aqueles momentos, como se sentiam fazendo parte desses rituais, ou como se sentiam representando a escola nas celebrações, entre outras questões que auxiliariam no entendimento da vida escolar infantil.

4.1.3 Festejos da *Semana da Asa*

Dirigiram-se para a Igreja Matriz, onde foi celebrada uma missa com memória dos aviadores falecidos, tendo as crianças comungado. Ao finalizar a cerimônia religiosa, dirigiram-se todas as crianças para a Praça da Bandeira, onde foi hasteado o Pavilhão Nacional.

(Livro Atas Cívicas (1940-1951) – ACEF).

Assim como as celebrações em torno da *Semana da Pátria*, do *Dia da Árvore* e da *Primavera*, a *Semana da Asa*, comemorada sempre na terceira semana do mês de outubro, também contribuiu para a construção da memória nacional, ao focalizar os feitos e os “heróis” da aviação do Brasil.

Cumpre, entretanto, ressaltar que no “estado da arte” realizado acerca da historiografia dos grupos escolares brasileiros e de suas festividades, não encontrei resquícios dessa celebração escolar. Até o presente momento, a única pesquisa encontrada e que menciona tal celebração é o estudo de Quadros (2006), sendo que, para o autor, essa solenidade era uma das datas nacionais trabalhadas nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, sob prescrição do CPOE/RS, ao lado do Dia do

Soldado, da Proclamação da República e do Dia da Bandeira.

Sendo assim, a partir das contribuições de Quadros (2006, p.92), compreendo que a *Semana da Asa* envolvia “a elaboração de planos de trabalho escolar e organização de campanhas que buscavam a formação de atitudes e hábitos desejáveis”. Logo, narrar essa solenidade pouco conhecida ou pouco historiada se constituiu como uma oportunidade desafiadora e instigante de produção do conhecimento.

A partir do Jornal *A Federação*, um impresso gaúcho publicado em Porto Alegre, mas com circulação em todo o Estado, compreendo que a *Semana da Asa* começou a ser comemorada no Rio Grande do Sul, assim como no restante do Brasil no início da década de 30 do século XX, sendo que teria sido instituída no Rio de Janeiro pelos aviadores nacionais, como apresenta o impresso citado: “os aviadores brasileiros querem movimentar o espírito nacional em torno das asas do Brasil, de suas possibilidades, de suas derrotas amargas e de seus altos triunfos” (*A Federação* – Porto Alegre, terça-feira, 22 de outubro de 1935 - ABN).

A mesma notícia parece “esclarecer” o objetivo dessa *Semana*: incentivar o amor pelos “pássaros metálicos”, pois era um:

Objetivo moderno, indispensável, capaz de levar à glória uma nação corajosa, o amor pelas asas não pode deixar de florescer magnificamente na terra que foi berço do primeiro homem que vingou o fracasso de Ícaro (*A Federação* – Porto Alegre, terça-feira, 22 de outubro de 1935 - ABN).

As representações impressas no referido Jornal apontam para o “clima” de mudanças que estaria por vir nos anos posteriores com a instalação do Estado Novo. Nota-se que os sentimentos de admiração pela personalidade de Santos Dumont, bem como de amor pela Pátria “corajosa” e “moderna” já estavam sendo desenhados. No entanto, não encontrei nos jornais indícios de que a *Semana da Asa*, ao menos no período referido, fosse comemorada nas escolas. Dessa maneira, penso que tal celebração tenha sido introduzida no calendário escolar durante o Estado Novo, como uma possível estratégia de nacionalização.

É válido destacar também que, em 1941, Getúlio Vargas cria o Ministério da Aeronáutica, uma vez que a aviação passava a se destacar no cenário nacional como um meio de transporte promissor, além de ser vislumbrada como uma ferramenta de defesa para o Brasil diante de uma possível guerra. Assim, pode-se dizer que as questões que envolviam a aviação ganharam atenção por parte do Presidente e foram por ele incentivadas.

Mas o que o Grupo Escolar Farroupilha trabalhou na *Semana da Asa*? Trabalhou a história e os “feitos” de Santos Dumont, de Bartolomeu Lourenço de Gusmão¹³⁷ e de Augusto Severo,¹³⁸ assim como os conhecimentos acerca da aviação nacional e da profissão de aviador, além de incentivar a campanha do alumínio e do zinco por meio dessa celebração.

O planejamento da *Semana da Asa* iniciava normalmente no dia 18 e se estendia até o dia 25 de outubro. A celebração seguia de maneira similar ao programa executado nos festejos do *Dia da Árvore*, contando com a apresentação de poesias, de redações, de álbuns, de cartazes e de canções produzidas em sala de aula no decorrer da semana, bem como de palestras e de concursos realizados no dia 23 de outubro, dia do aviador, ou no último dia do evento.

A seguir, transcrevo um fragmento presente no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, do Grupo Escolar, pois, por meio desse registro, é possível compreender um pouco do planejamento organizado para o encerramento da festividade, sendo que o último dia contava com uma programação mais extensa e se ampliava para as autoridades locais e demais convidados, o que, de certa forma, proporcionava à escola uma maior visibilidade do trabalho desenvolvido. Assim, por meio dessa e de tantas outras solenidades, “ela se dava a conhecer e a admirar” como reflete Souza (1998, p. 261).

Encerramento da “Semana da Asa”.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um, às 9 horas, na sala de festas do Grupo, com a presença de autoridades locais, pais de alunos e corpo docente e discente realizou-se o auditório de encerramento da “Semana da Asa”, em foi desenvolvido o seguinte programa: 1-Hino Nacional, cantado por todos os presentes; 2-Preleção pela profa. Albertina Cibelli; 3- Lourenço de Gusmão – leitura – redação – pelo aluno Rui Peters, do 6º ano; 4- Bartolomeu de Gusmão – poesia – pelas alunas Liriam Fetter, Elma Fitareli e Zita Longui; 5- Vantagens da aviação – leitura de uma composição – pelo aluno Flávio Comin, do 6º ano; 6-Entrega dos prêmios do concurso de pandorgas; 7- Canção do Aviador – cantada pelos alunos; 8- A aviação – composição – pelo aluno Eljocir Pesca, 5º ano; 9- O avião fantasma – poesia – pela aluna Hilda Bataseini, do 6º ano; 10- Revoada de planadores de papel - pelos alunos do 2º ano A; 11-Augusto Severo – leitura – pela aluna Carmen Klares, do 2º ano A; 12- O voador – poesia – pela

¹³⁷ De acordo com as informações encontradas, o Padre brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão teria ficado conhecido por realizar diversas experiências perante a Corte portuguesa com balões de ar quente. Fonte: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/bartolomeu-lourenco-gusmao-padre-queria-voar-434927.shtml>>. Acesso em: 15/10/2015.

¹³⁸ De acordo com as informações encontradas, o brasileiro Augusto Severo teria criado o *Dirigível Pax*, uma espécie de balão dirigível semirrígido no início do século XX, falecendo em Paris, em 12 de maio de 1902, quando o seu *Dirigível* teria explodido minutos após o voo. É considerado, ao lado de Santos Dumont e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, uma das personalidades da aviação nacional. Fonte: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/o_ultimo_voo_de_augusto_severo.html>. Acesso em: 15/10/2015.

aluna Lourdes Lazari, 3º ano; 13- Leituras da melhor frase feita pelos alunos do 1º ano B; 14- O mestre d'antanho – dramatização – por um grupo de alunos do 4º ano; 15- Exposição e apresentação dos trabalhos realizados durante a *Semana*: desenhos, pandorgas, balões, aviões, planadores, álbuns, cartazes, etc.; 16- Concurso de aviões e planadores; 17-Exposição do alumínio (2kg700) e zinco (7kg 600), arrecadados durante a “*Semana da Asa*”; 18- Hino à Bandeira – cantado por todos (*Livro Atas Cívicas (1940-1951)* – ACEF).

Como se vê, parece que apenas a turma do Jardim de Infância não participou das atividades realizadas na *Semana da Asa* de 1941, sendo que as demais tiveram a oportunidade de mostrar aos presentes um pouco do trabalho realizado durante a semana envolvendo a temática em questão, que, por sinal, se associava aos conhecimentos históricos ao exaltar os “principais personagens” da aviação nacional, como Santos Dumont, Bartolomeu Lourenço de Gusmão e Augusto Severo.

Assim, além de reforçar a importância dessas “pessoas ilustres” para a História do Brasil e por meio de seus feitos, desenvolver nos participantes os sentimentos de pertencimento à Pátria e de valorização da cultura nacional, esta celebração também tornou público o trabalho da escola e de suas professoras.

Em meio às atividades (re) produzidas nessa festividade escolar, destaco brevemente dois pontos que merecem algumas considerações em meu estudo: as *campanhas escolares* e a utilização da *música* nas celebrações, visto que foram práticas frequentemente utilizadas nos processos de ensino-aprendizagem no interior do Grupo Escolar Farroupilha e em conformidade com Peres (2000, p.352) “estavam diretamente associadas à modernidade pedagógica”.

Sendo assim, por meio das fotografias e do *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, é possível identificar que a *campanha da borracha*, a *campanha antialcoólica*, a *campanha de boas maneiras* e a *campanha do alumínio* fizeram parte do processo histórico educacional da instituição pesquisada, ao longo da década de 1940 do século XX, uma vez que “tinham o objetivo de atingir diretamente a vida e os comportamentos dos alunos” (PERES, 2000, p.358).

Nesse sentido, as *campanhas escolares* procuravam orientar os modos de agir dos (as) alunos (as) e, de certa maneira, também de suas famílias, a partir dos hábitos de preservação, de conscientização, de doação, entre outras atitudes que deveriam ajudar na construção de uma sociedade melhor. Logo, entendo que as campanhas em prol da borracha, do zinco e do alumínio possibilitavam aos alunos e aos pais “o aproveitamento de sobras e materiais aparentemente inúteis” como destaca Peres (2000, p. 155).

Suponho que o alumínio e o zinco arrecadados durante a *Semana da Asa* de 1941 podem ter sido doados ao governo, pois há indícios de que, ao menos o alumínio, era reutilizado na construção de aviões¹³⁹ para o país. O *Livro Diário da Escola (1940-1944)* ilustra essa minha afirmação ao apresentar o seguinte registro referente às comemorações da *Semana da Asa* de 1942: “foi remetido à Capitania do Porto, como cooperação deste Grupo à Campanha do Alumínio: Zinco – 2, 600kg e Alumínio – 4kg”. Esse “achado” de pesquisa descarta a minha ideia inicial de que a escola vendia o alumínio e o zinco recolhidos nesta solenidade, destinando o valor à caixa escolar.

Em relação às *campanhas de boas maneiras e antialcoólicas*, pode-se dizer que estavam mais relacionadas às condições de uma vida saudável e feliz, longe dos vícios e das doenças, como é possível perceber a partir das contribuições de Peres (2000):

Cuidar da saúde, da alimentação, do corpo, da *alma*, evitar doenças, vícios, *influências malsãs*, ensinar preceitos de higiene, de comportamentos, influenciar os gostos e as decisões, inculcar regras de economia, de civismo, de bondade, incentivar a fraternidade local e mundial, entre outras, foram funções atribuídas à escola. (PERES, 2000, p. 155, grifos da autora).

Como se pode observar nas festividades apresentadas anteriormente, bem como na *Semana da Asa*, a *música*, seja em formato de hino, seja de canções em torno da temática da festa, era uma prática de ensino-aprendizagem bastante utilizada pelas professoras do Grupo Escolar Farroupilha, pois, nesse período, a *música* “era considerada uma forte aliada na formação moral e cívica dos alunos das escolas públicas” (PERES, 2000, p. 368). Mas, não poderia ser qualquer música como determinava o *Regimento Interno das Escolas Primárias de 1939*, no Art.º47:

Através de todos os números constitutivos do programa devem ser respeitados os princípios formadores da consciência moral, não se permitindo, em absoluto, cantigas, canções, sambas cuja letra não satisfaça do ponto de vista da adaptação ao nível mental das crianças, aos seus interesses e a educação moral e estética.

De acordo com o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, a *Canção do Aviador*, cantada pelos (as) alunos (as) na *Semana da Asa*, do ano de 1941, foi uma “sugestão” do

¹³⁹ Segundo o site da Força Aérea Brasileira: “A Campanha Nacional de Aviação, liderada pelo Ministério da Aeronáutica, reunia empresários, aeroclubes e o próprio governo para a expansão do setor no país. Por trás das ações, estava o esforço de guerra - ocorreram campanhas de arrecadação em todo o país, de dinheiro, de alumínio para a construção de aviões, de doações de aeronaves”. Acesso em 28/09/2015.

Prefeito Nelson T. Schneider. Segundo o documento, “Recebemos do Sr. Prefeito Municipal 10 exemplares da “Canção do Aviador” para serem distribuídas entre os Grupos e Escolas do Município” (LIVRO DIÁRIO DA ESCOLA, 1941 – ACEF). No entanto, faltam vestígios para dizer se essa canção foi “ideia” do Prefeito ou se foi uma indicação do governo estadual, mas, de qualquer modo, a sua prescrição e possível realização, no meu entendimento, sinalizam para as interferências políticas ou mesmo para as relações de poder existentes entre Estado, Prefeitura e Escola.

Uma prática comum nessa cerimônia envolvendo “os pássaros de metal” eram os concursos de aviões, planadores e pandorgas que aconteciam no pátio do Grupo Escolar envolvendo o lúdico, assim como colocando em prática as produções realizadas em sala de aula e propiciando ao alunado as experiências acerca do *ar* e do *vento*, ao “testar” as suas criações.

Assim, apresento as Figuras 21 e 22 como indícios que corroboram com as considerações acima. Ambas representam os concursos realizados na escola em 1942, caracterizando o espaço em que aconteceram, as relações sociais e os personagens que deles participaram.

O registro do concurso de pandorgas apresenta um pouco do espaço que a escola dispunha para as atividades ao ar livre, sendo que, em sua totalidade, essa área continha 4063, 700 m², como apresentado no capítulo 2. Também, confirma os diferentes usos que as professoras e os alunos faziam desse espaço, uma vez que, além de abrigar os recreios nos dias ensolarados, era utilizado para a realização dos *concursos*, para os ensaios dos desfiles cívicos da Semana da Pátria e para as atividades desenvolvidas pelo Clube Agrícola, como mostrarei mais adiante, entre outros usos, diretamente relacionados “la historia cotidiana del hacer escolar” como pontua Viñao Frago (1995, p. 68).

Em virtude da presença de mais de uma professora na fotografia, bem como dos diferentes uniformes dos alunos (as), entendo que essa atividade era um momento coletivo de encontro e de vivências entre as turmas da escola. Deduzo (pois não há vestígios suficientes para confirmar) que os *concursos* se destinavam a todas as classes da instituição, talvez com diferentes modalidades e critérios de avaliação.

Ainda, na imagem é possível observar que alguns meninos estão sem o uniforme escolar. Assim, partindo do pressuposto de que o uniforme era obrigatório, essa situação induz a pensar que, talvez, o seu controle não fosse tão “rígido” quanto aparentava ser nos registros contidos no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, ou pode ser que esses

alunos fossem novos na escola e até então não tivessem adquirido o uniforme.

Figura 21- Concurso de pandorgas, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

O registro passa a ideia de movimento, de um “click” preocupado em testemunhar uma cena natural deste evento, em que os (as) alunos (as) e as professoras se divertem no pátio escolar ao “testar” as suas criações, procurando alcançar a maior altura e a maior velocidade com as pandorgas, sendo que esses eram itens avaliados no concurso, como se pode constatar no registro que apresento a seguir, embora o mesmo faça referência à *Semana da Asa* de 1941.

No pátio de recreio: - concurso de pandorgas; tomaram 10 alunos, saindo vencedores, na 1ª prova – rapidez em pandorga, o aluno Alcione Tartarotti, do 4º ano e na pandorga que atingiu maior altura, o aluno Mario do 5º ano. (Livro Atas Cívicas (1940-1951). Ata das comemorações da “Semana da Asa”, de 23 de outubro de 1941 – ACEF).

Mesmo não sendo do mesmo ano da fotografia, o excerto acima é um bom

exemplo que revela os critérios de avaliação do concurso, visto que, embora fosse um momento de diversão e de brincadeira, era também uma competição em que os “melhores” seriam premiados.

Por meio do mesmo registro, penso que esse concurso estava aberto a todos os alunos que queriam participar. Logo, não era uma atividade obrigatória, pois como se pode entender, apenas 10 alunos participaram do mesmo em 1941, o que, de certa maneira, também é perceptível na Figura 21, uma vez que olhando com mais rigor a imagem é possível perceber que somente alguns alunos, predominantemente meninos, conduzem as pandorgas. Os demais, assim como as professoras acompanham como expectadores (as) desse momento. Nesse sentido, seria adequado pensar que a referida atividade era destinada ao gênero masculino? A Figura 22 também provoca essa dúvida.

Na imagem, aparecem alguns alunos e alunas do Grupo Escolar Farroupilha que participaram como competidores e como “admiradores” do concurso de aviões e planadores, também em 1942. Novamente, o cenário em que se desenrola a cena é o pátio da escola, mas, diferentemente da foto anterior, essa imagem foi produzida com a atenção dos sujeitos retratados. O posicionamento das crianças e o olhar direcionado para a câmera fortalecem essa representação.

Ao analisar a Figura 22, percebo a presença de duas crianças, na lateral esquerda da imagem, a observar de longe o registro, dando a impressão de que foram “excluídas” desse momento. Além disso, nota-se que os estudantes posicionados no centro da fotografia não estão organizados por tamanho, sendo que muitos nem chegam a aparecer em meio aos colegas, bem como outros foram “cortados” do enquadramento da mesma. Esses pequenos “sinais” direcionam para as reflexões propostas por Kossoy (1989), uma vez que a fotografia é sempre uma produção humana e, portanto, nunca é neutra.

Por mais isenta que seja a interpretação dos conteúdos fotográficos, o passado será visto sempre segundo a interpretação do fotógrafo que optou por um aspecto determinado, o qual foi objeto de manipulação desde o momento da tomada do registro e ao longo de todo o processamento, até a obtenção da imagem final. (KOSSOY, 1989, p. 77).

Dessa maneira, compreendo que o fotógrafo optou por elencar, como aspecto primordial de sua produção, os alunos campeões do concurso de aviões e planadores da *Semana da Asa* de 1942, colocados estrategicamente à frente e atrás dos (as), demais alunos (as), sendo que os dois meninos portando os aviões maiores estão localizados ao centro da imagem, direcionando ainda mais a atenção de quem olha para essa figura em

um primeiro momento, sem a pretensão de analisá-la historicamente como faço. Talvez, esta era mesmo a intencionalidade da foto: “testemunhar” tal prática, destacando, dessa forma, o bom trabalho dos alunos e, logicamente, das professoras da instituição.

Figura 22 - Concurso de aviões e planadores, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Nas duas imagens apresentadas, assim como no registro acerca do concurso de pandorgas transcrito anteriormente, verifico que apenas os meninos aparecem nas fotografias com os seus aviões, pandorgas e planadores, assim como são eles os que são premiados ao final dos concursos. Nesse sentido, questiono: E as meninas? Não participavam dessa atividade, assim como os meninos não participavam do bailado da primavera? Esses fragmentos da cultura escolar induzem a pensar que havia um conjunto de práticas no interior da escola diferenciadas para meninos e para meninas, o que, de certa maneira, não é algo incomum no processo de escolarização no Brasil.

Provavelmente, tais práticas foram, aos poucos, determinando os modos de ser e agir dos alunos e das alunas da instituição pesquisada, pois, como sublinha Louro (2011,

p. 65, grifos da autora):

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e *incorporado* por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenham algumas *habilidades* e não outras.

No entanto, ao pensar as práticas escolares, tendo como base as contribuições de Certeau (2014), especialmente levando em consideração os conceitos de táticas e de estratégias, pergunto-me a respeito do que acontecia com as crianças que não “concordavam” com essas diferenças estabelecidas? Meninas podiam participar do concurso de aviões e pandorgas como os meninos? Podiam concorrer igualmente ao prêmio? Como subvertiam as ordens impostas pelas diferenças de gênero? É uma pena não ter fontes suficientes para responder a essas perguntas e para compreender mais a fundo as relações sociais fabricadas no ambiente da escola.

Como um dos aspectos finais em torno desta celebração, destaco dois indícios que me levam a pensar que a *Semana da Asa* era comemorada para além do espaço escolar e envolvia não só os estudantes, as professoras e as famílias da instituição pesquisada, mas uma parcela da comunidade farroupilhense, especialmente a partir das ações empreendidas pelos Padres da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus.

O primeiro indício é um registro contido no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)*, referente aos festejos da *Semana da Asa* de 1940: “Às 14 horas realizou-se na Igreja Matriz um concurso de pandorgas, papagaios, balões, etc. pelo Núcleo da Liga de Defesa Nacional” (Ata das comemorações da “Semana da Asa”, 27 de outubro de 1940 - ACEF). Esse escrito denota que existiam outros concursos que eram realizados durante a *Semana*, possivelmente envolvendo outras escolas do município no pátio da Igreja, ponto de encontro de algumas pessoas da comunidade.

Outro indício que levo em consideração está presente no mesmo documento acima, mas refere-se a uma missa realizada na Igreja Matriz como parte dessa solenidade e que procurei apresentar, de maneira intencional, na epígrafe de abertura deste subcapítulo e que destaco novamente agora.

Às 7 horas, reuniram-se alunos e professoras no Grupo, sendo hasteada a Bandeira, com canto do Hino Nacional. Às 7 ½, dirigiram-se para a igreja matriz, onde foi celebrada uma missa com memória dos aviadores falecidos, tendo as crianças comungado. Ao finalizar a cerimônia religiosa, dirigiram-se todas as crianças para a Praça da Bandeira, onde foi hasteado o Pavilhão Nacional pelo Tenente Januário Dutra, prefeito municipal (*Livro Atas Cívicas (1940-1951)*). Atas das comemorações da “Semana da Asa”, 23 de outubro de 1940 – ACEF).

Assim, como foi evidenciado no início deste quarto capítulo, compreendo que a escola e a Igreja, em parceria, procuravam educar os pequenos e os seus pais, especialmente por meio das aulas de religião e das missas, fortalecendo o “ideal” de família e o “ideal” de aluno, bem como de bom cidadão, de bom patriota, de “cristão fervoroso, seguidor das leis, cumpridor das ordens, controlado, econômico, higiênico e, acima de tudo, racional”, na visão de Peres (2000, p. 295). Cumpre ressaltar que esses discursos estavam associados também ao “ideal” de Nação que se queria construir durante o Estado Novo, visto que “Getúlio Vargas procura contar com a contribuição da Igreja católica no processo de inculcação desses mesmos valores” como assinala Horta (2012, p. 96).

Em suma, depois da pesquisa realizada acerca da *Semana da Asa*, compreendo que esta celebração escolar visava a desenvolver no alunado do Grupo Escolar Farroupilha os sentimentos de amor e de pertencimento à Pátria brasileira, por meio das histórias e das conquistas dos personagens ilustres da aviação nacional, da campanha do alumínio, das pequenas experiências proporcionadas pelos concursos no pátio da escola e da Igreja, entre outras atividades que suscitavam também a admiração e o reconhecimento pela aeronáutica, uma vez que ela se associava aos discursos de progresso e de segurança da Nação.

Dessa forma, os aviões, os planadores e as pandorgas enfeitaram o “céu” do Grupo Escolar e povoaram o imaginário das crianças e também dos adultos que tiveram a oportunidade de presenciar e de vivenciar na prática esses momentos. Está evidente, que, muito ainda precisa ser pesquisado em torno da simbologia dessa festividade escolar, pois entendo que ela oferece valiosas contribuições para a compreensão das culturas da escola primária no Brasil, pois assim como a escola pesquisada trabalhou a *Semana da Asa* em seu cotidiano, pode ser que outras instituições escolares também a tenham trabalhado, talvez por meio de outras práticas e construindo outras representações.

Finalizo esta análise em torno de algumas festividades cívicas produzidas no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha, na década 40, do século XX, em consonância

com os escritos de Chartier (2004). Nas palavras do autor:

Mais que os discursos, melhor que os discursos, ela encarnou, portanto socializou, um sistema novo de valores, centrado na família, na pátria e na humanidade. Desse ponto de vista, a festa foi o agente de uma bem-sucedida transferência de sacralidade, certamente porque, por meio de sua linguagem fortemente simbólica, podia ancorar-se uma pedagogia sensível e persuasiva, reiterada e comunitária. As demonstrações políticas da festa podem ser efêmeras, mas não os valores novos, domésticos, cívicos ou sociais que ela se encarrega de arraigar nos corações e nos espíritos. (CHARTIER, 2004, p. 42).

Assim, ressalto que as comemorações em torno da *Independência do Brasil*, do *Dia Árvore*, da *Primavera* e da *Asa* contribuíram, como era esperado e prescrito pelas políticas públicas da época, para a difusão de valores cívicos e morais, bem como para exaltar o respeito e o amor à Pátria brasileira, destacando a sua força, a sua importância, a sua beleza e a sua riqueza, não só para alunos e alunas da instituição, mas, de certa forma, para as famílias e para a comunidade farroupilhense que participou assistindo e prestigiando os festejos planejados e executados por ela.

4.2 AS PRÁTICAS RURAIS DO CLUBE AGRÍCOLA: INCENTIVANDO “O AMOR À TERRA”

Os próprios alunos gostavam de trabalhar no Clube Agrícola, pois era comum da própria região trabalhar com a terra.

(Professora Olga R. Brentano, 1989).

Uma das características marcantes da história do Grupo Escolar Farroupilha, sobretudo nos anos 40 do século XX, é a organização das chamadas *instituições auxiliares de ensino* em seu cotidiano. Reforço esta “marca” da escola pesquisada a partir dos indícios encontrados nas fotografias, no *Livro Atas Cívicas (1940-1951)* e no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*,¹⁴⁰ uma vez que são reveladores da presença e da atuação das *instituições* no cenário escolar, em um momento histórico de renovação educacional no Estado e de reconstrução nacional no país, com a implantação do Estado Novo.

O *Regimento Interno das Escolas primárias do Estado*,¹⁴¹ aprovado, como já foi mencionado, em 1939, determinava, no *Capítulo XII – Das Instituições Escolares – Artº. 74*, que as escolas primárias do Rio Grande do Sul deveriam:

¹⁴⁰ Localizados no ACEF – Farroupilha/RS.

¹⁴¹ Decreto nº 7. 929, de 30 de agosto de 1939.

Oferecer aos alunos oportunidades de exercitar atitudes de sociabilidade, responsabilidade e cooperação, pela organização de associações escolares, estudos em comum, campanhas em prol de aspirações sociais e outras formas de atividade social próprias da infância.

Procurando “obter a colaboração do meio local e exercer influências favoráveis sobre o mesmo, mediante a criação de instituições complementares e auxiliares”, segundo especificava o *Art.º 75* do mesmo documento. Assim, pode-se dizer que as *instituições auxiliares* foram prescritas pelo governo com a finalidade de desenvolver um trabalho social e educativo, aproximando escola e comunidade em torno de temas que contribuiriam para a formação de um “novo homem” e de uma “nova sociedade”. Sendo assim, as *instituições* deveriam ser criadas segundo “as necessidades do ensino e do meio em que funcionava a escola”, como apontava o *Art.º 78*, do *Regimento Interno*.

Dessa forma, fizeram parte da realidade dos (as) alunos (as) e das professoras do Grupo Escolar Farroupilha as seguintes *instituições auxiliares de ensino*: Caixa Escolar, Merenda Escolar, Clube de Pais e Mestres, Cooperativa Escolar, Biblioteca, Pelotão de Saúde, Museu Escolar, Gabinete Médico-Dentário e Clube Agrícola. Eram associações amplamente “propagandeadas pela *Revista do Ensino*, que estimulava seus leitores a colaborarem com as autoridades educacionais, criando-as nas suas escolas, com seus alunos e familiares” (BASTOS, 2005, p. 216, grifo da autora).

Porém, diante da impossibilidade de trabalhar neste momento com todas as *instituições de ensino* do Grupo Escolar, dedico atenção especial às práticas desenvolvidas pelo *Clube Agrícola*, sendo que, por meio de sua organização, o ensino rural passa novamente a fazer parte do processo histórico educacional da instituição pesquisada e, conseqüentemente, das suas culturas escolares. Mas, antes de adentrar as práticas, representativas do papel e da importância que a *instituição* assumiu no Grupo Escolar, importa esclarecer, ainda que de maneira sucinta, algumas questões em torno dos clubes agrícolas.

Sendo assim, entendo que a criação desses clubes advém de um somatório de fatores que começam a ser desenhados, ainda no período da Primeira República no Brasil, com influências exercidas pelo Ministério da Agricultura e pelos teóricos ruralistas, entre eles Alberto Torres,¹⁴² que irá defender a “vocaçãõ agrícola” do país,

¹⁴² Segundo Fiori (2006, p.236): “Alberto Torres nasceu na província do Rio de Janeiro em 1865 e faleceu no ano de 1917. Aproximou-se da problemática agrícola no período em que exerceu a função de

exercendo “um importante papel nos rumos do ruralismo pedagógico brasileiro”, como reflete Fiori (2002, p. 234). Segundo a mesma autora, “os frutos da maturação” do *ruralismo pedagógico* apenas ocorrerão nas décadas de 30 e 40, do século XX, quando “ocorrem estratégias mais sofisticadas em termos formais de agir, mas sempre se ocupando com a questão nacional” (FIORI, 2006, p. 234).

Entre os discursos propostos pelo *ruralismo pedagógico*, havia, contudo, a ideia de fixar o homem do campo ao seu lugar de origem e, para isso, era preciso oferecer uma escola de qualidade, voltada às áreas campestres, com um currículo específico e com uma proposta pedagógica adequada, tendo em vista, conforme Almeida (2011, p. 287): “preparar e instrumentalizar o homem rural para enfrentar as mudanças sociais e econômicas”, pois só assim estaria “apto a participar e compreender os ideais de progresso e modernidade que emergem no país”.

Assim, se pode dizer que uma das estratégias encontradas pelo governo, com base nos pressupostos apresentados acima, foi incentivar a criação dos clubes agrícolas escolares. Essas *instituições* tinham como objetivo oferecer às crianças, em especial às que residiam no campo, conhecimentos teóricos e práticos acerca da agricultura como uma forma de prepará-las para atuarem frente à realidade em que se inseriam. Além disso, os clubes agrícolas também tinham o objetivo de: “despertar, aprimorar e cultivar, no espírito da criança, o amor à terra, fonte perene de toda a riqueza, origem de todos os bens” como apresenta Bastos (2005, p. 221, grifo da autora) com base nas publicações da *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*.

Nesse sentido, pode-se dizer que os clubes agrícolas, assim como as festas escolares, contribuíram igualmente para a formação de uma consciência nacional e rural nas novas gerações, “sensibilizando” os (as) alunos (as) para o cuidado, para o amor e a para a valorização da “terra brasileira”, fonte de vida e de renovação. O estudo de Modesti (2011) corrobora com esse entendimento, pois, para a autora, através da criação dos clubes agrícolas escolares:

O ensino para a zona rural foi pensado, a partir da década de 1930, de forma que buscasse desenvolver o amor pela terra, a identificação do sujeito com o meio, garantindo a fixação do homem no campo e a nacionalização dos grupos estrangeiros no interior. O ensino prático tinha em vista aproximar o ensino ao cotidiano dos alunos, bem como incentivar o estudo de agricultura de modo a tornar mais racional e moderno o trabalho agrícola.

governador do Rio de Janeiro. Suas principais reflexões sobre a realidade nacional estão nas obras *O problema nacional brasileiro e A organização nacional*, ambas publicadas pela primeira vez em 1914”.

Talvez, por isso, foram vastamente incentivados pelo governo gaúcho, principalmente nos anos 40 do século XX, uma vez que de 11 clubes agrícolas, em 1940, aumentam para 119, em 1942, como se pode verificar no estudo realizado por Peres (2000). Logicamente, esse aumento considerável de clubes agrícolas escolares, no Rio Grande do Sul, esteve pautado na “chamada *vocação agrícola* do estado” neste período, como destaca a mesma autora (PERES, 2000, p. 378, grifo da autora), assim como na tentativa de nacionalizar os grupos de imigrantes e descendentes existentes em diversos municípios, entre eles Farroupilha, com uma maior concentração étnica nas áreas rurais de seu espaço geográfico.

Um indício dessa “tentativa” de nacionalização é levantado por Bastos (2005) em uma das edições da *Revista do Ensino*. Esse impresso:

Salientava a relevância dessa instituição que agiria “favoravelmente sobre as populações coloniais e campesinas”, no sentido de sua integração nacional e fixação ao meio, garantindo a estabilidade da ordem social vigente, questão esta de “defesa nacional”. (BASTOS, 2005, p. 220).

Infelizmente, não foi possível localizar a data exata de criação do *Clube Agrícola* no cenário da instituição escolar pesquisada. No entanto, penso que tenha sido no início do ano de 1940 em virtude dos registros encontrados no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*. Todavia, é válido destacar que a organização dessa *instituição* pode ter começado ainda no mês de outubro de 1939, uma vez que os *Clubes Agrícolas* estiveram na pauta da *Reunião Rural*, ocorrida no referido mês, como se pode verificar no trecho transcrito a seguir:

Reunião Rural de Outubro, 1939. Relação dos assuntos a serem explanados pelas professoras: Biblioteca Escolar – Albertina Cibelli; Socialização da escola – Olga R. de Oliveira; Higiene: Sopa escolar – pelotão de saúde – Gema C. Pesca; Clubes Agrícolas – Wanda Jaconi; Agricultura – Hilda C. Rodrigues; Educação Física – Elisa Cibelli; Caixa Escolar – Célia P. Amando (*Livro Diário da Escola (1940-1944)*, 1939 – ACEF).¹⁴³

Portanto, me autorizo a dizer que as temáticas recorrentes às questões rurais passaram, a partir daquele momento, a ser objeto de interesse e de preocupação por parte do corpo docente do Grupo Escolar Farroupilha. Para se ter uma noção a respeito da importância que o ensino rural assumiu, não apenas na escola, mas no contexto da

¹⁴³ É válido pontuar que manteve as legendas estabelecidas nos documentos do ACEF. No entanto, o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, embora registrado como sendo da década de 40, do século XX, apresenta em suas páginas iniciais os registros do ano de 1939 também.

Região, aponto a organização da *Semana Ruralista da 4ª Região Escolar* ocorrida no município de Farroupilha, entre os dias 3 e 10 novembro de 1939, sendo assunto de uma das reuniões da escola, ocorrida em outubro do referido mês, em que seriam tratados “diversos assuntos referentes à semana ruralista” (LIVRO DIÁRIO DA ESCOLA, 1939, ACEF)¹⁴⁴.

Em sua pesquisa, Roseli Bergozza (2010) destaca que a *Semana Ruralista* contou com a participação das alunas e das professoras da Escola Complementar de Caxias. Nas palavras da autora:

Na Semana Ruralista da 4ª Região Escolar, realizada entre os dias 3 e 10 de novembro de 1939, na cidade de Farroupilha, Rosalba Hyppolito proferiu palestra sobre os “Clubes agrícolas e o cooperativismo escolar através dessas instituições”. (BERGOZZA, 2010, p. 107).

Congregando, como prossegue Bergozza:

Um grande número de alunas. No encerramento da Semana, em Farroupilha, no dia 10 de novembro, uma caravana com mais de 60 alunas acompanhadas pelas professoras foram recebidas pelo Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira que ofereceu “um saboroso churrasco na localidade de Santa Rita, magnífico distrito de Farroupilha. Antes do churrasco, um grupo de alunas da Complementar de Caxias desenvolveu interessante hora de artes”. (BERGOZZA, 2010, p. 107).

Esses dados apresentados pela autora são representativos da dimensão que assumiu tal evento no município, envolvendo diversos sujeitos e instituições, como o Grupo Escolar, a Escola Complementar, a Prefeitura Municipal e logicamente a Secretaria de Educação do Estado. Como já explicitado anteriormente, penso que a *Semana Ruralista*, assim como a implementação do *Clube Agrícola*, foram estratégias utilizadas pelo governo para disseminar nas escolas e nas comunidades os ideais nacionalistas, com ênfase nos valores do mundo rural.

No entanto, pode-se dizer que o *Clube Agrícola* assumiu um maior valor educativo por fazer parte das atividades extraclasse do Grupo Escolar Farroupilha, contando com a participação direta dos alunos, meninos e meninas da escola, interessados nas questões do campo, como também de uma professora que era designada para coordenar a *instituição*.

Com base nos registros do *Fichário do corpo docente e demais funcionários*

¹⁴⁴ Segundo consta no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, a Ata foi registrada no dia 28 de outubro de 1939.

(1940) do ACEF, compreendo que a professora Wanda Jaconi tenha sido escolhida para ser a primeira *superintendente* do *Clube Agrícola* da escola em 1940. Logo, esta “escolha” não foi realizada de maneira aleatória, uma vez que Wanda havia participado da organização da *Semana Ruralista* de 1939, bem como da *Reunião Rural* desse mesmo ano com a temática acerca dos clubes agrícolas, o que faz supor que havia um certo conhecimento a respeito do assunto por parte da professora.

Sendo assim, depois de organizada a *instituição*, com seus respectivos membros, sob a supervisão da professora Wanda Jaconi e seguindo, provavelmente, os procedimentos de funcionamento determinados pela Secretaria de Educação do Estado, foram iniciados os trabalhos pelo *Clube Agrícola* da escola, uma vez que, entre as atividades desenvolvidas, destacam-se as aulas práticas de viticultura, de jardinagem, de horticultura e de fruticultura, assim como a participação significativa dos representantes do *Clube* nas celebrações em torno do *Dia da Árvore*.

Cumprе ressaltar que só tive “acesso” às representações dessas *práticas ordinárias* produzidas pelo *Clube Agrícola* do Grupo Escolar em virtude das fotografias, cuidadosamente preservadas no ACEF, visto que são reveladoras da existência da *instituição* e de seu trabalho. Assim, a memória fotográfica dessa escola, tornou-se “uma possibilidade incontestada de descoberta e interpretação da vida histórica” (KOSSOY, 1989, p. 102) e sua “desmontagem” ditou os rumos deste subcapítulo que por ora apresento.

Uma das primeiras fotografias encontradas se refere ao ensino de viticultura, realizado em uma área rural do município no ano de 1942. Na imagem é possível identificar Antão de Jesus Batista (1), primeiro diretor do *Grupo Escolar Rural*, sendo que nessa época era Técnico da Secretaria de Agricultura de Farroupilha e orientador do *Clube Agrícola*, assim como a professora Silvia Jaconi (2) e demais alunos (as).

Compreendo que a posição dos sujeitos no espaço da fotografia denota a sua intencionalidade: registrar essa aula como um “testemunho” de seu acontecimento, pois, segundo os estudos de Fiori (2002), Mendonça (2006) e Prates, et. al (2012), os grupos escolares eram obrigados a enviar relatórios ao Ministério da Agricultura contendo informações sobre as atividades desenvolvidas pelos clubes agrícolas, uma vez que as fotografias eram, muitas vezes, anexadas a estes relatórios. Entretanto, pontuo que não encontrei maiores indícios acerca da produção desses documentos na instituição em análise.

Figura 23- Aula de viticultura, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

No cenário, é possível observar a presença de algumas plantas, próximas à cerca em que se apoia Antão de Jesus Batista (1). Nesse caso, como a aula era de viticultura, deduzo que as plantas sejam videiras, visto que representam a importância destinada ao cultivo da uva para a economia local desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região.

Nessa perspectiva penso que os conhecimentos a respeito do manejo e do cultivo das videiras se faziam necessários frente à realidade em que se inseria o município, nos anos 40, do século XX, uma vez que, nesse período, a base econômica de Farroupilha tinha como um de seus pilares de sustentação a produção de uvas e de vinhos, ou seja, provinha do campo e do trabalho dos agricultores locais e, talvez, eram pais e mães de estudantes matriculados no Grupo Escolar.

Outro dado que precisa ser considerado na Figura 23 é o caráter eminentemente prático dessa atividade, associado às concepções da Escola Nova, propiciando aos alunos (as) oportunidades para “resolver problemas, fazer observações e experiências, vivenciar situações reais da vida cotidiana, ou seja, oferecer condições para a

preparação para a vida social” (PERES, 2000, p. 296).

Dentre as atividades desenvolvidas pelo *Clube Agrícola*, no interior da escola, destaco as práticas de jardinagem, sendo que “o cultivo das flores cabia às meninas”, como afirma Fiori (2002, p. 247) ao historiar os clubes agrícolas de Santa Catarina. Destaco que os registros fotográficos encontrados a respeito dessas práticas vão ao encontro das contribuições da autora.

Veja-se um exemplo na Figura 24, uma atividade realizada pelas alunas do *Clube* no jardim do Grupo Escolar Farroupilha, em 1945, o que provoca a percepção de que algumas práticas agrícolas eram de fato diferenciadas para meninos e outras para meninas, embora o ensino misto fizesse parte da cultura escolar da instituição pesquisada.

Na fotografia destacada, cautelosamente preparada para o registro, percebe-se a beleza desse espaço escolar cultivado, ao que tudo indica, pelo *Clube Agrícola*. O *jardim* pode ser representado como um “cartão de visitas” da escola, pois era o primeiro lugar acessado por todos que adentravam os muros da instituição e, por isso, precisava ser bem cuidado.

Analisando com mais propriedade a imagem, pode-se dizer que o fotógrafo manteve uma preocupação em torno da “organização visual dos detalhes” como sinaliza Kossoy (1989, p. 27), pois as alunas foram devidamente posicionadas na imagem, de modo a ocupar estrategicamente a maioria dos espaços do cenário, sendo possível identificar os “resultados” do trabalho realizado por elas e os instrumentos utilizados, além de passar a ideia de coletividade e de cooperação.

O uniforme, aparentemente um vestido branco de manga longa, os cabelos perfeitamente arrumados e o olhar centrado na atividade, fortalecem ainda mais a atuação cuidadosa do fotógrafo. Pela ação das alunas, constato que estariam plantando flores no jardim da escola, visto que “no âmbito da *educação estética*, a partir de 1944, cultivar flores figurava entre os objetivos dos Clubes Agrícolas Escolares” (FIORI, 2002, p. 247). Presumo que esse trabalho era destinado apenas às meninas, e isso me leva a refletir sobre as representações do que era ser mulher na época e das atividades que seriam adequadas a essa representação feminina.

Figura 24- Aula de Jardinagem, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Com base nas contribuições de Fiori (2002), penso que as flores plantadas e cultivadas pelas alunas do *Clube Agrícola*, além de enfeitar o jardim, eram utilizadas também para decorar os ambientes da escola e para o desenvolvimento de outras práticas escolares, como a ornamentação de vasos e o enfeite de cartazes, sobretudo nas festividades envolvendo o *Dia da Árvore* e da *Primavera*.

Quanto aos meninos, penso a partir dos indícios, que eram responsáveis por outras atividades mais direcionadas para os cuidados em torno do pomar da escola. A Fotografia 25 captura um momento da aula prática de fruticultura, realizada em 1945. Novamente, o registro fotográfico deixa evidente que esta cena foi preparada para tal, assim como acontece nas fotografias anteriores, com a intenção de “comprovar” o trabalho realizado pelo *Clube*.

A imagem traz alguns “resquícios” que permitem uma noção acerca das atividades produzidas nas aulas de fruticultura, como a preparação do solo para receber as sementes (1) e os cuidados posteriores, acerca do crescimento e do desenvolvimento das plantas pelos alunos (2). Nota-se que os meninos estão vestindo um jaleco branco, que os distinguia como “os pequenos ruralistas” nas palavras de Mendonça (2006, p. 107). Para essa autora, tais práticas possibilitavam “vivências únicas, posto que somente adquiridas no exercício de atividades como a produção, cooperação e administração

interna, tidas como fundamentais para *a verdadeira educação democrática*” (MENDONÇA, 2006, p. 107, grifos da autora).

Figura 25- Aula de fruticultura, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

O próximo registro fotográfico que apresento também se refere ao ano de 1945, retratando, segundo consta na legenda do documento, mais uma das atividades desenvolvidas pelo *Clube Agrícola Escolar*.

Em virtude do uniforme e do tamanho dos pequenos, concluo que sejam alunos (as) da turma do 1º ano do Curso Primário. No entanto, não posso afirmar se os alunos eram representantes do *Clube Agrícola* ou se estavam somente participando de uma atividade desenvolvida pela referida *instituição auxiliar*, em parceria com o trabalho desenvolvido pela professora da turma, uma vez que o *Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939*, ao aprovar o *Programa Mínimo* a ser adotado nas escolas primárias do Estado, estabelecia que a disciplina de Estudos Naturais, ministrada no 1º ano escolar, deveria propiciar o estudo dos vegetais que se realizaria “no jardim escolar,

horta ou pomar, nos jardins públicos ou em locais vizinhos da escola, sempre no contato direto com a natureza viva”.

O mesmo documento, ainda explicitava que os Clubes Agrícolas apresentavam: “estímulos constantes e bastante fortes, fornecendo fontes de motivação para o estudo dos vegetais e do solo, não apenas nesta série, como nas demais”. Assim, por meio de uma atividade lúdica, talvez de *roda*, com base na imagem abaixo, pode-se verificar que os (as) alunos (as) da instituição escolar estavam em contato com os conhecimentos acerca das ciências naturais em um ambiente propício para tal.

Além disso, com a Figura 26, reforço a ideia apresentada nos capítulos anteriores de que o prédio do Grupo Escolar Farroupilha era mesmo uma “construção imponente”, tanto pela grandiosidade de seu espaço, quanto pela diferença que exercia em relação a outras construções mais simples, próximas de seu entorno, demarcando que este lugar era por excelência o *espaço do saber*.

Figura 26- Atividades do Clube Agrícola, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Por fim, discorro acerca da horticultura. Fiori especifica que esta atividade realizada pelo *Clube Agrícola* era:

Sempre muito apoiada em “instruções sobre o cultivo” que tinham características bastante instrumentais, incluindo até o tamanho dos canteiros e sua altura, tudo pensado de forma a “facilitar o trabalho das crianças”. (FIORI, 2002, p. 244).

A imagem abaixo apresenta uma noção acerca do espaço destinado às aulas práticas de horticultura em 1945, sendo possível verificar a horta mantida pelo *Clube Agrícola* no pátio escolar.

Figura 27- Aula de horticultura, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Mais uma vez são as alunas que aparecem na imagem representando um dia comum de trabalho, cuidando do solo e das verduras, prestes a serem colhidas. Como visto, portam o uniforme do *Clube* e um chapéu, com a função de protegê-las do sol. O cenário denota uma organização deste espaço, com canteiros devidamente identificados pelas placas, contendo o nome de cada hortaliça cultivada. Sendo assim, em virtude da fotografia e do que parece estar escrito nas duas placas do canteiro central, entendo que sejam alfaces.

Com base no estudo de Fiori (2002), acredito que, além de alfaces, o *Clube Agrícola Escolar* também plantava couve, repolho, cenoura, entre outras hortaliças. De acordo com Bastos (2005, p.278), o ensino de horticultura na escola:

Teria por objetivo as noções sobre pequenas hortas, jardins, pomares, conservação e comércio de frutas e legumes. Desenvolvida mediante projetos desde as classes de jardim até ao secundário, a horticultura poderia ser tanto uma atividade de classe como dos clubes agrícolas.

A professora Olga (1989), quando questionada em relação ao *Clube Agrícola*, sustenta que ele “era importantíssimo na escola”, pois “propunha-se plantar hortaliças que eram empregadas na merenda escolar”, distribuída aos alunos (as) da instituição, mais especificamente por meio da sopa escolar.

Quanto à *merenda*, reconheço que foi alvo de constantes preocupações por parte da direção da escola em virtude dos registros encontrados nos livros *Hora da Leitura (1944 a 1947)* e *Atas Cívicas (1940-1951)*. Um bom exemplo deste reconhecimento é um trecho da *Ata* que transcrevo a seguir:

Merenda. Foi discutida a maneira de manter a merenda. Expôs o Sr. Diretor as providências que têm tomado para que se torne realidade o fornecimento de sopa a todos os escolares. Em primeiro lugar serão tomadas medidas para que a produção da horta possa suprir, em parte, as necessidades da instituição. Para o cultivo de hortaliças, deverá ser adquirido adubo animal para enriquecer a horta. Ficou assentado que a Caixa Escolar contribuirá para o pagamento do adubo comprado (*Fonte: Livro Hora da Leitura (1944 a 1947)*. Ata nº 11, 14 de maio de 1947. ACEF - Farroupilha/RS).

Como é possível perceber, havia um interesse da escola em fornecer a sopa para todos os (as) alunos (as), bem como em utilizar os produtos cultivados na horta escolar para incrementá-la. Além disso, outras iniciativas foram pensadas pelo diretor Júlio Feijó e pelo corpo docente da instituição nos meses subsequentes como tentativa para sanar as dificuldades no fornecimento da merenda, entre elas a doação de alimentos pelas famílias dos estudantes. Essas ações por parte da instituição escolar estão de acordo com o estudo realizado por Valeriani (2011, p. 21), pois, segundo a autora, “até a década de 50 inexistia qualquer proposta sistematizada de alimentação nas escolas”, uma vez que as iniciativas provinham de cada unidade escolar.

Para encerrar, destaco que a ênfase destinada ao ensino rural se estendia para além das atividades desenvolvidas pelo Clube Agrícola no interior da escola – *instituição* responsável por ensinar e divulgar os conhecimentos sobre a vida no campo. Pelo que os vestígios sinalizam, a importância destinada ao ensino rural aparecia desmembrada também nos desfiles patrióticos durante a programação da *Semana da Pátria*, com apresentações que “enalteciam” o trabalho do homem do campo, procurando desenvolver “uma consciência agrícola e nacional no brasileiro” (BASTOS, 2005, p. 221). Sustento essa afirmação e a complemento com a Figura 28.

Na referida figura, tem-se um fragmento do desfile da *Semana da Pátria* ocorrido também em 1945, em que alguns alunos do jardim de infância aparecem

trajados de “coloninhos”¹⁴⁵, levando nas mãos alguns dos símbolos do trabalho do *Clube Agrícola*: as hortaliças e as flores. Entendo que essa prática estava imbuída de representações que buscavam valorizar o trabalho rural e “incutir o amor à terra, o sentimento de nobreza das atividades agrícolas e o reconhecimento do valor econômico e patriótico das mesmas”, como acrescenta Bastos (2005, p. 223).

Figura 28- Semana da Pátria, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, Colégio Estadual Farroupilha - Farroupilha/RS.

Depois deste breve estudo acerca das práticas produzidas pelo *Clube Agrícola* do Grupo Escolar Farroupilha, entre os anos 40 do século XX, concluo que elas adquiriram um papel importante no cotidiano da escola e possivelmente na vida dos (as)

¹⁴⁵ Utilizo o termo “coloninhos” fazendo referência aos meninos das zonas rurais do Rio Grande do Sul que eram enviados a Porto Alegre para participar das celebrações da Semana da Pátria. Segundo Luchese (2014, p. 219): “Esses coloninhos, também chamados de gauchinhos, eram recebidos pelo governador. Alguns permaneciam instalados no Palácio Piratini e em casas de famílias porto-alegrenses para que pudessem viver em um ambiente de brasilidade, educando-se e levando consigo lembranças que seriam transmitidas para colegas e familiares”.

alunos (as), uma vez que muitos eram filhos e filhas de pequenos agricultores locais, ou seja, este “universo rural” fazia parte da realidade de muitas crianças da instituição escolar. Assim, concordo com as contribuições de Fiori (2002, p. 241), pois as responsabilidades que as crianças assumiam como “membros do Clube Agrícola pareciam-lhes um prolongamento dos trabalhos a que estavam habituados a fazer no decorrer do dia a dia: capinar, plantar, recolher os ovos, tratar dos animais; plantar cenoura, alface, batata e também flores”.

Segundo relembra a professora Olga R. Brentano (1989): “Quando terminava o Primário, uma grande parte voltava para casa e ia trabalhar na colônia”. Dessa maneira, os conhecimentos adquiridos na escola poderiam contribuir de alguma forma para as atividades realizadas nas propriedades familiares.

Além do mais, a partir desta pesquisa foi possível perceber como os discursos da Escola Nova permearam as práticas do *Clube Agrícola Escolar*, entre outras questões, pela aprendizagem no contato direto com a natureza e com as experiências reais da vida cotidiana. Assim como os discursos advindos do Estado Novo, ao fortalecer o patriotismo e os sentimentos de amor à Pátria, por meio de atividades direcionadas ao manejo e ao cultivo da terra, valorizando o trabalho agrícola e os resultados do seu esforço. Conforme aponta Bastos (2005, p. 185), com base nas edições da *Revista do Ensino* (1939-1942):

O papel da escola estaria ligado à adaptação do indivíduo ao meio social – “na escola se brinca de sociedade” – produzindo e normatizando práticas sociais “no sentido de despertar e cultivar nos escolares a consciência do dever”, da disciplina, da moral, do trabalho, consideradas “posturas pedagógicas fundamentais à educação dos brasileiros pelo Estado Novo”.

Sinalizo que essas práticas agrícolas adquiriram centralidade no processo histórico educacional do Grupo Escolar pesquisado, em virtude das prescrições advindas das instâncias superiores de educação, mas também pelo contexto em que a escola se situava e pelo público que atendia.

A professora Maria Frida Lydia Schulke (1989), docente do Grupo Escolar Farroupilha, aponta que neste momento histórico, “as escolas formavam o aluno para a religião, sociabilidade, futuro e também para mantê-lo no campo”. Nesse sentido, compreendo que as práticas ruralistas desenvolvidas no cotidiano da escola, apresentaram as duas faces da moeda: de um lado, serviam para oferecer ao alunado do campo novos conhecimentos e novas técnicas de trabalho; e, de outro lado, fortaleceram

a ideia de que ele deveria continuar no seu lugar de origem.

Finalizo este capítulo, ciente de que muitas histórias acerca das festividades escolares, das atividades desenvolvidas pelo *Clube Agrícola Escolar*, assim como de outras práticas produzidas pela instituição poderiam ser narradas, mas, com base nos indícios encontrados, algumas escolhas e recortes foram necessários para a produção deste trabalho acadêmico.

Destaco também a importância que as fotografias preservadas no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha assumiram em meu estudo, sendo que em diversos momentos da pesquisa foram os únicos indícios encontrados de um determinado momento da história do Grupo Escolar, como ocorre com este último subcapítulo. Sendo assim, mediante a riqueza dessas fontes, me aproprio das palavras de Kossoy (1989) para dizer que:

[...] a vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seu artefato original, outras vezes apenas o registro visual reproduzido. Os assuntos registrados nesta imagem atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos em lugares desconhecidos: natureza, objetos, sombras, raios de luz, expressões humanas, por vezes crianças, hoje mais que centenárias, que se mantiveram crianças. (KOSSOY, 1989, p. 101).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que importa, na ciência, é a capacidade de ver de outro modo, de pensar de outro modo. Se repetirmos o mesmo, encontraremos o mesmo. Sem transgressão não há descoberta, não há criação, não há ciência.

(Antonio Nóvoa, 2015).

Com esta dissertação, tive como propósito compreender o processo histórico de criação e de implantação do *Grupo Escolar Farroupilha* no contexto do município de Farroupilha/RS, entre os anos de 1927 a 1949, assim como as suas culturas escolares, focalizando os sujeitos e algumas práticas escolares produzidas nesse período.

A partir da tessitura desta pesquisa, foi possível perceber que, no ano de 1927, o governo gaúcho determinou a instalação de dois grupos escolares rurais no Estado, sendo um deles o grupo escolar em estudo, localizado no distrito de Nova Vicenza, na época município de Caxias.

Sendo assim, em 27 de agosto de 1927, foi oficialmente instalado o *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, criado a partir da reunião da *5ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza*, localizada na Vicenza “Velha”, sob regência da professora Maria Ignês Vizeu e a *22ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza*, localizada na Vicenza “Nova”, próxima à Estação Férrea, sob a regência da professora Maria Mocellini. Ao que tudo indica, surgiu com a finalidade de ministrar o ensino primário e os conhecimentos práticos e rudimentares de agricultura.

Com base nos indícios, entendo que Caxias foi favorecida com a instalação de uma dessas instituições em virtude do significativo índice populacional, econômico e cultural que apresentava no momento histórico em questão, bem como pela importância destinada à agricultura local pelo Intendente Municipal Celeste Gobbato, uma vez que as criações da Inspetoria e do Patronato Agrícola no referido município, são de sua administração. Além disso, as possíveis relações de poder existentes entre governo municipal e estadual podem ter contribuído com este favorecimento.

Quanto à escolha por Nova Vicenza para receber esta escola, dentre os quatro distritos existentes em Caxias, no período, penso que tenha sido motivada em virtude da relevante contribuição econômica aos cofres do município, pois com base no *Relatório da Intendência Municipal de Caxias*, apresentado em 1927,¹⁴⁶ é possível dizer que Nova

¹⁴⁶ Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Celeste Gobbato.

Vicenza era um dos locais da zona rural que mais produzia artefatos advindos do trabalho agrícola, como vinhos e cereais.¹⁴⁷

Desse modo, concluo que ter um grupo escolar rural instalado em tal contexto para ministrar o ensino primário e também o ensino agrícola fazia sentido, pois era uma oportunidade de estudo (gratuito) para crianças e jovens da localidade, em um período em que existiam poucas escolas, além de ser um incentivo para que a comunidade continuasse crescendo e progredindo a partir do trabalho rural, em favor da chamada *vocação agrícola* do Brasil, assim como do Rio Grande do Sul.

No entanto, de acordo com os vestígios localizados, essa ênfase no ensino rural perdurou até meados de 1933, culminando com a saída de Antão de Jesus Batista da direção escolar, assim como com as mobilizações pela emancipação política do distrito, ocorrida em 11 de dezembro de 1934, quando, então, passa a ser município de Farroupilha.

Segundo as memórias do ex-diretor Antão de Jesus, nesse ano, a escola teria deixando de ser *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza* para denominar-se *Grupo Escolar de Nova Vicenza*.

Em virtude das poucas fontes encontradas em relação aos primeiros anos desta instituição, deduzo que esta mudança possa estar assentada nos discursos de “progresso” que circulavam em meio à comunidade neste momento, tendo em vista o desenvolvimento do distrito com a instalação de pequenas indústrias e casas comerciais, assim como a crescente produção agrícola. Nesse sentido, o ensino rural ministrado pelo *Grupo Escolar* pode ter sido representado como sinônimo de “atraso” frente às transformações sociais e econômicas que impulsionavam a emancipação, buscando promover a afirmação de uma identidade “urbana” condizente com a passagem de distrito para município. Talvez, entendia-se que era preciso “transformá-lo” em escola “urbana”, com um currículo voltado para as novas exigências da futura cidade.

Depois, a próxima mudança observada ao longo da pesquisa em relação ao processo histórico educacional do grupo escolar refere-se novamente à troca de nomenclatura da escola, uma vez que passou a identificar-se como *Grupo Escolar Irene Guerra Flores da Cunha*.

¹⁴⁷ Entre eles, milho, feijão e arroz. Fonte: Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Celeste Gobbato, 1927, p. 98.

Não encontrei fontes suficientes para afirmar em que ano essa modificação ocorreu, mas, possivelmente, tenha acontecido entre os anos de 1935 a 1937, período em que o General Flores da Cunha estava à frente do governo estadual. Sendo assim, levando em consideração que Nova Vicenza conquistara a sua emancipação em dezembro de 1934, no governo do então General Flores da Cunha, interpreto a alteração do nome da instituição como uma possível homenagem, pois Irene Guerra Flores da Cunha era o nome da esposa do referido político.

A partir de 1937, com o início do Estado Novo (1937-1945) e com a saída de Flores da Cunha do governo do Rio Grande do Sul, a denominação da escola sofre mais uma mudança, passando a *Grupo Escolar de Farroupilha*. A partir desse momento, ao portar o nome do município, prestava uma homenagem à história do Estado, referindo-se à Revolução Farroupilha.

Além disso, nesse mesmo ano, iniciam-se as obras da edificação de um prédio para abrigar a instituição pesquisada que, como visto, desde o momento em que foi implantada no contexto do município, funcionou em espaços improvisados.

Ao longo do estudo foi possível perceber os reflexos do período estadonovista não apenas na história da escola, mas de um modo geral no processo de escolarização do município, sobretudo na gestão do Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira que apoiou as ações empreendidas pela Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado, sob a administração de Coelho de Souza, um dos responsáveis por instaurar diversas medidas preventivas e repressivas de nacionalização do ensino, entre elas o desdobramento da rede escolar (KREUTZ, 2014). Dessa forma, nesta época, são implantados três novos grupos escolares nos distritos do município, bem como é construído um novo e modelar prédio para o *Grupo Escolar de Farroupilha*.

Com base nas contribuições de Souza (1998), compreendo que a imersão desses grupos escolares em Farroupilha/RS estava relacionada à ideia de desenvolvimento da localidade, mas, além disso, também penso que foi uma estratégia encontrada para nacionalizar a população escolar existente, sobretudo nas áreas rurais que, na época, concentravam o maior grupo de imigrantes e descendentes.

Quanto ao novo prédio do grupo escolar pesquisado, diante das fontes consultadas, entendendo que, para uma cidade do interior do Estado, que somente há pouco tempo conquistara sua independência política e tentava se inserir em um contexto urbano e desenvolvido, a edificação e a organização desse grupo escolar modificou o cenário da cidade e significou uma importante conquista para a população local, bem

como para o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira que, como apresentado no capítulo 2, mantinha boas relações com o governo estadual, o que pode ter facilitado a edificação de um prédio escolar desse porte no centro de Farroupilha, uma vez que para a época e para o contexto local, a nova construção era grandiosa, além de que se localizava em um espaço privilegiado, perto de instituições importantes para o município, como a Igreja Matriz, o Hospital São Carlos e a Escola Nossa Senhora de Lourdes.

Infiro que, a partir da construção do prédio, a escola passou a vivenciar uma nova fase no seu processo histórico educacional e, com isso, a produção de uma nova cultura escolar com a adoção de espaços diferenciados, contando com a presença de outros sujeitos, bem como fabricando novas práticas escolares.

A última mudança ocorrida, entre os anos de 1927 a 1949, foi mais uma vez sobre a nomenclatura da escola já que, em 1944, passou a se chamar *Grupo Escolar Farroupilha*, perdurando com essa identificação até o ano de 1978, quando, juntamente com o *Ginásio Estadual Farroupilha*, tornou-se *Escola Estadual de 1º Grau Farroupilha*.

Assim, tendo respondido aos questionamentos iniciais desta pesquisa, a segunda parte deste trabalho teve como premissa atentar para alguns elementos constitutivos da cultura escolar desta instituição como os sujeitos e as práticas escolares.

Desse modo, o contato com os *Relatórios da Intendência Municipal de Caxias* (1927 e 1929), os *Boletins de Colégios e Grupos* (1929 e 1930) e os *Livros de Matrículas* da escola (1930 a 1938; 1939 a 1943; 1943 a 1949) me permitiram delinear o perfil atendido pela instituição escolar.

Sendo assim, pude constatar a presença de um corpo discente composto por alunos (as) brasileiros (as), em maioria filhos (as) de mães e pais também brasileiros, mas com ascendências diversas, bem como de outras nacionalidades, como italianos, alemães, espanhóis e portugueses. Crianças e jovens de diferentes idades, raças, classes sociais e histórias, conciliando, quando possível, os tempos de vida com os tempos de escola, muitas vezes “afastando-se” do espaço escolar para dedicar-se aos trabalhos rurais ou aos serviços domésticos, em grande parte, moradores das proximidades da instituição, outros, no entanto, residentes em localidades distantes, ao menos até o ano de 1946.

Além disso, com base nos documentos, concluo que essa escola, desde o início, esteve destinada à formação primária “do povo” farroupilhense. Entretanto, nos dois momentos de sua história atendeu em seus bancos os (as) filhos (as) de pessoas ilustres

da comunidade e com ocupações bem remuneradas. Mas, sinalizo também que os maiores usuários da escola pública foram de fato os (as) filhos (as) de agricultores, pedreiros, comerciantes, marceneiros, sapateiros, viajantes, professoras, enfermeiras, donas de casa e operários – pais e mães de religião católica e protestante, em maioria analfabetos ou com formação primária.

Após analisar os indícios documentais acerca dos alunos e das alunas da instituição escolar pesquisada, investiguei os *sujeitos do ensinar*, ou seja, procurei mapear algumas representações sobre o corpo docente da escola, ao longo das décadas de 1920 a 1940 do século XX.

Assim sendo, pude verificar a presença de um corpo docente composto unicamente por mulheres, fato esse que pode ser explicado com base na feminização do magistério primário ocorrida em diversos países, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, assentada em diversas transformações sociais que, paulatinamente, permitiram o ingresso e, posteriormente, a predominância das mulheres como docentes no espaço escolar.

Ponto que tais professoras eram inicialmente *leigas* e depois, com as oportunidades de acesso à profissionalização docente, passaram a ser *complementaristas* e *normalistas*, formadas em sua maioria pela Escola Complementar de Caxias, mas também pela Escola Complementar de São José (São Leopoldo/RS), pela Escola Normal de Porto Alegre, além de uma professora formada pelo Ginásio São José (Caxias/RS).

Ao pensar a respeito das histórias de vida das professoras que exerceram a docência no Grupo Escolar, infiro que elas ingressavam no magistério muito jovens, algumas vivenciando a transição entre infância e adolescência, assumindo, desde cedo, as responsabilidades do *fazer docente* e as *representações* do ser professora.

De um modo geral, foi possível perceber também que as docentes provinham da *camada média* da população, tanto rural quanto urbana, e que, entre as motivações que as levavam a buscar o magistério como profissão, evidenciaram-se as influências exercidas pelas famílias das professoras, já que muitas eram também filhas de professores. As vivências familiares motivaram, provavelmente, a escolha pela docência, bem como a oportunidade de ter uma profissão remunerada. Deve-se ressaltar que a escola foi um dos poucos espaços de atuação feminina no período em questão (BENCOSTTA, 2011).

Reforço com base nos documentos analisados, em especial a partir das

entrevistas realizadas por outros pesquisadores com as professoras Olga, Alice e Lydia, a importância que assumiam as professoras dentro da comunidade, bem como a força das representações que as cercavam, pois *ser professora* se revelava na maneira de andar, de sentar, de se portar (dentro e fora da escola), bem como nos modos de vestir-se, marcados pela sobriedade, seriedade e simplicidade. Exigia-se uma postura “ideal”, orientada pela Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado (PERES, 2000), podendo-se dizer que era constantemente observada pelas pessoas da comunidade em que se situava a escola.

Além desses aspectos, tive a oportunidade de tecer uma narrativa em torno dos momentos de formação em serviço das professoras da instituição, referente aos anos 40 do século XX, realizados a partir da reforma educacional ocorrida no Rio Grande do Sul e da atuação do CPOE/RS, sendo que tais momentos foram importantes para o aprendizado e para a discussão de novas ideias com base nos princípios, finalidades, ideais, práticas e métodos fundamentados pelas concepções da Escola Nova.

A análise centrada nas memórias da professora Olga R. Brentano e dos *Livros Hora da Leitura (1944 a 1947), Horas Pedagógicas (1948-1949) e Círculo de Estudos (1947 a 1951)*, preservados no ACEF, me permitem pontuar a relevância que os momentos de estudo assumiram no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha, pois era um momento coletivo de estudos e de discussões com base nos autores e nas temáticas consideradas “modernas” e extremamente atuais no período em questão, com circulação em diversas partes do mundo, como o trabalho ativo, a psicologia pedagógica, o trabalho com as histórias infantis, dentre outros exemplos.

A última análise efetuada em relação aos sujeitos escolares pautou-se nos diretores e diretoras, sujeitos que estiveram à frente do Grupo Escolar em diferentes períodos de sua trajetória institucional. Esses profissionais eram responsáveis por organizar e fiscalizar o ensino no interior da escola, respondendo pela ordem e pelo seu bom funcionamento.

De acordo com os “sinais” localizados, foi possível compreender algumas representações que estiveram por trás deste cargo, sendo que, muitas vezes, estar na direção escolar significava ter prestígio e distinção. Além do mais, pressupunha competências para administrar a vida pedagógica e burocrática da instituição, uma vez que cabia ao profissional de ensino uma série de atribuições, como, por exemplo, fazer toda a escrituração da escola, enviar relatórios, proceder à matrícula, inspecionar o trabalho dos professores, entre outras tarefas que se ampliaram ao longo dos anos de

1927 a 1939, em virtude das alterações na legislação escolar.

Em meio a este estudo, ficou perceptível que, até o final da década de 30 do século XX, a escola foi administrada por homens, sendo que a primeira mulher a assumir a direção da escola foi a professora Alice Luisa Cibelli, em meados de 1939. Tal realidade corrobora com as contribuições de Demartini e Antunes (1993), quando as autoras assinalam que o magistério primário era uma profissão feminina, exercida pelas mulheres, mas que, mesmo com a crescente feminização, continuou sendo uma carreira masculina, uma vez que os “postos de controle” continuavam sendo ocupados pelos homens no interior das escolas.

Avançando nas leituras e na análise dos documentos preservados no arquivo do Colégio Estadual Farroupilha, antigo grupo escolar, verificou-se uma riqueza de práticas escolares produzidas, sobretudo ao longo dos anos de 1940, pautadas, entre outros discursos, no movimento da Escola Ativa e na campanha de nacionalização do ensino. No entanto, diante da impossibilidade de trabalhar com todas as possibilidades visualizadas, optou-se por tecer considerações em torno de algumas *práticas*, como as festividades escolares e as atividades desenvolvidas pelo *Clube Agrícola Escolar*.

Desse modo, entre as diversas festividades comemoradas no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha, mais uma vez, precisei fazer escolhas e recortes para construir esta narrativa e, assim, procurei privilegiar a *Semana da Pátria*, o *Dia da Árvore* e a *Primavera*, assim como a *Semana da Asa*.

Nessa tessitura, um dos aspectos que mais chamou a atenção em relação às festividades escolares diz respeito ao valor educativo propiciado por elas, pois, por meio da ação de “comemorar”, a escola primária “assumiu” a função de internalizar o patriotismo, evitar o esquecimento dos feitos da história nacional e estadual, bem como de seus heróis e símbolos, além de incentivar o amor e o respeito à *Mãe Pátria*, exaltando os cuidados e a valorização das riquezas naturais para o progresso do país, como também dando ênfase a uma cultura proeminentemente *brasileira*, em detrimento das culturas étnicas existentes.

Além disso, compreendo que as festividades escolares abordadas neste estudo contribuíram para formar uma consciência nacional não só nos alunos, mas de um modo geral nas famílias e na comunidade farroupilhense, uma vez que tais práticas perpassaram os muros da escola e se estenderam para as ruas e demais espaços do município.

Outra questão observada e que merece destaque neste escrito final é a frequente

presença dos diferentes prefeitos de Farroupilha/RS nas solenidades produzidas no interior do Grupo Escolar, sinalizando a “união” entre as instituições: prefeitura e escola em prol do *patriotismo* que deveria ser inculcado, sobretudo nas crianças e nos jovens farroupilhenses, como é possível conferir no *Relatório da Comemoração da Independência do Brasil* (1943) produzido pela instituição escolar.

O *folhetim* localizado no ACEF também é um vestígio revelador da preocupação demonstrada por parte da Prefeitura Municipal, ao menos no ano de 1943, em tornar a festividade da *Semana da Pátria* um verdadeiro ritual de adoração e respeito à Nação brasileira, envolvendo um conjunto de ações voltadas à população com o intuito de favorecer a construção de uma memória coletiva nacional, permeada por valores cívicos, religiosos e políticos em uma localidade colonizada por imigrantes e descendentes.

Sustento que, assim como as festividades escolares, o trabalho desenvolvido pelo *Clube Agrícola* também contribuiu para a formação de uma consciência nacional e rural nos alunos e alunas da instituição ao possibilitar o contato com a terra, valorizando as riquezas naturais e a importância do trabalho agrícola para o progresso do país.

Ressalto a relevância que o *Clube Agrícola Escolar* assumiu no cotidiano da escola, uma vez que, depois de um longo período, o ensino rural voltou novamente a fazer parte de seu processo histórico educacional, desenvolvendo, ao que tudo indica, um trabalho social e educativo, aproximando os saberes da instituição escolar com o contexto do município, sendo que as *instituições auxiliares* deveriam ser criadas de acordo com as necessidades do meio em que a escola funcionava.

Desse modo, vale lembrar que, até o ano de 1949, a maioria da população farroupilhense morava na zona rural e vivia da agricultura local, sobretudo da plantação de uvas e de cereais, bem como da fabricação de vinhos, principal produto comercializado em Farroupilha, mesmo com a crescente urbanização e expansão do setor calçadista. Assim, pode-se dizer que o Grupo Escolar Farroupilha, mesmo localizado na área urbana do município, “assumiu”, com a criação desse *Clube*, a função de oferecer às crianças e jovens da escola alguns conhecimentos teóricos e práticos de agricultura, em especial para os estudantes que residiam no campo e que eram filhos e filhas de agricultores.

Concluo considerando que, perante a comunidade escolar e farroupilhense, o Grupo Escolar valorizou o trabalho agrícola e os resultados de seu esforço para o progresso, sobretudo do município e depois do Estado e do país, bem como oportunizou ao alunado novos conhecimentos e novas técnicas para o desenvolvimento do trabalho

agrícola, além de “fortalecer” a ideia de que eles, talvez, devessem continuar no seu lugar de origem, ou seja, na área rural, entre outras questões observadas.

Depois de apresentar os resultados e retomar os aspectos que mais se destacaram no decorrer desta narrativa, finalizo este estudo indicando algumas possibilidades para futuras investigações que foram visualizadas no decorrer deste percurso, pois “o valor de uma pesquisa também se coloca na medida em que suscita novas questões ou problematiza ‘antigos’ temas já tratados ou analisados sob outras abordagens” (PERES, 2000, p. 412, grifo da autora).

Sendo assim, investigações poderiam surgir em torno das duas escolas isoladas que foram reunidas para a constituição do *Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza*, ou ainda, de outras aulas isoladas estaduais e municipais organizadas na área central de Farroupilha/RS, assim como nos seus distritos e proximidades. Além disso, seria interessante uma análise, caso fossem encontrados documentos para isso, em torno das culturas escolares do *Grupo Escolar Rural*, focalizando os espaços, os tempos, os saberes, as práticas, em especial as agrícolas ministradas na instituição, assim como outros aspectos relacionados aos sujeitos escolares e que não chegaram a ser trabalhados no terceiro capítulo deste estudo.

Reconheço, diante da potencialidade das fontes preservadas no arquivo do Colégio Estadual Farroupilha, que novas pesquisas poderiam acontecer em relação às culturas escolares do *Grupo Escolar Farroupilha*, sob novos olhares e perspectivas. Assim, destaco alguns caminhos possíveis, entre eles os saberes escolares, sobretudo a partir dos registros contidos nos livros denominados de *Caderneta Circular (1932-1934)* e *(1932-1935)*, os diferentes espaços desta instituição com seus usos e funções, o trabalho e as atividades exercidas pelas *instituições auxiliares de ensino* como a *Caixa Escolar*, a *Merenda Escolar*, o *Clube de Pais e Mestres*, a *Cooperativa Escolar*, a *Biblioteca*, o *Pelotão de Saúde*, o *Museu Escolar* e o *Gabinete Médico-Dentário*, além de uma diversidade de práticas escolares.

Dessa maneira, quanto às práticas escolares ou cotidianas, destaco as *excursões* organizadas, em especial nos anos 40 do século XX, para diferentes lugares do município propiciando o contato direto dos estudantes com a realidade local; as demais *festividades* e *datas comemorativas*, especialmente as que foram celebradas no período do Estado Novo (1937-1945); as *práticas avaliativas*, principalmente com base nos Livros de Exames Finais (1899-1927, 1933-1938, 1939-1948, 1948-1955); as *dramatizações* realizadas a partir de histórias infantis sugeridas nos momentos de

formação em serviço das professoras, assim como as *práticas religiosas*.

Nesse sentido, ao pesquisar as *práticas religiosas*, seria interessante estender a análise em torno das influências exercidas pela Igreja Católica no interior da escola, uma vez que, por ser uma escola pública, deveria ser “laica” e “livre” de interferências religiosas.

Além disso, estudos poderiam surgir em torno do *Curso Supletivo* oferecido nesta instituição nos anos finais da década de 1940 do século XX, bem como dos diferentes momentos da trajetória institucional do Grupo Escolar Farroupilha, após esse período, privilegiando novamente os sujeitos e as práticas escolares, assim como os demais elementos constitutivos de sua cultura escolar, uma vez que se encontram guardados no arquivo do Colégio Estadual Farroupilha diferentes documentos sobre as décadas de 50, 60 e 70 do século XX.

No que se refere às modificações, sugiro, para futuras investigações, a criação e a implantação do Ginásio Estadual Farroupilha em 1971, sendo que o Ginásio e o Grupo Escolar funcionaram no mesmo espaço até o ano de 1978, quando foram unificados. Desse modo, seria pertinente uma análise em torno dessas “duas” instituições no mesmo espaço, atentando para as particularidades, semelhanças e culturas de ambas, ou seja, como foi essa “convivência”? Como foram divididos os espaços? Os professores foram os mesmos? Quem eram os alunos matriculados no Curso Ginásial? O que mudou com a instalação do Ginásio? Como era o Grupo Escolar nesse período? Quais as modificações ocorridas com o passar dos anos nessa escola? O que permaneceu? Essas são algumas das muitas perguntas que precisam ser feitas acerca desse momento histórico, suscitando novas narrativas sobre a escola.

Perpassando os muros dessa instituição e estendendo o olhar para o entorno em que ela se situa, penso que trabalhos poderiam surgir sobre a história do município de Farroupilha/RS, aprofundando elementos relacionados ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural, apontados neste estudo, assim como interessadas em investigar a organização do processo escolar no município e a história de outras instituições, como da *Escola Normal Ângelo Antonello*, atual *Instituto de Educação Cenecista Ângelo Antonello*.

A *Escola Normal Ângelo Antonello* foi o primeiro espaço de formação docente criado no município de Farroupilha/RS, no ano de 1960, funcionando provisoriamente no prédio do *Grupo Escolar Farroupilha*. Segundo rememora Gasperin (1989, p. 248, grifo da autora):

A Escola começou a funcionar sem prédio, sem salas de aula, sem mimeógrafo e sem máquina de escrever. Toda a infraestrutura foi emprestada pelo Grupo Escolar “Farroupilha”. Mas faltava ainda material escolar, e principalmente dinheiro. Todavia, se faltava completamente a parte material, algo de essencial estava presente: a boa vontade das pessoas desprendidas de si para beneficiar os seus semelhantes [...] Assim, pode-se dizer que a Escola tinha tudo.

De acordo com a mesma autora, a história dessa escola relacionava-se à “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade”, sendo que, a partir da década de 50 do século XX, surgem as primeiras Escolas Normais assentadas na referida Campanha.

Sendo assim, destaco a importância de uma investigação interessada em narrar o processo histórico dessa Escola, compreendendo as suas dificuldades e conquistas ao longo do tempo, assim como os saberes privilegiados, as práticas fabricadas e os sujeitos que fizeram parte de sua trajetória, sobretudo alunas, professores (as) e diretores (as). Talvez a história oral pudesse ser utilizada no sentido de registrar as memórias, em especial das primeiras professoras formadas por essa Escola Normal.

Ainda na vertente da história das instituições, eu destacaria a possibilidade de uma análise acerca do processo de criação e de implantação do *Grupo Escolar de Cajuru*, do *Grupo Escolar de Linha Jansen* e do *Grupo Escolar de São Marcos*, instituições localizadas na zona rural do município em 1937, atentando para a produção das culturas escolares de cada uma dessas instituições, assim como estabelecendo conexões com o processo histórico educacional do *Grupo Escolar Farroupilha*, percebendo as proximidades e os distanciados entre tais escolas.

Também seriam possíveis pesquisas interessadas em investigar as histórias de vida e o fazer docente das primeiras professoras do município de Farroupilha, bem como dos primeiros inspetores de ensino, entre eles Alice Cavalcanti Prado, Ângelo Venzon, Victorio Tartarotti e Faustino Gomes.

Depois desses apontamentos, é possível dizer que muito ainda precisa ser pesquisado, sistematizado e compreendido acerca da história de Farroupilha/RS, especialmente no que se refere à escolarização.

Assim, diante do percurso realizado e dos resultados obtidos, finalizo esta dissertação compreendendo a importância do estudo aqui realizado para as pesquisas existentes no campo da história das instituições escolares em nível local, regional e nacional, especialmente no que refere ao estudo específico dos grupos escolares. E mais do que isso: almejando tecer outras narrativas e descobrir outros sentidos.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: 1877 a 1967**. Porto Alegre: EST, 1981.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Século XX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 278-295. Vol.III.
- ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1990.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. **O Novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. Tese (Doutorado em Educação). USP, São Paulo, 1994.
- _____. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.
- _____. TAMBARA, Elomar Callegaro. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul. In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014, p. 71-118.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: Vidal, Diana Gonçalves (Org.) **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 299-322.
- _____. PEREIRA, Ana Paula Martins. História, Cultura e sociabilidade: representações e imagens das festas escolares (Curitiba, 1903-1971). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Uberlândia. **Anais**. Uberlândia: UFU, 2006, p. 3857-3868.
- _____. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 3 v. p. 69-76.
- BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, 2010.
- BIDA, Gislene Lössnitz. **O primeiro jardim de infância no Brasil: Emília Erichsen**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2006.

BOTO, Carlota. **A liturgia moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos.** Revista de História da Educação, Porto Alegre, v. 18, n. 44, Set./dez. 2014, p. 99-127.

BRAGA, Antônio Antunes. **Imigração italiana 130 anos de história: caminho, sem volta.** Palotti, Farroupilha: RS, 2005.

BURKE, Peter M. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930).** Dissertação (Mestrado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), São Paulo, 2007.

CHAPOULIE, Jean-Michel; BRIAND, Jean-Pierre. **A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto.** Tradução de Julieta Beatriz Ramos. Revista Educação & Sociedade, nº 47, abril/94, p.11-61.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Queiroz F. **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano. Anais.** São Paulo: FAU/USP, 1985, pp. 3 - 19.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Anne Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2000.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, nº 5, vol. 11, jan/abril de 1991. p. 173-191.

_____. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97 – 113.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. **Leituras e leitores na França do antigo regime.** Tradução Álvaro Lorencini.- São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Rovílio; GARDELIN, Mário. **Imigrantes não-italianos nos primórdios da Colônia Caxias.** UCS, Caxias do Sul, 2000 (caderno).

CUNHA, Jorge Luiz da. Prefácio. In: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil.** Santa Maria: Ed. da UFSM,

2014, p. 7-12.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber**: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: EST, 1998.

DAL PIZZOL, Elis Viviana. **Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves**: uma perspectiva onomástico-cultural. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade – Universidade de Caxias do Sul), Caxias do Sul, 2014.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Vozes Ltda., 1982, 2. ed. ilustr.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O “Gigante do Alto da Bronze”**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do colégio elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913/1930). Dissertação (Mestrado em Educação). PUCRS, Porto Alegre, 2011.

ESQUISANI, Rosimar Serena; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Ser professora: um estilo de vida pontuado pela formação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 104-115, jun.2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: Forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1909-1918). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – USP, São Paulo, 1996.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 77-97.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli; LUCHESE, Terciane Ângela. O processo histórico-educacional em Nova Vicenza – Farroupilha/RS (1899 a 1917). **Caderno de Estudos**, X ANPED Sul, Florianópolis, outubro de 2014.

FIGUEIREDO, Charlene Correia. **Grupo Escolar Luiz de Albuquerque**: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá-MT (1908-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2013.

FIORI, Neide Almeida. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n. especial, p. 231-260, jul./dez. 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, p. 9-33, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, set./out./nov./dez. 1995.

_____. ; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio Frei. **Colônia Caxias: origens**. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993.

GASPERIN, Alice. **Vão Simbora: Relato de imigrantes italianos da colônia Princesa D. Isabel**, RS. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1984.

_____. **Farroupilha: ex-colônia particular Sertorina**. Caxias do Sul, RS: [s.n.] 1989.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GINZBURG, Carlo. Representação: palavra, a ideia, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 85-103.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143 – 179.

_____. **History, rhetoric, and proof. The Menahem Stern Jerusalem Lectures**. Haover, Londres: University Press of New England, 1999. (Tradução em português: **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.).

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

_____. BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 325-346.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. – 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1 jan./jun. 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014, p. 153-190.

_____. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Revista Poiésis**, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 71 – 84, jan./jun. 2010. Não paginado.

KUHLMANN JR. Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, mai./jun./jul./ago. 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LINS, Adriana. **Lembranças que resistem ao tempo**. Sindilojas Farroupilha. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: Leggere, scrivere e calcere per essere alcuno nella vita**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos). São Leopoldo, 2007.

_____. A infância entre imigrantes e ítalo-descendentes no Rio Grande do Sul. In: MIMESSE, Eliane (Org.). **Bambini brasiliani: infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 93-132.

_____. Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014, p. 191-232.

_____. Da prescrição à realização: os colégios elementares como um novo modelo de escola primária no Rio Grande do Sul (1909-1927). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013. Cuiabá. **Anais**. Cuiabá, 2013, p. 1-14.

_____. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, mai./ago. 2014, p. 145-161.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul - 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCON, Mônica D'Andréa. **Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000, Caxias do Sul)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

MATIELLO, Marina. **História do Colégio Regina Coeli: de escola confessional a escola comunitária (Veranópolis/RS, 1948-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113, 2006.

MIMESSE, Eliane. **A escola na comunidade de imigrantes italianos de São Caetano (1877-1921)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC, São Paulo, 1999.

_____. As aventuras e desventuras cotidianas das crianças em São Caetano no início do século XX. In: MIMESSE, Eliane (Org.). **Bambini brasiliani: infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 19-54.

MODESTI, Tatiane. **A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MONSERRAT, J. **Farroupilha**. In: BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p. 279-291.

MONTEGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Miriam Teresa; DALL'OSBEL, Simone Ana. **Farroupilha ontem e hoje: subsídios**. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, 1993. 104 p.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário** (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul – 1912-1924). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MONTEIRO, Sueli A. I. (2005). Cultura escolar e imaginário. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 141-155.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **Cultura escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados). Dourados/MS, 2011.

NASCIMENTO, Dorval do. *Brasilidades, lusitanidades, germanidades: a política de nacionalização do ensino primário e as disputas em torno da Nação (1934-1945)*. In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014, p. 43-69.

NÓVOA, Antonio. **Carta a um jovem historiador da educação**. *Historia y Memoria de la Educación*, 1 (2015): 23-58.

PAZ, Valéria Alvez. **A história do Colégio São Carlos de Caxias do Sul**, Rio Grande do Sul (1936-1971). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir - A escola como oficina da vida**. Discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação (UFMG), Belo Horizonte, 2000.

_____. A escola ativa na visão de Adolphe Ferrière – Elementos para compreender a Escola Nova no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 3 v. p. 114-128.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

_____. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural**. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008b. p. 11-18.

POZENATTO, Kenia Maria. M.; GIRON, Loraine Slomp. **Cinema: lembranças**. Porto Alegre, RS: EST, 2007.

POLETTI, Julia Tomedi. **Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956-1972): processo identitário e cultura escolar compondo uma história**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

PRATES, Fernanda Ramos Oliveira; OLIVEIRA, Julia Vieira Tocchetto de; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Associações auxiliares da escola: vestígios de sua incorporação à cultura dos grupos escolares Lauro Müller e Alberto Torres (1946 E 1956)**. **Caderno de Estudos**, IX ANPED Sul, 2012.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisas e orientações educacionais do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. UFRGS, 2006.

_____. O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino, aparelhamento do Estado e reforma educacional no Rio Grande do Sul. In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa

Maria: Ed. da UFSM, 2014, p. 119-152.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente (Org.) PROJETO ECIRS. **Cultura, imigração e memória**: percursos & horizontes: projeto ECIRS 25 anos. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012.

RODRIGUES, Maria Manuela P. F. Festas Escolares: as festas da árvore no Barreiro. **Revista de História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 95-119, mai./ago. 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Humor e irreverência nos impressos estudantis de escolas normais rurais (RS, 1945-1983)**. História da Educação (Online). Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 291-317, mai./ago., 2013.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson et al. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p.75-94.

SCHNEIDER, Cristina; GAUER, Haiderose. **Revelando Farroupilha**: inventário do patrimônio cultural e material. Porto Alegre: CORAG, 2009.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas Escolares e Comemorações Cívicas na Paraíba (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. FARIA FILHO, Luciano de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 21-56.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 3 v. p. 142-164.

TARTAROTTI, Raul Pedro. **Farroupilha**: história de uma cidade. Porto alegre: Ponto & Vírgula Editora, 2014.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado de Letras, 2011.

TRENTIN, Ortelina Dileta. **Emancipação de Nova Vicenza**: Farroupilha. Caxias do Sul, RS, 2002. ca89f. Monografia (Especialização em História) - Universidade de Caxias do Sul, 2002.

TREVISAN, Thabatha Aline. O ensino da leitura e escrita segundo Antônio d'Ávila: Práticas escolares (1940). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 20, p. 165-191, mai./ago. 2009.

VALERIANI, Thaís de Souza Machado. **A gestão escolarizada do Programa de Alimentação Escolar no Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 497-518.

_____. **Culturas escolares**: estudos sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005a.

_____; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, 2005b.

_____. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005c, p. 4-30.

_____. (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. No interior da sala de aula: ensaio sobre culturas e práticas escolares. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p.25-41, jan./jun. 2009.

DOCUMENTOS

1. Documentos pesquisados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul/RS

Fotografia do Desaterro da estrada Dr. Borges de Medeiros, em Nova Vicenza, atual Município de Farroupilha. JSA 645 – Nova Vicenza.

Ato nº 84, de 31 de dezembro de 1917 – transfere a sede de 3º Distrito de Caxias, de Nova Milano para Nova Vicenza.

Relatório correspondente ao período de 1921 a 1923, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel J. Penna de Moraes.

Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato.

Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1929, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomaz Beltrão de Queiroz.

Jornal Caxias, publicado em 11 de agosto de 1927.

Jornal Caxias, publicado em 25 de agosto de 1927.

BRENTANO, Olga Ramos. Entrevista a Gilmar Marcílio e Janete Zucolotto, 1991, p.1-19.

GASPERIN, Alice. Entrevista a Sônia Storchi Fries e Susana Grigoletto, 1996, p.1-10.

2. Documentos pesquisados na Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul/RS

Decreto nº. 3.867, de 5 de julho de 1927. Coleções Especiais. Número da Chamada: 6.00.00.00-7. Autor: Leis, decretos e actos do Governo. Título: Leis, decretos e actos do Governo do Estado. n. 1927. dez. 1927. BICsU BICE – CE.

LEBRUN, Julio. Almanack Escolar do Estado do Rio Grande do Sul. DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA. Edição oficial. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1935.

3. Documentos pesquisados na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac – Farroupilha/RS

Decreto Estadual nº. 5779, de 11 de dezembro de 1934.

Almanaque Ilustrado, edição especial, 1938, Porto Alegre-RS.

Almanaque Ilustrado, 1939, Porto Alegre-RS.

Almanaque Ilustrado, 1940, Porto Alegre-RS.

BRENTANO, Olga Ramos. Entrevista a Márcia Pasqual et al., Farroupilha, 1989.

SCHULKE, Maria Frida Lydia. Entrevista a Márcia Pasqual et al., Farroupilha, 1989.

4. Documentos pesquisados no Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha – Farroupilha/RS

Acervo fotográfico.

Livro de Atas e Exames (1899 a 1927).

Livro de Matrícula da 22ª aula pública e mista de Nova Vicenza (1916-1921).

Livro de Matrícula Grupo Escolar Rural (1930-1938).

Livro de Matrícula Grupo Escolar de Farroupilha (1939-1943).

Livro de Matrícula Grupo Escolar Farroupilha (1943-1949).

Livro Histórico dos professores (1940).

Livro Fichário dos professores do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1966).

Livro Fichário do Corpo Docente e Demais Funcionários (1940)

Livro Termo de Compromisso dos Funcionários (1938-1952).

Livro de Exames Finais (1939-1948).

Livro Hora da Leitura (1944 a 1947).

Livro Horas Pedagógicas (1948-1949).

Livro Círculo de Estudos (1947 a 1951).

Livro Atas Cívicas (1940-1951).

Livro Atas Comemorações (1942-1949).

Livro Diário da Escola (1940-1944).

Programação da Semana da Pátria do município de Farroupilha, 1943.

Relatório da Comemoração da Independência do Brasil, 1943.

Decreto Estadual nº. 1399, de 20 de Dezembro de 1944.

Histórico do Grupo Escolar Farroupilha, datilografado pela direção da escola, datado de 1942.

Histórico do Grupo Escolar Farroupilha, datilografado pela direção da escola, datado de 1973.

Histórico do Grupo Escolar Farroupilha, datilografado pela direção da escola, década de 90 do século XX.

Escritura de compra e venda do terreno da escola.

Reportagem publicada em 6 de julho de 2007, no Jornal O Farroupilha, em comemoração aos 80 anos do Colégio Estadual Farroupilha.

BATISTA, Antão de Jesus. Alguns dados históricos sobre o Grupo Escolar Farroupilha,

1962.

5. Documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

Pasta Secretaria do Interior e Exterior – Minutas – Instrução pública:

Código: 1356. Descrição: 09/1929 a 11/1929. Observação: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza

Código: 1371. Descrição: 03/1930 a 05/1930. Observação: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza

Código: 1372. Descrição: 06/1930 a 08/1930. Observação: Boletins de Colégios e Grupos - Grupo Escolar de Nova Vicenza

Pasta Documentos dos governantes - Relatório do Interventor Federal ao Presidente da República (1938/1943):

Código: A. 7. 36 (impresso) - Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, D.D. Presidente da República, pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943.

6. Documentos pesquisados na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927 – Aprova o regimento interno dos estabelecimentos de ensino público do Estado.

7. Documentos pesquisados no site da Biblioteca Nacional

Jornal A Época, Ano II, nº 52. Caxias (Sul), 1º de outubro de 1939. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30/04/2015, às 11h58.

Jornal A Federação, Ano LIV, nº 116. Porto Alegre, 21 de maio de 1937. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30/04/2015, às 11h00.

Jornal O Momento, Ano VI, nº 282. Rio Grande do Sul – Caxias, 1º de agosto de 1938. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30/04/2015, às 12h31.

Jornal O Momento, Ano VI, nº 285. Rio Grande do Sul – Caxias, 22 de agosto de 1938. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30/04/2015, às 12h50.

Jornal O Momento, Ano XVIII, nº 903. Rio Grande do Sul – Caxias do Sul, 5 de agosto de 1950. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08/09/2015, às 15h40.

Jornal A Época, Ano XII, nº 739. Caxias do Sul, 30 de outubro de 1950. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08/09/2015, às 15h30.

Jornal A Época, Ano III, nº 149. Caxias, 20 de setembro de 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23/09/2015, às 14h30min.

Jornal A Federação, Ano LII, nº 114. Porto Alegre, terça-feira, 22 de outubro de 1935. <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28/09/2015, às 00h24min.

8 - Documentos pesquisados no Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

Decreto nº 929, de 30 de agosto de 1939 – Aprova o Regimento Interno que com este baixa. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 15/01/2015, às 10h30min.

Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927 – Expede novo regulamento da Instrução Pública. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 12/02/2015, às 10h58min.

Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939 – Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 18/09/2015, às 15hs.

Decreto nº 4.277, de 13 de março de 1929 – Prove sobre o ensino normal e complementar do Estado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 14/08/2015, às 13hs15min.

9 – Sites pesquisados

<http://www.ufrgs.br/agronomia>. Acesso em: 13/06/15, às 23h43min. Informações a respeito do Curso de Zootecnia, Viamão (RS).

<http://www.jornalfarroupilha.com.br/noticia>. Acesso em: 16/07/2015, às 15h10min. Informações a respeito de Faustino Gomes.

<http://escolavenzon-neto.blogspot.com.br/2015>. Acesso em: 16/07/2015, às 15h28min. Informações a respeito de Angelo Venzon.

<http://www.jornalfarroupilha.com.br/noticia>. Acesso em: 16/07/2015, às 15h40min. Informações a respeito de Paulo Broilo.

<http://www.arara.fr/BBIPE.html>. Acesso em: 23/09/2015, às 16h20min. Informações a respeito da árvore Ipê.

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>. Acesso em: 23/09/2015, às 16h33min. Informações a respeito da árvore Ipê.

<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/13921/72-anos---Na-d%C3%A9cada-de-40,-cria%C3%A7%C3%A3o-do-Minist%C3%A9rio-da-Aeron%C3%A9utica-impulsionou-a-avia%C3%A7%C3%A3o-brasileira>. Acesso em: 28/09/2015, às 00h24min. Informações a respeito da criação do Ministério da Aeronáutica.

http://www.releituras.com/edacunha_bio.asp. Acesso em: 02/10/2015, às 19h52min. Informações a respeito do escritor Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha.

<http://www.dicio.com.br/lapela/>. Acesso em: 05/10/2015, às 11h05min. Significado da palavra lapela.

<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/bartolomeu-lourenco-gusmao-padre-queria-voar-434927.shtml>. Acesso em: 15/10/2015, às 21h59. Informações a respeito do Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão.

http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/o_ultimo_voo_de_augusto_severo.html. Acesso em: 15/10/2015, às 22h02. Informações a respeito de Augusto Severo.